UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

CARLOS EDUARDO DIEDER REVERBEL

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E O IDEÁRIO PARLAMENTARISTA

SÃO PAULO

2014

CARLOS EDUARDO DIEDER REVERBEL

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E O IDEÁRIO PARLAMENTARISTA

Tese apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Direito.

Área de Concentração:
Direito do Estado

Orientador: Prof. Dr.
Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

SÃO PAULO

2014

Nome: REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder.

Título: A Revolução Federalista e o Ideário Parlamentarista

Tese apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

EPÍGRAFE

De início, uma das mais óbvias de tais metáforas, a da tempestade, apresenta muitas falhas. Pode-se esboça-la facilmente: primeiro, há a trovada distante, as nuvens escuras, a calma prenunciadora da violência, tudo isso correspondendo ao que os compêndios especializados citam, confiantes, como causas da revolução; depois vem a súbita investida da ventania e chuva, isto é, o comêço da revolução mesma; segue-se o pavoroso apogeu, com toda a violência do vento, chuva, trovões e relâmpagos, o céu limpando-se, o sol de novo brilhando, como nos dias calmos da Restauração¹.

Entrementes, reagrupavam-se as velhas forças conservadoras, preparando-se para a reconquista do poder. Silveira Martins, com os ex-liberais, e João Nunes da Silva Tavares com seus fiéis, uniram-se em Bagé no novel “Partido Federalista”, que de federalista só tinha o nome, eis que Gaspar voltara da Europa preconizando a República Unitária e Parlamentar².

A exclamação do famoso chefe republicano José Gomes Pinheiro Machado ao contemplar o cadáver exumado de Gumerindo: “*E pensar que esse arrivista fez a República tremer*”³.

A sabedoria popular, maliciosamente, ainda registra: “*Não há nada mais parecido com um CHIMANGO do que um MARAGATO no governo*”⁴.

Idéias não são metais que se fundem!

Gaspar Silveira Martins

Amo mais minha pátria do que ao negro.

Gaspar Silveira Martins

---

¹ BRITON, Crane. **Anatomia das Revoluções**. 1. ed. Tradução de José Veiga. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958, p. 37.

² FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 118.

³ CHASTEEN, John Charles. **Fronteira Rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos**. Porto Alegre: Movimento, 2003, p. 147.

⁴ MARIANTE, Hélio Moro. **Chimangos e Pica-Paus no Folclore Político-Militar Gaúcho**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1987, p. 69.

Dedico este trabalho à família REVERBEL, nas suas diversas gerações, e o faço em homenagem ao:

Coronel Ulysses Reverbel. Um dos chefes revolucionários gaúchos de maior evidência da Revolução Federalista, maragato e líder revolucionário.

Ao **Dr. Francisco Carlos Reverbel.** Destacado Membro do Diretório Regional do 2º Distrito do Partido Republicano Federalista. Um dos tribunos presentes, quando da transladação dos restos mortais, em 1920, de Gaspar Silveira Martins, de Montevideú à Bagé.

Ao ilustre Jornalista e literato **Carlos Macedo Reverbel.** Pensador político dos mais destacados do nosso Rio Grande, com sua célebre obra, Maragatos e Pica-Paus: guerra civil e degola no Rio Grande.

Por fim, ao mais novo integrante da família, meu estimado filho: **Carlos Henrique Medeiros Reverbel.**

AGRADECIMENTOS

Agradecer é tarefa difícil. Esquecer aos que merecem, sobrevalorizar uns em detrimento de outros. Como o trabalho é histórico gostaria de homenagear a todos os historiadores do Constitucionalismo brasileiro, que valorizam as instituições e sua evolução, e o faço em nome de Paulino Jacques, Pedro Calmon e Cezar Saldanha Souza Junior, exemplo de homens públicos que se preocuparam, sem demérito de outros, à História Constitucional brasileira. Não posso deixar de registrar também meus sinceros agradecimentos:

Aos meus pais e irmãos.

À minha querida esposa e ao meu filho: Daniela Medeiros Reverbel e Carlos Henrique Medeiros Reverbel.

Ao meu orientador: Professor *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*, o paulista que valoriza temas gaúchos, mais do que os próprios gaúchos. A iniciativa de trabalhar a Revolução Federalista, com viés Histórico Constitucional, partiu dele. Eu apenas as coloquei no papel. Personalidade ímpar, jurista sólido, convicções firmes, franco e sério em tudo que faz, conduziu este trabalho com a mais alta competência, compreendendo a importância da Revolução Federalista para a História Político-Constitucional da República.

Ao Professor *Cezar Saldanha Souza Junior*, meu estimando mestre, que bem compreende a tradição parlamentar do Império, originária de Gaspar Silveira Martins, aprimorada por Raul Pilla, minhas sinceras e afáveis homenagens.

Ao Ilustre ministro *Paulo Brossard*, homem de convicções sólidas, parlamentar destacado, parlamentarista convicto, tribuno inesquecível.

Ao Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul, meus sinceros agradecimentos, que na aventura de manter nossas tradições vivas, arquivam os mais relevantes documentos e jornais, mantendo viva as tradições do Rio Grande, minhas

homenagens as faço em nome do Ilustre Presidente e amigo Dr. *Fausto José Leitão Domingues*.

Aos amigos e colegas Andrio Português Fonseca, Rômulo Ponticelli Giorgi Júnior, Wagner Felloniuk, Anelise Domingues Schuler, Marcelo Schenk Duque, Mauro Lucio Baioneta Nogueira, Marcus Paulo Rycembel Boeira, Augusto Jaeger Junior, Rodrigo Valin de Oliveira, Luis Fernando Barzotto, Cláudia Lima Marques, Elton Somensi de Oliveira, Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Danilo Knijnik, pela ajuda prestada, pelo companheirismo nos momentos difíceis.

RESUMO

REVERBEL, C. E. D. **A Revolução Federalista e o Ideário Parlamentarista**. 2014. 217f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A Revolução Federalista e o ideário parlamentarista remonta à história política do Império do Brasil. Com a proclamação da República em 15.11.1889, a vida política e social modificou-se sobremaneira. A forma de Estado deixou de ser *Unitária* para ser *Federativa*, o sistema de governo deixou de ser *Parlamentarista* para ser *Presidencialista*, a forma de governo deixou de ser *Monárquica* para se tornar *Republicana*. Tais reformas lideradas pelo Marechal Deodoro da Fonseca e por Benjamin Constant depositaram grandes expectativas no povo brasileiro. Todos os males do império projetavam-se na república. Com o tempo, o povo foi vendo, pouco a pouco, que as velhas mazelas que assombravam a vida imperial, rondavam, igualmente, a vida republicana. O sistema eleitoral e as reformas eleitorais não garantiam a plena democracia, tanto que Deodoro e os seus garantiram, artificialmente, a maioria na Constituinte de 1891. O alistamento ainda era forjado, a “*grande naturalização*” favorecia os Republicanos Históricos, sendo que a vontade da Nação distanciava-se, cada vez mais, da vontade dos proclamadores da República. A instabilidade política e social era acompanhada pelo abalo econômico. As constantes emissões, a jogatina na bolsa, o “*encilhamento*”, a substituição do trabalho servil pela mão de obra livre, a substituição dos velhos liberais e conservadores do Império pela mocidade imberbe da República, toda ela inexperiente, toda ela não versada no serviço público é que passou a gerir a vida pública nos mais diferentes estados da nossa federação. A ala jovem republicana, lotada em importantes cargos administrativos e governamentais, “trocou os pés pelas mãos”, angariando a raiva das forças tradicionais do Império. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, assistiu, durante o Governo Provisório, passar pelo Estado, nada menos que seis Governadores. A instabilidade política era total. A diátese revolucionária prenunciava levantes armados em poucos dias. Parafraseando D. Pedro, Deodoro abandonou o poder, momento em que assina o decreto de alforria do “*verdadeiro escravo do Brasil*”. Assume o poder o Vice-Presidente, Marechal Floriano Peixoto, o qual presta apoio político ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o

Sr. Júlio de Castilhos. Ambos aliam-se contra o exército libertador de Gaspar Silveira Martins, que havia retornado do exílio e fundara o Partido Federalista Rio-Grandense, no Congresso de Bagé, para fazer frente ao Governo autoritário de Júlio de Castilhos. Travou-se no Rio Grande do Sul uma das mais sangrentas guerras de nossa história. A Revolução Federalista foi um guerra fratricida, que matou mais de dez mil homens. Estes revolucionários liderados intelectualmente por Gaspar Silveira Martins e militarmente pelo General Joca Tavares, Gumercindo Saraiva e Aparício Saraiva, guerrearam por três estados da federação (RS, SC e PR), fazendo a “*república tremer*”. Em certos momentos, a revolução parecia que ganharia contornos nacionais, e o Presidente Floriano temia o futuro da República. No governo de Prudente de Moraes foi assinado, na cidade de Dom Pedrito, a paz farroupilha, momento em que os maragatos de Silveira Martins e os Chimangos de Júlio de Castilhos apertaram as mãos: estava consolidada, de vez, a República.

Palavras-Chave: Parlamentarismo. Federalismo. Revolução Federalista. Império. República. Política. Ideário Político. Guerra Civil de 1893. Gaspar Silveira Martins. Raul Pilla. Júlio de Castilhos. Constituição do Império. Constituição da República de 1891. Eleições. Reforma Eleitoral. Gabinetes Ministeriais.

ABSTRACT

REVERBEL, C. E. D. **The Federalist Revolution in Brazil and the Ideas of Parliamentarism**. 2014. 217f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The Federalist Revolution and the ideas of Parliamentarism start from the Political History of the Brazilian's Empire. With the Republic's proclamation in 11.15.1889, the political and social life changed substantially. The state form stopped being *unitary* to be *federative*, the government system stopped being *parlamentarism* to be *presidentialism*, the government form stopped being a *monarchy* to be a *republic*. Such reformatations, leaded by Marshal Deodoro da Fonseca and by Benjamin Constant created great expectations in the Brazilian people. All the evils of the empire protruded in the republic. Over time, the people started to understand, inchmeal, that the old evils that haunted the empire, also prowled the republican life. The electoral system and the poll reformatations do not assured full democracy, so that Deodoro and his cronies achieved, artificially, majority in the 1891's constituent. The voter registration was wrought, the "great naturalization" favored the historic republicans, as the nation's will distinguished increasingly from the will of the republic proclaimers. The social and political instability was accompanied by the economic debacle. The constant issuance of paper money, the gambling on the stock exchange, the "*encilhamento*", the change from the slave work by the free work, the substitution of the old empire's liberal and conservative politicians by the republic's beardless youth, all of them lacking experience, without knowledge of the public service, started to manage the public life in the diferent states of the Brazilian federation. The republican's youth wing, occupying important administrative and governmental positions, created confusion, causing rage by the traditional forces of the empire. The Rio Grande do Sul's state, for instance, under the Brazilians Provisional government, had no less than six governors. There was a complete political instability. The revolutionary diathesis foreshadowed armed uprisings in few days. Paraphrasing D. Pedro, Deodoro abandoned the power, in the moment in which signs the emancipation decree of the "*true Brazi's slave*". The vice president, Marshal Floriano Peixoto, assumes the power, and provides political support to the Rio Grande do Sul's state's governor, Mr. Júlio de Castilhos. They both allied

against the Gaspar Silveira Martins's liberator army, which had returned from the exile and founded the Rio Grande do Sul's Federalist Party, in the Bagé's Congress, to oppose Júlio de Castilhos's authoritarian govern. Then happened one of the bloodiest wars of our history. The Federalist Revolution was a fratricidal war, that killed over ten thousand men. These revolutionaries, intellectually leaded by Gaspar Silveira Martins and military commanded by General Joca Tavares, Gumerindo Saraiva e Aparício Saraiva, waged war in three states of the federation (RS, SC and PR), making the "*republic tremble*". In certain moments, the revolution seemed to gain national contours, and the President Floriano feared for the future of the Republic. In the Prudente de Moraes presidential government was signed, in the town of Dom Pedrito, the farroupilha peace, when the Silveira Martins's maragatos and the Júlio de Castilhos's chimangos shaked hands: the Republic was consolidated, once and for all.

Keywords: Parliamentarism. Federalism. Federalist Revolution. Brazil's Empire. Brazil's Republic. Political Ideas. 1893's Brazilian's Civil War. Gaspar Silveira Martins. Raul Pilla. Júlio de Castilhos. Brazil's Imperial Constitution. Brazil's 1891 Republican Constitution. Elections. Electoral reformation. Prime minister offices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. Antropologia do Gaúcho: o Caudilhismo rio-grandense	15
2. Proclamação da República: Causas imediatas à Revolução Federalista.....	17
3. O ideário federalista que estava por trás da Revolução	20
4. O liberalismo e o parlamentarismo de Gaspar Silveira Martins	21
5. Cronologia do trabalho.....	23
PARTE I – A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA	27
CAPÍTULO I – A REVOLUÇÃO FEDERALISTA	27
6. A república e a revolução federalista	27
7. Conceito de Revolução	29
8. A revolução como quebra da ordem legal	33
9. A revolução como transformação política.....	36
10. A revolução como transformação política e social	38
11. A revolução federalista foi federalista?	41
12. O ideário federalista na Constituinte de 1823.....	45
13. O ideário federalista no ato adicional de 1834.....	48
14. O ideário federalista do manifesto republicano de 1870.....	52
15. Ouro Preto tenta segurar a marcha republicana e federalista.....	54
16. O federalismo por agregação: a reunião das províncias já reunidas.....	56
17. A primeira fase da federação: o excesso descentralizador quase confederativo ...	58
18. A segunda fase da federação: o retorno ao centralismo e ao unitarismo imperial	60
19. A crise financeira, a perda da liberdade, o governo ilegítimo, a apatia do povo...	63
20. O Governo Provisório e o Congresso Constituinte da República	65
CAPÍTULO II – A REVOLUÇÃO FEDERALISTA COMO REFLEXO DA REPÚBLICA	69
21. A representação política e a constituinte: entre a esperança e a frustração	69
22. Reforma Eleitoral: a maioria do Partido Republicano na Constituinte.....	71
23. Promulgada a Constituição, reconhecia-se a República interna e externamente..	73
24. A ala jovem em oposição aos velhos chefes imperiais	74
25. A desorganização social, a esperança política e o abalo econômico.....	76
26. Os “adesistas” como remédio da crise dos republicanos.....	77
27. O não solucionado pelo Império, desagua na República	78

28. A união civil e militar	80
29. Some-se a inabilidade de Deodoro	82
30. Declínio de Deodoro e a oposição de Prudente de Moraes	85
31. Barão de Lucena visita Floriano Peixoto	86
32. Renúncia de Deodoro e a ascensão de Floriano Peixoto	88
33. A escolha de Floriano: vida e obra.....	89
34. Floriano na visão dos Monarquistas	90
35. Governo do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto	91
36. Vacância da Presidência e novas eleições	93
PARTE II – O IDEÁRIO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO	96
CAPÍTULO I – A GUERRA CIVIL DE 1893	96
37. O Governo de Visconde de Pelotas	96
38. O Governo do General Júlio Frota	101
39. O curto Governo do Dr. Silva Tavares e do Dr. Carlos Machado de Bittencourt	103
40. O Governo do General Cândido Costa e a campanha de Castilhos à Deodoro... ..	107
41. A oposição se organiza e funda a “União Nacional”	110
42. O ultra-federalismo rio-grandense na Assembleia Constituinte.....	113
43. A Constituição estadual de 14 de julho de 1891: a extravagante mistura de positivismo e demagogia	117
44. O positivismo castilhista: o tributo a Auguste Comte.....	120
45. Castilhos chega ao poder: Barros Cassal retira-o	124
46. O famoso “governicho” dos dissidentes castilhistas	127
47. O retorno de Castilhos: Pródromos da Guerra Civil.....	131
48. Governos de Vitorino Monteiro e Fernando Abbott e a abertura do levante insurrecional	134
49. Maragatos e Pica-Paus: o significado da alcunha	136
50. Líderes destacados: os irmãos Saraiva	139
51. Cronologia dos principais eventos: as quatro fases da revolução	142
CAPÍTULO II – O IDEÁRIO PARLAMENTARISTA E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA	149
52. O Parlamentarismo monárquico: a experiência parlamentar de D. Pedro I.....	149
53. O Parlamentarismo “monárquico” e a Regência: Feijó e Araújo Lima	151
54. O Parlamentarismo e a experiência parlamentar de D. Pedro II	155
55. Os Gabinetes Ministeriais derrubados pelo Imperador	158

56. A Dissolução da Câmara dos Deputados pelo Governo.....	161
57. Gaspar Silveira Martins: notas introdutórias do herdeiro da tradição parlamentar do Império	163
58. Gaspar Silveira Martins: o primeiro parlamentarista da República	167
59. Gaspar Silveira Martins: federalismo centrípeto ou centrífugo	170
60. Gaspar Silveira Martins e o ideário parlamentarista	174
61. A morte de Silveira Martins e a trajetória da Revolução Republicana Federalista Parlamentar	178
62. A ascensão de Assis Brasil e o conflito com os federalistas	182
63. Raul Píla continua a tradição parlamentarista de Gaspar Silveira Martins	184
64. O Parlamentarismo de 1961: a tentativa frustrada.....	187
65. O Parlamentarismo na Constituinte de 1988: o plebiscito antecipado.....	191
CONCLUSÃO	195
66. A Revolução Federalista consolida a República	195
67. Gaspar Silveira Martins: paladino da unidade republicana da pátria	196
68. A bandeira parlamentarista de Gaspar Silveira Martins.....	198
69. O parlamentarismo de Raul Pilla: a herança parlamentarista de Silveira Martins	200
70. A doutrina positivista de Augusto Comte: a era científica ou positiva	203
BIBLIOGRAFIA.....	206

INTRODUÇÃO

1. Antropologia do Gaúcho: o Caudilhismo rio-grandense

A história política do extremo sul é verdadeiramente empolgante. Desde os primórdios, o gaúcho lançou-se na sua incoercível expansão colonizadora. Sua conquista lenta e penosa, palmo a palmo, do nosso chão, durante praticamente um século de luta, atirou os espanhóis à outra margem do Uruguai. A expansão política do gaúcho, e portanto do Brasil, que compreendia o extremo sul litorâneo, não ia além de Laguna, dali para adiante presumia-se território espanhol. Em 1807, ensinava-se que a fronteira da Espanha passava pelo Rio Pardo, cortando ao meio, de norte a sul, o território rio-grandense. Esta conquista, rende homenagens, quase exclusivamente, à bravura dos caudilhos fronteiriços. Oliveira Vianna com sapiência aduz não ter sido uma conquista *diplomática*, nem uma conquista propriamente *militar*. Foi obra privada, um empreendimento particular, dos preadores de gado, dos caudilhos. Quem conhece o terreno, o colono, vai na frente, o exército, segue-lhe o rastro⁵.

O corpo militar na retaguarda acompanhava a quase tudo de longe, pacificamente. O colono é que vai adiante, o exército com uma função secundária, mormente a de garantir, assegurar aos particulares, a posse tranquila das terras que o próprio caudilho conquistara à ponta de lança. Tão aguerrido foi o gaúcho na expansão colonizadora, que as vezes era o próprio governo da Metrópole que engendrava esforços para refrear a marcha expansionista. Como exemplo podemos citar a ordem dada ao Conde de Rezende, governador do Rio Grande, em 1792, ordenando que este evacuasse as margens do Piratini, que sendo território espanhol, os caudilhos já estavam dominando. Debalde, entretanto, tentavam refrear as conquistas caudilhescas, que aos seus ouvidos soavam como ficções diplomáticas, mais um destes tratados internacionais que nada mudavam a sua vida dura e aguerrida. Esta a criação e educação do gaúcho. Este o berço do gaúcho, o batismo de sangue das montoneras, das conquistas, da expansão, da guerra, que fez, de certa maneira, o “*governo português abandonar, de vez, a sua tradicional política de “defesa sofredora e passiva”*”⁶.

⁵ VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: O Campeador Rio-Grandense**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, v. II, pp. 169-170.

⁶ Ibidem, pp. 170-172.

A Revolução Federalista é compreensível a partir desta história caudilhesca, que protegeu contra os espanhóis nossa pátria, nossas fronteiras. A surpreendente conquista das Missões, que compreende boa parte da região de nossa campanha. Em 1801, Buenos Aires, querendo fazer valer o *Tratado de Santo Ildefonso*, de 1777, propunha a restituição daquelas terras, restituição daqueles campos. Neste momento, o brigadeiro Roscio, então governador, ao invés de entregá-los, manda para lá, reforço militar, conservando nosso território. Travamos lutas contra Artigas até anexarmos a Cisplatina ao nosso território, em 1821. A vida do gaúcho, do caudilho dos pampas, desde o nascimento, até a revolução federalista, foi marcada por revoltas, guerras intestinas, conquistas, expansão do território, guerrilhas⁷. O que justifica, com as devidas ressalvas, a dimensão que tomou a Revolução Federalista, a brutalidade com que os aguerridos gaúchos defenderam a causa federalista e parlamentarista sob a liderança civil de Gaspar Silveira Martins e militar de Joca Tavares, contra o governo autoritário do General Deodoro da Fonseca, do Marechal Floriano Peixoto e do governo local de Júlio de Castilhos.

Estes “paisanos”, esses “aventureiros”, esses “milicianos”, ou mesmo “voluntários” não passavam de aguerridos estancieiros, homens rudes, do campo, que adquiriram certo patrimônio, e que acabavam superando, e muito, as próprias forças regulares, protegendo e zelando, com maior brilho, a terra conquistada, polegada à polegada. Dizia o cronista Magalhães: “*é a melhor [tropa] do mundo; tropa de desenpenho, de que V. A. Real pode confiar tudo*”. O mesmo repisava Paulo da Gama: “*Há nesta capitania grande número de fazendeiros próprios para ocuparem os postos de cavalaria miliciana, tanto por serem abastados, como pelo seu desembarço e prática desta campanha*”⁸. Foi exatamente o que ocorreu, não mais contra espanhóis, mas contra brasileiros, em 1835, na Revolução Farroupinha, e em 1893, na Revolução Federalista. Estes caudilhos gaúchos arregimentavam entre os estancieiros, seus correligionários. O General João Nunes da Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins, cerraram fileira com outros campeadores bravos: Gumercindo e Aparício Saraiva, Pina de Albuquerque, Torquato Severo, Timóteo Paim, Ulysses Reverbel, Dinarte e Modesto Dorneles,

---

⁷ VIANNA, F., 1952, pp. 172-174.

⁸ Ibidem, pp. 180-181.

Antônio Pinheiro Machado, Laurentino Pinto, Rafael Cabeda, Estácio Azambuja, Felipe Portinho, Vasco Alves e outros⁹.

O Sorites histórico de Oliveira Vianna representa, com maior precisão, o espírito caudilhesco do nosso gaúcho, bem como a origem militar da sociedade rio-grandense:

(a) o comércio de tropas e boiadas gerou o costume da preia ao gado na campanha platina; (b) o costume da preia ao gado gerou a conquista da Planície Platina; (c) a conquista da Planície Platina gerou as zonas de atrito; (d) as zonas de atrito geraram as guerras platinas; (e) as guerras platinas geraram, por fim, essa poderosa oligarquia militar de estancieiros-soldados, que, desde as origens do povoamento, vemos passar, insensivelmente, das “arriadas”, caçadoras de rebanhos, para as “guerrilhas”, caçadoras de homens, e que, nascida ao clarão das batalhas, cresceu e educou-se entre os alarmes e fragores da guerra¹⁰.

2. Proclamação da República: Causas imediatas à Revolução Federalista

O caudilhismo rio-grandense contribuiu à revolução federalista. O gaúcho nasceu envolto em montoneras, em expedições de conquista, em expansões territoriais, em incursões e reiteradas investidas contra os espanhóis. Sem calma e sem trégua, tinha na guerra o seu *habitat* natural. A revolução federalista, entretanto, não foi uma guerra travada contra espanhóis, ou contra estrangeiros, foi uma guerra fratricida, entre os próprios gaúchos e entre estes e o governo federal. Os monografistas desta revolução, normalmente, restringem o foco de estudo às batalhas, aos levantes armados, aos aguerridos coroneis (Gumerindo, Aparício, Joca Tavares), às degolas, sem aprofundar, entretanto, as causas políticas, sociais, econômicas, constitucionais da revolução. Esta, talvez, a nossa originalidade, neste trabalho. Duas importantes descobertas devem ser antecipadas: a primeira, referente às reais causas da revolução federalista, qual seja, os erros da proclamação e consolidação da República, que acirraram os ânimos no Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, o ideal parlamentarista de Gaspar Silveira Martins que estava por trás da revolução.

A proclamação da República foi algo inusitado. Não se esperava, de fato, um terceiro reinado, nem da Princesa, nem do Conde d’Eu, o “Francês”. Sua impopularidade crescia, nem os brasileiros deixar-se-iam governar por um Príncipe que tivesse por título, apenas *uma escritura nupcial*, como lembrava P. Calmon¹¹. A nação

⁹ JACQUES, Paulino. **Gaspar Silveira Martins**: o condestável da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, p. 144.

¹⁰ VIANNA, F., 1952, pp. 186-187.

¹¹ CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1945, p. 322.

estava unida contra o terceiro reinado. Preferiam os netos do imperador, do que o Conde e a Princesa. O problema não estava, em si, na proclamação da república, (o que, de fato, já era esperado), mas sim nos reflexos que ela traria ao povo gaúcho, em especial; ao povo brasileiro, em geral. Durante muito tempo viveu-se sob a égide de um Estado Unitário Centralizado (embora as ressalvas federalistas do Ato Adicional de 34), um sistema parlamentar de governo, funcionando de *cabeça-para-baixo*¹², como lembrava Oliveira Tôrres; sob a forma monárquica de governo. De uma só penada (ou golpe), o Brasil passou a ser um Estado *federativo, republicano e presidencialista*. A expectativa gerada com o 15 de novembro foi muito grande, tudo que o Império deixava a desejar, esperava-se da República, para solucionar.

Com o tempo, foi-se vendo pouco a pouco, que as velhas mazelas que assolavam a vida imperial, rondavam a vida republicana. O sistema eleitoral e a reforma eleitoral engendrada, não modificava estruturalmente a vida política republicana. O sistema representativo forjado por Deodoro e seus correligionários, artificialmente dava maioria aos republicanos. O Congresso Constituinte necessitava dessa maioria, para chancelar os ideais dos revolucionários. A vontade da nação começava a distanciar-se da vontade dos revolucionários republicanos. Os avanços da Lei Saraiva, por exemplo, foram propositalmente refreados. Reformou-se, ainda, a lei eleitoral para ganhar as eleições, sendo que o decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889, instituiu a “*grande naturalização*”, capitaneando o eleitorado estrangeiro, *recém-chegado*, ao Partido Republicano.

De outro lado, o que irritava muito os velhos conservadores e liberais do Império, era a constante nomeação da ala jovem republicana à importantes cargos administrativos e governamentais. Os republicanos, até o presente momento eram estranhos à vida pública. Os moços da campanha republicana pouco ou quase nada sabiam da condução dos negócios públicos. P. Calógeras¹³ mencionava os jovens oficiais nomeados à presidência dos Estados. Mocinhos alguns dêles, mal haviam saído dos bancos das escolas militares. Influenciados pelo positivismo de B. Constant, cada qual julgava estar pronto para conduzir os destinos do país. Discutiam, aprovavam ou mesmo censuravam seus ministros e seus chefes, sem respeito à hierarquia. Tudo isto irritava os velhos chefes conservadores e liberais, com o era Gaspar Silveira Martins,

---

¹² TORRES, João Camillo de Oliveira. **A Democracia Coroada**. Rio de Janeiro: Vozes, 1964, p. 97.

¹³ CALÓGERAS, J. Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 308.

que haviam sido alijados do poder. A revolução federalista, reacionava contra esta ala jovem, positivista e autoritária, leitores de Comte, que *manu militari*, queriam dominar o Estado.

O governo da mocidade republicana demorou à adaptar-se à realidade brasileira. Durante este processo de adaptação, o país atravessou um momento crítico de sua história; eclodiram revoltas, revoluções e levantes nos mais diversos pontos do país. F. Freire, dizia que “*essa anarquia que se começa a sentir desde o começo de 1890*” assume a “*forma de sedição aqui, de revolta ali, de intransigência acolá, de especulações e ambições interesseiras mercenárias mais além*”¹⁴. A mocidade republicana contribuiu à desorganização social, frustrou à esperança política, assolou à solidez econômica. O Rio Grande do Sul, por exemplo, vira, em um ano e oito meses, passar pelo governo do Estado, nada menos do que seis governadores (Visconde de Pelotas, Júlio Frota, Francisco Silva Tavares, General Bittencourt, General Cândido Costa, Fernando Abbott). Os republicanos, por óbvio, não assumiam seus erros na condução do País. Mais fácil era acusar-se o partido vencido de fomentar tais desordens.

A instabilidade política e social, era acompanhada, pelo abalo econômico. Aqui sentiu-se os efeitos deletérios da abolição da escravatura. O regime econômico mudou drasticamente. A Princesa Isabel, ao substituir o trabalho servil, pela mão de obra livre, alterou profundamente a estrutura agrária gerida pelo trabalho escravo, o que acirrou a crise econômica, e deixou a mão de obra escrava livre, porém desempregada. Neste ponto, Gaspar Silveira Martins foi muito criticado, quando pronunciou, antevendo o problema, a célebre frase que lhe rendeu tantas acusações: “*Amo mais minha pátria do que ao negro*”¹⁵. Não era racista, nem nunca o foi. No Império, foi um dos defensores da abolição da escravatura, juntamente com a Princesa Isabel. Antevia, porém, a crise econômica que geraria a abolição, propondo um sistema progressivo, a ser implementado em cinco anos, concomitantemente com a *Lei do Ventre-Livre* (28.09.1871), do Gabinete conservador do Visconde do Rio Branco, e com a *Lei do Sexagenário* (Lei nº 3.270, de 28.9.1885), do Barão de Cotegipe.

---

¹⁴ FREIRE, Felisbello. **História Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Moreira Maximino, Chagas & C., 1894a, Vol. II, p. 61.

¹⁵ LAFAYETTE, Pedro. **Três Perfis**: Saldanha da Gama, Barão de Penedo e Silveira Martins. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [1950?], p. 139 e RODRIGUES, Felix Contreiras. **Esboço da Filosofia Política de Silveira Martins**. Conferência. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945, p. 33.

Impossível, portanto, dissociar as causas da revolução federalista das causas da proclamação da república. Suas influências recíprocas e simbióticas fazem da proclamação da república o capítulo introdutório da revolução federalista. A crise econômica, a crise política, a crise social, a ala jovem no governo, o favoritismo aos correligionários republicanos, a corrupção, a reforma eleitoral, os escândalos na administração influenciaram o levante federalista. Passados mais de cem anos dessa revolução é o momento de analisarmos, sem os naturais rancores dos maragatos e dos chimangos, dos republicanos e dos federalistas, dos presidencialistas e dos parlamentaristas. Sem paixões e deslumbramentos, queremos saber suas verdadeiras causas, seus reflexos imediatos no pensamento político contemporâneo, sua importância à história das ideias políticas, sua herança ao pensamento parlamentarista.

3. O ideário federalista que estava por trás da Revolução

A guerra civil de 1893 foi batizada de revolução federalista. Procede, entretanto, tal alcunha? Em nosso entender a revolução federalista foi mais parlamentarista do que verdadeiramente federalista. Sérgio da Costa Franco, autor dos mais renomados nesta matéria, tem uma passagem preciosa de sua obra, em que retrata o retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio, reagrupando-se com as velhas forças conservadoras, preparando-se para a conquista do poder. Nesta ocasião o tribuno reúne-se em Bagé, não somente com conservadores, mas ainda com ex-liberais, e funda o “*Partido Federalista*”, “*que de federalista só tinha o nome, eis que Gaspar voltara da Europa preconizando a República Unitária e Parlamentar*”¹⁶. Esta rápida passagem não recebe, porém, maior aprofundamento nem por este autor, nem pelos demais autores aqui citados. Todos retornam ao pressuposto básico, a alcunha rotineira, de revolução federalista, de partido federalista, desmembrando as fases da revolução, os líderes, as guerras, as degolas, os maragatos e os Pica-Paus...

Nossa originalidade reside nesta matéria, e aqui a tese central. A revolução federalista não foi em si federativa. Cabe perguntar: poderia existir uma revolução intitulada de federalista, contra o partido Republicano que proclamou a forma federativa de Estado, em oposição ao Estado Unitário? Talvez aí resida a pecha de restaurador, que sempre gracejava contra Gaspar Silveira Martins. Poder-se-ia afirmar, sem medo de

---

¹⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 118.

errar, que os Republicanos de Deodoro e Floriano fossem mais descentralizadores, do que o próprio Gaspar Silveira Martins. Seu federalismo era mais centrípeto do que centrífugo. Prezava pela nossa unidade, a defesa da soberania, temia que a nação brasileira se quebrantasse em vinte pequenas repúblicas, como ocorria com nossos vizinhos “espanhóis”. Silveira Martins, herdeiro da tradição parlamentar do Império, sabia a que custo tínhamos mantido nossa unidade nacional. Consciente estava dos excessos descentralizadores do ato adicional de 1834, o que gerou a reação conservadora liderada por Bernardo Pereira de Vasconcelos e que redundou na Lei Interpretativa de 1840, mais conhecida como *regresso*.

A federação vinha sendo propugnada muito antes da República. A Revolução Pernambucana de 1817, propunha tal forma de Estado antes mesmo da proclamação da independência. As discussões travadas no seio da Constituinte do Império relevavam as teses federativas levantadas naquela Revolução. Anos depois da declaração da Constituição do Império, de 24 de fevereiro de 1824, o Ato Adicional de 1834 instaura forte descentralização político-administrativa, talvez descentralização maior do que a do nosso atual federalismo, tanto que o *Regresso*, lei interpretativa do *Ato Adicional*, tratou de podar os excessos descentralizadores. O *manifesto republicano* de 1870 retoma a tese federativa, a qual sairia vencedora com a proclamação da República. Difícil enxergar rugas federativas nesta revolução federalista, já que os republicanos proclamadores da República, revolucionaram em prol da federação e do presidencialismo. Os Gaúchos, entre eles o próprio Júlio de Castilhos, defendeu no seio da Constituinte, posição ultra-federalista. Gaspar lançou a revolução em oposição ao governo autoritário de Floriano, apoiado por Júlio de Castilhos, seria incorreto, portanto, chamá-la de revolução federalista. A ambiguidade e vagueza do termo, talvez explicasse as “*concepções federativas contraditórias*” que carregavam na mente Castilhos e Silveira Martins.

4. O liberalismo e o parlamentarismo de Gaspar Silveira Martins

Gaspar Silveira Martins pouco se importava com as formas de governo. Não era nem monarquista nem republicano, embora houvesse confessado, certa vez, se precisasse escolher, escolheria a forma republicana de governo, descrédulo que estava no terceiro reinado. Tão alto era seu prestígio no Império, que Ouro Preto e o próprio Imperador viam em Gaspar Silveira Martins (*O Sansão do Império*) o único homem

capaz de consolidar a monarquia para os netos de D. Pedro II. Nomeado nas últimas horas para dirigir o ministério, embarcava para o Rio, quando sua embarcação era interceptada. Deportaram o tribuno rio-grandense para a Europa. A monarquia passara às páginas da história; a república era a situação. O próprio tribuno suspeitava que lhe solicitariam apelo o mais breve possível, e a sua profecia foi cumprida: “*hãõ de me chamar, quando a Corôa estiver rolando pelas ruas*”¹⁷.

Se pouco se importava com a monarquia ou com a república, dois pontos centrais não abria mão: da liberdade e da unidade nacional. Dizia que a liberdade estava acima de qualquer forma de governo. Mas como garantiria a liberdade e a unidade nacional? Através de mecanismos institucionais, o *parlamentarismo* e o *federalismo* centrípeto. O sistema parlamentar de governo era o mais perfeito para Gaspar Silveira Martins. Acostumado com as práticas imperiais, em que os gabinetes caíam por moção de desconfiança, mecanismo em que o povo intervinha mais eficazmente na vida política, já que a característica central deste sistema é a responsabilidade do governo perante o parlamento. Sabia, de outro lado, que no Presidencialismo o Executivo reduz, e muito, a colaboração do legislativo, afastando-se, assim, a vontade popular da vida política para o bem supremo do Estado. Em resumo: enquanto o presidencialismo reduz a liberdade; o parlamentarismo aumenta. O sistema republicano parlamentar federalista deveria propugnar, entretanto, por um federalismo mais centrípedo do que centrífugo, visto que a liberdade para o tribuno associava-se à manutenção da Unidade Nacional conquistada pelo Império.

Foi o primeiro parlamentarista da República. O Regime Parlamentar foi a escola de Gaspar Silveira Martins. Aprendera, na prática, as vantagens deste sistema, tendo “contaminado” uma enorme quantidade de políticos sobre as vantagens que o sistema parlamentar leva em relação ao sistema presidencial. Seguramente, um dos maiores tribunos da história do Brasil! Sua capacidade de convencimento, sua oratória, homem de ideias fixas, foi um dos mais agudos defensores do parlamentarismo. Poder-se-ia dizer que, tal sistema de governo manteve-se vivo na República, por iniciativa sua. Assistiu diversos gabinetes serem derrubados pelo Chefe de Estado, viu a dissolução da Câmara dos Deputados pelo Governo, acompanhou, praticamente, todo o parlamentarismo do Segundo Reinado, convencendo-se que era o melhor sistema para preservar a liberdade.

---

¹⁷ LAFAYETTE, [1950?], p. 111.

Fundou o Partido Federalista, que no fundo, era parlamentarista. Aqui reside a chave da compreensão do pensamento político do tribuno parlamentarista. Se sua bandeira, inegavelmente, era o parlamentarismo, por que fundar um partido federalista ri-grandense? A resposta não está nos livros, mas nas entrelinhas dos seus discursos, das suas ideias, do seu pensamento instrumental. Já pesava sobre ele a pecha de restaurador, de monarquista, de político liberal destacado do império. Se levantasse abertamente a bandeira do parlamentarismo, seus opositores (os republicanos históricos) mais facilmente rechaçariam seu desiderato político, pois sempre se associou monarquia ao parlamentarismo, e república ao presidencialismo. Achou, por assim dizer, a brecha da federação, que na vagueza semântica da palavra, cabe tudo, o mecanismo de, por outros meios, defender a República Parlamentar. O nome do partido era federalista, o programa pretendia incorporar o parlamentarismo à república.

5. Cronologia do trabalho

Para a compravação da tese, além da introdução e da conclusão, o trabalho foi dividido em duas partes, cada uma com dois capítulos. Do geral ao particular dividiu-se a matéria. Na primeira parte, no primeiro capítulo, dois temas introdutórios foram aprofundados, qual seja: a *revolução* e a *federação*. O primeiro termo apresenta uma policromia de significados, que valeria, inclusive, tese própria, para contextualizá-lo. Revolução, portanto, pode ser empregada em tantos sentidos, de tantas maneiras, que necessitou uma explicação prévia, preliminar, sobre o sentido e o alcance que se quer dar com este termo.

A revolução preconiza, no sentido político-jurídico que a empregamos, a mudança da ordem legal, a mudança da ordem política, a mudança da ordem social. Em realidade, tais mudanças revolucionárias, trabalham em conjunto, em sinergia. A sociedade recebe da política estímulos positivos e negativos, que geram avanços ou retrocessos legislativos. Este ciclo sociológico oscila da sociedade ao poder político organizado, influenciando-o às mudanças naturais, que por meios ordinários, via processo legislativo, poder constituinte e mutações constitucionais, conformam e aprimoram o direito. A ruptura da ordem é a exceção, e nasce seguramente do descompasso entre a ordem social e a ordem legal. Os conflitos normalmente resolvem-se por meios ordinários. Se o meio tomado for o revolucionário, deve-se buscar as causas deste

desajuste, para evitar rupturas futuras. Se nossa tese estiver certa, a causa instrumental da revolução federalista foi a proclamação e a consolidação da república, bem como a imposição do positivismo presidencialista de Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos, os eternos admiradores de Augusto Comte.

O federalismo em si é assunto secundário e colateral à tese. Esta, talvez, a parte mais polêmica de nosso escrito. Tratar da revolução federalista e relegar à segundo plano o ideal federalista de Gaspar Silveira Martins e dos revolucionários federalistas. Podemos errar neste ponto, mas conosco erram praticamente todos os tratadistas desta matéria. O ideal federalista de Gaspar não se dissocia das ideias federalistas do império. Aliás, sendo verdadeiramente rigoroso na apreciação, o federalismo arquitetado pela revolução pernambucana de 1817, o federalismo arquitetado no seio da Assembleia Constituinte do Império, o federalismo do Ato Adicional de 34, o federalismo do manifesto republicano de 1870 e o próprio federalismo dos proclamadores da república, é mais federativo, mais descentralizador, do que o federalismo preconizado por Gaspar Silveira Martins, o líder intelectual da Revolução “federalista”. Esta a razão pela qual, no primeiro capítulo, faz-se a evolução do pensamento federalista brasileiro, justamente para demonstrar que o ideário federalista brasileiro é o que impera com a república. Se Gaspar Silveira Martins revolucionou federativamente, foi contra a federação, e não a seu favor. Foi uma revolução gasparista centrípeta *versus* o federalismo florianista centrífugo.

O capítulo segundo, da parte primeira, aprofunda algumas causas imediatas da revolução federalista. A ruptura instaurada mudou os rumos da nossa história. Nós que nascemos na república, na federação, no presidencialismo, nunca enxergaremos com a mesma precisão deles, o ocaso do Império. Confabulavam há alguns meses. O governo estava apreensivo. Ninguém imaginava que dentro de poucas horas a monarquia cairia, o parlamentarismo daria lugar ao presidencialismo, a centralização da monarquia cederia espaço à máxima descentralização administrativa dos Estados-membros. A Igreja separar-se-ia do Estado, decretando o casamento civil, a política econômica tomaria rumos diversos do aplicado no passado, com o “encilhamento”, a febre comercial, a jogatina na bolsa, a especulação. Se o império emitia dinheiro tendo por lastro o ouro, o governo provisório, pelo decreto de 17 de janeiro de 1890, permitia aos bancos nacionais a emissão sobre apólices.

A reforma eleitoral frustrava as expectativas de um dia termos uma eleição honesta, ou perto da perfeição. A ala jovem empossada em cargos complexos, afastavam os velhos conservadores e liberais do Império. A república foi um arrebentar de diques, uma desorganização social, política e econômica. Os governos estaduais trocavam de governadores em dias, semanas, meses. Tudo se via, menos estabilidade política. Estes fatores precipitaram as revoltas internas em geral, a revolução federalista, em especial. A inabilidade dos jovens governadores locais só complicava a situação. Não acostumados com o poder, não versados em política, militares de carreira, iludidos com o positivismo comtiano, queriam entabular suas fórmulas matemáticas, planilhar seus métodos de ação, tudo em direção ao lema, em parte insculpido, pela república, em nossa bandeira: *o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim*. Todos estes fatores, contribuíram, *ceteris paribus*, à deflagração da guerra civil de 1893.

Após esta parte introdutória em que tratamos da *revolução*, do *federalismo* e da conscientização do *modus operandi* dos proclamadores da república; passamos a analisar no capítulo primeiro, da parte segunda, às especificidades políticas ocorridas no Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Com esta apreciação confirmar-se-á que a diátese revolucionária que se sentia no âmbito federal, repetia-se, com a mesma intensidade, no governo local. Em menos de dois anos, passaram pelo governo do Estado, nada menos que seis Presidentes, o que comprova a agitação política e o clima bélico que se instaurava no Estado. Quando o “*governicho*” (junta governativa da qual fazia parte Assis Brasil) é deposto, assume o poder, Júlio de Castilhos, o qual, apoiado por Floriano Peixoto iria resistir bravamente a investida violenta dos revolucionários federalistas. Aqui um fato inusitado e também inexplorado na Revolução Federalista. Teria sido ela a consolidadora da República? Cremos que sim. Até então os movimentos restauradores, colocavam em dúvida a permanência da República. Pedro Segundo chegava a conspirar da Europa um terceiro reinado. Os restauradores financiavam, discretamente, a revolução. Deodoro abandonara o posto por muito menos. Floriano foi às últimas consequências...

Por fim, no segundo capítulo, da parte segunda, encerramos a tese com o ideário parlamentarista de Gaspar Silveira Martins. Como foi educado no parlamentarismo imperial, não nos furtamos de desenvolver nos cinco tópicos iniciais, um pouco da prática parlamentar do Império, a política das derrubadas, a moção de confiança e de desconfiança, a responsabilidade do Governo perante o Parlamento, a dissolução da

Câmara dos Deputados pelo Governo, os Gabinetes Ministeriais derrubados pelo Imperador. Enfim, uma visão geral da prática parlamentarista do império, mormente do segundo reinado. Em seguida, contextualizamos a vida e a obra de Gaspar Silveira Martins, como o herdeiro desta tradição parlamentar, tendo sido o primeiro aguerrido e obsecado defensor do parlamentarismo na República.

Após a sua morte, em 1901, muito se cogitava, qual seria a trajetória da Revolução Republicana Federalista Parlamentar? Sabe-se que quando os grandes líderes morrem, a chama ideológica defendida abrandando-se. Foi o que ocorreu. O parlamentarismo esmoreceu, e a brasa reacende, entretanto, em 1920, quando da trasladação dos restos mortais de Gaspar Silveira Martins, de Montevideu à Bagé. Reassume o posto vago de Silveira Martins, o “*Papa do Parlamentarismo*”, o médico e parlamentar Raul Pilla, auxiliado, em parte, e com as devidas ressalvas, por Assis Brasil, na revolução de 1923, tentando impedir um dos males do presidencialismo, qual seja: o quinto mandato do Governador Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul.

Assis Brasil perdeu o pleito, porém Raul Pilla seguiu os rumos abertos por Gaspar Silveira Martins, tanto que reiteradamente apresentava emendas parlamentarista (1948, 1951, 1954). Quando a crise de 1961 instaurou-se, com a renúncia Jânio Quadros e os problemas em torno de seu vice; o acordo costurado foi a EC nº 4/61, que foi buscar nas teses de Pilla, o sistema parlamentar de governo para o Brasil. O parlamentarismo da república passou tão depressa, que sequer deixou marcas positivas ou negativas. Abortada abruptamente em 1963, renasceria na constituinte de 87, porém relegada, ao consolo de constar no ADCT. A morte do Presidente Tancredo Neves (parlamentarista convicto), fazia o seu Vice-Presidente assumir o poder. José Sarney, zeloso pelo poder, não abandonaria a possibilidade de cumular a Chefia do Estado com a Chefia do Governo. Longe estava da altivez de “*ser uma rainha da Inglaterra*”, para nomear um primeiro ministro que assumisse o governo, com responsabilidade perante o parlamento.

PARTE I – A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

CAPÍTULO I – A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

6. A república e a revolução federalista

Numerosas foram às revoluções da história brasileira que abalaram a vida da República. De norte a sul, levantes armados protestaram contra o Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, do Marechal Floriano Peixoto, bem como contra o governo civil de Prudente de Moraes. De todas as revoluções ou revoltas intestinas, nenhuma deu tanto trabalho à República; nenhuma exigiu dela tão consideráveis sacrifícios; nenhuma a colocou em tão iminente perigo, quanto a Revolução Federalista de 1893. A mais sangrenta, a mais avassaladora e a mais triste¹⁸ das revoluções brasileiras ameaçou quebrantar nossa integridade nacional¹⁹.

A população rio-grandense assistiu às barbáries da guerra civil de 1893, que opôs maragatos e chimangos, “federalistas” e republicanos, “revolucionários” e governistas²⁰. A guerra civil foi batizada de “*revolução federalista*”. Tal batismo não é contestado pela maciça doutrina que trata do assunto. Os livros tomam como pressuposto ter havido uma revolução, bem como ter sido ela federalista. Abstraindo o nominalismo ainda arraigado em nossa cultura, investigaremos o assunto da ótica do Direito Constitucional, da Teoria do Estado, da Ciência Política e da História das Ideias, aprofundando as reais concepções “federativas” e “revolucionárias” de Castilhos e de Silveira Martins, ponderando, com imparcialidade, os acontecimentos políticos deste período. Adiantamos ter havido, em realidade, uma guerra civil pelo parlamentarismo.

---

¹⁸ Tão triste fora os acontecimentos políticos desta época, tantas vidas foram catadas pela lança e pela faca dos caudilhos Rio-Grandenses, que ilustres historiadores do nosso Estado relutaram a escrever sobre esta revolução que tanto depõem contra nossa civilização. Di-lo expressamente no prefácio de sua obra ESCOBAR, WENCESLAU. **Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893**. Brasília, UnB, 1983, prefácio.

¹⁹ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. **História da República Rio-Grandense**. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1882, pp. 1-2.

²⁰ Ver FLORES, Moacyr & FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999, pp. 39-40.

Não se pode negar que a “*Revolução Federalista*” objetivava trocar a oligarquia que estava no comando do Estado, representada por Júlio de Castilhos, pela liderada por Gaspar Silveira Martins, já que os liberais e monarquistas haviam sido aliçados do poder, desde a proclamação da República, pelo golpe militar do Marechal Deodoro da Fonseca, em 15.11.1889. A guerra civil travada, além da bandeira parlamentarista, insurgia-se pela liberdade do povo, que através do voto controlaria e fiscalizaria os atos do governo. Passados, entretanto, mais de cem anos dessa revolução alguns fatos ainda são incompreensíveis, pois os fins a que se prestavam os revolucionários, não justificam os meios brutais, a intolerância, o fanatismo político e a violência que empregaram. Os governistas, os chimangos, usaram da mesma violência, foram tão degoladores, quanto os maragatos²¹.

Além do mais, resta saber também o *sentido* e o *alcance* que os maragatos de Gaspar Silveira Martins, Gumercindo Saraiva e Silva Tavares queriam expressar com a palavra *revolução*. Termo ambíguo e abrangente admite tantas configurações, que poderíamos escrever tese própria só sobre o sentido e o alcance do termo²². Apenas por curiosidade, sabemos que o conceito ingressou nas ciências naturais e ganhou importância somente através da obra de Copérnico, intitulada *De revolutionibus orbium coelestium*²³. Assim que o vocábulo latino *revolução* designava o movimento regular, sistemático e cíclico das estrelas²⁴. Seguramente os revolucionários não empregavam este sentido astronômico do termo, embora houvessem contemplado as estrelas nas suas longas cavalgadas pelos pampas rio-grandenses. Revolução para eles era deposição de

²¹ FLORES, M.; FLORES, H., 1999, pp. 39-40.

²² O aprofundamento no tema deve passar obrigatoriamente pelos seguintes monografistas: CALVERT, Peter. **Revolution**. London: Macmillan, 1970, *passim* (obra erudita que traça excelente evolução do conceito na história, do antigo Egito às revoluções modernas da América Latina); ARENDT, Hannah. **On Revolution**. London: Penguin Books, 1965, *passim*; TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. 2. ed. Trad. De Yvonne Jean. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, *passim* (obra voltada à Revolução Francesa, porém erudita para demonstrar a importância que a irreligiosidade exerceu sobre a Revolução Francesa, a mais célebre de todas as revoluções); BRITON, 1958, *passim*; Não monografistas, porém não menos importantes são os seguintes clássicos: PLATÃO. **A República**. 13. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2012, Livros IV, V e X. ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega, 1998, Livro V, 1302a. AQUINAS, Thomas. **Selected Political Writings**. ed. e intr. de Alexandre Passarin d'Entrèves, Oxford: Basil Blackwell, 1959, p. 31 e ss; _____. **La monarquia**. Madrid: Editorial Tecnos, 2002, especialmente livro 1, capítulo 6, pp. 29-34; _____. **Suma Teológica**. Madrid: Moya y Plaza, 1880, Tomo III, Questão XL, art. 1º e Questão XLII, art. 2º; MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007a, *passim*; _____. **Discurso sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007b, *passim* (Considerado por Hannah Arendt como o *Pai espiritual da Revolução*).

²³ *Apud*. ARENDT, 1965, p. 42.

²⁴ *Ibidem*, p. 42.

Castilhos, deposição de Floriano, a troca do presidencialismo pelo parlamentarismo, eleições limpas. Não eram contra a república, mas sim contra o *modus operandi* dela.

A guerra civil de 1893, intitulada de Revolução Federalista, emprega, ao menos, três significados ao termo *revolucionarismo*. Aliás, estes elementos são comuns a todas as revoluções, vejamos: (a) *revolução* como tentativa de quebra da ordem legal; (b) *revolução* como transformação da ordem política e (c) *revolução* como transformação da ordem política e social²⁵. A revolução ao minar a ordem legal vigente pretende substituir a lei positiva equivocada, considerando-a opressora, retrógrada, incoerente e insubsistente; o próximo estágio é a reforma política, *alterando-se* as *leis escritas* já anuladas, redigindo-se uma nova; o último passo, e este o mais difícil deles, é o da consolidação da revolução pela *alteração* da estrutura *social*. Este tecido complexo e coeso, originariamente imutável por meios ordinários, precisa de pressões internas e externas para mover-se com maior celeridade. A revolução ao quebrar a ordem legal, ao substituir as leis vigentes, acelera as mais profundas mudanças sociais. A mudança social é o termômetro do sucesso revolucionário.

7. Conceito de Revolução

A primeira aproximação do conceito de revolução remonta, como vimos, à astronomia, ou mesmo à astrologia. Ingressou nas ciências naturais e ganhou importância somente através da obra de Copérnico, intitulada *De revolutionibus orbium coelestium*²⁶. Para os cientistas o vocábulo latino *revolvo* designava o movimento regular, sistemático e cíclico das estrelas²⁷. Aliás, a etimologia da palavra *Revolução*²⁸ provém da expressão latina *revolvo, revolutio, ónis* que significa o ato de revolver, voltar a mesma origem. O movimento de translação da terra em torno do sol, o movimento regular e sistemático das estrelas, em astrofísica, astronomia e astrologia demonstram a independência do movimento dos astros em razão do homem. Revolução,

²⁵ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **O Poder Constituinte**. São Paulo: Saraiva, 2005, pp. 33-46.

²⁶ *Apud*. ARENDT, 1965, p. 42.

²⁷ *Ibidem*, p. 42.

²⁸ MAISSIAT, Georges Ignácio. **Pequeno Dicionário de Latim**. Porto Alegre: Edigal, 2002.

nesta acepção, não se atrelava nem a novidade, nem era caracterizado pela violência. Pelo contrário, a palavra indica uma recorrência, um movimento cíclico²⁹.

O termo, entretanto, só passou a ser usado analogicamente na política em meados do século XVI³⁰, descrevendo, inicial e metaforicamente, os movimentos políticos e sociais que servissem para ocasionar um retorno às origens, um retorno a uma ordem preexistente e predeterminada. No século XVII, utilizou-se o termo revolução não no sentido de designar a revolta que rebentou na Inglaterra, pela qual Cromwell assumiu sua primeira ditadura revolucionária. Pelo contrário; associou-se ao termo revolução, a restauração da monarquia³¹, após a derrubada do parlamento, em 1660. No mesmo sentido, o termo revolução foi empregado quando em 1688, os *Stuarts* foram expulsos e o poder real foi transferido para *William and Mary*. A *Revolução Gloriosa* foi entendida como a restauração do poder monárquico à sua antiga glória e honradez³². Talvez aí resida a pecha de restaurador que caía sobre Gaspar Silveira Martins. Revolução já foi sinônimo de restauração. E faz sentido, revoluciona-se para mudar algo de ruim, restabelecendo o que já tínhamos. Silveira Martins nunca escondia as vantagens do parlamentarismo do II Império. Queria abertamente restaurar, na república, aquele sistema de gabinete.

Modernamente, o sentido do termo foi sendo alterado. A *revolução* bem a definiu CONDORCET, como algo que só pode ser aplicado ao movimento que objetiva a **liberdade**³³. A liberdade e a era moderna praticamente coincidem³⁴ e foi exatamente na modernidade que a questão social começou a desempenhar um papel importante e o homem começou a duvidar que a pobreza é inerente à condição humana. Tais condições de vida não são perpétuas e inevitáveis. Passaram, os homens, a pensar que a vida na terra pode ser abençoada com abundância, ao invés de serem amaldiçoadas pela escassez. Esta foi a experiência das Colônias Norte-Americanas quando

---

²⁹ Para H. ARENDT: *Nothing could be farther removed from the original meaning of the word "revolution" than the idea of which all revolutionary actors have been possessed and obsessed, namely, that they are agents in a process which spells the definite end of an old order and brings about the birth of a new world.* (ARENDT, 1965, p. 42).

³⁰ ARENDT, Hannah. **Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 34.

³¹ Para TOCQUEVILLE: "one might have believed the aim of the coming revolution was not the overthrow of the old regime but its restoration". (TOCQUEVILLE, Alexis de. *L'Ancien Régime*, Paris: [s.n.], 1953, Vol. II, p. 72).

³² ARENDT, 1965, pp. 42-3.

³³ CONDORCET. **Sur le sens du mot révolutionnaire**: Euvres 1847-9. [s.l.]: [s.n.], [19__], vol. XII, passim.

³⁴ ARENDT, 1965, p. 29.

independizaram-se da metrópole³⁵. O *Congress*, reunido em 4 de julho de 1776 foi emblemático:

(...) all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness. — That to secure these rights, Governments are instituted among Men, deriving their just powers from the consent of the governed, — That whenever any Form of Government becomes destructive of these ends, it is the Right of the People to alter or to abolish it, and to institute new Government ...³⁶

Tal fenômeno não demoraria a ressoar no pensamento Europeu, demonstrando que a questão social e a rebelião dos pobres poderia jogar um papel verdadeiramente *revolucionário*. A sociedade americana rompeu este ciclo de uma vez por todas. Há uma quantidade de estudos, neste sentido, demonstrando a influência americana na Revolução Francesa, e *vice-versa*³⁷. Espécie de vasos comunicantes, seja da *Constituent Assembly*, seja da *Déclaration des Droits de l'Homme*³⁸.

Este sentido igualitário estabeleceu um novo corpo político, uma nova forma de governar. O “*novo continente*” estabeleceu o “*novo homem*”, uma nova igualdade, que nas palavras de Jefferson, “*os pobres se divertem com os ricos*”. Tal fator revolucionou não somente a América, mas em essência o próprio espírito humano, o espírito de liberdade. A revolução da era moderna foi a radical mudança da condição social. A secularização, a separação entre política e religião foram fatores cruciais para o fenômeno da revolução. Lutero sacudiu o mundo quando libertou a palavra de Deus da tradicional autoridade da Igreja³⁹. Esta foi, em essência, a grande revolução moderna, momento no qual o homem passou a acreditar que um novo começo pode ser, de fato, um fenômeno do político, em prol da *liberdade* crescente⁴⁰. Este espírito de *liberdade* estava arraigado nos corações dos revolucionários. Sabiam que a condição social era determinada pela política dos governistas, pelo exclusivismo de Floriano, fortemente centralizador do poder, oligárquico, positivista, autoritário.

Atualmente, pelas modernas codificações, toda revolução social pela liberdade, pressupõe uma quebra da ordem jurídica. A *revolução* enquanto *fenômeno jurídico* é

³⁵ ARENDT, 1965, p. 22.

³⁶ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA. WASHINGTON: U.S. CONGRESS, 1776.** Texto integral disponível em: <<http://www.ushistory.org/declaration/document/>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

³⁷ ARENDT, 1965, p. 73.

³⁸ Ver, por todos, AULARD, Alphonse. Révolution française, et révolution américaine. In: *Études et leçons sur la Révolution française*. [s.l.]: [s.n.], 1921, vol. VIII, *passim* e ARENDT, 1965, pp. 23-4.

³⁹ ARENDT, 1965, p. 25.

⁴⁰ Ibidem, p. 46.

precedida pela *revolução* enquanto *fenômeno social*. Ocorre, como cunhou Ivo Dantas⁴¹, um Hiato Constitucional entre o texto legal e ordem social. Há um verdadeiro “divórcio”, lacuna ou choque, entre o conteúdo da constituição política (direito legislado) e o conteúdo da realidade social vivida (direito aplicado). Tal dualidade não se sustenta nos moldes estabelecidos, assim: ou a realidade social retrocede e trava a mudança, ou a constituição deve se adaptar às mudanças do novo tempo. Este descompasso dá lugar à revolução, à ruptura, à transformação revolucionária da ordem estabelecida⁴². FERREIRA FILHO, mostra que a revolução, “*fenômeno social, é o veículo do Poder Constituinte, o transportador, por assim dizer, o instrumento pelo qual se concretiza a manifestação do Poder Constituinte*”⁴³.

Para Hans Kelsen, toda modificação ilegítima da Constituição, e neste ilegítima, leia-se, toda modificação não expressamente (juridicamente) prevista na Constituição que se busca alterar, é uma alteração revolucionária. A Constituição quando nasce, carrega consigo uma série de normas procedimentais que regulam sua modificação. Apresenta as linhas gerais em que pode ser modificada, o processo e o procedimento cabível para tanto. Assim que a modificação da constituição vem expressa na própria constituição⁴⁴. A revolução é, portanto, a modificação da Constituição (antiga), visando instaurar uma constituição (nova), contra as regras, e os procedimentos estabelecidos naquela constituição, em verdadeira revelia aos procedimentos estabelecidos para a sua mudança. A constituição não é Constitucionalmente modificada, mas revolucionariamente alterada. Veja que a ordem jurídica determina o começo e o fim da validade das normas que a integram. A norma é válida, portanto, pelo respeito ao procedimento, mas também e na medida em que for legitimada, quer dizer, aceita⁴⁵. Mas deixemos o próprio Kelsen falar:

Uma revolução no sentido amplo da palavra, compreendendo também o golpe de Estado, é toda modificação ilegítima da Constituição, isto é, toda modificação da Constituição, ou a sua substituição por uma outra, não

⁴¹ DANTAS, Ivo. **Poder Constituinte e Revolução**: breve introdução à teoria sociológica do direito constitucional. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1978. (Dissertação defendida junto ao Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES – da Universidade Federal de Pernambuco – área de concentração em Sociologia Jurídica – 1976). Especialmente no cap. IV, *passim*.

⁴² Alternativa comum levantada pelos constitucionalistas vem a ser a mutação constitucional, momento em que o texto constitucional permanece inalterado, porém adapta-se à norma escrita sentido diverso daquela que lhe era atribuída. O texto permanece o inalterado, entretanto, o sentido e o alcance da norma é que mudam. FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. **Processos informais de mudança da Constituição**: mutações constitucionais e mutações inconstitucionais. São Paulo: Max Limonad, 1986, *passim*.

⁴³ FERREIRA FILHO, 2005, p. 34.

⁴⁴ KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 232 e ss.

⁴⁵ KELSEN, 2003, pp. 233 e ss.

operadas segundo as determinações da mesma Constituição. Dum ponto de vista jurídico, é indiferente que esta modificação da situação jurídica seja produzida através de um emprego da força dirigida contra o governo legítimo ou pelos próprios membros deste governo, através de um movimento de massas populares ou de um pequeno grupo de indivíduos. Decisivo é o fato de a Constituição vigente ser modificada ou completamente substituída por uma nova Constituição através de processos não previstos pela Constituição até ali vigente⁴⁶.

Aqui uma peculiaridade interessante às revoluções “republicana e federalista”. Ambas adotaram por finalidade a destituição do regime jurídico vigente, nos termos que Kelsen define a modificação ilegítima da Constituição. A república quebrou a ordem jurídica imperial, em desacordo com regras estabelecidas pela Constituição do Império de 1824. Foi o emprego da força (em que pese haja sido, nos primeiros anos, por demais pacífico tal transição revolucionária) contra o governo legítimo do Imperador. Argumentar-se-ia, não ser tão “legítimo” o governo constitucional de 1824, em razão da dissolução da Assembleia Constituinte por Pedro I. O pretense erro de legitimidade, foi sanado, seguindo o próprio Kelsen, pela aceitação unânima do povo brasileiro, à figura imperial que ali estava. Os revolucionários federalistas, almejavam, embora falhassem neste intento, derrubar a Constituição Castilhistas de 14 de julho de 1891, contra as regras formais estabelecidas por esta Constituição. Aqui republicanos e federalistas aproximam-se, embora os republicanos tenham atingido, revolucionariamente, o fim almejado.

8. A revolução como quebra da ordem legal

A ordem legal já havia sido quebrada. Nada de novo queriam os “*revolucionários federalistas*”, que a proclamação da república já não lhes tivesse dado. O gaúcho, entretanto, é um povo *sui generis*. A colonização açoriana – nos explica Assis Brasil – foi um pouco diferente nos pagos do Rio-Grande, os portugueses que imigraram para o sul eram de espécie distinta. Eram açorianos, entretanto, nos Açores “*(...) a primitiva população se havia modificado sob o influxo do meio. Era uma raça forte e persistente, singularmente predisposta para constituir sólido tronco a uma nova população*” Outros

---

⁴⁶ KELSEN, 2003, p. 233.

portugueses chegaram mais tarde, já encontrando esse tronco original, do qual foram também influenciados, é claro, em menor grau⁴⁷.

Corrobores-se tal peculiaridade gauchesca com as observações sociológicas de Oliveira Vianna, ao trabalhar as *Populações Meridionais do Brasil*. Na metade do segundo volume apura, sociologicamente, a capacidade de organização dos caudilhos gaúchos. Demonstra ser a guerra a escola onde adquirem os *hábitos de autoridade*, bem como onde reforçam as suas *capacidades de mando*. As conquistas na Planície Platina foram, antes, conquistas particulares desses caudilhos à paisana, do que ato honroso de nossos generais, comandando soldados arregimentados⁴⁸. Estes milicianos do sul formavam, junto à zona da fronteira, “uma verdadeira sub-organização marcial”, pequenos clãs, verdadeira escola aos militares. Quando D. Pedro de Ceballos iria passar com sua cavalaria pelo campo de operações do Chuí, informa-nos O. Vianna que o tio-avô do futuro Herval pedia, impacientemente, que lhe mandassem o auxílio salvador desses “paisanos”⁴⁹. O. Vianna resume o nosso revolucionarismo caudilhesco em interessante sorites histórico:

- a) o comércio de tropas e boiadas gerou o costume da preia ao gado na campanha platina;
- b) o costume da preia ao gado gerou a conquista da Planície Platina;
- c) a conquista da Planície Platina as guerras platinas;
- d) as guerras platinas geraram, por fim, essa poderosa oligarquia militar de estancieiros-soldados, que, desde as origens do povoamento, vemos passar, insensivelmente, das “arriadas”, caçadoras de homens, e que, nascida ao clarão das batalhas, cresceu e educou-se entre os alarmantes e fragores da guerra⁵⁰.

Este povo que rapidamente contextualizamos – aguerrido e belicoso, honesto e bravo, de temperamento rude e excessiva impaciência – não se contentava com a

⁴⁷ ASSIS BRASIL, 1882, p. 13.

⁴⁸ “No sul, durante o ciclo das conquistas, o poder militar exercia, antes de tudo, apenas o papel de um agente de coordenação e organização. Era ele quem dava aos elementos populares (predadores, peões, estancieiros, contrabandistas de fronteira, aventureiros de S. Paulo) uma direção estratégica, um plano de ataque, uma sistematização de métodos de luta. O nervo da guerra, porém, a matéria prima, o elemento plástico – sobre que trabalhava a técnica dos estrategistas oficiais, saídos das escolas de guerra – este não estava nos quartéis, nem vivia no confinamento das casernas, pealando, boleando, ‘parando o gado’ nos rodeios ou preando os rebanhos na fronteira. Este nervo dos exércitos de linha eram os corpos de guerrilheiros”. VIANNA, F., 1952, segundo volume, pp. 177-178.

⁴⁹ Ibidem, pp. 169-187.

⁵⁰ Ibidem, pp. 186-187.

política republicana de Deodoro, mormente com o autoritarismo de Floriano Peixoto. Queriam a quebra da ordem do que já havia sido quebrado. Federalizar o que já havia sido federalizado. Seria a revolução, dentro da própria revolução. Nós que nascemos na República e na Federação não temos a exata consciência do ocorrido, sendo que da noite para o dia o Brasil passou de Estado Unitário Centralizado à Estado Federal; de Monarquia à República; de Presidencialismo à Parlamentarismo. Alteramos nossa forma de Estado, nossa forma de Governo e nosso Sistema de Governo. Seria possível uma revolução maior do que esta? Uma ruptura maior do que esta? Uma quebra da ordem legal maior do que esta?

Este sentido revolucionário dos republicanos guarda certa correlação com a *subversão* da ordem estabelecida, pois os revolucionários querem destruir, com rigor e precisão, a ordem constitucionalmente posta, substituindo-a por ideologia oposta, em suas bases e fundamentos⁵¹. Guardadas as devidas proporções e temperamentos, esse elemento não era estranho aos ideais *subversivos* e *permanentes* do comunismo, faltava-lhe, talvez, a universalidade.

Curioso, entretanto, a extrema facilidade com que os republicanos destruíram a monarquia. Até hoje causa estranheza aos historiadores – para não dizer aos cronistas – como na manhã de 15 de novembro, tão calmamente e sobriamente a república fora proclamada⁵². O ocaso do Império, suas estruturas e bases foram consumidas mais pela diátese originária, do que pela habilidade dos republicanos⁵³. O 15 de novembro passa incólume de guerras intestinas, de comoções internas, mesmo que tenha alterado profundamente o rumo do Brasil. De outro lado, a *revolução federalista* abortada e mal-fadada, sem ter quebrado a ordem política vigente, sem ter deposto presidente ou imperador, sem ter alcançado seus fins e objetivos foi, talvez, a mais sangrenta, a mais

---

⁵¹ FERREIRA FILHO ao definir guerra revolucionária lembra-nos apresentar ela três caracteres gerais: “*subversiva, universal e permanente. Subversiva, porque busca destruir radicalmente a ordem estabelecida, substituindo-a por outra a ela oposta. Universal, porque procura o estabelecimento em toda a parte de regimes comunistas. Permanente, porque se desdobra sem interrupção, adotando diferentes técnicas segundo os momentos, inclusive não cessando nos aparentes recessos*”. (FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **A democracia possível**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1976, p. 70)

⁵² J. M. De Carvalho, citando carta de Aristides Lobo ao Diário Popular de São Paulo, três dias após a proclamação da República, nos relata a dimensão do problema: “Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo **bestializado**, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar”. Aliás, de tal citação, seguramente retirou o nome da obra. (CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9).

⁵³ BELLO, José Maria. **História da República 1889-1854**: Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p. 1-2.

avassaladora, a mais violenta de todas as guerras intestinas de nossa história. A proclamação da república revolucionou tudo: o unitarismo, o centralismo, o parlamentarismo, o monarquismo, a religiosidade, as finanças, as classes políticas, os partidos políticos, o sistema de eleição... tudo na mais “santa paz”, uma “revolução branca”, “sem armas”. Aqui uma peculiaridade a ser compreendida, a proclamação da república é o capítulo introdutório da *revolução federalista*, tal revolta tem como causa imediata os erros da República. Proclamá-la foi fácil; consolidá-la, nada fácil.

9. A revolução como transformação política

As “*causas*” da república nos dão a dimensão das reformas políticas pretendidas pela revolução. Trata-se do problema clássico da relação entre o cidadão e o Estado, entre o cidadão e o sistema político. Pondere-se, porém, a carência de *povo* que herdávamos do Império⁵⁴. J. M. de Carvalho citava sábio francês que se apercebia da realidade do Brasil da época, ao comentar em sua obra *L’Esclavage au Brésil*⁵⁵: “*O Brasil não tem povo*”. Talvez, seja esta a justificativa pela qual a proclamação da República não tenha a participação maciça do povo, que assistiu tudo “*bestializado*”, somado à paciência “*quase-budista*” e adoentada de Pedro II.

As transformações políticas gestadas com a ruptura da ordem constitucional do Império parecem ter sacudido o pacato, passivo e submisso povo brasileiro. Este momento político reflete a primeira grande mudança de regime político após a independência do Brasil. Os propagandistas da república, desde o *manifesto*

---

⁵⁴ Escreveu ALCEU DE AMOROSO LIMA: “Foi-se vendo pouco a pouco – e até hoje o vemos ainda com surpresa, por vezes – que o Brasil se formara às avessas, começara pelo fim. Tivera Coroa antes de ter Povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economia. Tivera conceito exterior antes de ter consciência interna. Fizera empréstimos antes de ter riqueza consolidada. Aspirara a potência mundial antes de ter a paz e a força interior. Começara em quase tudo pelo fim. Fora uma obra de inversão, produto, como vemos, de um longo oficialismo. Esse oficialismo garantira-lhe a unidade geográfica, a unidade religiosa, a unidade linguística e em parte a unidade étnica, condições todas fundamentais para a unidade nacional” (Política e Letras, In: CARDOSO, Vicente Licínio. **A Margem da História da República**. 2ª ed., Brasília: UnB, 1981, Tomo II, p. 51); Ver ainda, VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Pequenos Estudos de Psicologia Social**. São Paulo: [s.n.], 1942, p. 172; MARTINS, Wilson. **Introdução à Democracia Brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1951, p. 62; SOUZA JUNIOR, Cezar Saldanha. **Consenso e Constitucionalismo no Brasil**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002b, p. 19.

⁵⁵ COUTY, Louis. *L’Esclavage au Brésil*. Paris: Guillaumin, 1881, p. 87, *Apud* CARVALHO, J., 1987, p. 10.

republicano adiantavam as reformas políticas necessárias⁵⁶, em que pese o povo não estivesse totalmente convencido delas. Podemos sumariá-las de acordo com as “*causas da república*”, a saber: (1) a questão militar; (2) a questão religiosa; (3) a questão servil; (4) a questão federativa⁵⁷. Não podemos excluir, porém, como causas reflexas, o parlamentarismo, o regime eleitoral e o governo pessoal⁵⁸. De todas as causas, ficaremos nos estritos limites propostos pela pesquisa: *a questão federal*.

Ao lado da República, que prometia maior participação do povo na tomada de decisões, estava à federação. Esta a *verdadeira revolução* que permitiria modificar a frase de LOUIS COUTY de *O Brasil não tem povo para o O Brasil passa a ter povo*. Em realidade, o eleitorado inexistente começa a tomar consciência de seu papel. Se no império as mudanças políticas operavam-se de *cima-para-baixo*⁵⁹, a partir do Imperador, numa espécie de parlamentarismo invertido⁶⁰; com a república e a federação, o povo passou a operar de *baixo-para-cima*, e o poder local respirou a liberdade almejada. De outro lado, quanto maior a liberdade, maior a responsabilidade. As funções políticos-administrativas passaram a ser geridas pela base e a política passou a ser vivida de forma mais intensa, para o bem e para o mal⁶¹.

⁵⁶ “A República, na voz de seus propagandistas mais radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, era apresentada com a irrupção do povo na política, na melhor tradição da Revolução Francesa de 1789, a “revolução adorada”, como a chamava Silva Jardim. O regime monárquico, vivendo à sombra do Poder Moderador, era condenado pelo manifesto republicano de 1870 como incompatível com a soberania nacional, que só poderia ser baseada na vontade popular”. CARVALHO, J., 1987, p. 9.

⁵⁷ TORRES, 1964, pp. 454-464; ou VIANNA, Helio. **História do Brasil: Monarquia e República**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962, tomo II, pp. 211-220.

⁵⁸ FREIRE, Felisbello. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, vol. I, pp. 107 e ss.

⁵⁹ O discurso do Senador lança o célebre Sorites de Nabuco: “Ora, digei-me: não é uma farsa? Não é isso um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições em nosso País? Vede esse sorites fatal, esse sorites que acaba com a existência do sistema representativo: - o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar Ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque ha de fazê-la, esta eleição faz a maioria. Eis, aí está o sistema”. ARAÚJO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de. **Um Estadista do Império**. São Paulo: [s.n.], 1936, Vol. II, p. 82; Ver ainda: TORRES, João Camillo de Oliveira. **O Presidencialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1962b, pp. 99 e ss; LIRA, Heitor. **História de D. Pedro II**. São Paulo: [s.n.], 1928, 1940, v. II, pp. 522-523; SOUZA JUNIOR, 2002b, p. 38.

⁶⁰ J. C. de Oliveira Tôrres utiliza a expressão Parlamentarismo de cabeça para baixo. Em TORRES, 1964, p. 97, acrescenta: “O Imperador mudava os ministérios e êstes as Câmaras. Êste foi o único processo regular de oposições chegarem ao poder que jamais tivemos. Não havendo opinião pública organizada, nem meios de penetração ideológica em grandes massas do nosso povo, nem condições materiais e espirituais para eleições livres – D. P. II, usando de sua função de Poder Moderador, de fiel da balança, substituíra-se ao povo e dava vitória à oposição...”.

⁶¹ Fatores demográficos também influenciaram (a população quase dobrou entre 1872 e 1890). A imigração altera também a composição da república (só no ano de 1891, imigraram para o Brasil 166 321 pessoas); os escravos são lançados no mercado de trabalho. Maiores detalhes em: CARVALHO, J., 1987, pp. 16 e ss.

O federalismo fora cogitado desde que o Príncipe Regente do Brasil, Pedro de Alcântara de Bragança proclama a independência do Brasil, às margens do riacho Ipiranga, tendo bradado a famosa, porém contestada frase: *independência ou morte!* Na Constituinte do Império havia uma corrente sedenta pelo federalismo. O ato adicional de 1834 flertou com a forma federativa de Estado, afastando-se, e muito, do Estado Unitário Centralizado. O *Manifesto Republicano* não escondia seus anseios federativos. Rui Barbosa, o grande bastião do federalismo, foi um dos raros pensadores da história que pode por em prática a federação que idealizava em teoria. A revolução do 15.11.1889 levou-se adiante, justamente para libertar as províncias do poder central, pois elas queriam governo local, a eleição no plano local. Diante de tudo isso o Imperador permanecia indeciso, extremamente passivo; a república veio à reboque da federação. Esta foi a revolução política, que redundou na revolução social. Ricos e poderosos, a classe burguesa, ficavam reféns do centro (do Imperador), que alternava os ministérios. Os caudilhos precisavam se perpetuar no poder. Dotados de poderio econômico, faltava-lhes o poder político. Simples: a república lhes deu esse poder⁶².

10. A revolução como transformação política e social

Os revolucionários proclamadores da república quebraram a ordem legal do Império. Engendraram esforços para ampliar a participação popular na tomada das decisões políticas, tendo no federalismo seu ponto de apoio. Entretanto, esta revolução política precisa do apoio social para manter-se de pé. Sabe-se em ciência política, que os mais belos arranjos políticos, perfeitos e acabados em teoria, mostram-se, muitas vezes, catastróficos na realidade prática⁶³. A aceitabilidade social, o reconhecimento público, a anuência dos que sofrem os efeitos das reformas confirmam ou rejeitam o que está por vir.

---

⁶² TORRES, 1964, pp. 460 e ss.

⁶³ Esta foi a crítica que Felisbello Freire fez à Rui Barbosa em relação à crise financeira de sua pasta: “E a natureza de serviços que lhe foram entregues mostrou ser surpreendido pela posição, não estando preparado para ela. Querendo suprir o preparo que lhe faltava, pelo lado prático na gerência das finanças, com o vigor de seu talento, foi um teórico. Teve de passar pela decepção de ver na prática o erro das suas doutrinas”.

“Não imprimiu uma marcha única e uniforme. Tateou. Profundamente sujeito à influência das paixões e impressionado pelo último livro que lê, compreendeu realizar aquilo que criticou como opositor do ministro das finanças do Império. Era preciso tudo derrubar, até o que fôsse bom...” FREIRE, 1894a, Vol. II, p. 70.

Neste processo revolucionário de consolidação das reformas *políticas* (república e federação) foi muito importante o apoio *social* dos conservadores. Sabiam os republicanos que suas visões excessivamente progressistas angariavam fortes rejeições no meio social. Caso coaptassem membros do partido conservador do Império, suas transformações seriam sancionadas pelos poderes tradicionais, pela elite⁶⁴. Existe o *dux* (aquele que lidera e comanda as transformações) e o *rex* (aquele que as consagra, ou sanciona)⁶⁵. Não foi por acaso que os conservadores ingleses certamente não tomaram a frente nas reformas sociais de seu país da época vitoriana, para os dias de hoje; mas engendraram todos os esforços para que os líderes sindicais fossem barões e viscondes⁶⁶.

Em síntese: os conservadores têm o sábio papel de consagrar, cancelar e porque não dizer, transmitir aos tradicionais, as reformas implementadas. Ao assim agir, *ceteris paribus*, retiram a agressividade natural do *que esta por vir*⁶⁷. Somava-se a isto certo entusiasmo entre os excluídos do regime anterior quanto às novas possibilidades de participação no regime vindouro⁶⁸. Os republicanos acenavam, com certa sutileza, algumas benesses aos liberais e conservadores “*convertidos*”. Assim que o jovem e inexpressivo partido republicano começou a crescer nos primeiros anos da República. Felisbello Freire lembra-nos: “*ainda mesmo que o partido republicano representasse de fato uma minoria do paiz, a victoria de seus principios trouxelle a corrente da opinião nacional em seu favor*”, essa *revolução*, para F. Freire, era a expressão da evolução⁶⁹.

De outro lado, a genialidade dos republicanos foi enxergar que a revolução **política e social** passava obrigatoriamente pelas mãos dos estrangeiros. O influxo populacional fazia com que 28,7% da população brasileira fosse nascida no exterior⁷⁰. Essa massa populacional *recém-chegada* precisava ser coaptada pelos Republicanos, pois as

⁶⁴ LIPSET, Seymour M. Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 6, n. 13, p. 7-68, jan. 1962. Ver especificamente pp. 38 e ss.

⁶⁵ A lição é de JOUVENEL: “*Celui qui entraîne à l'action un courant de volontés, qu'il l'ait suscité ou trouvé, est dux, un conducteur, un leader. Celui qui institutionalise la coopération est rex, celui qui rectifie, qui régit.*” (JOUVENEL. Bertrand de. **De la Souveraineté**: a la recherche du bien Politique. Paris: Éditions M. Th. Génin, 1955, pp. 35). Ver ainda, _____. **Du Pouvoir**: Histoire naturelle de sa croissance. Paris: Hachette, 1972, *passim*.

⁶⁶ O exemplo não é nosso, mas sim de TORRES João Camillo de Oliveira. **Os construtores do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968a, p. 4.

⁶⁷ TORRES, 1968a, pp. 5-9.

⁶⁸ CARVALHO, J., 1987, pp. 12.

⁶⁹ FREIRE, 1894a, Vol. II, p. 34.

⁷⁰ CARVALHO, J., 1987, pp. 17.

expectativas geradas pela proclamação da república não convenciam parte considerável da população, que não via grandes mudanças na vida social, sem contar que a crise econômica agravava-se no início da República⁷¹. A reforma eleitoral foi a saída encontrada. A grande naturalização contribuía. Conclui-se: a quebra da ordem monárquica foi a revolução mais fácil; a mudança política e social dependia de uma série de outros fatores.

Acrescente-se que a sociedade brasileira era afeita ao governo das províncias pela nação (de cima para baixo). Com a república, a revolução copernicana operou o governo da nação pelas províncias (de baixo para cima). A tomada de consciência do poder local, as novas forças sociais que se apresentam precisavam ser aclimatadas. Tal turbulência e mudança abrupta causou certo enjôo à República. Se no império os governos locais eram estáveis e a alternância operava-se ao sabor das intenções dos gabinetes; com a república, salvo raras exceções, os governos estaduais passaram a gozar de absoluta solidez; aliás, sem contraste ou maiores oposições. Durante quase meio século viveu o Brasil refém de autênticas oligarquias locais⁷².

As oligarquias locais queriam com a federação a eleição no plano local. Ricos e poderosos, dotados de poder econômico, faltava-lhes o comando político do Estado⁷³. Atrelados no passado à vontade do Imperador (já que as clivagens nacionais predominavam sobre as clivagens territoriais e clientelísticas) enxergaram na República

⁷¹ A dimensão do problema pode ser vista no romance de Visconde de Taunay. TAUNAY, Visconde de. **O Encilhamento: cenas contemporâneas da Bôlsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892**. Belo Horizonte – São Paulo: Editora Itatiaia, 1971, *passim*.

⁷² TORRES, 1964, p. 460.

⁷³ J. M. de Carvalho demonstra que a elite brasileira do Império fôra formada em Coimbra, ocupando carreira profissional burocrática no Brasil e comprometida com o projeto de construção da ordem e da unidade política e nacional. A nova elite, já formada na última década do Império, e no Início da República, diferencia-se consideravelmente dela. Com o tempo, novos segmentos sociais ascendem, principalmente os profissionais liberais das cidades. Nas áreas rurais, principalmente em São Paulo e Minas, surge uma nova classe de fazendeiros, conquistando o poder econômico e social. A federação e a república, agregava à oligarquia local o poder político que lhes faltava. CARVALHO, José Murilo de. **Construção da Ordem**. Brasília: UnB, 1981, *passim*, ver especialmente pp. 39, 176, 178 e 182; Ver ainda: SOUZA JUNIOR, 2002b, capítulo II, pp. 53 e ss. S. T. DANTAS salienta: “(...) Imigrantes estrangeiros, ou comerciantes que começam com pequenos estabelecimentos, e os ampliam reaplicando lucros produzidos pelo próprio negócio, com eles se inicia uma classe, que contrapõe sua mentalidade pequeno-burguesa, seu espírito de precavida iniciativa, à mentalidade feudalista, própria da grande classe agrária” e mais adiante: “A classe média nascente vai se cristalizar em torno de uma nova força, essa nova força é o Exército nacional”. “Na classe média nascente é que o exército vai escolher seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudo da classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola Militar”. “É natural que o Exército venha desembocar, em poucos anos, no movimento republicano, como era natural que a formação de suas elites procurasse uma estrutura doutrinária no Positivismo em oposição ao Catolicismo da monarquia”. (DANTAS, San Tiago. **Dois momentos de Rui Barbosa**. Conferências. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949, pp. 17-19).

e na Federação a “*liberdade*” pretendida. Tais oligarquias locais, quando chegaram ao poder, dele não se desprendiam. Tomemos o exemplo Gaúcho, onde a oposição foi às últimas consequências para deposição do Governo. Primeiramente o polêmico Júlio de Castilhos, assume em 15.07.1891, sendo deposto pelo “governicho” em 11.11.1891, retorna ao poder em 25.01.1893, permanecendo até 24.01.1898. Seu sucessor nos dá bem a dimensão das oligarquias locais. Borges de Medeiros assume em 25.01.1898, ficando até 1908; após, reassume em 25.01.1913, permanecendo até 24.01.1928. O *castilhismo-borgismo* como costuma ser chamado, soma mais de 30 anos de poder.

Contra essa aristocracia rural que assume o poder é que a população passa a lutar. Esta mudança social levaria praticamente 30 anos... pois a base rural caudilhesca sobreviveria por toda a república velha⁷⁴. O federalismo auxiliou nesta seara, pois a descentralização *político-administrativa* foi o primeiro esboço de industrialização e de fomento ao nascimento de uma classe média urbana; que nos anos subsequentes, lenta e gradualmente, formaria (à exceção do Rio de Janeiro) às primeiras grandes cidades do Brasil⁷⁵. Seguramente este fenômeno se retroalimentava, em causação circular cumulativa, entre *federalismo-industrialização-urbanização*.

Em todo esse processo revolucionário, a Revolução Federalista auxiliou, verdadeiramente, nesta última etapa. A quebra da ordem imperial foi obra do 15.11.1889. A mudança política central da forma de Estado (unitária-federal), da Forma de Governo (monarquia-república) e do Sistema de Governo (parlamentarista-presidencialista), também partiu dos revolucionários proclamadores da República, com apoio inclusive dos liberais, e de parte dos conservadores. Se considerarmos a revolução, como quebra e ruptura da ordem, a conclusão inevitável é que a “*revolução*” federalista, não foi uma verdadeira revolução. Associa-se mais à guerra civil, à disputa pelo poder local entre forças opostas, à deposição de Júlio de Castilhos, à rejeição da Constituição Positivista de 14.07.1891.

11. A revolução federalista foi federalista?

⁷⁴ Ver BALEEIRO, Aliomar. **Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958, p. 96; ver ainda: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, pp. 183 e ss.

⁷⁵ TORRES, 1964, pp. 462-3.

Se a revolução federalista não foi uma verdadeira revolução que rompeu a ordem anterior, aproximando-se mais à uma guerra civil, à uma revolta intestina, cabe perguntarmos também se ela foi, de fato, *federalista*? Qual o ideal federativo proposto pelos seus líderes? Gaspar Silveira Martins, João Nunes da Silva Tavares e Gumercindo Saraiva quando criaram o partido “federalista revolucionário” almejavam, de fato, um sistema federativo descentralizador? Causa-nos estranheza, entretanto, que os monografistas do tema, não reservam um capítulo, uma parte sequer ao federalismo da revolução federalista. Pressupõe-se que o partido federalista, levando a diante seu projeto “*revolucionário*”, tenha defendido por vias transversas a forma federativa de Estado.

Tomemos como exemplo os clássicos no assunto da Revolução Federalista. Epaminondas Villalba, em *Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*, nada menciona acerca da tese federativa dos revolucionários. Tal ausência é sentida também em Gustavo Moritz, em *Acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul*⁷⁶; Sérgio da Costa Franco, em *A Guerra Civil de 1893*⁷⁷; Wenceslau Escobar, em *Apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893*⁷⁸; Dunshee de Abranches, em *A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense*⁷⁹. Carlos Macedo Reverbel, em *Maragatos e Chimangos: Guerra Civil e Degola no Rio Grande*⁸⁰; Arthur Ferreira Filho, em *Revoluções e Caudilhos*⁸¹.

O problema federativo da revolução, se é que ele existiu, pode ser resumido nas posições políticas e nos acontecimentos constitucionais do governo de Deodoro e de Floriano Peixoto. Sabemos que o Marechal Deodoro da Fonseca, aceitando os conselhos do Barão de Lucena, fechou o Congresso Nacional, atitude que precipitou a sua derrocada do Governo Federal. O contragolpe de Floriano Peixoto fez com que os apoiadores estaduais que haviam se aliado à Deodoro, para dissolver o Congresso, fossem depostos pelas facções oposicionistas, aliadas agora com elementos da força federal, do Exército e da Marinha. Poucos Estados opunham resistência. O governo do

⁷⁶ MORÍTZ, Gustavo. **Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul**: 89, 90, 91. Porto Alegre: Thurmman, 1939, 1º vol, *passim*.

⁷⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. **A Guerra Civil de 1893**. Porto Alegre: Renascença Edigal, 2012, *passim*.

⁷⁸ ESCOBAR, 1983, *passim*.

⁷⁹ ABRANCHES, Dunshee de. **A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense**: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1955, *passim*.

⁸⁰ REVERBEL, Carlos Macedo. **Maragatos e Pica-Paus**: guerra civil e degola no Rio Grande. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985, *passim*.

⁸¹ FERREIRA FILHO, Arthur. **Revoluções e Caudilhos**. 2. ed. Porto Alegre: do Autor, [19__], *passim*.

Ceará, em atitude oportunista, e esquecendo a solidariedade e o entusiasmo que apoiara Deodoro, se “solidariza” com Floriano, em telegrama de apoio rasgado em elogios, concluindo: “Ceará está comigo e, portanto, convosco”...⁸²

Em Pernambuco, Estado em que Barão de Lucena procurava fortalecer seu partido, o clima belicoso acirrava-se. O governador em exercício, fiel escudeiro de Deodoro, entrega o governo a um dos seus sucessores, que em seguida é afastado de seu cargo, em razão de ataque à mão armada ao palácio. Floriano nada contribuía para acalmar os ânimos revolucionários. Ao lhe indicarem três nomes, dos quais deveria escolher um, para assumir o governo do Estado, indica um quarto nome, o jovem militar Alexandre José Barbosa Lima. Os demais Estados-federais passam, com as devidas proporções, pelo mesmo problema que os pernambucanos passaram, qual seja: interferência do governo da União nos Estados⁸³.

Por toda a parte o Marechal Floriano tem amigos e correligionários a amparar. Na Bahia, esforçava-se para que assumisse o Conselheiro Saraiva. No Mato Grosso, as forças federais, estavam divididas entre os partidos em dissídio. Em quase todos os Estados os Congressos eram dissolvidos⁸⁴. O problema central da República estava no Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos que havia sido aliado do Poder, antes mesmo do contragolpe de Floriano, em 23 de novembro, retoma o poder. O “*Governicho*” que expulsara J. de Castilhos, por rivalidades internas, havia colocado no governo do Estado, o general Barreto Leite. Dias depois, Castilhos assalta edifício público em Porto Alegre, onde instala a sede do governo, obrigando o general Barrero recolher-se à bordo da canhoneira *Marajó*⁸⁵.

Tal fato marca o levante dos caudilhos das fronteiras, tão bem descrito por OLIVEIRA VIANNA no segundo volume (póstumo), das *populações meridionais do Brasil: o campeador rio-grandense*⁸⁶. Adormecidos que estavam desde a guerra dos farrapos, de 1835, foram acordados repentinamente pelos republicanos, na pessoa de Júlio de Castilhos⁸⁷. A posição de Floriano era ambígua, já que inicialmente sustentava

---

⁸² BELLO, 1959, p. 110.

⁸³ Ibidem, p. 111.

⁸⁴ Epitácio Pessoa, deputado da oposição, costumava dizer: “a um golpe maior de Estado opunham-se vinte outros menores...” BELLO, 1959, p. 111.

⁸⁵ Ibidem, p. 111.

⁸⁶ VIANNA, F., 1952, segundo volume, *passim*.

⁸⁷ No Rio de Janeiro a questão também era difícil. Em constantes sobressaltos, volta e outra propagavam-se boatos de novos motins. Em São Paulo esboçava-se uma sedição para depor o governador. Em Minas

a precária autoridade do General Barreto, por influência de Custódio de Melo. Em momento posterior, Floriano abertamente toma partido e conclama suas simpatias aos “Castilhistas”. O positivismo nascente estreitava os laços entre o Marechal de Ferro e Júlio de Castilhos⁸⁸. Este, em resumo, o clima que pairava sobre os Estados da República.

Floriano enganara, de certa maneira, a todos. Dava a impressão que seria o defensor da ordem jurídica contra a anarquia e o militarismo. As regiões mais ricas e conservadoras, como São Paulo e Minas, antecipavam-lhe apoio e solidarizavam-se com o seu governo. Tão logo Floriano desfaz a imagem pacifista e legalista. Seguramente achava que a crise da República não se solucionaria com a postura do liberalismo contemporizador, pacifista e hesitante, com o qual soçobrava o Império de Pedro II⁸⁹. Tal atitude lhe foi fácil, só deixou trabalhar seu temperamento concentrador e autoritário, instaurando no Brasil, a tão aclamada ditadura, que há muito tempo era aconselhada pelos positivistas e fiéis depositários do pensamento de Augusto Comte.

A crise federalista que se pode supor neste período, associa-se mais ao autoritarismo de Floriano e ao *modus operandi* do seu governo. Toda ditadura concentra, retém poder, retira autonomia local, nomeia cargos políticos, sem o absoluto respeito à liberdade democrática. A ditadura de Floriano, no plano federal era repetida por Júlio de Castilhos, no plano local. A Constituição positivista gaúcha era extremamente autoritária, pois transformava o Chefe do poder Executivo em mandatário supremo do Estado. O poder legislativo constava *pro forma*, sendo que os deputados estaduais reuniam-se apenas dois meses por ano, somente para aprovar as contas do Estado. A verdade que imperava era a positivista, dominava o partido único e a vontade exclusiva do ditador. Qualquer levante oposicionista ou social, era considerado caso de polícia. A doutrina positivista pregava à necessidade de manter a ordem, pois assim a sociedade evoluiria ao almejado progresso industrial arquitetado por Comte⁹⁰.

A “*revolução federalista*” não era em essência federalista. Aliás, nunca o foi. Os “*federalistas*”, em verdade, objetivavam a troca da oligarquia que estava no poder, ou seja, a substituição de Júlio de Castilhos e os seus, por Gaspar Silveira Martins, político

---

conspira-se para criação de nova unidade federativa. Floriano apagava um foco de incêndio no norte, enquanto outro aparecia no sul. Ver BELLO, 1959, p. 112.

⁸⁸ Ibidem, pp. 111-112.

⁸⁹ Ibidem, p. 113.

⁹⁰ FLORES, M. & FLORES, H., 1999, pp. 29-34.

liberal e tradicional orador rio-grandense, que fora alijado do poder, justamente com o golpe militar de Deodoro. Esta guerra fratricida que inundou de sangue o nosso Estado, envergonharia qualquer povo, em qualquer época⁹¹. Passados, entretanto, mais de cem anos do ocorrido, lendo e relendo os documentos da época, não enxergamos qualquer “*ideal federalista*” que justificasse tais atrocidades. Aliás, ainda hoje é difícil compreender o clima de intolerância, de violência e fanatismo que dominou os *maragatos* e os *chimangos*, os “*federalistas*” e os “*republicanos*”, durante os 30 meses de guerra civil⁹². Se algum ideal federalista existia, era o herdado do Império, que aliás parece ser o mesmo desde 1817. É o que passamos a aprofundar em alguns tópicos subsequentes.

12. O ideário federalista na Constituinte de 1823

O ideário federativo brasileiro é tão velho quanto o norte-americano. Mostramos, em outro trabalho⁹³, que o ideal federativo remonta, ao menos, aos seguintes pensadores: ALTHUSIUS⁹⁴, ROUSSEAU⁹⁵ e MONTESQUIEU⁹⁶, todos anteriores aos

⁹¹ Ver: ESCOBAR, 1983, p. 3.

⁹² FLORES, M. & FLORES, H., 1999, p. 39.

⁹³ REVERBEL, C. E. Dieder. **Federalismo numa visão tridimensional do Direito**. Porto Alegre: do Advogado, 2012, *passim*.

⁹⁴ ALTHUSIUS foi para o politólogo norte-americano o verdadeiro criador da Federação (CARNEY, F. S. **Política de Johannes Althusius**. Rio de Janeiro: Topbook, 2003; o mesmo pode ser visto em ELAZAR, D. J. **Política de Johannes Althusius**. Rio de Janeiro: Topbook, 2003). Realmente parece ter sido o primeiro a utilizar o nome federalismo (em 1601), ao menos no sentido moderno: “A associação cível é aquela na qual três ou mais homens do mesmo negócio, ou com a mesma instrução ou profissão, se unem com o objetivo de ter coisas comuns, tais como deveres, modos de vida ou atividades que professam. Tal associação é chamada *collegium*, ou, dependendo da característica, congregação, sociedade, **federação**, corporação, associação, sinagoga, convenção ou sínodo. Trata-se de uma associação privada, em contraste com a pública” (ALTHUSIUS, Johannes. **Política**. Trad. De Joubert de O. Brízida. RJ: Topbooks, 2003).

⁹⁵ Num de seus últimos escritos – verdadeiro testamento político – concluídos apenas em 1771, Rousseau dá seus conselhos à nação polonesa – ainda feudal –, que fraca internamente, frágil externamente, não sobreviveria, segundo Rousseau, senão através de um *governo federativo*. (ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada**. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 40 e ss. Ver ainda: FORTES, Luis Roberto Salinas. Apresentação e nota preliminar às Considerações sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada. São Paulo: Brasiliense, 1982, In: ROUSSEAU, 1982, p. 7).

⁹⁶ MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005, mormente no livro IX. A ideia do desenvolvimento da república federativa em Montesquieu é confirmada por VEDEL: “*Et ici, c’est, d’une façon très exacte, dans Montesquieu encore, que l’on va trouver l’une des premières théories de l’État fédéral, ou plus exactement de la Confédération. Sous le titre Des lois dans les rapports qu’elles ont avec la force défensive, Montesquieu se place en présence du problème de la “dimension”. Ici encore on retrouve une constante sur laquelle tout le monde est d’accord au XVIII^e siècle: c’est que la République exige nécessairement un État de petite dimension*”. (VEDEL, Georges. **Le Federalisme**: les

clássicos HAMILTON, MADISON e JAY⁹⁷, considerados, apressadamente, não-somente como *the founding fathers* dos Estados Unidos, como também do conceito moderno de federação. Em verdade, o ideal federalista brasileiro remonta, ao menos, aos tempos da Revolução Pernambucana de 1817⁹⁸. Esta revolução, de cunho eminentemente federalista, vai refletir, seguramente, em diversos acontecimentos federativos posteriores. BONAVIDES menciona Lei Orgânica da nova República, de lavra do Governo Provisório da Revolução de Pernambuco, na qual, decretava-se, a queda do Império e do Estado Unitário, a proclamação da República e o advento da Federação, na forma presidencial de Governo⁹⁹.

O insucesso da revolução pernambucana não afasta o ideário federalista dos revolucionários. Os “*proclamadores pernambucanos da República*” não redigiram a tempo, um documento formal e solene, constitucionalmente propugnador das reformas federalistas pretendidas nos discursos políticos¹⁰⁰. Sabe-se que o insucesso da revolução manteve as províncias unidas ao Reino de Portugal e Algarves, bem como demonstrou a força centralizadora existente no Brasil, que futuramente garantiria nossa unidade territorial. Remanesce dessa revolução, o levante federalista. A propagação das ideias descentralizadoras. O ideal de uma república federativa. Para SOUZA JUNIOR as Revolução Nordestinas de 1817 e 1824 legaram ao Brasil o liberalismo radical e republicano, de inspiração francesa, cujo principal expoente foi Frei Caneca. Este liberalismo radical, vencido pela corrente mais conservadora, ficara adormecido, renascendo, mais tarde, entre profissionais liberais das cidades, por volta de 1868. Aí está a origem do Manifesto Republicano de 1870¹⁰¹. Mas continuemos a marcha federalista do Império.

Dos debates parlamentares da nossa primeira Constituição sobressaem, também, ideias *federalistas*. O primeiro ideal relaciona-se aos limites territoriais do Império; o

---

grands courants de la pensée politique et le fédéralisme. Paris: Presses Universitaires de France, 1956, pp. 38).

⁹⁷ HAMILTON, A; MADISON, J; JAY, J. **The Federalist Papers**. New York: Signet Classic, 2003, *passim*. Ver, especialmente, o federalist nº IX, que curiosamente cita página inteira de Montesquieu sobre a República Federativa.

⁹⁸ Ver MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. São Paulo: Perspectiva, 1972, *passim*; TAVARES, Francisco Muniz. **História de Pernambuco em 1817**. 3ª ed., Recife: Imprensa Industrial, 1917, *passim*.

⁹⁹ BONAVIDES, Paulo. A evolução constitucional do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 14 n. 40, p. 155-176, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a16.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013. Especialmente p. 160.

¹⁰⁰ TAVARES, F. M., 1917, p. CCIII.

¹⁰¹ SOUZA JUNIOR, 2002b, p. 59-60.

segundo, questiona se ele é uno e indivisível. A discussão travada girava em torno do sentido aplicado ao termo “*indivisível*”. O termo aplicar-se-ia ao território, ou tratava-se de indivisibilidade política? Longas discussões foram travadas entre os Deputados. A ideia federativa era levantada, nestes debates, diversas vezes. A descentralização corriqueiramente vinha à tona. As discussões oscilavam entre o unitarismo e o centralismo *versus* o federalismo e a descentralização. Destacaram-se em tais debates, os eminentes Deputados: Vergueiro, Montezuma¹⁰², Ferreira França, Ferreira Araújo, Fernandes Pinheiro, Alencar, Muniz Tavares, Antônio Carlos, Carvalho e Melo, Carneiro da Cunha¹⁰³, Henrique Resende ... A tese vencedora (todos sabemos) considerou incompatível o Governo Monárquico Constitucional e hereditário, com a federação¹⁰⁴.

Destes parlamentares, ao menos dois, Muniz Tavares e Antônio Carlos, já haviam participado da Revolução Pernambucana de 1817, quer dizer, não faltaram vozes dissidentes na Constituinte, propugnando, desde já, a adoção de uma República Federativa¹⁰⁵. Se os Estados Unidos da América nasceram Republicanos e Federalistas, o Brasil também poderia. Em que pese os amplos debates constituintes, as ideias federativas foram abortadas pelo próprio imperador, uma vez que a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 foi dissolvida. Remanesce, entretanto, a semente federalista no solo brasileiro, que germinaria, momentos depois, com o Ato Adicional de 1834. A “*revolução federalista*”, de certa maneira, antes de ser gaúcha, já era, desde 1817, pernambucana.

---

¹⁰² Montezuma, por exemplo, em que pese defendesse uma federação monárquica, reiterava que estavam deliberando uma Constituição para um Estado monárquico, e não para um Estado Republicano. Transparece, daí, a vinculação entre Monarquia e Estado Unitário, bem como de República e Estado Federal. BRASIL. DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1823. Brasília: Senado Federal, 2003, Tomo III, Volume 6, pp. 9 e ss.

¹⁰³ Destaca-se por tentar conciliar a Monarquia Constitucional com a federação. Defendia, portanto, para cada Província, uma Assembleia Provincial, com ampla iniciativa de leis regulamentares.

¹⁰⁴ Para maiores aprofundamentos acerca da rejeição da Federação na Constituição de 1824, ver dissertação de mestrado defendida por SILVA, André Carlos. **DO FEDERALISMO À FEDERAÇÃO**: uma abordagem histórico-constitucional do ideário federalista republicano de 1817 à implantação da república federativa em 1889. Brasília: Biblioteca do Centro Universitário de Brasília, 2009, sob orientação do Prof. Dr. Roger Stiefelmann Leal, especialmente pp. 54-88.

¹⁰⁵ BRASIL, 2003, p. 378.

13. O ideário federalista no ato adicional de 1834

Um estudo do federalismo no Brasil deve abandonar o costume, ainda arraigado em nossa cultura, do nominalismo. Em realidade, não podemos deixar de reconhecer no Império do Brasil a presença da federação. A realidade sem o nome pode ser verificada, a partir do Ato Adicional de 1834, momento em que se descentralizou boa parte das competências do Centro, às províncias do Império do Brasil. Destacam-se, no tratamento desta tese, dois autores, um mais antigo, outra mais moderna: João Camilo de Oliveira Torres¹⁰⁶ e Miriam Dolhnikoff¹⁰⁷. Interessante relatar que a autora resgata autores clássicos do federalismo sem olhar as obras de João Camilo (mormente *A Formação do Federalismo no Brasil*), chegando às mesmas conclusões que ele: o reconhecimento da existência de um Estado Federal nas bases da Forma de Governo Monárquica¹⁰⁸.

Recentemente, por incentivo registre-se, do orientador SOUZA JUNIOR, o tema foi objeto de trabalho de conclusão de curso, e dissertação de mestrado¹⁰⁹. Tais trabalhos demonstraram a existência da realidade do federalismo no Império, somente sem o nome. Posteriormente, o tema foi trabalhado pelo próprio Souza Junior, integrando a coleção *Direito do Estado*¹¹⁰, confirmando a tese da existência do federalismo a partir do Ato Adicional de 1834. Neste trabalho, sustentou-se a existência do federalismo no Império do Brasil até a edição do Decreto nº. 1, de 15 de novembro de 1889, que instaurou, ‘provisoriamente’¹¹¹, a federação e a república. Mas veremos, rapidamente, os fundamentos do federalismo monárquico, no Império do Brasil.

Portugal comprimido pelo Oceano Atlântico Norte e pela potência espanhola é lançado pela navegação a expandir seu domínio territorial, econômico, político e

¹⁰⁶ TORRES, João Camillo de Oliveira. **A Formação do Federalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliana, 1961a, *passim*.

¹⁰⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, *passim*.

¹⁰⁸ Tal tese está nos clássicos. Basta ler BASTOS, Tavares. **A Província**: estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, pp. 85-114.

¹⁰⁹ MELLO, José Corrêa de. **A federação e o Império**: uma análise da forma de Estado no Brasil-Império. Porto Alegre: Biblioteca da Faculdade de Direito, UFRGS, 2013; BEZERRA, Marco Antonio Alves. **O Estado Federal e o Federalismo no Império**. Porto Alegre: Biblioteca da Faculdade de Direito, UFRGS, 2007.

¹¹⁰ SOUZA JUNIOR, Cezar Saldanha. Estudo Introdutório: Em Torno do Sentido do Federalismo. In: _____; ÁVILA, Marta (Coords.). **Direito do Estado**: estudos sobre federalismo. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2007, parte 8.

¹¹¹ O Brasil tem vivido a perplexidade de o provisório virar permanente e do permanente virar provisório.

religioso. Encontra no Brasil-Português um laço forte que mesmo além Tejo é tão Portugal, quanto Reino de Algarves. A Coroa Portuguesa de um lado, e o Brasil português de outro formavam a um só tempo, um uno e mesmo território político separado apenas por águas. Passou, porém, o Brasil dentro de seus mais de trezentos anos de América - lusa por um processo lento e gradual de povoamento, em que se formaram núcleos populacionais esparsos na grande extensão territorial que é o Brasil. A geopolítica expansionista portuguesa iniciada no Brasil acompanhou, como natural, o curso dos rios¹¹², se ‘*irradiando*’ pelo povoamento do interior através das Capitanias Hereditárias.

As capitanias foram sendo formadas e reafirmadas a partir de ciclos econômicos (açúcar, ouro, café, pecuária); verdadeira conformação do território às exigências de cada região. Somava-se a tal peculiaridade territorial as diferenças dos grupos de povoamento, as etnias e as próprias populações autóctones aqui existentes. Todos estes fatores delimitavam um federalismo sócio-histórico ou político-natural, colocando em destaque os interesses e as peculiaridades regionais. A dificuldade de comunicação das províncias reforçava a variedade cultural, fator este que se dava tanto pelos *obstáculos naturais* da geografia brasileira, como a serra do Mar, a mata virgem, a falta de estradas; quanto *pelas mãos do Homem*, como no caso da proibição das comunicações entre Minas Gerais e o Espírito Santo, temendo-se o descaminho do ouro extraído¹¹³. A comunicação por terra era difícil e a variedade existente dava ao Brasil, segundo Oliveira Torres, a feição de um *arquipélago de culturas*¹¹⁴.

Retirante essa diversidade existente no Brasil português não faltaram vozes que pregavam o desmembramento das províncias. O primeiro grito viria do além-mar das cortes de Lisboa que nutriam um ódio não somente pelo Brasil, como também a D. João VI. Queriam anular a elevação do Brasil a reino, como destruí-lo fisicamente, dividindo-o em governos autônomos. O que desconsideravam os Portugueses é que o Brasil já era uma nação rica, forte, inteligente e bem estruturada¹¹⁵.

As três províncias do centro – Rio, São Paulo e Minas – reuniram-se em torno do Príncipe Regente, ao passo que as outras províncias, mais especificamente as do norte, contrárias à União com o governo do Rio, eram simpáticas a aceitar a autoridade

¹¹² Ver SOUZA JUNIOR, 2007, p. 30.

¹¹³ TORRES, 1961a, p. 86.

¹¹⁴ Ibidem, p. 87.

¹¹⁵ Ibidem, pp. 12-13.

de Lisboa. Mas o Rio serviu de base para reconquistar o resto do país e a Independência do Brasil ocorrida no ano de 1822, por iniciativa de D. Pedro I, foi proclamada não na província do Rio de Janeiro o que pareceria lógico, mas sim na província de São Paulo. A estratégia política de Independência engendrada por D. Pedro I demonstra a inteligência de um verdadeiro estadista que precisava do apoio das Províncias para o novo projeto de construção nacional¹¹⁶.

A Proclamação da Independência do Brasil pode ser lida como a União das Províncias do Brasil em torno do Príncipe D. Pedro I¹¹⁷. Tal fato sociológico transcende a estrutura jurídica unitária existente no Império, “que se revelava em muitos movimentos e aspirações que se diziam ‘federalistas’, e cuja raiz última, perfeitamente visível, era o reconhecimento de que havia uma vocação própria nas províncias com nítidas aspirações ao ar e à luz¹¹⁸”. Este aspecto sociológico seria posteriormente deduzido em texto legislativo no artigo segundo da Constituição do Império, que expressava reconhecimento jurídico pleno às províncias: “o território é dividido em Províncias na forma em que atualmente se acha [...]”.

O Ato Adicional de 1834 foi o ponto culminante dos anseios federalistas. A luta política por reformas liberais foi iniciada pelas elites províncias, que exigiam liberdades ‘*federalistas*’, ou em outras palavras: a política que reconhecesse maior autonomia às regiões. As discussões federalistas, já demonstramos, foram objeto de profícuos debates na Constituinte do Império. Apesar da derrota da ‘*tese federalista*’ na Constituição do Império de 1824 uma leitura mais atenta do texto nos revela uma Constituição simpática a tal tese. O próprio artigo primeiro da Carta Imperial deixa escapar sim, a palavra *federação*, na base de um Estado Unitário¹¹⁹. Na verdade, o que não admite o texto constitucional é o laço ou união do Brasil com outra nação, resultando de tal união a quebra da sua independência. Nos termos do referido artigo admite-se, sem violar a Constituição, o reconhecimento de uma federação. O que não é admitido é que esta federação viole a nação livre e independente.

---

¹¹⁶ TORRES, 1961a, pp. 12-13.

¹¹⁷ Ver SOUZA JUNIOR, 2007, p. 31.

¹¹⁸ TORRES, 1961a, p. 13.

¹¹⁹ O IMPÉRIO do Brazil é associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou **federação**, que se opponha à sua Independência. (**negrito nosso**) (CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Todas as Constituições do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1971.)

Mas fato foi que o projeto federalista dos liberais votado na Câmara dos Deputados falava em ‘*Monarquia Federativa*’, dando, segundo Marcelo Caetano, uma satisfação, mesmo que parcial, aos desejos dos liberais. Reafirmou o jurista português, vivendo no Brasil, a nossa tese aqui levantada, quando da análise do Ato Adicional de 1834, que pela riqueza de detalhes, transcrevemos:

[...] As Províncias ganharam autonomia. Em cada uma passou a ser eleita a Assembléia Legislativa pelo mesmo modo por que fossem sufragados os Deputados da Nação. [...]

Fez-se a divisão das matérias entre a competência legislativa da Assembléia Geral e a das Assembléias Provinciais que votavam as suas leis locais, sujeitas à sanção do Presidente da Província. [...]

O movimento em prol da maior autonomia provincial e mesmo da federação adquire novo vigor por volta de 1870. A idéia de uma ‘Monarquia Federativa’, é defendida em 1868 por SILVEIRA MARTINS. Em 1870 é publicado o livro de AURELIANO TAVARES BASTOS, intitulado *A Província – Estudo sobre a descentralização no Brasil*, preconizando a eleição dos presidentes das Províncias, maior autonomia destas, a criação da Justiça Provincial, e mais repartição de rendas para que os órgãos provinciais pudessem fazer face aos novos encargos¹²⁰.

O título que Marcelo Caetano dá ao ponto de onde extraímos tal trecho foi *A idéia federalista no Império*. Não há por parte do jurista português a afirmação categórica, como estamos fazendo, da existência efetiva da federação nas bases de um Estado Monárquico, mas podemos afirmar que, se ele não se posicionava neste sentido, era simpático a tal tese. O Ato Adicional, na esteira da interpretação do artigo primeiro da Constituição do Império não violou a nação brasileira livre e independente, mas apenas descentralizou competências, deu maior autonomia às províncias. O artigo 71, por exemplo, reconheceu e garantiu o direito dos cidadãos intervirem nos negócios da província a que estão vinculados. E mais, as províncias passaram a ter Assembleias Legislativas Provinciais, respeitando o mesmo processo de eleição da Assembleia Geral Legislativa do Império. Enfim, o rol de competências descentralizadas às províncias era tão expressivo, que o federalismo era impossível de ser negado. Temos que dar razão à inteligente conclusão a que chegou OLIVEIRA TÔRRES: **a verdadeira realidade sem o nome**¹²¹.

De tudo isso remanesce óbvio que, o ideal federalista da revolução que culminou com a República, tinha suas raízes deitadas no Império, desde a Revolução Pernambucana de 1817, desde os debates constituintes de 1823, mas principalmente pela lei que redundou no Ato Adicional de 1834, fortemente descentralizadora.

¹²⁰ CAETANO, Marcelo. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, v. 2, pp. 45-46.

¹²¹ TORRES, 1961a, p. 13.

Interessante que Marcelo Caetano reconheça o projeto liberal federalista de Gaspar Silveira Martins, propugnado pela ideia de uma Monarquia Federativa. Tudo isto comprova a intensão de Gaspar Silveira Martins, em proteger a Unidade Nacional. Acatava ele a descentralização, embora mantivesse a figura monárquica como protetora e garantidora da nossa União. A tese da monarquia federativa de Silveira Martins, antecede o manifesto republicano, e a clássica obra de Tavares Bastos.

14. O ideário federalista do manifesto republicano de 1870

A figura emblemática deste período foi Tavares Bastos. Homem de ideias, sempre disposto a alterar o que não estava bom¹²². Apresentava projeto de reforma eleitoral, projeto de reforma da magistratura. Aliás, atrelava o seu projeto de reforma da monarquia federativa a questão eleitoral. Sabemos os contratempos das trocas de gabinete, que redundaram, inclusive no famoso Sorites de Nabuco¹²³, razão pela qual atrelava a reforma federativa à reforma eleitoral. As palavras de Nabuco, abaixo transcritas, demonstram “*a sêde de federalismo*” que arrastava-se, por toda a Monarquia:

(...) é um fenômeno do nosso passado todo. Nós a encontramos no crescimento gradual e lento do nosso país, encontramos-la associada às antigas capitanias; encontramos-la antes da independência, e a despeito dela, durante todo o Primeiro Reinado, durante toda a Regência e para perdê-la de vista é preciso atravessar os 45 anos deste Reinado, em que a centralização se aperfeiçoou e fez desaparecer completamente da superfície o espírito que aviventa toda a história brasileira.

Com efeito, sr. Presidente, as idéias federais acompanham em toda ela as esperanças de emancipação nacional. A independência foi feita a favor delas, à sombra desde o começo, mas a Constituição outorgada pelo Imperador abafou-as desde o começo. A essa Constituição responderam naturalmente movimentos como a Confederação do Equador, suprimido nas execuções de Pernambuco e do Ceará; mas o sentimento local, indistinto e inconsciente, como todos os fortes sentimentos populares, não morreu ainda dessa vez (...).

¹²² “Era um homem de idéias êsse Tavares Bastos, e nas mais das vêzes de idéias aproveitáveis, ou pelo menos dignas de atenção. Seus últimos anos foram cheios de melancolia e descrença, apesar de falecer ainda môço, pouco depois de haver apresentado (...) projetos quase republicanos como tudo o que fazia. TORRES, 1964, p. 309.

¹²³ Ora, disse-me: não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vede este *sorites* fatal, este *sorites* que acaba com a existência do sistema representativo; o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país! (ARAÚJO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975, volume único, pp. 661-663.)

Pois bem, sr. Presidente, nós, Liberais, entendemos que chegou o tempo de parar nesse caminho e que é urgente voltar às formas antigas e primitivas do desenvolvimento natural do Brasil¹²⁴.

O Manifesto Republicano intensifica o “*ideário federalista revolucionário*” que estava adormecido, desde a Revolução Pernambucana de 1817 e do Ato Adicional de 1834. Para Oliveira Vianna, no seu tradicional *O Ocaso do Império*, o ano de 1868 foi emblemático, principalmente pela derrubada do Gabinete Zacarias, momento em que se retoma à discussão federalista descentralizadora¹²⁵. Dois anos depois, nasce o *manifesto republicano*, imprimindo novo rumo à história do Império. O Manifesto marca, em 1870, a fundação do Partido Republicano, que conclama, sem meias palavras, a República e a Federação:

No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topographia do noso território, as zonas diversas em que elle se divide, os climas varies e as producções differentes, as cordilheiras e as aguas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as proprias divisões creadas pela natureza physica e impostas pela immensa superfície do nosso território.

O regimen da federação baseado, portanto, na independência reciproca das províncias, elevando-as a cathegoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vinculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defeza exterior, é aquelle que adaptamos no noso progamma, como sendo o unico capaz de manter a communhão da familia brasileira¹²⁶.

O manifesto republicano cristalizou a evolução de um pensamento político que vinha sendo desenvolvido desde os fins do século XVIII, revigorado na primeira metade do século XIX. O manifesto expande suas ideias às províncias por meio da criação de clubes e jornais. O. Vianna¹²⁷, F. Freire¹²⁸ e Calógeras¹²⁹ não enxergam nestes clubes e jornais, ampla divulgação do pensamento dos republicanos¹³⁰. Para O. Vianna, a propaganda republicana na imprensa difundida pelos 74 jornais do interior, bem como pelos clubes e centros, eram relativamente escassos. Os jornais não passavam de jornalecos, sem grande difusão e expressão, os clubes inexpressivos politicamente, não

¹²⁴ ARAÚJO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de. **Discursos parlamentares: 1879-1889**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 262.

¹²⁵ VIANNA, Francisco José de Oliveira. **O ocaso do império**. 4. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Massangana, 1990, Série República, v. 13, p. 25.

¹²⁶ MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo império**. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos. Rio de Janeiro: Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, pp. 75-85. Ver ainda, CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 127.

¹²⁷ VIANNA, F., 1990, pp. 94 e ss.

¹²⁸ FREIRE, 1894a, Vol. II, *passim*.

¹²⁹ CALÓGERAS, 1967, *passim*.

¹³⁰ CARVALHO, J., 2007, pp. 128.

colocariam fim ao trono do Imperador¹³¹. Ocorre que, com o tempo, a própria monarquia começava a se desgastar, e a república passa a ser a saída, mas a federação dela não se dissociava. O ideal federalista vai se concretizar, finalmente, com o Dec. nº 1, de 15.11.1889. Ouro Preto, prevendo o que aconteceria, lança uma série de reformas, tentando resgatar a imagem da monarquia, tentando mostrar que ela poderia fazer mais e melhor no terceiro reinado.

15. Ouro Preto tenta segurar a marcha republicana e federalista

A monarquia desgastada. A república robustecida. O partido conservador em declínio. O partido republicano em ascensão. Em 7 de junho de 1889, tomou posse o último Conselho de Ministro da Monarquia. Saraiva, homem de confiança do Imperador, alertava-o que a república estava perto, sem contar que o Brasil não estava preparado para ela. Reformas pontuais precisavam abrir o caminho republicano, sob pena do País cair na mais profunda anarquia. D. Pedro II convencia-se que o Reino de Isabel não angariava adeptos, mesmo entre os monarquistas. O Conde d'Eu, o francês, tampouco era bem visto. Saraiva refletiu e resolveu não enfrentar esta árdua tarefa. Sabia, também, que a Princesa negociava o Ministério com Ouro Preto. Este distinguia-se de Saraiva em muitos aspectos, mas principalmente por sua rigidez, aspereza, bem como pelo seu forte monarquismo¹³².

Contrariamente ao projeto Saraiva, Ouro Preto não queria “*preparar a república*”, mas sim “*esvaziá-la*”. Sua missão era mostrar que a monarquia poderia fazer mais, e melhor, as reformas democráticas pretendidas. Lança, assim, uma série de reformas: (1) abolir a exigência de renda mínima para se poder votar; (2) o fim da vitaliciedade do senado; (3) a liberdade de culto público às outras igrejas, além da Católica Apostólica Romana; (4) esvaziamento das atribuições políticas do Conselho de Estado; (5) decretar a autonomia dos Municípios, criando mecanismos de participação popular para escolha do executivo municipal, bem como para eleição dos presidentes de província¹³³.

---

¹³¹ VIANNA, F., 1990, pp. 94 e ss. Américo Brasiliense, correligionário do Partido Republicano, apresenta tese contrária à expansão do ideal republicano. Para Brasiliense os clubes republicanos expandiram-se e agregaram-se em torno do ideal federalista e republicano. Em 17 de janeiro de 1872, por iniciativa sua, menciona a necessidade de convocação de um Congresso dos representantes dos núcleos locais. Em 18 de abril de 1873, ocorre a Convenção de Itu, e em julho do mesmo ano o 1º Congresso Republicano. De lá para cá cresce a atuação do Partido Republicano. (MELO, 1979, pp. 96 e ss.)

¹³² CARVALHO, J., 2007, pp. 203-205.

¹³³ Ibidem, p. 205.

Entretanto, as reformas democráticas de Ouro Preto não convenciam. Naquele momento os ventos sopravam fortemente no sentido da República e da Federação. O exército, de outro lado, tendo conquistado alta popularidade com a campanha vencedora da Guerra do Paraguai, deixava de ser o fiel escudeiro da sua Majestade o Imperador. Consciente de sua força, sabedor do seu prestígio, começa a “*ganhar carreira própria*”, tomando posição política, em diversos assuntos, inclusive opondo-se às forças dos proprietários rurais. Somava-se a isto, a constante sedução da ala jovem dos militares, pelo ideário positivista de Augusto Comte, propagada pelo eminente matemático Benjamin Constant¹³⁴. Inicialmente, o movimento militar movido contra Ouro Preto, não tinha objetivo republicano. Só posteriormente, diante de muita insistência, que Deodoro e outros militares, resolveram destituir o Imperador e Proclamar a República Federativa¹³⁵.

Os militares ressentidos, desapontados, magoados¹³⁶ não compunham a maioria do exército. Dentre eles, parte expressiva ainda era monarquista. Sendo mais preciso, o correto seria dizer que eram solidários à questão militar, não o eram à proclamação da República. O exército extramente dividido, fracionava-se da seguinte maneira: a corrente mais numerosa era favorável à monarquia (e que havia lutado na campanha do Prata), o restante era favorável à República (representante da ala mais culta e pertencente à aristocracia militar). Desta corrente nasce os ultra-positivistas, amarrados à concepção republicana e federativa¹³⁷. A ironia de O. Vianna diz tudo: “a República foi o arrastamento dos “colarinhos de ouro” (defensores da Monarquia), pela pequena fração dos “cadetes filósofos” (defensores da República)”¹³⁸. Deodoro era o fiel escudeiro dos primeiros; B. Constant, dos segundos. Deodoro cedeu...

Curioso observar que os Positivistas não propagaram tanto assim as ideias de Comte. Reunidos todos os partidários das ideias positivistas, ver-se-ia, de fato, um número reduzido de políticos adeptos à tal ideologia. Ironizava Oliveira Vianna,

¹³⁴ MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e Unidade Nacional. Brasiliense...* p. 133

¹³⁵ VIANNA, F., 1990, p. 149.

¹³⁶ Sobre as insatisfações de parte do Exército ver: LEAL, Aurelino de Araújo. **História constitucional do Brasil**. Coleção História Constitucional Brasileira. Brasília: Senado Federal, 2002, pp. 199 e ss.

¹³⁷ “Lendo em Augusto Comte que a monarquia era expressão do “estado teológico”, a democracia liberal, do “estado metafísico” e a república ditatorial do “estado positivo”, estes jovens e seu venerando mestre, viam no Império uma realidade duplamente condenada, e numa condenação sem apelo – a ciência demonstrava que a teologia implícita na monarquia e a metafísica expressa na democracia, eram realidades mortas. TORRES, 1962b, pp. 146-147.

¹³⁸ VIANNA, F., 1990, pp. 159-160.

caberem todos, com folga, dentro do salão do Clube Militar¹³⁹. A influência positivista na República, deve-se mais a um fato acidental, do que artificial e racional. Não fosse a coincidência de prestigiosos líderes do novo regime serem positivistas, talvez o ideário de Comte sequer fosse considerado relevante àquela época. Embora não se possa negar que, o Apostolado Positivista no Brasil tenha proposto, inclusive, reformas pontuais à primeira Constituição Republicana, tendo conseguido, realmente, algumas reformas¹⁴⁰. Como vimos, Ouro Preto não conseguiu segurar a república. Nas últimas horas recorre ao Imperador para que componha novo ministério, alegando que a revolução seria inevitável, salvo se Gaspar Silveira Martins assumisse a Presidência do Ministério. Leniência do Imperador, Silveira Martins já estava sendo desterrado pelas forças de Deodoro. O federalismo por segregação começava a ser escrito com a república.

16. O federalismo por agregação: a reunião das províncias já reunidas

Este federalismo que foi proclamado com a república foi o federalismo de matriz norte-americana. O lema era: somos da américa, queremos ser americanos. Em que pese o Senador Vergueiro mostrasse, nas suas lições sociológicas, o quão pernicioso era transferir à nossa história conceitos válidos aos Estados Unidos, país de realidade constitucional tão diferente da nossa. O assunto foi repisado quando da elaboração do Ato Adicional de 1834, mas nos dias finais do regime imperial a tese de Rui Barbosa venceria, “*concentrando em torno da ‘Federação’ toda a força opulenta e frondosa de sua argumentação*”¹⁴¹, convencendo os revolucionários republicanos a adotarem o modelo federativo dos Estados Unidos da América. Rui, encantado com o último livro que lia, e lia muito os norte-americanos, convencia-se ser aquele o melhor modelo político a ser copiado.

Entretanto, a federação brasileira foi formada de cima para baixo¹⁴². O Brasil não foi fruto de um *pacto federativo* (agregação)¹⁴³, tal qual fizeram os norte-americanos a

¹³⁹ Ibidem, p. 105.

¹⁴⁰ LEAL, A., 2002, pp. 239-240.

¹⁴¹ TORRES, 1961a, p. 152.

¹⁴² BELLO, 1959, p. 65.

¹⁴³ O Brasil, em realidade, foi formado por *dissociação* de Estados já unidos, contrariando a regra geral da *agregação* de Estados separados. É o que nos ensina SCHELLE, Georges. **Droit International Public**. Paris: Domat-Montchrestien, 1944, p. 192. Na Rússia, na Índia e na África do Sul a forma federal foi fruto, igualmente, de uma descentralização política vinda do centro. Com isso se quer dizer que migraram de um Estado Unitário para um Estado Federal. AJA, Eliseo. **El Estado Autonómico**: Federalismo y

partir das ex-colônias inglesas. A tese sociológica do Senador Vergueiro expressa bem o nosso federalismo, em citação hoje célebre: “*Todos sabemos que a as agitações que tem havido entre nós (...) procedem de havermos antecipado a nossa organização política à social*”¹⁴⁴. Bernardo Pereira de Vasconcelos confirmava: “*as desgraças do país vieram de terem as reformas políticas precedido as reformas sociais*”¹⁴⁵. A organização social não foi federativa, foi unitária. Os fatos confirmam o que vergueiro alertava: “*a “Federação”, como tudo mais, viria da cúpula para os alicerces – adotou-a, oficialmente, o decreto de uma ditadura*”¹⁴⁶. O próprio Rui, grande arquiteto da Federação, reconhece a inversão da nossa federação, deixando escapar que tivemos União antes de termos Estados, mas deixemos o próprio Rui falar:

Não somos uma federação de povos até ontem separados e reunidos de ontem para hoje. Pelo contrário, é da União que partimos. Na União nascemos. Na União se geraram e fecharam os olhos os nossos pais. Na União ainda não cessamos de estar. Para que a União seja a herança de nossa descendência, todos os sacrifícios serão poucos. A União é talvez o único benefício sem mescla que a monarquia nos assegurou (...) ¹⁴⁷.

Cogitou-se, ainda, uma monarquia federativa ao Brasil. Mesmo Rui dizia-se mais federalista do que republicano. Sua adesão à causa da República deve-se ao fato de que na monarquia estava incrustada a resistência à federação¹⁴⁸, sem contar que o Partido Liberal rompia com Visconde de Ouro Preto, justamente porque este não desejava a Federação¹⁴⁹. NABUCO associava federação à autonomia das Províncias. Destarte, alertava para o perigo de se proclamar a República, uma vez que durante a Regência, período de minoridade do Imperador, viveu-se verdadeiro caos. Assim, a tese de Nabuco queria promover o máximo possível a autonomia da Província, deixando ao centro, aquilo que releve à manutenção da Unidade Nacional¹⁵⁰.

TAVARES BASTOS, gasta suas primeiras 40 páginas de *A Província: estudo sobre a descentralização no Brazil* para reafirmar tendência mundial descentralizadora¹⁵¹.

---

hechos diferenciales. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2003 e DURAND, Charles. **Confédération D'États et États Fédéral**. Paris: Librairie Marcel Rivière, 1955, p. 141.

¹⁴⁴ TORRES, João Camillo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1961b, pp. 1311-1315.

¹⁴⁵ SOUZA, Octavio Tarquínio de. **Bernardo Pereira da Vasconcellos e seu tempo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, pp. 151-152.

¹⁴⁶ TORRES, 1961a, p. 22.

¹⁴⁷ BARBOSA, Rui. **A Constituição de 1891**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, Obras Completas de Rui Barbosa, Vol. XVIII, tomo I, p. 146.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 148.

¹⁴⁹ TORRES, 1961a, p. 24.

¹⁵⁰ Discurso pronunciado em 8 de agosto de 1885 e incluído na coleção edição da mesa da Câmara dos Deputados. ARAÚJO, 1949, pp. 400-403.

¹⁵¹ BASTOS, 1937, capítulos I, II e III.

Termina o capítulo III com o seguinte conselho: “*aproximai a fôrma provincial da fôrma federativa; a si proprias entregai as provincias; confiai á nação o que é seu; reanimai o enfermo que a centralização fizera cadáver; distribui a vida por toda a parte: só então a liberdade será salva*”¹⁵². A corrente de pensamento dominante, à época, acreditava, portanto, na *autonomia* e na *descentralização* como forma de operação do sistema que se implantara.

A aludida monarquia federativa não vingara¹⁵³. Os monarquistas, então, foram às últimas consequências no seu movimento contra a Federação. Visconde do Uruguai tinha razão: as ideias Federalistas estavam em evidência, sendo que a grande maioria da população procurava adotar o modelo federativo norte-americano¹⁵⁴. Contra força não há resistência: a *autonomia* legislativa às províncias não bastava; os “federalistas” almejavam, ainda, a eletividade dos Presidentes de Província. A almejada descentralização e autonomia cobrava a república no âmbito local. Ocorre que o partido Republicano, contrariando as expectativas, suprime a soberania popular e passa a nomear os governadores dos Estados. Voltava-se ao centralismo do Império, mas não se esqueça que o imperador de tempos em tempos, trocava os liberais pelos conservadores, e vice-versa. Deodoro e Floriano, por sua vez, trocavam republicanos, por republicanos... matava-se, portanto, a alternância do poder. Os conservadores e liberais não tolerariam por muito tempo este *modus operandi* dos republicanos no governo local. Vejamos o desdobramento que tomou o federalismo após 15.11.1889, nas suas duas fases (1ª fortemente descentralizadora; 2ª fortemente centralizadora), já que à Proclamação da República reservamos todo o outro capítulo.

17. A primeira fase da federação: o excesso descentralizador quase confederativo

Assiste razão o que diz WOODROW WILSON, nos seus célebres discursos proferidos em 1908: “*as relações dos Estados para com o Governo Federal*

¹⁵² BASTOS, 1937, p. 40.

¹⁵³ FELISBELO FREYRE lembrava que desde os tempos do Ato Adicional de 1834 levava-se ao parlamento a questão da Federação. Tal autonomia federativa enfraqueceria, certamente, a força centralizadora indispensável à manutenção da monarquia, sendo que a monarquia federativa “*não seria mais do que um período de transição, afim de educar a nação para o governo democrático. A coexistência de dous governos, que caracteriza a federação, não é compatível com a indole da instituição monarchica (...)*”. FREIRE, 1894a, Vol. II, p. 38.

¹⁵⁴ SOUZA, Paulino José Soares de. (Visconde do Uruguai). **Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865, Tomo I, p. XII.

apresentam-se como a questão cardeal do sistema constitucional americano”¹⁵⁵. Da boa articulação entre União e Estados autônomos nasce a federação. Devem os Estados, igualmente, participar na formação da vontade nacional. A repartição de competências entre União e Estados¹⁵⁶ nos fornece o cerne da federação, sendo vedado o direito de secessão aos Estados-membros¹⁵⁷; bem como estes devem encontrar meios legítimos de imposição da lei em âmbito nacional e estadual¹⁵⁸. Este conceito clássico de federação era o que vigorava nos Estados Unidos e queria ser implantado no Brasil. Mas a teoria federativa mostrou-se diferente na prática da nossa federação. O primeiro movimento federativo e de consolidação do regime chegou às bordas de uma confederação. Aumentasse o governo federal a descentralização político-administrativa concedida aos Estados, o território Brasileiro estaria ameaçado de fracionamento¹⁵⁹. Esta visão difundia-se, inclusive, nos jornais internacionais. F. Freyre¹⁶⁰ colaciona trecho do jornal *Echo de Paris*, onde transparece a hostilidade aos proclamadores da República e a sua forma federativa de Estado bastante descentralizadora:

“Vae abrir-se no Brasil a éra dos pronunciamentos? Vamos vêr as diversas provincias, que constituíam o Imperio, seguir as tendencias separatistas, ou chegar-se-á a uma transacção que, assegurando a integridade do Imperio, consolidasse, ao menos, por algum tempo, o throno de D. Pedro?” e complementa: “Essa era a solução que a opinião publica em França devia favoravelmente acolher, porque era a que livraria o Brasil das calamidades da guerra civil e lhe permittiria proseguir a obra da sua organização economica e industrial”.

Os Republicanos – sendo que o Imperador abandonou o país e o povo estava imbuído de uma moléstia epidêmica: “*a adhesite*”¹⁶¹ – não encontraram maiores dificuldades em operar o “*ideal federalista*” existente nos livros e na mentalidade de

¹⁵⁵ WILSON, Woodrow. **Governo Constitucional nos Estados Unidos**. São Paulo: Ibrasa, 1963, p. 132.

¹⁵⁶ Raul Machado Horta referia que: “a autonomia do Estado-membro pressupõe a repartição constitucional de competências para o exercício e o desenvolvimento de sua atividade normativa” (HORTA, Raul Machado. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Malheiros, 2003, p. 23).

¹⁵⁷ O artigo 2º dos Artigos da Confederação autorizava o direito de secessão. Assenta-se a Federação, contrariamente, na inexistência do direito de secessão, pois a última decisão soberana de um Estado é decidir-se federar, ou como exagerava GIORGIO DEL VECCHIO, trata-se de um assassinato de Estados. VECCHIO, Giorgio del. **Teoria do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1957, p. 76. Ver ainda, o detalhamento exarado por ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. **Competências na Constituição de 1988**. São Paulo: Atlas, 2000, pp. 25 e ss.

¹⁵⁸ É o que nos diz SCHWARTZ, Bernard: “o que torna de tão grande significação prática o aspecto do sistema americano que acabamos de examinar (...) é o aparelhamento de cada centro de governo com seu completo mecanismo de imposição da lei, tanto executivo quanto judicial” (SCHWARTZ, Bernard. **O Federalismo Norte-Americano Atual**. Forense Universitária: 1984, p. 17).

¹⁵⁹ Aliás esta foi a preocupação de Ruy Barbosa, tentar preservar a Unidade Nacional com a implementação do Regime federativo, já que gostava de dizer: “A União é, talvez, o único benefício sem mescla, que a monarquia nos assegurou...” BARBOSA, 1946, v. XVIII, tomo I, p. 146.

¹⁶⁰ FREIRE, 1894a, Vol. II, p. 26.

¹⁶¹ A ironia é de FREIRE, 1894a, Vol. II, p. 16.

Rui Barbosa¹⁶²; embora o ilustre constitucionalista soubesse dos exageros que poderiam descambar a federação, pois alertava seus companheiros de tribuna:

“(…) que a aspiração descentralizadora assumiu agora sôbre os ânimos entre nós, começa a se revelar uma superexcitação mórbida, que nos turba a lucidez do senso político, na apreciação dos assuntos direta ou indiretamente relacionados com essa ideia. Grassa por aí, senhores, um apetite desordenado e doentio de federalismo, cuja expansão sem corretivo seria a perversão e a ruína da reforma federal”

E foi o que prenunciava Rui Barbosa nos discursos o que ocorreu, inicialmente, na prática do regime federativo. O excesso de federação, excesso de descentralização, de autonomia local. A propaganda republicana atingira seu fim: era proclamada a república e a federação e o povo acreditava piamente na derrubada do unitarismo e de qualquer resquício do centralismo imperial. Se a monarquia federativa era inimaginável: derrube-se a monarquia, e a república venha de arrasto no encalço da federação. Os municípios e as assembleias teriam se livrado das amarras do poder central.

O Decreto número 7, de 20 de Novembro de 1889 dissolve e extingue as Assembleias Provinciais, fixando provisoriamente as atribuições dos governantes dos Estados (art. 1º). O artigo 2º desdobrava nos seus treze parágrafos as mais amplas atribuições aos Estados-membros, tais como nomeação dos comandantes de armas, dos chefes de polícia, dos secretários do governo, dos magistrados, dos administradores do correio e até dos empregados da Fazenda. Funções exclusivamente federais foram delegadas às províncias e o Governo Provisório experimentaria um federalismo que chegava as raias de uma Confederação¹⁶³.

18. A segunda fase da federação: o retorno ao centralismo e ao unitarismo imperial

Os republicanos cedo retrocederam no processo de descentralização das competências. Os governadores mal iniciaram a gestão dos negócios locais e já perdiam quase todas as atribuições investidas pelo decreto recém mencionado, aproximando-se, novamente, à condição centralizadora do Estado Unitário que vigorava no Império. O Governo Provisório começou descentralizando aos moldes da *teoria da federação*; cedo foram influenciados pela *realidade do federalismo*, podando os excessos

¹⁶² BARBOSA, 1946, v. XVII, tomo I, p. 148.

¹⁶³ BRASIL. Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889. Brasília: Planalto, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 set. 2013.

descentralizadores. A natureza do momento fez com que o Governo Provisório tratasse dos Estados da mesma maneira que o Império geria as Províncias¹⁶⁴.

Os governadores locais haviam sido aclamados inicialmente pelo povo. A reforma do Governo Provisório retirou o princípio da autoridade democrática, encarnada na nação soberana, e passou a nomear, *ad nutum*, os Governadores locais. Compreendeu o Partido Republicano que em momento revolucionário a soberania residia em si, e que enquanto não estivessem consolidados os poderes políticos recém-constituídos, temerário seria conceder tanta autonomia ao poder local. De outro lado, os governadores locais sancionavam esta postura centralizadora do governo central. A União já era realidade herdada do Império; a federação que precisava ser mais bem arquitetada¹⁶⁵.

Politicamente e administrativamente ficaram as províncias presas à autoridade da União. A Capital do País tornou-se o centro ativo onde se tratavam dos interesses dos Estados. A imprensa que era silenciosa e omissa acerca das notícias provinciais começou a veiculá-las nas páginas dos jornais. Até os Estados pequenos deixaram de ser indiferentes aos jornais. Com a dissolução dos partidos políticos, os grupos locais afastados da administração política convergiam para o centro as suas acusações e reivindicações, pois de lá provinha à permanência dos governos estaduais. Convencessem as forças opositoras locais o governo central da necessidade de alternância do poder, bastava para que o Governo Provisório substitui-se o chefe do Estado¹⁶⁶.

Os Estados em que a confiança do governo local não se abalava naturalmente pela investida da oposição no convencimento do governo nacional, a solução era a investida ilegítima para deposição do governo. Se todos viram seus estados, na vida ditatorial da República, substituírem os governadores, o Rio Grande do Sul foi o primeiro a dar o exemplo. A autoridade, a desordem, a instabilidade instaurou-se neste Estado. A aquiescência do Governo Provisório com as deposições acabou por abrir o precedente das derrubadas, o que posteriormente dificultou a própria consolidação da República¹⁶⁷.

---

¹⁶⁴ FREIRE, Felisbelo. **História Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia Moreira Maximino, Chagas & C., 1894b, v. II, p. 40-1.

¹⁶⁵ FREIRE, 1894b, v. II, p. 41.

¹⁶⁶ Ibidem, v. II, p. 42.

¹⁶⁷ Ibidem, v. II, p. 42.

As províncias (o Estado do Rio Grande do Sul, em especial) não estavam acostumadas com a liberdade político-administrativa. Compreende-se, portanto, os excessos e desordens de todo o tipo. Viveram a margem da descentralização e repentinamente a reforma política engendrada deu-lhes a liberdade e a autonomia desmesurada. As províncias não passaram pelos graus intermediários da educação política, não adquiriram o preparo indispensável para gestão da vida pública. Os partidos políticos esmorecidos; a falta de educação política do eleitorado brasileiro somente precipitou a diátese revolucionária¹⁶⁸.

As Províncias do Império haviam se acostumado com as restrições do unitarismo político imperial. Repentinamente, o governo livre lhes cai nas mãos. A soberania que recebiam do centro faltava às mais democráticas das nações desenvolvidas. Os Estados Unidos, por exemplo, à época, limitavam do centro poderes das províncias. Assim que Missouri aceitava imposições sobre a escravidão, Arkansas não poderia intervir em questões de terras públicas, Michigan e Ohio não deliberavam sobre suas fronteiras. Outras limitações foram intentadas em Sawa, Nevada e Nebraska¹⁶⁹. É que nos Estados Unidos antes de ser cidadão da União já o era do seu Estado, com a mais ampla liberdade e independência (fruto do federalismo por agregação). Aqueles puritanos dissidentes, de baixo para cima formaram o Estado, o País, a União, a Constituição. Aqui foi exatamente o contrário. O Brasil foi obra da inversão, era-se primeiro cidadão da União, posteriormente viramos cidadão dos Estados¹⁷⁰.

Se na primeira fase da federação viu-se o excesso descentralizador, na segunda fase viu-se o excesso centralizador. Mas a república não foi proclamada para efetivar o ideal federalista? Por que retrocederam os republicanos na marcha descentralizadora? A resposta é muito simples. Se deram conta que o partido republicano não era tão forte assim. Que os conservadores e liberais, que não aderiram a tese republicana, venceriam eleições locais, fortificariam o parlamento estadual e municipal, e quem sabe fariam a maioria dos Deputados à Assembleia Constituinte. Ora, desta Assembleia Constituinte dependia o futuro da República, do Presidencialismo e da Federação. Este retorno ao centralismo desmoralizava os líderes republicanos, acirrava as injúrias de ambos os lados, já que adotavam (sem atributos majestosos) as velhas práticas do centralismo imperial. O governo perdeu o resquício de legitimidade que possuía, o povo já não se

¹⁶⁸ FREIRE, 1894b, v. II, pp. 42-3.

¹⁶⁹ Ibidem, v. II, pp. 46-7.

¹⁷⁰ BARBOSA, 1946, v. XVII, tomo I, p. 146.

achava mais tão livre, a crise financeira acirrava a situação, a apatia do povo só aumentava.

19. A crise financeira, a perda da liberdade, o governo ilegítimo, a apatia do povo

Difícil precisar exatamente a causa de uma revolução. O ditado popular é sábio: “*desgraça nunca vem sozinha*”. Normalmente eclode por fatores encadeados, que somente o processo histórico pode nos responder. Se nossa tese estiver certa, a revolução federalista é reflexo imediato dos erros da república. Erros não tanto da proclamação, quanto da consolidação. Podemos referi-los como causas “menores”. Entretanto, é da soma dessas causas menores, que se chega ao resultado da revolução federalista. O nosso próximo capítulo preocupa-se, portanto, em detalhar a vida republicana, a história dos presidentes, das pastas, dos líderes, justamente para contextualizar o leitor acerca do que ocorria, na vida política e constitucional do Brasil, naquele período *sui generis*. Antecipamos aqui, mesmo que rapidamente, algumas causas menores, são elas: (1) a *crise financeira*; (2) a *perda da liberdade*; (3) a quebra da *legitimidade*; e (4) a apatia do povo¹⁷¹.

A *crise financeira* era patente. O cambio que atingia alta prosperidade decaia para patamares inaceitáveis, tanto pelo clima inflacionário, quanto pela especulação e hábitos perdulários na vida pública¹⁷². Além das finanças, OLIVEIRA TORRES, bem nos relembra, inspirado em FERRERO, que o poder *ilegítimo* acaba por temer o povo, armando-se contra ele. Dai nascem os movimentos que conspiram contra ordem *ilegítima*, que se vale de novas restrições à *liberdade*. A restrição à liberdade de imprensa imposta pelos republicanos agravava a situação. Sabemos que a liberdade de imprensa precedia a nossa própria declaração de Independência, tendo vindo a lume, pelas mãos do Príncipe Regente, em data de 28 de agosto de 1821. A supressão à liberdade de imprensa, por decreto baixado em 23 de dezembro de 1889, suscitou resmungos, dos próprios positivistas da Tribuna Liberal¹⁷³, acirrando, ainda mais, os ânimos dos oposicionistas¹⁷⁴.

¹⁷¹ Estes fatores surgem em consequência da queda da Monarquia. Ver, melhores aprofundamentos, TORRES, 1962b, pp. 153-168.

¹⁷² TORRES, 1962b, pp. 154-5.

¹⁷³ Ibidem, pp. 156-7.

¹⁷⁴ Relata-nos João Camilo, uma relação impressionante de personalidades presas, de jornais fechados: “Assim foram presos o Sr. Mayrink, transformado em banqueiro do Sr. Rui Barbosa; Conselheiro **Gaspar**

A instabilidade foi generalizada em todos os Estados da Federação. *Quebrada a legitimidade* do governo, nascia a desordem. As antigas províncias monárquicas tornaram-se estados-membros da federação. Com a alteração da Forma de Estado, da Forma de Governo e do Sistema de Governo, as *ex-províncias* foram vítimas de total confusão organizativa. O Rio Grande do Sul desponta em primeiro lugar na lista da “contradança” dos postos ao Governo do Estado. Tomemos dois Estados da federação como exemplo: *São Paulo* – Prudente José Morais e Barros, Jorge Tibiriça e Américo Brasiense de Almeida e Melo; *Rio Grande do Sul* – Marechal Visconde de Pelotas, Marechal Júlio Anacleto Falcão da Frota, Dr. Silva Tavares, General Carlos Machado de Bitencourt, General Cândido José da Costa¹⁷⁵. Estas mudanças constantes nos governos estaduais cancelavam a confusão reinante, a instabilidade do governo, a quebra da legitimidade.

Trecho esclarecedor da instabilidade inaugurada pela república apresenta-nos Felisbello Freyre¹⁷⁶, citando o que externava o governador do Maranhão, cujas atrocidades ficaram assim sumarizadas:

A junta inaugura a república com o fuzilamento em massa de cidadãos, cujos protestos contra a nova ordem política eu soube depois que se podiam perfeitamente abafar sem o derramamento de sangue.

Os excessos de toda ordem seguiram-se logo ao crime. Os cidadãos, principalmente os de côr, de que a junta suspeitava, eram presos e logo arrastados ao xadrez, onde se lhe cortavam os cabelos e onde eram barbaramente espancados. Muitos receberam dúzias de bolos nos pés.

Mulheres publicas, com quem alguns soldados tinham contas a ajustar, soffreram de igual modo êsses afrontosos e incompatíveis castigos.

O terror enchia todos os corações e tolhia todas as consciências; e para que nada transpirasse e nenhuma voz honesta e patriótica se fizesse ouvir, trancou-se o telégrafo (...)

O desinteresse do povo pelas questões políticas expressava o clima de profunda *apatia*. Se no Império travavam-se disputas violentas e aguerridas no cenário político,

---

Silveira Martins, em Santa Catarina; Cândido Luiz Maria de Oliveira, Carlos Afonso de Assis Figueiredo, os Deputados Vasques e Joaquim Pedro Salgado, Saturnino Cardoso, redator da *Democracia*; Dr. Pedro Tavares, redator da *República*; Carlos von Koseritz, redator da *Reforma*, em Pôrto Alegre; David Job e Ernesto Gerngross, redatores do Mercantil, do Rio Grande; Hasslocher, redator da Fôlha da Tarde, de Pôrto Alegre, e o Dr. João de Menezes Dória, remetido do Paraná”.

“Muitos foram os jornais que suspenderam a sua publicação. Assim, o *Dezenove de Novembro*, de Curitiba, deixou de ser publicado; o Correio de Santos foi cercado pela polícia, penetrando soldados na sala da redação; no Pará é incendiada a tipografia do *Democracia*; em Ouro Prêto o Dr. Diogo de Vasconcelos é intimado a não continuar no *Jornal de Minas*; desapareceu o *Estado do Sul* e o *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre; o *Diário de Notícias*, jornal do Sr. Rui Barbosa, intima a *Gazeta de Notícias* a não publicar contra o benemérito *Generalíssimo* um artigo igual ao que tinha publicado a 14 de novembro e, referindo-se à formação do partido católico, diz que é uma acinte às leis existentes”. TORRES, 1962b, pp. 158-9.

¹⁷⁵ TORRES, 1962b, pp. 158-9.

¹⁷⁶ FREIRE, 1894a, Vol. II, p. 51-2.

quando da proclamação da república o povo assistira tudo de fora, “*bestializado*”, com uma paciência quase “*budista*”, vendo as províncias serem promovidas à condição de Estados. A monarquia à condição de República. O parlamentarismo à condição de presidencialismo. Se inquirirmos as causas dessa apatia que abateu à população chegaremos às seguintes consequências: (1) a falta de partidos políticos no seio da república; também reflexo do (2) baixo nível educacional de nossas massas populares. Sem contar que a (3) restrição à liberdade eleitoral, e a consequente evasão eleitoral, favoreceram a segurança da República, pela corrupção do voto¹⁷⁷.

A situação levava a crer que o Congresso era mais de nomeados que de eleitos. Tal manipulação refletiu-se também na composição da representação nacional à Constituinte; aliás, os deputados além de superarem os requisitos intrínsecos à candidatura, deveriam conter incontestada vinculação ao projeto das novas instituições. A artificialidade de tal processo angariava a ira dos opositores, tanto que o Comendador Ovídio João Paulo de Andrade, chefe liberal de Ouro Preto, profetizava: “*Nunca mais o governo perderá eleições neste país*”, retirando-se publicamente da política¹⁷⁸.

Destarte, a Constituinte acabou sendo marcada, também, por divisões internas do próprio grupo republicano. Os interesses locais queriam suplantar o interesse nacional. As incompatibilidades entre positivistas e republicanos liberais, as preferências e os interesses pessoais de políticos locais pressionaram a assembleia até então unanimemente republicana, a se subdividir em grupos que se hostilizavam. Tal racha dos Republicanos foi o caminho encontrado pela oposição para atacar os governistas¹⁷⁹. Os revolucionários federalistas sabiam que divisão interna do partido os beneficiava. O clima de apatia que gracejava no plano nacional não se apresentava da mesma maneira no Sul do País. Pode-se dizer que a revolução estava a caminho. A constituinte agita ainda mais os ânimos.

20. O Governo Provisório e o Congresso Constituinte da República

A Proclamação da República instaurou um Governo Provisório até que as próximas eleições decidissem, democraticamente, a escolha do governo definitivo. Compôs o Governo Provisório as seguintes ilustres figuras: Aristides da Silva Lobo, para o

---

¹⁷⁷ TORRES, 1962b, pp. 162-4.

¹⁷⁸ Ibidem, pp. 163-4.

¹⁷⁹ Ibidem, pp. 163-4.

Ministro do Interior; tenente-coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães, para o Ministério da Guerra, Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha; Quintino Bocaiúva, para o Ministério das Relações Exteriores e Interinamente da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda. Isto tudo era para ser “provisório¹⁸⁰”, nos moldes do Decreto nº 1, de 15.11.1889”, provisório era a república, provisório era a federação. O artigo *segundo* do Decreto complementava que as províncias, reunidas agora pelo laço federativo, passavam a figurar como Estados Unidos do Brasil. O artigo *terceiro*, delegava aos Estados a sua legítima “soberania”¹⁸¹, permitindo a eleição do corpo legislativo local, e a elaboração da Constituição Estadual. O artigo *quarto* anunciava a necessidade de eleição do Congresso Constituinte. O Governo Provisório aboliu, ainda, a vitaliciedade do Senado, extinguiu o Conselho de Estado, bem como dissolveu a Câmara dos Deputados¹⁸².

O Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, estabeleceu o regulamento eleitoral, declarando eleitores todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever. O Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889, dissolvia as assembleias provinciais. Tais atribuições ficavam a cargo dos governadores, até a promulgação definitiva da Constituição. Neste interregno, ampla liberdade possuía o Governo Provisório, podendo inclusive substituir os governadores. O Decreto nº 78, de 21 de dezembro de 1889, determinava no seu artigo primeiro a celebração da eleição geral à Assembléia Constituinte, composta de uma só Câmara, e aprazada para o dia 15 de setembro de 1890. Em 8 de fevereiro de 1890, o Decreto nº 200-A promulgou o Regulamento Eleitoral, o qual foi complementado pelo Decreto nº 511, de 23 de julho de 1890¹⁸³.

O Congresso Constituinte da República foi instalado em 15 de novembro de 1890. Dois projetos disputavam o texto definitivo da Constituição. O da primeira comissão consubstanciou-se no Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Continha 97 artigos, dos quais 12 tratavam das disposições transitórias. O da segunda comissão consubstanciou-

¹⁸⁰ Curiosamente o Brasil convive com estranha inversão de o provisório se tornar permanente, e o permanente se tornar provisório...

¹⁸¹ Hoje sabemos que o melhor termo a empregar seria autonomia...

¹⁸² BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002, v. III, pp. 101-102.

¹⁸³ Em 4 de outubro de 1890, o Decreto nº 802 convocava as Assembleias Legislativas Estaduais. Estas assembleias aprovariam as Constituições dos estados, bem como elegeriam os governadores e vice-governadores para o primeiro período administrativo. SILVA, 2009, especialmente item 6.2 Atos iniciais da Proclamação da República, pp. 176 e ss. Ver ainda: BONAVIDES, P. & AMARAL, R., 2002, v. III, pp. 137 e ss.

se no Decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1890, com o mesmo número de artigos que o anterior. Este Decreto substituiu àquele. O problema Constitucional era que o primeiro Decreto de nº 510, no artigo 3º, determinava que parte da Constituição já estava em vigor. Assim, o Decreto nº 914-A, ao substituir o anterior, revogou a parte que vigorava, daí se falar na curta vigência constitucional de 4 meses e 1 dia. O segundo projeto, cautelosamente, não estabelecia imediata vigência, sem prévia deliberação do texto por parte do Congresso Constituinte. Dinamizando os trabalhos, nomeou-se, às pressas, uma comissão para examinar o anteprojeto encaminhado pelo Governo Provisório, que ficou conhecida como “*comissão dos 21*”¹⁸⁴.

Dinamizou-se os trabalhos, tendo a Comissão apresentado seu primeiro parecer em 10 de dezembro. No dia 21 de fevereiro de 1891, apresentou-se a redação final. Reservou-se o dia 23 para os últimos debates, tendo sido proclamada a primeira Constituição Republicana dos Estados Unidos do Brasil, no dia 24 de fevereiro de 1891. Rui Barbosa influenciou tanto o Decreto nº 510, quanto o Decreto nº 914-A. No primeiro sugeriu emendas; no segundo, sem exageros, teria sido o redador do projeto. Daí levantar-se a polêmica: teria sido R. Barbosa o redator da Constituição de 1891? Ele mesmo aludia à colaboração dos demais membros¹⁸⁵. Proclamada a República. Passado a transitoriedade do Governo Provisório. Promulgada a Constituição, restava consolidá-la. Este o trabalho mais difícil de ser feito.

A Unidade Nacional fora a obra perfeita do Império. O Estado-membro era o “*calcanhar de aquiles*” da República. À gestão local depositava-se muita esperança. O Governo Provisório não afastou o centralismo que ele mesmo criticava. Os próprios Estados-membros contribuíam à desordem. Como a política continuava centralizada, as campanhas locais não zelavam pelo interesse do país, nem pela consolidação das novas instituições. Bem pelo contrário, o espírito subversivo estava em convencer o Governo

---

¹⁸⁴ Francisco Machado (Amazonas), Lauro Sodré (Pará), Casimiro Júnior (Maranhão), Teodoro Pacheco (Piauí), Joaquim de Oliveira Catunda (Ceará), Amaro Cavalcanti (Rio Grande do Norte), João Neiva (Paraíba), José Higyno (Pernambuco), Sabino Besouro (Alagoas), Oliveira Valadão (Sergipe), Virgílio Damásio (Bahia), Gil Goulart (Espírito Santo), Bernardino de Campos (São Paulo), João Batista Lapér (Rio de Janeiro), Ubaldino do Amaral (Paraná), Lauro Muller (Santa Catarina), Júlio de Castilhos, Relator (Rio Grande do Sul), João Pinheiro (Minas Gerais), Lopes Trovão (Capital Federal), Leopoldo de Bulhões (Goiás) e Aquilino do Amaral (Mato Grosso). SILVA, 2009, especialmente item 6.4 *Instalação da Assembleia Constituinte republicana*, pp. 178 e ss. BONAVIDES assentua o princípio federativo pressuposto, já que havia representantes de todos os Estados. BONAVIDES, P. & AMARAL, R., 2002, v. III, pp. 278-281.

¹⁸⁵ LEAL, A., 2002, p. 209.

Provisório da necessidade de substituição dos chefes dos estados. Nenhum deles passou pela vida ditatorial da República, sem ver substituídos os seus governadores¹⁸⁶.

Aí plantou-se o desrespeito à autoridade, o princípio da desordem, a instabilidade dos governos, a morte da lei, em suma: a diátese revolucionária que levaria à ditadura e à anarquia político-administrativa¹⁸⁷. Aquiescendo com tudo o que acontecia, o Governo Provisório, a República de Deodoro, a Constituição de 24 de fevereiro, e próprio Floriano Peixoto consentiam, quando não autorizavam as deposições no plano local. Estas práticas minaram a credibilidade do governo. A oposição irritava-se com os governistas, fazendo com que a república lutasse incansavelmente para sua manutenção. A Revolução Federalista, a Revolta da Armada, e os demais levantes estaduais foram todos reflexo imediato das práticas políticas da República.

No capítulo subsequente aprofundaremos a trajetória política de Deodoro e Floriano, chegando à Prudente de Moraes, o pacificador da Revolução Federalista. Deodoro foi o homem do golpe, da transição, embora tenha evitado, ao máximo, a guerra civil. Seu sucessor, o Marechal de Ferro, pegou em armas e foi às últimas consequências para manutenção da república e do presidencialismo. Dizia para Gaspar Silveira Martins, quando este retornava do exílio, que iria às últimas consequências para manter o presidencialismo. Gaspar Silveira Martins retrucava dizendo que também iria às últimas consequências para restabelecer o parlamentarismo. A federação não era motivo de discordâncias. Ambos eram federalistas, embora o autoritarismo momentâneo de Floriano fosse extremamente centralizador.

---

¹⁸⁶ FREIRE, 1894b, v. II, pp 41-42.

¹⁸⁷ FREIRE, 1894b, v. II, p. 42.

CAPÍTULO II – A REVOLUÇÃO FEDERALISTA COMO REFLEXO DA REPÚBLICA

21. A representação política e a constituinte: entre a esperança e a frustração

Passada a euforia do golpe militar e as adesões em massa à República o povo queria analisar os resultados fornecidos até então pelo novo regime. A Constituinte era fato e a elaboração do novo texto constitucional prenunciava-se. Resta saber: Os parlamentares que integravam a constituinte representavam a vontade soberana da nação? Como se compôs o Congresso Constituinte? Como se deu o alistamento eleitoral ao pleito? A *teoria da representação*¹⁸⁸, sabemos, floresce na medida em que a esfera autônoma e abstrata do *público* adquire independência em relação à esfera do *privado*. Na idade média os estamentos prendiam a representação à esfera *do privado*. Com a crescente institucionalização do público, bem como com a publicização dos interesses do Estado, abre-se a autonomia deste em face dos grupos e interesses privados, que pelo parlamento e pelos partidos, autonomamente, *presentam* o poder político¹⁸⁹.

A pedra de toque do sistema está em delimitar bem a teoria da *representação*. Não faltam monografistas estrangeiros¹⁹⁰ e nacionais¹⁹¹ a aprofundar o tema. A análise de M.

---

¹⁸⁸ LOEWENSTEIN acertadamente antevê: “(...) *la auténtica separación de las funciones estatales y su atribución a separados detentadores del poder, tuviese que esperar hasta que la técnica de la representación fuese inventada, o mejor dicho, descubierta.* (...) En Inglaterra; al final de período feudal, cuando la corona estaba necesitada de dinero, los delegados de las capas sociales poderosas financeiramente que estaban convocadas por el rey, se emanciparon – de las instrucciones y mandatos imperativos que habían recibido, y tomaron allí mismo sus decisiones bajo su propia responsabilidad. De esta manera obligaron y ‘representaron’ a los grupos o asociaciones de personas, de los que eran portavoces y mandatarios”. (LOEWENSTEIN, Karl. **Teoría de la Constitución**. Barcelona: Ariel, 1976, pp. 58-9) SOUZA JUNIOR prefere, seguindo PONTES DE MIRANDA, substituir *representação* por *presentação*, pois *representação* parece carregar um sentido pejorativo de *representação de interesses*, levando, talvez, aos apressados, a compreensão de que a esfera pública deve submeter-se aos interesses privados, ou ao de grupos. A esfera pública, em verdade, *presenta*, da existência, vida, destaca-se da esfera privada, ganhando autonomia do setor privado e do de grupos. Esta parece ser a mais consentânea interpretação à teoria da *(re) apresentação*. Ver maiores especificidades em SOUZA JUNIOR, Cezar Saldanha. **O Tribunal Constitucional como Poder: uma nova teoria da divisão dos poderes**. São Paulo: Memória Jurídica, 2002c, pp. 42-3.

¹⁸⁹ SOUZA JUNIOR, 2002c, pp. 41 e ss.

¹⁹⁰ Entre os estrangeiros a bibliografia é farta, por todos ver: LIJPHART, Arend. Degrees of Proportionality of Proportional Representation Formulas. In: _____ & GROFMANN, B. (eds.). **Electoral Laws and Their Political Consequences**. New York: Agathon, 1986, , *passim*; LAKEMAN, Enid. & LAMBERT, James D. **Voting in Democracies: A Study of Majority and Proportional Electoral Systems**. London, Faber and Faber, 1955; HOGAN, James. **Elections and Representation**. Cork: Cork University Press, 1945; FRIEDRICH, Carl J. Representation. In: Enciclopedia Britannica. London: William Benton, 1972, vol. 19.

HAURIOU nos parece a mais original. Na obra *Principes de Droit Public* desenvolve toda uma teoria do Direito Público do *point de vue de l'ordre et de l'équilibre*¹⁹². No capítulo X, ao tratar dos equilíbrios constitucionais e da descentralização menciona como tema central ao direito público a teoria da delegação do poder central. Apresenta uma série de dificuldades referentes a tal delegação.

A originalidade do pensamento de HAURIOU aparece na conciliação engendrada entre a delegação do poder central *versus* a autonomia que se manifesta nas funções públicas. O administrador gere funções sociais em nome do todo, mas dele liberta-se após a *investidura* no cargo. Se o poder público fornece o órgão, a nação é que cria a função; após, tal função adquire força própria a ponto de reagir contra o próprio órgão criador, seja para cobrar impostos, seja para aplicar a justiça, seja para supervisionar o ensino, seja para assegurar o poder de polícia. Atua de acordo com *les exigences de sa fonction* as quais chamou HAURIOU *pouvoir de magistrature ou pouvoir d'office*¹⁹³.

A nação não tem a posse do direito nem da administração, pois de fato delega o exercício das funções públicas essenciais. A delegação é, no fundo, uma forma de cessão da soberania ao administrador investido no cargo. Os revolucionários proclamadores da República receberam “a delegação da nação soberana”, foram investidos no poder revolucionário, tão logo quanto possível despregaram-se da vontade da nação ganhando autonomia. A Constituinte precisava cancelar os atos proclamados pela República; para tanto os Republicanos precisavam forjar a maioria da Assembleia Constituinte. Neste momento a vontade da nação¹⁹⁴ dissociava-se, cada vez mais, dos investidos no poder revolucionário. A vontade da nação, todos sabem, era a República. O positivismo, o centralismo, o autoritarismo, a fraude eleitoral, os erros na economia,

---

¹⁹¹ Entre os Brasileiros destacamos FRANCO, Afonso Arinos de Melo *et alii*. **Modelos Alternativos de representação política no Brasil e regime eleitoral (1821-1921)**. Brasília, Cadernos da UnB, 1981. REALE, Miguel. O sistema de representação proporcional e o regime presidencial brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 7, pp. 9-44, 1959. TAVARES, José Antônio Giusti. **Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: teoria, instituições, estratégia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁹² Dedicou suas primeiras 70 páginas a tal teoria. A ordem e o equilíbrio são o pressuposto central para a compreensão e a harmonia do Direito Público. HAURIOU, Maurice. **Principes de Droit Public**. Paris: Sirey, 1910, pp. 1-69.

¹⁹³ HAURIOU, 1910, pp. 415-430, as expressões mantidas no original e em itálico aparecem pontualmente na página 421.

¹⁹⁴ “*Partindo do princípio de que representação é uma pessoa que assume a palavra no lugar de outra, na defesa de seus interesses, e como a Constituição, o pacto fundamental da nação brasileira, atribui perpétuamente tal delegação ao Imperador, juridicamente Sua Majestade Imperial era o primeiro representante da nação brasileira. (...) O Imperador como primeiro representante da nação*”. TORRES, 1968a, pp. 13-4.

afastavam os representados dos representantes. A burla à eleição, mediante reformas eleitorais, forjava a maioria. O eleitorado que sonhava com eleições limpas, via que a lei Saraiva do Império, dava-lhes, inclusive, maior participação política.

22. Reforma Eleitoral: a maioria do Partido Republicano na Constituinte

O ciclo das reformas eleitorais remonta ao Império. Na fase anterior à adoção do governo de gabinete, o eleitorado praticamente inexistia, bem como os partidos eram fracos e inexpressivos. Após 1847 com a adoção do governo de gabinete começou a surgir o problema de como construir maioria. Instaura-se com Alves Branco a política das “*derrubadas*”, técnica comumente utilizada para substituir agentes de autoridade do partido adversário pelos seus, a fim de garantir o pleito. O partido que controlava a autoridade policial ganhava o pleito, pois o grave problema eleitoral provinha do alistamento, da qualificação. Somente com o alistamento permanente oriundo da Lei Saraiva, realizada pela magistratura, é que a situação eleitoral ficou mais satisfatória¹⁹⁵.

Interessante observar a inexpressividade do Partido Republicano. Em 1884 foram eleitos três Deputados republicanos. Na legislatura seguinte, apenas um. Na última eleição geral realizada no Império, em 31 de agosto de 1889, dois republicanos foram eleitos. Desde a assinatura do Manifesto Republicano por alguns dissidentes liberais, em 3 de dezembro de 1870, até a queda do Império fizeram poucos resultados nos pleitos. Suas atividades eram mais propagandísticas, jornalísticas e clubísticas. Até 15 de novembro de 1889 haviam fundado 74 jornais e 237 clubes republicanos por todo o Brasil, sendo o *locus* preponderante de suas atividades o Rio Grande do Sul¹⁹⁶.

A lei Saraiva já instituíra o alistamento permanente. Entretanto, com a proclamação da República, inicia-se novo ciclo na legislação eleitoral brasileira. A República para poder sobreviver nos seus primeiros anos desfez certos avanços da Lei Saraiva. Deu, em verdade, mau exemplo à nossa política, pois reformava a lei eleitoral para ganhar as eleições¹⁹⁷. O Decreto nº 6 do governo provisório do Marechal Deodoro, de 19 de novembro de 1889, considerava eleitores, para as câmaras gerais, provinciais e municipais, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que

¹⁹⁵ TORRES, 1968a, pp. 14-5. Ver ainda, TORRES, 1962b, pp. 105-6.

¹⁹⁶ VIANNA, H., 1962, t. II, pp. 217-8; do mesmo autor ver: VIANNA, Hélio. **História da República**. História Diplomática do Brasil. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, [1960?], p. 17.

¹⁹⁷ TORRES, 1962b, pp. 169-170.

soubessem ler e escrever. O artigo 2º determinava que o Ministério do Interior, em tempo, expediria as instruções e os regulamentos para a qualificação eleitoral¹⁹⁸.

Temiam os Republicanos que a Constituinte fosse transformada em consulta popular. O decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889, instituiu a chamada “*grande naturalização*”¹⁹⁹, pois considerava cidadão brasileiro todos os estrangeiros que já residiam no Brasil no dia da proclamação da República. Completava a normatização supracitada o decreto nº 277-D, de 22 de março de 1890, facilitando o acesso dos estrangeiros ao alistamento. Todas as formalidades de alistamento dos estrangeiros foram retiradas. Residissem em solo Brasileiro, soubessem ler e escrever, e não estivessem impedidos por alguma das causas genéricas impostas também aos brasileiros natos, poderiam se alistar e votar²⁰⁰.

O exemplo no Rio Grande do Sul é esclarecedor. Na comarca de São João do Caí, que conglomerava os atuais municípios de Montenegro e São Sebastião (aí incluídos os territórios que hoje formam os municípios de Caxias e Bento Gonçalves), havia, nos tempos do Império, em 1888, o total de 928 eleitores. O alistamento, pelas novas regras, realizado em 1890, habilitou, na mesma comarca, nada mais nada menos do que 8.033 cidadãos. O alistamento foi, ao menos, oito vezes maior do que em 1888. Com a “*grande naturalização*” os novos eleitores “*estrangeiros*” recém-chegados ao Brasil, que não tinham partido, nem cor política, já sabiam quem lhes angariavam a simpatia²⁰¹.

À conquista da maioria à Assembleia Constituinte foi incumbida ao novo ministro do interior, Cesário Alvim, pois a ele coube regulamentar a primeira eleição republicana do Brasil, para a escolha dos membros do Congresso Constituinte. Pretendia a formação de um corpo de Deputados muito diferente dos que vigiam sob a monarquia²⁰². Em 3 de dezembro, uma Comissão foi nomeada para organizar um projeto de Estatuto; em 30 de maio de 1890, o projeto chegou às mãos do Governo Provisório, submetido à revisão, e em 22 de junho foi submetido à Assembleia Constituinte. As eleições foram aprazadas

---

¹⁹⁸ FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação do Tribunal Superior Eleitoral, 2005, eBook. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eleitoral.html>>. Acesso em: 06 out. 2013. Tópicos: “Fim do Império; Inicia-se a República”.

¹⁹⁹ VIANNA, H., 1962, tomo II, p. 222.

²⁰⁰ FRANCO, S., 2012, pp. 16-17.

²⁰¹ Ibidem, pp. 16-17.

²⁰² VIANNA, H., 1962, t. II, pp. 224.

para 15 de setembro, sendo que o Congresso foi convocado para 15 de novembro, um ano, portanto, após a proclamação da República²⁰³.

Sabe-se que o alistamento garantiu a maioria republicana na Assembleia. O trabalho de Cesário Alvim deu resultados, e a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 garantiu a república, a federação e o presidencialismo pretendido. O Império passava a ser coisa do passado, mas deixava saudade aos velhos chefes conservadores e a alguns liberais clássicos. Lembravam, com certa nostalgia, a figura do velho imperador. Promulgada a Constituição, confirmada a república e a federação, necessitavam os republicanos do reconhecimento externo. Internamente, haviam conquistado o poder; externamente, precisavam melhorar a imagem do Brasil. Os diplomatas lançaram-se nesta investida.

23. Promulgada a Constituição, reconhecia-se a República interna e externamente

A promulgação da Constituição não colocava fim aos impasses políticos consolidadores da República e da Federação. O Congresso Constituinte possuía composição dispare: recentes e antigos republicanos, representantes da classe militar e até monárquicos entusiastas do novo regime. O Estado do Rio Grande do Sul, um dos vinte Estados de nossa federação, representava, no Congresso Constituinte, a corrente *ultrafederalista*²⁰⁴. Propugnavam pelo excesso de federação, pelo excesso de descentralização e autonomia aos Estados²⁰⁵. Veremos, no próximo capítulo, o papel destes ultrafederalistas no Congresso Constituinte. A bancada gaúcha, liderada por Júlio de Castilhos, debateu com Rui Barbosa qual a melhor federação para o Brasil. Castilhos queria, na constituinte, a máxima descentralização. Quando chegou ao poder, centralizou tudo. Os municípios viveram um centralismo radical. Todas as políticas locais eram determinadas e governadas por Castilhos e os seus. Talvez o federalismo de Castilhos desconsiderasse o município como ente federado...

---

²⁰³ CALÓGERAS, 1967, p. 304.

²⁰⁴ “No Congresso, entretanto, surgiu logo forte corrente ultrafederalista que, indo mais longe do que as Constituições americana e argentina, não hesitava em converter o Brasil numa espécie de confederação de vinte pequenas pátrias. Foi necessário que Rui Barbosa organizasse a resistência contra o que êle mesmo classificava de ‘superexcitação mórbida’ ou ‘apetite desvairado e doentio’ de federalismo. Os federalistas radicais contavam-se especialmente na representação rio-grandense do sul, dirigida por Júlio de Castilhos e mais ou menos influenciada pelo positivismo comtista; mas a eles agraavam-se deputados de outros Estados, alguns ilustres, como João Barbalho, de Pernambuco, Campos Sales, de S. Paulo, e Leopoldo de Bulhões, de Goiás.” BELLO, 1959, p. 84.

²⁰⁵ VIANNA, H., 1962, t. II, pp. 224-5.

O movimento sulista, entretanto, não foi o único a opor-se aos Republicanos²⁰⁶. Em verdade, a consolidação da República dependia além dos fatores internos, do reconhecimento externo de nossa nação. Em 20 de novembro de 1889, tanto a Argentina²⁰⁷, quanto o Uruguai tomaram a iniciativa do reconhecimento da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Em 13 de dezembro, o Chile, em Janeiro de 1890, a Bolívia, a Venezuela, o México e os Estados Unidos apresentaram conformidade aos fatos ocorridos. Logo em seguida, em fevereiro, foi a vez da Guatemala, Salvador e Colômbia, em março Costa Rica, Nicarágua e Honduras²⁰⁸.

Na Europa o reconhecimento não tardou muito. A França sequer esperou a instalação do Congresso Constituinte, e aderiu ao reconhecimento dos fatos, precisamente em 20 de junho de 1890. Portugal em 18 de setembro; Holanda, Itália e Santa Sé, em 23 de setembro. Alemanha, Noruega e Suécia, em 29 de setembro. Em 6 de dezembro, foi a vez da Áustria-Hungria e Espanha²⁰⁹. O que faz um Estado Nacional deter soberania é o seu reconhecimento internacional. A proclamação da República estava consolidada externamente. Internamente restava apaziguar os velhos monarquistas que foram aliados do poder pela ala jovem.

24. A ala jovem em oposição aos velhos chefes imperiais

Já dissemos que os Republicanos possuíam baixa representação no Império. Pouquíssimos cargos políticos estavam em suas mãos. A situação alterou-se da noite para o dia. Graças ao grande alistamento, à naturalização, o favorecimento iniciado pela Lei Saraiva e as demais reformas eleitorais ocorridas, os republicanos chegaram ao poder. O problema é que o destino dos Estados era jogado à sorte da ala jovem, estranha à vida política e administrativa do Brasil. Os moços da campanha republicana pouco ou quase nada sabiam da condução dos negócios públicos²¹⁰. Calógeras lembra com maestria e originalidade:

Desde os primeiros dias do novo govêrno, tal falta de conhecimento de pessoal apto para administrar havia levado em muitos casos a nomear para a presidência dos Estados jovens oficiais, mocinhos alguns dêles, que mal saíam dos bancos das escolas militares. Sob o influxo da doutrina positivista,

²⁰⁶ A Revolta da Armada 1893-1894; Revolta da Boa Vista 1892-1894; Guerra de Canudos 1893-1897...

²⁰⁷ BELLO, 1959, p. 46.

²⁰⁸ CALÓGERAS, 1967, p. 306.

²⁰⁹ Ibidem, p. 306.

²¹⁰ FREIRE, 1894a, v. II, p. 59.

preconizada por Benjamin Constant, cada qual se julgava um profeta, depositário da pureza da fé; mesmo nesses institutos de ensino profissional, alunos discutiam, aprovavam ou censuravam seus ministros e seus chefes²¹¹.

As individualidades de prestígio da vida do Império que angariaram a respeitabilidade e a consideração da opinião pública, não aceitavam a ascensão da ala jovem. Os velhos chefes partidários foram colocados de lado e ficaram marginalizados da política. Destarte, não se pode negar que muitos dos representantes imperiais não só aquiesceram, como também declararam formal apoio aos moços republicanos da revolução. Enquanto uns colaboraram, com lealdade e sinceridade; outros rebelaram-se, em nome de seus precedentes, e da ascendência que haviam conquistado na vida política do Império. Foi o caso do Senhor Gaspar Silveira Martins²¹².

Os Republicanos não poderiam retroceder na marcha da revolução. Embora com fortes resistências oposicionistas, necessitavam acabar e emoldurar o quadro republicano e federativo. O problema foi que somente com o tempo adaptar-se-iam às novas exigências do país, e compreenderiam a técnica da administração pública. Durante este processo de adaptação o país atravessara um momento crítico de sua história, eclodiram revoltas, revoluções e descontentamentos²¹³. A mais sangrenta delas ocorreu no Rio Grande do Sul, entrando para a história como a Revolução Federalista, levando a óbito mais de dez mil pessoas. Felisbello Freire nos atesta:

Essa anarchia que se começa a sentir desde o começo de 1890, e que assume a fôrma de sedição aqui, de revolta ali, de intransigencia opposiicista acolá, de especulações e ambições interesseiras, mercenárias mais além.
(...) É facil comprehender então que, em face de commoções tão profundas na vida economica e politica da nação, era inevitavel uma época de anarchia, de desordens, de especulações, de ataques á autoridade e á lei²¹⁴.

Sem técnica administrativa, a mocidade republicana via crescer o *abalamento econômico*, a *desorganização social*, o desrespeito a lei, o desprestígio dos homens públicos. Não contando com o apoio dos velhos chefes liberais e conservadores, experientes na política, aprenderam a administrar e a governar com seus próprios erros. A década de noventa foi conturbada na história republicana, mormente os cinco primeiros anos, em que eclodiram revoltas internas que ameaçaram a unidade nacional. Deodoro evitou conflitos, desprestigiado pelo Congresso abandonou o poder em favor de seu vice. Este reabriu o Congresso vinte dias depois, mas não deixou de governar autoritariamente, abalando, de certa maneira, a esperança política que se depositava na república.

²¹¹ CALÓGERAS, 1967, p. 308.

²¹² FREIRE, 1894a, v. II, p. 60.

²¹³ Ibidem, v. II, p. 60.

²¹⁴ Ibidem, v. II, p. 61.

25. A desorganização social, a esperança política e o abalo econômico

A *desorganização social* foi sentida nos vinte estados da federação, embora a desordem tenha se intensificado mais na Bahia e no Rio Grande do Sul. O clima de sedição dominava nos primeiros anos da República. A campanha de difamação da República na Europa acentuava-se, tanto que circulavam panfletos acusatórios da revolução, o que comprova a diátese revolucionária oposicionista aos proclamadores da República. Criticava-se, ainda, a péssima administração dos jovens republicanos. O Clima de desordem e anarquia acabou por flexibilizar os laços de obediência à autoridade recém-implantada²¹⁵. Claro que os republicanos culpavam à oposição, como bem observava Calógeras:

No Brasil, mais uma vez se assistiu ao espetáculo da incapacidade de os revolucionários admitirem que seus erros sejam as causas das reações: é regra geral acusar-se o partido vencido de fomentar desordens²¹⁶.

A instabilidade e o desprestígio das autoridades republicanas fez com que se acentuassem os atos arbitrários. O capricho e o ódio pessoal ganharam terreno. Contra o governo inábil levantavam-se os opositores conservadores e liberais. Os inexperientes republicanos reagiam com virulência às ameaças, acirrando, ainda mais, o clima de insatisfação. O clímax de tais indisposições vai eclodir com a Revolução Federalista, nos primeiros dias de fevereiro de 1893. Esta crise afetou a imagem internacional do Brasil. Em verdade, o caráter calmo e pacífico da Revolução que proclamou a República era puramente aparente. É o que nos diz quem viveu ativamente o período político-constitucional em exame:

Não era possível que um paiz dirigido, durante uma vida secular, pela instituição monarchica, ficasse isento de grandes perturbações em sua vida interna, com a transformação radical por que passou. Não é estranhável, pois, e estava até na previsão dos espíritos mais maduros essa phase de anarchia e dissolução a que se deve seguir a phase de organização em que teremos de entrar, caracterizada pelo equilibrio das forças vivas da nação²¹⁷.

A *esperança política* na República foi um misto de temor em face do inesperado somado à projeção de uma política progressista, respeitadora das liberdades individuais, e que abriria o país a uma nova era; a um novo rumo. Somava-se a ela, a mudança econômica no regime da economia pública; obra idealizada pela Princesa Isabel,

²¹⁵ FREIRE, 1894a, v. II, p. 73.

²¹⁶ CALÓGERAS, 1967, p. 306.

²¹⁷ FREIRE, 1894a, v. II, pp. 74 e 76.

substituía-se o trabalho servil, pela mão de obra livre. A abolição, em verdade, alterou toda a estrutura econômica do país²¹⁸. A esperança resfriou-se, pois os hábitos administrativos republicanos primavam pelo favoritismo, pela corrupção, pelos escândalos na condução da administração²¹⁹. Os republicanos históricos, para sobreviverem – abandonaram a política exclusivista de nomear só republicanos ao poder – angariaram aliados liberais e conservadores, para o bem do projeto arquitetado.

26. Os “*adesistas*” como remédio da crise dos republicanos

A psicologia explica que quem erra atribui seus erros ao outro e não a si próprio. A culpa era dos conservadores, dos restauradores, dos liberais não convertidos, dos republicanos dissidentes. Dos próprios republicanos, nunca! Gentilmente falando, o problema está no outro! Abstraindo tais dados, resta saber: quais as causas desta instabilidade e anarquia que passa a viver a República? Qual a sequência de erros cometida pelos Republicanos Federalistas? Certamente um dos fatores preponderantes que já mencionamos foi a exclusão das velhas figuras políticas que compunham o quadro nacional do País. Eliminar da política homens de prestígio e afeitos a máquina administrativa, não foi a melhor alternativa. De outro lado, substituí-los por jovens de parca experiência pública, não testados, imbuídos dos mais doces sonhos e desejos foi, ao menos, uma política temerária. A direção dos Estados foi entregue somente aos republicanos ou aos militares, bem como foram desapossados de seus cargos servidores públicos experientes²²⁰.

Se, inicialmente, o governo aquiesceu à exigência exclusivista dos Republicanos, a realidade mostrou a necessidade de apoio político dos partidos imperiais. Chamados de “*adhesistas*” por Felisbello Freire, os políticos imperiais passaram a intervir nos negócios públicos, foram selecionados como ministros, elegeram-se representantes da nação ao Congresso Constituinte, participando ativamente cenário político. Entretanto, esta linha dissidente a qual os republicanos sequestraram, representava o segundo escalão dos políticos do Império²²¹. Do escol monárquico não fizeram parte, e quando assumiram cargos, não passavam de liderados, delegados ou mesmo subalternos.

²¹⁸ BELLO, 1959, p. 28.

²¹⁹ FREIRE, 1894a, v. II, pp. 74; 76.

²²⁰ Ibidem, v. II, pp. 76-7.

²²¹ Ibidem, v. II, p. 77; BELLO, 1959, p. 76.

Não bastasse “adesistas” representantes do segundo escalão monárquico, os republicanos cindiam-se internamente. Rui Barbosa, Campos Sales e Cesário Alvim esforçavam-se para manter a frente republicana coesa e unida até que fosse votada a Constituição. A inabilidade política de Deodoro, entretanto, conspirava contra esta unidade, e o ministério todo se demitia²²². Sem ministros, Deodoro procura prestigiar o Barão de Lucena, já que eram velhos amigos desde os tempos imperiais (em 1885); pensavam parecido, eram conservadores e imbuídos da doutrina da ordem, autoridade e disciplina²²³. Ocorre que esta escolha gerou outros percalços, que só reforçavam a diátese revolucionária, uma vez que o barão nos círculos republicanos não era admirado, considerado “*conservador por demais energúmeno*”²²⁴, sempre adstrito aos interesses partidários²²⁵. Sequer no Império o barão galgou o prestígio e a consideração de seus pares.

A política da exclusão afastou o que de melhor herdara-se da monarquia. Aqueles grandes homens, instruídos e afeitos aos problemas administrativos, passaram a conspirar contra, a omitirem-se a favor, da república. Do escol escol *jurídico-político* imperial não se valeram os republicanos. Isto lhes custou muito caro, e só atrasou a consolidação do regime, pois contra eles se ergueram as mais fortes antipatias, de homens que carregavam consigo o prestígio da nação. As comoções intestinas acirravam-se cada vez mais, aumentando a instabilidade do governo. A força dos adesistas do segundo escalão do império, não foi suficiente para solver os problemas políticos da República²²⁶.

27. O não solucionado pelo Império, desagua na República

Quanto maior a expectativa, maior a frustração. Os Republicanos acusavam os Monarquistas dos males da civilização. Os problemas econômicos, sociais, financeiros, comercial, militar, educacional, higiene pública, desprestígio da lei caíam “*nas costas*

²²² “Os repetidos atritos entre os membros do Govêrno Provisório acabaram por criar irreductíveis incompatibilidades. Depois de Demétrio Ribeiro e Aristides Lôbo, retira-se Benjamin Constant do ministério, desaparecendo mais tarde a pasta que se criara especialmente para êle”. BELLO, 1959, p. 86; ver ainda as considerações da p. 88.

²²³ “Dos ministros do gabinete Lucena, que se reservara a pasta da Agricultura, e, interinamente, a da Justiça — Alencar Araripe (fazenda), João Barbalho (interior), General Falcão da Frota (Guerra), Almirante Forster Vidal (Marinha) e Justo Chermont (Exterior)”. BELLO, 1959, pp. 88-89.

²²⁴ CALÓGERAS, 1967, p. 311.

²²⁵ Ibidem, pp. 310-311.

²²⁶ FREIRE, 1894a, v. II, pp. 77-8.

largas” do Imperador. Tais males provinham de longa data. Saná-los passou a ser a missão da República. Para os Republicanos o Império não possuía meios efetivos de cumprimento da lei, ou seja, a ordem constitucional monárquica era deficitária na proteção das liberdades públicas. Este apenas um dos defeitos insolúveis da Democracia Coroada²²⁷.

Carecia ao império garantir a igualdade do cidadão perante a lei. A descentralização político-administrativa (embora o ato adicional de 1834 tenha evoluído bastante neste *desideratum*) precisava ser realizada com maior vigor, ampliando o *self government* local. As conquistas pelo sufrágio universal não eram perfeitas, mesmo com o advento da Lei Saraiva. Econômica e financeiramente vivíamos com o trabalho escravo. A libertação de uma raça resolveria o problema do negro, mas criaria o problema do trabalho livre, de como remunerar os escravos libertos²²⁸. Gaspar Silveira Martins propunha, ainda no Império, uma abolição progressiva, que duraria cinco anos. Este intervalo de tempo permitiria a readequação do mercado. A lei do vinte livre e a lei dos sexagenários, auxiliariam este projeto progressivo de abolição. Gaspar, taxado de racista, já que amava mais a pátria do que ao negro, viu seu projeto abolicionista ser rejeitado.

Paira, ainda, sobre a crise financeira da República, certa dubiedade se ela pode ser ou não atribuída à gestão administrativa fazendária de Rui Barbosa²²⁹. Felisbello Freire, por exemplo, responsabiliza Rui. Sugere que não estaria preparado para tal função. Em suas palavras: “*Teve de passar pela decepção de ver na prática o erro das suas teorias*”²³⁰. A biografia de Rodrigo Soares Júnior, acerca de Jorge Tibiriça²³¹ nos dá a dimensão comparativa entre o Império e a República²³², mas deixemos o próprio falar:

A República, proclamada quando o câmbio alcançara a casa de 27d e a libra esterlina valia menos de 9 mil-reis, descambou logo para a experiência dos bancos emissores, que transtornou os planos de convertibilidade monetária. O abuso do papelismo engendrou hábitos perdulários na vida pública e fomentou em escala nunca vista a especulação até as culminâncias monstruosas e desmoralizadoras do encilhamento. Em tal atmosfera de jôgo e desonestidade, a política se transviou para as graves dissensões de que

²²⁷ A Democracia Coroada utiliza-se justamente em analogia ao título da obra premiada de TORRES, 1964.

²²⁸ FREIRE, 1894a, v. II, pp. 77-8.

²²⁹ DANTAS, S., 1949, *passim*; BALEEIRO, 1952, *passim*. Ver ainda, BELLO, 1959, pp. 15; 73 e 76.

²³⁰ FREIRE, 1894a, v. II, p. 70.

²³¹ SOARES JÚNIOR, Rodrigo. **Jorge Tibiriça e sua época**. São Paulo: Nacional, 1958, p. 337. Ver ainda, BELLO, 1959, p. 60.

²³² Ver também TORRES, 1962b, p. 154.

provieram os golpes de Deodoro, o contragolpe de Floriano e como remate destas lutas ingratas a sublevação do sul e a revolta da Marinha.

Entre outros problemas a serem solvidos pelos republicanos, podemos destacar:

(1) a delimitação da jurisdição territorial das províncias; (2) higiene pública, pois precisávamos resolver o problema da febre amarela; (3) a guerra do Paraguai que por aproximadamente cinco anos, nos custou tantas vidas e muito dinheiro; (4) a educação nacional, com o consequente aprimoramento do sistema de ensino; (5) o prestígio da lei, como garantia das liberdades públicas; (6) garantir a estabilidade da administração; (7) organizar e bem estruturar o exército brasileiro. Todos estes problemas retrocedem a Pedro II e tinham tratamento próprio pelos Monarquistas.

Retrocedemos ao início do ponto: Quanto maior a expectativa, maior a frustração. Isto o que verdadeiramente ocorreu. As coisas não melhoraram tanto do Império à República. De fato, o Império esgotara a própria seiva. Suas raízes eram tão fracas, que pouco esforço derrubaria a árvore imperial. Reconheça-se, também, que o Imperador pouco se empenhara em preparar a sucessão²³³, assistira a tudo em sua mórbida indiferença, dotado de paciência “*quase budista*”. Sonhávamos com uma vida menos artificial na política, com uma política mais corajosa, mais efetiva e audaz, Ficava à república a ingrata função de consagrar tudo o que se criticava.

28. A união civil e militar

A revolução foi uma conquista do exército. O elemento civil do partido republicano aliou-se às forças militares. De outro lado, os militares tornaram-se políticos²³⁴, deixando as suas tradicionais funções de defesa nacional, para serem os protagonistas da política do momento²³⁵. Os ensinamentos de Augusto Comte encontravam na juventude militar o terreno fértil onde germinar o espírito de independência. Não somente a Guerra do Paraguai, como também o positivismo elevava o prestígio do exército na hierarquia

²³³ Veja o capítulo I “*O Fim do Império*” de: BELLO, 1959, pp. 1-16.

²³⁴ “*A doutrina do soldado-cidadão, tão preconizada pelos positivistas, estimula a atitude dos militares, para acabar contaminando os próprios chefes, como Pelotas e Deodoro*”. BELLO, 1959, p. 27.

²³⁵ Assis Brasil objetava que os militares não deveriam tomar parte direta na política. Não devem votar, nem exercer, como tal, funções eletivas. Arrematava: “*Ser militar é um acidente, e que o que é permanente e essencial é ser cidadão*”. ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Democracia Representativa**: do Voto e do Modo de Votar. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1893, pp. 53-57.

nacional. Notório também que o Imperador e os homens do Segundo Reinado foram inábeis, não conseguindo evitar o que se passou a chamar de “Questão Militar”²³⁶.

Muitos estados foram entregues às mãos dos militares. Aliás, metade dos vinte Estados componentes de nossa federação tiveram governadores militares. Foi o caso de *Alagôas, Amazonas, Ceará, Goyaz, Matto-Grosso, Paraná, Pernambuco, Santa Catharina, Piauí e Rio-Grande do Sul*. No Parlamento ganharam assento. Na imprensa tinham opinião crítica e espaço. O Clube Militar criou suas delegações nos Estados-membros. As orientações e diretrizes centrais partiam da Capital à periferia, mormente nos assuntos políticos de maior importância, configurando a unidade de pensamento, comprovando que poder político estava de fato em suas mãos²³⁷.

O movimento oposicionista mostrava resistência. Os estados que levantaram inicialmente em sublevação – Rio Grande do Sul e Bahia – aos governadores davam o exemplo aos demais. Os governadores aprenderam que a manutenção da ordem pública dependia, em grande escala, da força militar. Tal escolta retirava dos governadores a liberdade na condução da coisa pública, aclarando a consciência das forças armadas, reforçando sua ingerência nos negócios públicos, reduzindo a administração civil (não se esqueça, em vários estados a administração já era originariamente militar) aos ímpetus voluptuosos do poder de comando militar²³⁸.

Os governadores não se mantinham pelo prestígio da Lei, nem pela autoridade e respeito moral com a opinião pública. O Chefe do Governo provisório cindia as opiniões militares: admirado por uns; odiado por outros. Felisbello Freire convence-nos que nunca o exército nacional teve maior força²³⁹. Como consequência lógica, os civis foram excluídos do poder, abdicaram suas prerrogativas, afastaram-se dos negócios públicos. Momentaneamente baixou o desânimo, a decepção e o retraimento público. Repentinamente levantou a incandescência, a agitação pulsou mais forte e o inconformismo aliou-se ao racha cada vez maior entre os militares. O levante foi mais fácil, pois gracejava um clima de indisciplina nos quartéis.

As reformas prometidas na educação, na higiene, nos correios e telégrafos, nas finanças, na justiça pública, bem como as constantes promessas de criação de novos serviços públicos, criavam expectativas no povo brasileiro. O hábito do funcionalismo

---

²³⁶ BELLO, 1959, pp. 25-26.

²³⁷ FREIRE, 1894a, v. II, pp. 81.

²³⁸ Ibidem, v. II, p. 81.

²³⁹ Ibidem, v. II, p. 82.

público brasileiro vem da República. A realidade mostrou as reformas por atropelo. A educação reclamava novas medidas. A higiene pública não garantia a saúde da população da Capital Federal, continuando insolúvel o problema da febre amarela; as finanças iam de mal a pior, pois os estabelecimentos de crédito estavam em vias de liquidação. O exército cada vez mais indisciplinado e cindido. Os déficits orçamentários aumentados. Os produtos de primeira necessidade com altos preços²⁴⁰. Tudo isso precipitava a revolução, pois se compreendia que a vida não havia melhorado tanto assim.

O exército ajudara a derrubar a monarquia e proclamar a república, elevada a sua estima e consideração, precisava agora auxiliar na consolidação da república. Veja que as forças armadas afastaram-se das suas funções históricas e tradicionais de defesa da soberania nacional, participando do jogo político²⁴¹. Tal participação ativa do exército brasileiro nem de perto chegou aos excessos do abuso de poder de nossos vizinhos das repúblicas da ibero-américa. Não se pode negar, entretanto, que o brilho histórico que reluzia em nosso exército foi ofuscado por esta simbiose com o Governo Provisório. O poder público encontrou nos ombros do exército o elemento poderoso de defesa da ordem e da manutenção do governo, como meio de conservação da instável e recém-nascida república²⁴².

29. Some-se a inabilidade de Deodoro

Marechal Deodoro da Fonseca é daquelas figuras que dá trabalho aos biógrafos. Ao mesmo tempo em que é impulsivo e brabo, é dos homens mais generosos da República. Por vezes extremado, instado a agir, mais pelas emoções do que pela razão. Sustentava a liberdade; mas mandava prender jornalistas. Ardia de amor à pátria; ameaçava abandoná-la pelos mais frívolos motivos. Colocava a honra acima de tudo, em que pese rompesse com seus auxiliares, quando não compactuavam em beneficiar a negociata de

---

²⁴⁰ FREIRE, 1894a, v. II, pp. 82-83.

²⁴¹ Em momento futuro Deodoro “irrita-se contra os excessos da oposição e, especialmente, contra a liberdade com que os militares da ativa discutem pelos jornais questões políticas, esquecido, como todos os revolucionários chegados ao Governo, dos próprios antecedentes”. BELLO, 1959, p. 78.

²⁴² FREIRE, 1894a, v. II, pp. 83-88.

um íntimo amigo seu²⁴³. Na irônica definição de Afonso Arinos: “*Era um meninão de Barbas*”²⁴⁴.

Sua tradição familiar prendia-se ao exército. Militar fôra seu pai e seus sete irmãos, dos quais três foram mortos no campo de batalha na guerra do Paraguai. Nasceu em 5 de agosto de 1827, tendo ingressado no quadro dos oficiais do exército aos vinte anos de idade. Em 1848, serve nas forças do Governo que reprimem à revolta *praieira* de Pernambuco. Condecorado por bravura; ascende de Capitão à Coronel. Seus irmãos também galgaram altos postos no exército. A família de Deodoro era afeita à disciplina e à lealdade militar. Seus companheiros reconheciam suas qualidades de líder e confessavam que sem o seu prestígio pessoal, seria inviável levar adiante o 15 de novembro²⁴⁵.

No Governo Provisório a inabilidade de Deodoro refletia, de certa maneira, os traços de sua personalidade. Não era um governo regular, nem havia uma política própria, da qual os Ministros fossem obrigados a executá-la²⁴⁶. O governo “*era um corpo mais ou menos deliberante, no qual Rui pontificava, todos dissentiam e Deodoro dizia a última palavra*”²⁴⁷. Não existir regularidade no governo, não significava, *ceteris paribus*, tratar-se de um quadro político revolucionário. Se excetuarmos Rui, que tinha boas ideias e objetivos traçados, já que conhecia a realidade do Presidencialismo e do Federalismo Norte-Americano, “*o resto vivia às tontas*”²⁴⁸.

Deodoro afeito às lideranças militares, não transitava bem no meio político. O Governo Provisório era composto por um corpo político heterogêneo, com opiniões díspares, acerca dos problemas da república. As agudas considerações de *Dunschee de Abranches*²⁴⁹ e de *Afonso Arinos*²⁵⁰ atestam as contradições da atabalhoada equipe governamental. Suas políticas oscilavam inclusive nos temas candentes da República.

²⁴³ “Depois de tão numerosas concessões de obras públicas, tantas delas insensatas e suspeitas, não compreendia Deodoro a resistência à que pleiteava para um seu amigo pessoal...” Disse Deodoro: “que não assinaria nenhum ato administrativo, sem que antes fôsse lavrado o decreto da concessão do porto de Tôrres”.

²⁴⁴ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um Estadista da República**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1955, vol. I, pp. 202.

²⁴⁵ BELLO, 1959, p. 41.

²⁴⁶ “*O regime presidencial, como sabem todos os que o estudaram, exige do chefe do govêrno qualidades excepcionais, vontade firme e um programa definido de ação*”. TORRES, 1962b, p. 178.

²⁴⁷ Ibidem, pp. 164-165.

²⁴⁸ Ibidem, pp. 164-165.

²⁴⁹ ABRANCHES, 1955, *passim*.

²⁵⁰ FRANCO, A., 1955, vol. I, *passim*.

Foi assim com a *federação*, que chegava inicialmente “às raias da confederação”²⁵¹, mas que com o passar dos tempos, os governos estaduais perderam referida descentralização, aproximando-se novamente da centralização reinante aos tempos dos Presidentes de Província²⁵².

Inicialmente os governadores, nomeados pelo povo, iriam gerir a coisa pública estadual de acordo com o *modus operandi* local. Com o tempo, a autoridade de Deodoro baixou sobre os Estados, e seus Governadores foram indicados pelo Generalíssimo. No princípio, o decreto de proclamação da República falava na *provisoriedade* da República e da Federação. No fim, a promessa de submeter isto ao arbítrio da nação foi ilusão idílica sequestrada do povo pela lei eleitoral da ditadura implantada. O Governo Provisório defendia-se na legislação eleitoral. Já sentia, em verdade, que o povo tomava consciência do que realmente ocorrera, resolvendo não correr o risco de ver a monarquia restabelecida nas urnas²⁵³.

A inabilidade de Deodoro não se restringe apenas aos Governos Estaduais e às suas nomeações autoritárias do centro. Suas contradições desaguam também no peculiar interesse municipal. Começou Deodoro prometendo à vida local plena liberdade. Terminou com a Lei de 25 de fevereiro de 1890, sistema ultra centralizador, que aprisionava os Municípios aos ditames do Chefe de Estado. O Governo Provisório subtraía competências legítimas dos munícipes, e dos Presidentes de Província. Felisbello Freire atenua: “O govêrno provisório cahia, pois, na mesma vida municipal do Imperio”²⁵⁴. Oliveira Torres com maior rigor assevera: “a uma centralização desconhecida no Império”²⁵⁵.

Esta a crise de identidade do Governo Provisório, que lacunosamente não se aproximava, nem do governo parlamentar, nem do governo presidencial. Não possuía sequer um ministério de rotina, incapaz inclusive de ser uma junta revolucionária. Tal hibridismo discontentava todos os lados. Acostumou-se Deodoro com os constantes e

---

²⁵¹ FREIRE, 1894a, v. II, p. 41.

²⁵² TORRES, 1962b, pp. 164-168.

²⁵³ Felisbello Freire chega a mesma conclusão com maior precisão: “Esta promessa tão solemne e patriótica do governo de oferecer a revolução ao julgamento da nação, se contradiz com a lei eleitoral da ditadura, inspirada no maior arrocho da liberdade eleitoral e nas mais francas evasivas da mentira do sufrágio, que na própria lei não encontrou a expressão de sua verdade. Quiz na legislação eleitoral estabelecer os elementos de defesa, uma medida preventiva de sua obra, contra as tendências destruidoras que já se faziam sentir e o espirito de resistencia que já ameaçava a Republica”. FREIRE, 1894a, v. II, p. 41; TORRES, 1962b, pp. 165-166.

²⁵⁴ FREIRE, 1894a, v. II, p. 273.

²⁵⁵ TORRES, 1962b, p. 166.

reiterados pedidos de demissão. Alguns no calor do debate, como Alvim, outros refletidamente, como Rui. Ficou notória a renúncia coletiva do Ministério, quando do assalto ao jornal monarquista *A Tribuna*²⁵⁶. O próprio Deodoro, magnânimo, intolérante, brabo e acriançado, vez e outra também ousava renunciar...²⁵⁷

Este vaivém nos Ministérios desgastava a figura do Generalíssimo. Longe ficou da configuração de um governo republicano, tanto que montou espécie de gabinete, com ele repartindo as responsabilidades das decisões. Tal corpo político, solidário e responsável com Deodoro, de um lado despia as individualidades das pastas; de outro enfraquecia a figura do próprio Marechal. Chegou o momento em que os ministros lançavam-se dolorosas queixas, no caso de uma pasta tomar uma decisão, sem que os outros ministros fossem previamente escutados. Esta prática não se coaduna com a república que pretende ser presidencial. Ao lado de tudo isto, havia ainda o temperamento de Deodoro, medíocre intelectualmente, cumulando aspirações militares autoritárias²⁵⁸. A diátese revolucionária pairava no céu da República!

30. Declínio de Deodoro e a oposição de Prudente de Moraes

Com o prestígio abalado de Deodoro, os conservadores passaram a temer mais as tendências positivistas e radicais de Deodoro. Negaram-lhe solidariedade e apoio. Sabe-se que o panorama político da República modificara-se, e muito, nos dois primeiros anos da República. Gravemente doente, com constantes crises de dispneia, ficou mais intolérante inclusive com seus aliados. Primeiro sai Demétrio Ribeiro e Aristides Lôbo, depois, retira-se Benjamin Constant do Ministério. A política em quase todos os Estados em Crise, sem hábitos descentralizadores e de autonomia, sem políticos tradicionais republicanos para compor a elite política dos governos estaduais, tudo migra à anarquia²⁵⁹.

---

²⁵⁶ BELLO, 1959, p. 87.

²⁵⁷ TORRES, 1962b, p. 166. Vale a pena escutar as agudas observações acerca de Deodoro, do neto de um dos mais eminentes de todos os ministros – Cesário Alvim: “Certa ocasião anunciou dramaticamente que, no dia seguinte, passaria o poder a Floriano, já então Ministro da Guerra, em substituição a Benjamin Constant. De outra feita, comunicou aos companheiros assombrados a extraordinária deliberação de deixar o posto porque tinha saído um conto imoral na seção literária da *A Cidade do Rio*, jornal de Patrocínio. Nada mostra melhor o contraste entre o idealismo romântico da primeira República e o frio calculismo da segunda”. FRANCO, A., 1955, v. I, p. 203.

²⁵⁸ TORRES, 1962b, p. 168.

²⁵⁹ BELLO, 1959, p. 86.

O Governo provisório substituíra constantemente as lideranças estaduais; a crise econômica somava-se aos problemas já existentes, originada, todos sabem, pela crise do *Encilhamento*. O Congresso Constituinte que de início ratificara unanimemente o Governo Ditatorial de Deodoro, mostrava-se alheio a ele. À candidatura do velho Deodoro opõe-se o nome de Prudente de Moraes. Demétrio Ribeiro, General José Simeão, Custódio de Melo e Francisco Glicério engendram oposição ao Generalíssimo, pelos motivos mais diversos²⁶⁰. Deodoro é eleito para a Presidência da República por 129 votos contra 97 votos dados à Prudente de Moraes²⁶¹.

Nesta mesma eleição a vice-presidência foi entregue à Floriano Peixoto, levando 153 votos, contra os 57 conseguidos pelo candidato da Marinha, o almirante Wandenkolk²⁶². De um lado, Deodoro recebera singelas congratulações na sua posse à Presidência, por uma simples comissão de parlamentares; de outro, o vice-presidente é recebido por ovações entusiásticas. Prenunciava-se a crise entre presidente e vice, que culminou com a data de 21 de janeiro de 1891, momento em que Deodoro recebe pedido de demissão de Campos Sales, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Cesário Alvim e Wandenkolk. O vice-presidente, por telegrama, concorda com a atitude de seus correligionários. Os espíritos mais argutos já sabem o desfecho seguinte da República...²⁶³

31. Barão de Lucena visita Floriano Peixoto

Sabe-se que o Barão de Lucena, à semelhança dos gabinetes monárquicos, forma novo ministério, por ordem do Marechal Deodoro. Promulgada a Constituição e convertido o Congresso Constituinte em Congresso Legislativo Ordinário, alguns velhos republicanos tentam, inutilmente, a reconciliação com o Governo de Deodoro. Barão de Lucena, braço direito de Deodoro, objetivando amainar a situação, tenta evitar que Prudente de Moraes inclua na ordem do dia do Senado, projetos de leis não sancionados pelo Presidente, o que poderia agravar ainda mais a situação. Cogitava

²⁶⁰ Demétrio, desde que abandonou o ministério, tramava por toda a parte contra Deodoro. José Simeão motivava-se em razão do seu afastamento do governo de Pernambuco, Custódio de Melo queria projetar-se na política... BELLO, 1959, p. 87.

²⁶¹ Ibidem, p. 87; ver ainda: VIANNA, H., [1960?], p. 27; CASTRO, Sertório de. **A República que a Revolução Destruiu**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932, p.74.

²⁶² VIANNA, H., [1960], p. 27.

²⁶³ BELLO, 1959, p. 87-88.

Lucena conseguir que Floriano Peixoto presidisse o Senado... momento em que é interpelado pelas seguintes palavras de Deodoro:

Não vá; você não conhece Floriano; não direi que seja um covarde porque seria fazer-lhe uma injustiça; mas é homem dotado de uma natureza toda passiva, e, se tem a coragem coletiva e cumpre bem o seu dever, não tem, porém, a individual, e fique certo de que, se ele se compenetrar da necessidade que temos do seu apoio, se atirá abertamente nos braços da oposição...²⁶⁴

Ao que o Barão de Lucena replica:

não posso por mais tempo suportar êsse Congresso; é mister que ele desapareça para a felicidade do Brasil; prepare o decreto de dissolução e não se importe com Floriano²⁶⁵.

O Barão de Lucena, contrariando Deodoro, procura Floriano, insistindo para que ele assumia a presidência do Senado. Neste momento, Floriano confirma a conspiração contra Deodoro, com apoio da Marinha, temendo a restauração da Monarquia. Ao negar a presidência do Senado acrescenta que ao receber os conspiradores em sua casa, o fazia justamente para acalmar os ânimos, clamando por moderação e tolerância. Termina a conversa com o Barão de Lucena, referindo estar desolado com o Marechal, tendo dito: “*êle duvidou da minha lealdade...*” complementando: “*sou carneiro de música de batalhão; para onde vai a música, para lá vai o carneiro...*”²⁶⁶,

O esforço de Lucena foi em vão. Deodoro cada vez mais se desgastava com a oposição parlamentar, tanto que o parlamento além de não dar à Deodoro as leis orçamentárias, rejeitava o veto à lei de responsabilidade do presidente da República, objetivando, em momento futuro, mover-lhe processo de *impeachment*²⁶⁷. Isto tudo irritava Deodoro, habituado estava à hierarquia militar, razão pela qual ficara profundamente ofendido com o ocorrido. O Congresso quando do falecimento de Benjamin Constant insultava-o mais uma vez declarando solenemente ter falecido “*o fundador da República e belo modelo de virtudes*”. A resposta de Deodoro já sabemos: ruim com o Congresso, melhor seria ficar sem ele. Um decreto dissolvia o Congresso; outro proclamava o estado de sítio²⁶⁸.

²⁶⁴ BELLO, 1959, p. 90.

²⁶⁵ Ibidem, p. 90.

²⁶⁶ Ibidem, p. 90.

²⁶⁷ Ver VIANNA, H., [1960?], p. 27.

²⁶⁸ BELLO, 1959, pp. 90-91.

32. Renúncia de Deodoro e a ascensão de Floriano Peixoto

Em razão da dissolução do Congresso foi redigida acrimoniosa resposta de Campos Sales. Entretanto, a classe política brasileira assistira a tudo com a sua habitual displicência. Os governadores dos Estados apoiaram o fechamento do Congresso. Voz dissidente à Deodoro veio do Pará, na figura do dileto discípulo de Benjamin Constant, o governador Lauro Sodré²⁶⁹. No Rio Grande do Sul, parte das forças federais alia-se à oposição, depondo o Júlio de Castilhos. A junta governativa, mais conhecida como *governicho*, assume o Governo do Estado. Situação análoga ocorre no Paraná e o ambiente da apreensão estende-se aos demais Estados²⁷⁰.

Os conspiradores contavam com o apoio de Floriano. Muitas reuniões foram realizadas em sua casa. O vice-presidente era chefe reconhecido, embora não confessado, da revolução que prenunciava. Inicialmente Deodoro esboça reação, prepara a defesa, ordena prisões nos altos escalões, como exemplo dos almirantes Wandenkolk e Custódio José de Melo. Custódio consegue evitar a prisão, e a bordo do *Encoraçado Riachuelo* prepara-se para a primeira revolta da armada, em 23 de novembro de 1891, momento em que recebe a notícia da renúncia de Deodoro²⁷¹. Dias depois, em 5 de dezembro de 1891, falece Pedro II, em Paris²⁷².

Mesmo contando com forte efetivo militar, Deodoro prefere renunciar. Sacrifício que tomava para evitar lançar o Brasil numa guerra civil. Ordena entregar o governo ao seu substituto legal – Floriano Peixoto, com o seguinte pronunciado emblemático, parafraseando Pedro II: “Assino o decreto da alforria do derradeiro escravo do Brasil”²⁷³. Meses depois falecia e era enterrado nas conformidades que exigira: à paisana e sem honras militares. Ascendera ao posto da Presidência o seu substituto constitucional e colega de classe, que desde a campanha do Paraguai, lhe parecia ser o seu fiel escudeiro.

---

²⁶⁹ VIANNA, H., [1960?], p. 28.

²⁷⁰ BELLO, 1959, p. 92.

²⁷¹ “Do bombardeio em expectativa resultaria apenas uma bala que, por desvio de pontaria, alcançou o zimbório da igreja da Candelária e encheu de pânico os pacíficos habitantes da cidade”. BELLO, 1959, p. 93.

²⁷² Ibidem, pp. 92-3.

²⁷³ Ibidem, p. 94.

33. A escolha de Floriano: vida e obra

Causa-nos estranheza que diante de tantos homens notáveis a escolher: Ouro Preto, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Gaspar Silveira Martins... a república acolha como novo Presidente, justamente Floriano Peixoto, homem sem qualidades brilhantes, intelectualmente medíocre, de fraca oratória, sem maiores experiências na vida política, sem atrativos pessoais, traços inexpressivos e adoentados. Repentinamente, torna-se um ídolo, a sua popularidade consolida a república. Ironicamente foi a república que se beneficiou da popularidade de Floriano, e não Floriano que se beneficiou da popularidade da República²⁷⁴.

Filho de modesta família de agricultores, não contava com a fidalguia das grandes famílias de latifundiários da cana-de-açúcar do Nordeste. Nascera em 1839, num engenho do litoral alagoano, próximo à Maceió. Seus pais, enfrentando dificuldades de criar doze filhos, entregaram-no aos cuidados de um tio, senhor de engenho com mais recursos, fortemente envolvido nas lutas partidárias da Província. Em 1861 matricula-se na Escola Militar. Distingue-se mais pela força e destreza; menos pela inteligência. Já em 61 conquista o primeiro posto de oficial: alferes de artilharia. Em 1865, participando da guerra do Paraguai, comanda em Uruguaiana pequena esquadria fluvial, impedindo a junção das forças inimigas. Toma parte em grandes batalhas, como Tuiuti, Itororó, Lomas Valentinas, Angusturas...²⁷⁵.

Com o retorno à paz, a carreira de Floriano burocratiza-se como a de quase todos os militares. Assume diversos cargos, em várias comissões, sem maior importância. Corriqueiramente gozava suas férias no engenho alagoano do tio que lhe criara, o qual futuramente se tornara seu sogro. Em 1883 é promovido a brigadeiro. Discretamente aplaude a campanha pela libertação dos escravos, já que era membro honorário do clube abolicionista *Ceará Livre*, do Recife. Nas lutas políticas, desde cedo se envolve, alistando-se ao Partido Liberal, enquanto Deodoro, ao Conservador. Como Comandante da 2ª Brigada, com sede na capital do Império, é nomeado interinamente ajudante-general do Exército. No ministério liberal de Ouro Preto, conquista o posto de marechal

---

²⁷⁴ TORRES, 1962b, p. 179.

²⁷⁵ BELLO, 1959, p. 94.

de campo (o antepenúltimo da hierarquia). A república pega-o justamente nesta onda de ascensão na carreira²⁷⁶.

Expressava Floriano o suprasumo da contradição. Quando homem de confiança do Governo Ouro Preto (Ajudante-General do Exército) conspirava moderadamente, ou flertava com os conspiradores, contra o Imperador. Quando a revolução caiu em campo, instado pelo chefe do governo a reagir contra a tropa, alegava sua condição de brasileiro, seu sentimento de fraternidade nacional, arrematando: “*Ali eram inimigos contra inimigos; aqui são brasileiros contra brasileiros*”²⁷⁷. Momentos depois, durante a Revolução Federalista esqueceu completamente sua “condição de brasileiro”, quando ordenava metralhar a tropa oposicionista. Isto reforçava seu frio realismo, seu oportunismo político, sua personalidade *sui generis*, tal ambivalência só a psicologia explica²⁷⁸.

34. Floriano na visão dos Monarquistas

Para os monarquistas, como Ouro Preto e outros, Floriano foi um traidor do Império. Em 19 de maio de 1890, assume a pasta que ocupava Benjamin Constant. Em 19 de agosto, do mesmo ano, deixa a pasta da Guerra, para assumir a vice-chefia do Governo Provisório, ocupando o lugar de Rui Barbosa. Chegou a ocupar também o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar, bem como a cadeira de Senador, representando seu Estado natal no Congresso Constituinte – Alagoas. Renega a presidência do Senado, que constitucionalmente lhe cabia. Corriqueiramente adoentado, valia-se disto para ilidir-se de assuntos que não lhe interessavam. Agindo à sombra e, por vezes, sorrateiramente, sabia esperar com paciência a sua hora. Compreende como

---

²⁷⁶ Ibidem, pp. 96-97.

²⁷⁷ Ouçamos a resposta de Rui “*À Deputação Rio-Grandense*” acerca da Revolução que se deflagrava: “Quando o VISCONDE DE OURO PRÊTO ordenava ao seu ajudante geral, o MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, romper fogo contra as forças revolucionárias, alinhadas no campo da Aclamação, ao mando de DEODORO, o honrado militar, a quem se recordavam como tentação à sua bravura os fastos gloriosos da campanha paraguaia, onde o seu nome se ilustrara, não hesitou em responder: ‘Ali eram inimigos contra inimigos; aqui são brasileiros contra brasileiros’. Porque, no momento em que o governo imperial apelava para a confiança que nêle depositara, antepôs s. ex. aos deveres dêsse compromisso o sentimento da fraternidade nacional? Porque se oblitera de todo este sentimento no seu coração em presença da guerra fratricida, que assola o Rio Grande?”. BARBOSA, Rui. **A Ditadura de 1893**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949, Obras Completas de Rui Barbosa, v. XX, tomo III, pp. 6-7.

²⁷⁸ BELLO, 1959, pp. 97-98.

ninguém a decomposição do Governo de Deodoro, nos tempos do Ministério do Barão de Lucena²⁷⁹.

À renúncia de Deodoro levaria pouco tempo. Fechado o Congresso os ânimos se acirravam e a diátese revolucionária prenunciava forte crise à República. Floriano já esperava por isso; em 23 de novembro recebe Deodoro convidando-o para assumir constitucionalmente à República, já que ele era seu substituto legal. Prezava Deodoro que Floriano fosse mais feliz que ele, ou melhor, que fosse, ao menos, compreendido. Ato subsequente à renúncia de Deodoro, já sabemos: o Congresso precisava ser reaberto, e foi o que Floriano fez. Considerava nulo, portanto, o ato de 3 de novembro, pelo qual foi dissolvido o Congresso Nacional, restabelecendo todos os direitos e garantias fundamentais²⁸⁰.

35. Governo do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto

A reestruturação do governo, a abertura do Congresso Nacional, a nova composição formada por figuras ilustres – que a exemplo, podemos citar o jurista José Higino Duarte Pereira (na pasta do Interior e da Justiça) e de Rodrigues Alves na Fazenda (distinto tribuno da Monarquia) – projeta bem o Brasil no cenário internacional. Os ministérios militares caem, por óbvio, nas mãos dos conspiradores contra Deodoro, assumindo as pastas o almirante Custódio José de Melo e o general José Simeão de Oliveira²⁸¹. O ambiente pacífico e calmo; tal como as tempestades, não passava da natural calma prenunciadora da violência...

Os governadores estaduais que apoiaram o golpe de estado de Deodoro e que apressadamente congratulavam o novo Presidente do Brasil foram depostos de seus governos estaduais. Quem ascende ao poder faz de tudo para não perdê-lo. Foi o caso do Ceará, o qual opunha resistência às forças militares. No Rio de Janeiro e em São Paulo, a questão foi bastante complicada, e somente diante de muita pressão os governadores renunciaram²⁸². No Rio Grande do Sul, a diátese revolucionária já vinha sendo gestada desde a era Deodoro. O próprio Júlio de Castilhos havia sido deposto

---

²⁷⁹ Ibidem, p. 99.

²⁸⁰ BELLO, 1959, pp. 100-101. Ver ainda: FRANCO, S., 2012, p. 38.

²⁸¹ BELLO, 1959, p. 101.

²⁸² Ibidem, p. 101.

logo depois de 3 de novembro, já que havia assumido posição ambígua, reprovando silenciosamente a dissolução do congresso, por Deodoro²⁸³.

No entremeio de todos estes tumultos, aos governos estaduais depostos, Floriano ia substituindo-os por homens de sua confiança. Os jovens militares, em regra, subservientes à Floriano, é que ocupavam estes postos. De outro lado, nos ministérios não poupava cargos. Cético acerca dos valores pessoais de seus subordinados, pouca importância dava aos ideólogos, ou aos que possuíam fortes convicções. Viviam os ministros na diuturna contradança das cadeiras. Assumiam uma pasta, amanhã outra, depois outra... o que somente reforçava a psicológica desconfiança que assombrava Floriano²⁸⁴.

As agitações revolucionárias dos governos estaduais ressoam na política federal. O Congresso, à semelhança do que fizera com Deodoro, inicia nova cisão. A defesa do princípio federativo fora a justificativa ou o pretexto da oposição. Falava-se em autonomia local; em eleições livres nos Estados-membros; em bloquear-se à intervenção federal. Rui Barbosa destaca-se como um dos líderes da oposição, defensor intrépido dos perseguidores de Floriano. No Congresso e na Imprensa a campanha contra a ditadura de Floriano ganha força. Fortes oposições na Paraíba, em Pernambuco e na Bahia, respectivamente lideradas pelos seguintes Deputados: Epitácio Pessoa, José Mariano e José Joaquim Seabra. A estes, aliam-se os amigos civis e militares de Deodoro e todos os que discordavam das deposições²⁸⁵.

Resta à Floriano o apoio político de São Paulo, Estado que temia o retorno da guerra civil. Da mesma forma, Floriano encontrava guarida na corrente positivista, ainda de grande influência nos meios militares. No Rio Grande do Sul, que em breve aprofundaremos, a confusão política é digna de nota, pois Júlio de Castilhos, que apoiara ambigualmente o golpe de Deodoro, aproxima-se de Floriano. Ambos teriam ideologias parecidas e tão logo quanto possível – em razão da revolução federalista – solidificariam seus laços positivistas. Em 19 de janeiro de 1892 subleva-se a fortaleza de Santa Cruz, e em seguida a de Laje. O Governo rapidamente reprime o levante. Floriano dava sua primeira amostra da capacidade bélica e do espírito combativo que

---

²⁸³ FRANCO, S., 2012, p. 38.

²⁸⁴ BELLO, 1959, p. 101.

²⁸⁵ Ibidem, pp. 101-102.

vigorava no seu governo, deixando bem claro que – ao contrário de Deodoro – não se assustaria com os opositores²⁸⁶.

36. Vacância da Presidência e novas eleições

O Artigo 42 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 determinava: “Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”. Como Deodoro renunciara no primeiro ano de seu período de governo, findando seu mandato em 15 de novembro de 1894, Floriano deveria cumprir o dispositivo constitucional. Sinalizava a imprensa em diversos artigos a necessidade do processamento do pleito eleitoral. Floriano e seus partidários temiam os perigos de novo pleito eleitoral, valendo-se das Disposições Transitórias, para ladear o artigo 42²⁸⁷.

De fato, aparente contrariedade poderia ser levantada entre as Disposições Transitórias e alguns artigos da Constituição. De um lado, a constituição preestabelecia no artigo 47 que o Presidente e o Vice-Presidente da República seriam eleitos por sufrágio direto da Nação, e maioria absoluta de votos. De outro, o art. 1º das Disposições Transitórias, determinava que o Congresso elegeisse, por maioria absoluta de votos, o Presidente e o Vice-Presidente da República para o primeiro período presidencial. Entretanto, durante tal período, não seriam admissíveis novas eleições²⁸⁸. Alegava-se erro no parecer da comissão, como bem aponta o comentador da Constituição Federal Brasileira de 1891:

Contra a eleição de novo presidente então, arguia-se também que a disposição do art. 42 visava, como se vê dos ANNAES DO CONGRESSO evitar que a nação viesse a ter por chefe, durante uma longa interinidade, um cidadão não investido de um cargo electivo ou que não fôra eleito na previsão de vir a occupar definitivamente tão elevado posto; e não estando em taes condições o *vice presidente*, eleito justamente para não só substituir, mas ainda para succeder ao presidente com ele simultaneamente escolhido, a nova eleição só deveria ter lugar dada a vaga, não unicamente da presidência, mas d’ella e da vice-presidencia também.

E para corroborar tal asserto observava-se que o parecer da comissão no qual se lêem as palavras acima gryphadas, dizia “no caso de vagarem os cargos de presidente e de vice-presidente”, devendo-se ter por erro

²⁸⁶ Ibidem, pp. 102-103.

²⁸⁷ BELLO, 1959, p. 103.

²⁸⁸ CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. **Constituição Federal Brasileira, 1891**: comentada. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 163-164; 174-181 e 372-374.

typographico na emenda que se vê á pag. 106, o emprego, em lugar da copulativa e, da disjunctiva ou²⁸⁹.

À sombra de duvidosa legalidade²⁹⁰, Floriano manteve-se no poder sob o título de vice-presidente. A legalidade da República novamente fica abalada, e os adversários civis e militares de Floriano forçam movimentos revolucionários. No dia 6 de abril de 1892, recebe o vice-presidente mensagem de treze generais de guerra e de mar²⁹¹. Tratava-se de abaixo-assinado intimidativo, tentando forçar a convocação imediata de eleições à Presidência da República. Esta atitude pacificaria os ânimos da República, faria cumprir a Constituição e a lei eleitoral, melhoraria o conceito da República no exterior²⁹². O desfecho acerca do manifesto ameaçador foi dado na mesma noite: todos seriam demitidos das suas comissões²⁹³.

Os positivistas que não encontraram em Deodoro o ditador perfeito da República passam a enxergar em Floriano, a figura ímpar que manteria o regime de pé. A juventude civil, e principalmente a militar, deposita seu entusiasmo na figura emblemática do *Marechal de Ferro*. Aumenta-se o patriotismo no batalhão e deposita-se no vice-presidente a sorte do regime. De outro lado, os revoltosos se davam conta que o temperamento de Floriano era muito diferente do de Deodoro e que ninguém o levaria à renúncia pelas ameaças de guerra civil, como ocorrera com seu antecessor. Costumava dizer que do seu posto saía pela lei ou pela morte. Como estava convicto da legalidade de seu governo, e a morte não temia... a revolução ou guerra civil estava a caminho²⁹⁴.

Agravava a diátese revolucionária a crise financeira que já analisamos. Desde o gabinete do Visconde de Ouro Preto as finanças não andavam lá muito bem. A crise do encilhamento²⁹⁵. A competência intelectual de Rui, não se repetiu nas finanças. O descalabro financeiro da república emissionista esmorecia tanto o governo de Deodoro, quanto o de Floriano. Os banqueiros ingleses não cansavam de corrigir as infundadas asserções benevolentes que se tentava artificialmente veicular na imprensa. A crise do câmbio, a desvalorização dos títulos, a insegurança econômica, acrescida pela abolição

²⁸⁹ Ibidem, p. 373.

²⁹⁰ CASTRO, 1932, pp. 88 e ss.

²⁹¹ FREIRE, Felisbello. **História da Revolta de 6 de setembro de 1893**. Brasília: UnB, 1982, pp. 23-24; CASTRO, 1932, p. 90.

²⁹² Encabeçavam as assinaturas do documento o Almirante Wandenkolk, o Marechal Almeida Barreto, bem como o general médico João Severino da Fonseca.

²⁹³ BELLO, 1959, p. 104.

²⁹⁴ Ibidem, p. 105.

²⁹⁵ CASTRO, 1932, p.85.

da escravatura, que só reforçava a escassez de trabalho na agricultura. Floriano tenta estancar a crise econômica. Começa a pasta com Rodrigues Alves, termina com Serzedelo Correia. O levante revolucionário é inevitável... a revolução federalista é o teste definitivo para a consolidação da República²⁹⁶.

---

²⁹⁶ BELLO, 1959, pp. 108-109.

PARTE II – O IDEÁRIO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO

*“A exclamação do famoso chefe republicano José Gomes Pinheiro Machado ao contemplar o cadáver exumado de Gumerindo: ‘E pensar que esse arrivista fez a República tremer’”*²⁹⁷.

*“É convicção minha, fortalecida cada vez mais pelo estudo e pela meditação, que as revoluções mais importantes que abalarão outrora o paiz, e cujo ideal ainda não foi satisfeito, tiverão como causa principal a necessidade do estabelecimento do systema racional da federação, que tambem se póde chamar – systema de liberdade, porque a liberdade é a ordem de acôrdo com as prescripções da natureza”*²⁹⁸.

CAPÍTULO I – A GUERRA CIVIL DE 1893

37. O Governo de Visconde de Pelotas

À consolidação da República muito contribuíram os filhos do Rio Grande do Sul. Desde os primórdios da República, jamais foram esquecidos, tendo integrado os gaúchos, os mais elevados postos da República. Pode-se dizer que de quase todos os ministérios, fizeram parte. Havia, entre nós, muitos admiradores da República; não faltaram, entretanto, fortes opositores tanto ao *Governo Provisório*, quanto aos Presidentes Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Deste clima de amor e ódio nasce, talvez, a mais sangrenta Guerra Civil que a República conheceu. Até hoje espanta a agressividade, a virulência, a deslealdade com que os maragatos e chimangos guerreavam entre os três Estados mais ao Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).

Tudo começou com a proclamação da República. O 15 de novembro marca a primeira crise política no Rio Grande do Sul. À época, as notícias tardavam, mas chegavam. O cambio caía, os bancos alertavam: Algo está ocorrendo²⁹⁹. Corria-se o

²⁹⁷ CHASTEEN, 2003, p. 147.

²⁹⁸ ASSIS BRASIL, 1882, p. VII.

²⁹⁹ “A falta de notícias da Corte deu margem, nas rodas políticas e nos cafês, a uma superabundância de prognósticos, a uma série de comentários contraditórios: nem a imprensa vespertina, nem a imprensa

boato que o Ilustre Ministro da Marinha, o Barão de Ladário, havia sido assassinado. Os boatos prenunciavam grande acontecimento. A Reforma, jornal “Gasparista”, nada recebia. A República, jornal “Castilhista”, nada recebia. De súbito a notícia chega. Eis o dizer telegrafado: Povo, Exército e Armada vão instalar um Governo Provisório, que consultará a Nação sobre a convocação de uma Constituinte. Aclamações gerais à República: Viva à Pátria Brasileira! Viva à República! Viva à Liberdade! Quintino Bocaiúva³⁰⁰. Pouco antes, importante firma comercial da praça recebia telegrama do Rio: “Nem câmbio, nem governo”³⁰¹.

Júlio de Castilhos, entre alegre e apreensivo, divulga a boa nova, afixando boletim à porta do jornal. Sabia, de outro lado, que a consolidação da República dependia, em grande parte, do Rio Grande do Sul. À época, a maior guarnição militar do Brasil localizava-se justamente no Estado de Júlio de Castilhos. Os republicanos gaúchos, fracos e numericamente inexpressivos, necessitavam engendrar cautelosos esforços para manobrar a situação política que despontava. Tal missão encarregou-se J. de Castilhos. Hábil politicamente, sabia que a transição e consolidação da República precisava do apoio dos militares. Se decorria a república de um Golpe Militar, com os militares deveria ficar o governo. Pensou no nome do Visconde de Pelotas (Marechal José Antônio Corrêa da Câmara)³⁰².

Visconde de Pelotas havia sido Senador do Império pelo Partido Liberal. Foi herói do Combate de Aquidabã. Gozava de grande prestígio na Província, embora tivesse se afastado, nos últimos anos, da Monarquia, em razão da “questão militar”, migrando, com certa cautela, para os braços dos republicanos. Castilhos tinha plena certeza: conquistado o apoio do V. de Pelotas, a Província estava segura. Deodoro manda telegrama, convocando oficialmente o Visconde para assumir o governo do Estado. Sem maior resistência, ciente do que estava acontecendo, bem como perdendo o apoio militar, o Sr. Justo Rangel³⁰³ entrega “a chave” da Província (que passa a cognominar-se Estado) ao substituto “legal”, o Sr. Visconde de Pelotas³⁰⁴.

---

matutina, havia recebido telegrama algum durante o dia. Tão somente aos bancos eram enviadas notícias, de momento a momento, sobre a queda do câmbio”. (MORÍTZ, Gustavo. **Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul**: partes I e II. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2005, p. 45).

³⁰⁰ FRANCO, S., 1996, p. 59.

³⁰¹ MORÍTZ, 2005, p. 46.

³⁰² Ibidem, pp. 46-50; FRANCO, S., 1996, p. 60.

³⁰³ O Sr. Justo de Azambuja Rangel era “homem de confiança de Gaspar Silveira Martins. (...) o último Presidente da Província do regime monárquico e que, então, ocupava o cargo de Diretor Geral da Fazenda

Com a posse de Pelotas teria exclamado Rui Barbosa: “*Está salva a República*”!³⁰⁵ tamanha era a apreensão sobre o que aconteceria com a guarnição militar da Província do Rio Grande do Sul. Se o lado “liberal” acalmava-se com a figura de Pelotas. O lado Republicano passou a assediar os postos-chaves do Estado. Castilhos, por exemplo, assumiu as funções de Secretário do Governo Estadual, criando, inclusive, uma superintendência dos Negócios das Obras Públicas e da Fazenda, onde apadrinhou o engenheiro civil Antão Gonçalves de Faria e o médico Dr. Ramiro Barcellos, ambos redatores do “seu jornal”³⁰⁶. O *modus operandi* Castilhista de preenchimento dos cargos públicos acirrava os ânimos dos próprios membros do partido Republicano. Notório foi também as desavenças entre V. de Pelotas e membros do “seu secretariado”³⁰⁷.

Visconde de Pelotas não permaneceria no poder por muito tempo. Não se prolongou muito seu governo, pois as opiniões que guardava à República mostravam-se diferentes daquelas idealizadas por J. de Castilhos e seus propagandistas. Nem passados três meses de governo, Pelotas já adentrava ao Palácio, com a convicção irrepreensível de passar à direção dos negócios públicos ao seu substituto legal: o Sr. Júlio de Castilhos. Neste momento a inteligência instrumental Castilhista entra em cena. Conhecida de sobejo os adversários que teria que enfrentar. Aceitasse o governo do Estado naquele momento, a emenda sairia pior que o soneto! Consciente do carisma e do prestígio de Gaspar. S. Martins, prefere recusar o governo, indicando ao cargo, outro militar de carreira.

Às razões à renúncia de Pelotas são várias. Dentre elas descata-se a nomeação do conhecido jornalista Aquiles Porto Alegre³⁰⁸. Outra, as reiteradas demissões que Castilhos exigia dos funcionários “gasparistas” em todo o Estado. Claro que os

Provincial. Exercera essas funções durante 19 anos, 3 meses e 20 dias, sendo aposentado com a mensalidade de 214\$300. Quantia irrisória essa, com que se aposentava o funcionário que ocupava, então, o primeiro posto efetivo na administração pública do RGS. Homem acatadíssimo, em toda Província, política e socialmente falando, quando viu a anarquia predominante em todo o país, resolveu afastar-se das elevadas funções que desempenhava e recolher-se à vida privada” MORÍTZ, 2005, pp. 52.

³⁰⁴ MORÍTZ, 2005, pp. 50-5; FRANCO, S., 1996, p. 60-61.

³⁰⁵ ALMEIDA, Antônio da Rocha. Vultos da pátria. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 set. 1960. *apud*. MORÍTZ, 2005, p. 61.

³⁰⁶ FRANCO, S., 1996, p. 61; MORÍTZ, 2005, p. 60. Foram ainda nomeados: “Diretor de Estatística, o Sr. Dinarte Ribeiro; Diretor da Instrução Pública, o Dr. Ernesto Alves de Oliveira; Diretor da Escola Normal, o Dr. Paulo Emílio Loureiro de Andrade; Comandante da Força Policial, o Sr. Cândido Pacheco de Moraes Castro; ajudante de ordens da Presidência da Província, o Capitão de Infantaria do Exército Tomaz Thompson Flores; oficial de gabinete, o sr. Arthur Candal”.

³⁰⁷ MORÍTZ, 2005, p. 61.

³⁰⁸ Os Drs. Júlio de Castilhos, Antão de Faria e Barros Cassal afirmavam-me (à V. de Pelotas) que não continuariam no governo, uma vez que o Sr. Aquiles Porto Alegre tomasse conta do cargo de Inspetor da Alfândega do Rio Grande, para que fora ultimamente nomeado. MORÍTZ, 2005, p. 62; FRANCO, S., 1996, p. 65.

substitutos legais aos cargos depostos saíam do imaginário Castilhistas. A marca derradeira do divórcio dar-se-á com a exigência de que V. de Pelotas rompesse de uma vez por todas com os redatores da “Reforma”, bem como com seus apoiadores. Trocando telegramas com o Governo Federal, que o aconselhava, apelando ao seu patriotismo, esperar o retorno de Ramiro Barcellos, que a tudo apaziguaria. Diante da pressão e da intransigência de Castilhos, entrega V. de Pelotas a Presidência do Estado, em 11 de fevereiro de 1890, ao General Julio Anacleto Falcão da Frota³⁰⁹. Foram nomeados, respectivamente, para 1º e 2º Vice-Governadores, Castilhos e Antão de Faria³¹⁰.

Com esta nova composição implantada com a República, nasciam discórdias entre os próprios membros do Partido Republicano. Os liberais, de outro lado, esboçam reação e organização, aliás, já em 19 de novembro, o jornal liberal *A Reforma* dá o seu primeiro manifesto acerca das mudanças que ocorriam no Estado. O pronunciamento dos partidários de Gaspar S. Martins (que ficou conhecido como o “*manifesto dos 3 joaquins*”, justamente porque tal pronunciamento fora dado por Joaquim Pedro Salgado, Joaquim Antônio Vasques e Joaquim Pedro Soares) aceitavam a contra gosto o regime, porém exigiam a participação dos liberais no governo, já que gozavam da condição de partido majoritário³¹¹.

Aqui o ponto central da dissidência. Júlio de Castilhos não estava disposto a partilhar o poder. O poder adquirido não queriam delegar, ainda mais a quem, até então, os perseguia. Em 20 de novembro escreve Castilhos o editorial “Na guerra como na guerra”, momento em que justifica os atos do Governo Revolucionário. Em 21 de novembro, rebate o “manifesto dos 3 joaquins”, em artigo que contesta, inclusive, o direito dos liberais se organizarem como partido, impedindo-os de interferir na gestão pública. Castilhos, com a habitual técnica de quem domina a escrita, usa da retórica para demonstrar que a missão do poder, atualmente, é reorganizar a Pátria, no sentido do espírito republicano federalista. Tal tarefa não poderia ser entregue aos opositores da República³¹². A missão dos liberais é respeitar à lei e esperar o dia de entrar na disputa

---

³⁰⁹ MORÍTZ, 2005, pp. 61-64

³¹⁰ FRANCO, S., 1996, p. 66.

³¹¹ Ibidem, p. 62.

³¹² Ibidem, p. 63. À toda investida liberal, Castilhos responde à altura, como o fez em 25 de novembro: “Esta singular revolução, que todos hoje aplaudem, não pode ter como consequência imediata a conservação daquilo que ela derrubou (...) A única coisa que resta aos nossos adversários é uma razoável e sincera penitência”.

do poder, para tanto, deve-se esperar que a tempestade revolucionária passe, momento em que o céu azul prenunciará à normalidade política.

Estra fronteira intransponível que Castilhos traçou entre republicanos e liberais lhe custaria caro, nos anos subsequentes da República. Alijar do poder quem detinha poder econômico, apreço político, representatividade e prestígio na província, não era o mais adequado. No lugar dos velhos e clássicos liberais do Império, colocou Castilhos a mocidade militar e jornalesca. Tal atitude antecipava os anseios positivistas que sua formação *comtiana* era incapaz de afastá-lo. O temor de Castilhos, como bem pondera FRANCO, era que a confusão dos rebanhos partidários, faria com que os liberais se sobressaíssem aos republianos. Líder de uma facção minoritária, que alcançava o poder pelo golpe revolucionário, salvava sua *grei* política, da força liberal, que ao se misturar com os liberais, seria contaminada, até a raiz³¹³.

Castilhos, como já referimos, levou suas nomeações às últimas consequências. O sexagenário Visconde de Pelotas não aguentaria, por muito tempo, às ordens arbitrárias daqueles homens que beiravam os trinta anos. A mocidade republicana, afoita e inexperiente, mexia e remexia nas câmaras municipais. Quando elas resignavam-se às ordens de Castilhos, ou eram dissolvidas, ou nomeava-se uma junta tríplice à administração comunal³¹⁴. A composição “*eclética*” da comuna arquitetou castilhos. Um representante dos liberais, um dos conservadores, um dos republicanos. A solução inteligente angariava-lhes, mais uma vez, à maioria. Sabe-se que os conservadores se haviam dissolvido e incorporado ao Partido Republicano. Dois terços da administração comunal ficava com Castilhos³¹⁵. O choque político entre os que tentavam destruir a sustentação gasparista, e velho V. de Pelotas, que no passado havia sido um deles, tornou o governo insustentável. Ou Castilhos? Ou Pelotas? A mocidade saiu vitoriosa. É chegado o momento de Júlio Frota.

---

³¹³ FRANCO, S., 1996, p. 63.

³¹⁴ Como exemplo notório das apressadas nomeações e demissões de Castilhos podemos citar que “dois dos mais notáveis caudilhos da insurreição de 1893, Gumerindo Saraiva e Juca Tigre, foram delegados que a administração republicana encontrou em exercício e demitiu”. FRANCO, S., 1996, p. 64.

³¹⁵ Ibidem, p. 64.

38. O Governo do General Júlio Frota

O primeiro trimestre da vida republicana ditava o tom das dificuldades pelas quais passaria Júlio de Castilhos. A ponderada e refletida ambição de governar e mandar, como bem lembrava Assis Brasil³¹⁶, não era a regra pela qual trabalhava. Ambicionava o poder, não tanto pelo poder, mas sim pela ideologia que pressupunha como sendo a melhor à República. Criava caso por filigranas, enfrentava às maiores adversidades, desde que respeitasse seus princípios fortemente arraigados. Tinha uma energia extraordinária, uma capacidade de trabalho invejável. Sua força ideológica retumbava no plano federal. No Estado era o verdadeiro cérebro que liderava o Estado na direção da consolidação da República³¹⁷. Sua doutrinação positivista estendia-se também pela imprensa, tendo sido um dos mais destacados colunistas da época.

Castilhos possuía maior trânsito com o novo Presidente Republicano. Seu projeto de alijar de vez, do poder, o remanescente liberal, não se apagava com a saída de Visconde de Pelotas do poder. Bem pelo contrário, com a maior estabilidade gerada pelo novo presidente do Estado, pode promover com mais segurança, a substituição dos funcionários vinculados ao antigo regime. Obtivera autorização do Governo Central para substituir os comandos da Guarda Nacional. Administrativamente, engendra política de moralização da função pública. Quase ao final do governo do General Frota, Castilhos lança Ato nº 227, de 2 de maio de 1890, pelo qual pretende manter a administração por ele nomeada. Qualquer funcionário, independentemente do tempo de serviço, só poderia ser demitido mediante processo de apuração de responsabilidade. Resguardava o ato, o escol político de Castilhos, ante a eventualidade de uma administração hostil aos nomes indicados por ele³¹⁸.

Desta vez os problemas internos não foram o problema. Governo Federal e Governo Estadual é que trocam farpas. O Partido Republicano Rio-Grandense incompatibiliza-se com a política financeira de Rui Barbosa, que por meio do Decreto de 17 de janeiro, autoriza a criação dos bancos de emissão, em síntese: os títulos da dívida federal substituíam o ouro como lastro das emissões bancárias. Tal reforma de Rui “*mancha e*

---

³¹⁶ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Ditadura, Parlamentarismo e Democracia**. Porto Alegre: [s.n.], 1908, p. 41.

³¹⁷ FRANCO, S., 1996, p. 67.

³¹⁸ Ibidem, pp. 67-68.

desmancha” a sua imagem³¹⁹ no mistério. As resistências não provém somente do sul mas praticamente de todo o país. Os republicanos gaúchos dirigem manifesto contrário à política financeira de Rui, o assinam os principais nomes republicanos do Estado: Júlio de Castilhos, Antão de Faria, Homero Batista, Assis Brasil e Ernesto Alves³²⁰.

Assis Brasil foi confiada à missão de pedir ao Governo Provisório para que o Banco Emissor do Sul não fosse incorporado às condições estabelecidas pelo decreto de reforma bancária. Assis Brasil motivou, em longa conversa, com o chefe do Governo, suas razões para tão legítima solicitação. Nesta mesma oportunidade o representante gaúcho conferenciou com os senhores ministros, onde lhes expôs fiel e detidamente a situação política do Estado, requerendo, gentilmente, as principais necessidades, o que prontamente foi-lhe prometido atendimento. Telegrafou Assis Brasil, aos seus correligionários, informando o êxito da missão. Dias depois (16 de abril), com grande surpresa, o Governador recebe telegrama do Generalíssimo, comunicando haver sido organizado o Banco Emissor. Diversos telegramas foram trocados, sendo que de surpresa, o Governador recebe um ofício, em que o Presidente do Banco comunicava que este acabava de ser instalado nesta capital, por ordem do Governo Provisório³²¹.

O mais desmoralizante ao Governador foi receber ofício do próprio presidente do Banco. A primeira comunicação sequer provinha do Governo Federal. Demétrio Ribeiro, o único gaúcho do ministério, discordando da política do seu companheiro Rui Barbosa, exonera-se do seu cargo. Tanto Demétrio, quanto Castilhos entendiam imoral e ilegítimo permitir emissões à estabelecimentos particulares de crédito. Temiam que voltasse a inflação que havia assolado o País nos tempos do Ministério do Visconde de Ouro Preto³²². Outro fator de desconforto, gerado também por Rui Barbosa, relaciona-se ao decreto de 1º de fevereiro de 1890, pelo qual Rui engendrava esforços para combater o contrabando. Tal decreto comportava, uma delegacia especial de repressão, no Rio Grande do Sul, com poderes extraordinários³²³. O delegado responsável pela repressão ao contrabando (Dr. Curvello Cavalcanti) gerou mais problemas, pois resolveu instituir

---

³¹⁹ DANTAS, San Tiago. **Dois momentos de Rui Barbosa**. Conferências. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949, *passim*; BALEEIRO, 1958, *passim*.

³²⁰ MORÍTZ, 2005, pp. 73-76.

³²¹ MORÍTZ, 2005, pp. 77-78. FRANCO, S., 1996, p. 70.

³²² FRANCO, S., 1996, p. 68.

³²³ Tal decreto também “extinguiu o regime tarifário de exceção, que Gaspar Martins obtivera para a Província ao tempo do Império”. FRANCO, S., 1996, p. 68.

zonas fiscais restritas, nos municípios da fronteira, mandando apreender tudo que viesse da cidade fronteiriça.

A decisão a ser tomada pelo Marechal oscilava entre a humilhação e a exoneração. O Governador, juntamente com os seus auxiliares mais diretos (Júlio de Castilhos, Antônio Gonçalves de Faria e Homero Batista, que superintendiam os Negócios do Interior, das Obras Públicas e da Fazenda) exoneraram-se de seus cargos³²⁴. Júlio de Castilhos, redige o manifesto republicano divulgado em 8 de maio, no qual ele, Assis Brasil, Homero Baptista e Ernesto Alves jogam no colo do Ministro da Fazenda toda a responsabilidade do incidente. Castilhos, entretanto, numa posição cautelosa, ressalva o nome de Deodoro. Lhe convinha tal ressalva, pois ao Generalíssimo não deveria desagradar³²⁵.

Em razão de todos os contratempos gerados pela reforma Ministerial de Rui Barbosa, não restou alternativa ao Governo Provisório senão a nomeação de novo Governador ao Estado. Chegou-se ao nome do General Cândido Costa, o qual residia no Rio de Janeiro. Alguém de fora do círculo do Rio Grande parecia ser, ao Generalíssimo, mais salutar à solução da celeuma levantada por Rui. O Vice-Governador – para desalento dos republicanos históricos – foi escolhido o Sr. Francisco da Silva Tavares, político tradicional, abastado de família, distinto nome do município de Bagé. Oriundo do Partido Conservador, fazia parte dos *adesistas* de última hora. Castilhos e seus companheiros o enxergavam com certa desconfiança. Separavam os “republicanos puros”, dito históricos, fiéis consagradores da República, dos *adesistas* tardios, que embora bem intencionados, desconheciam os verdadeiros valores republicanos³²⁶.

39. O curto Governo do Dr. Silva Tavares e do Dr. Carlos Machado de Bittencourt

Quem deveria ser vice-governador, passou a ser governador. A ausência de Cândido Costa fizera do Dr. Silva Tavares o Governador do Estado. O novo Governador era irmão dos ilustres rio-grandenses: General Joca Tavares, Barão de Santa Tecla e dos

³²⁴ “Igual procedimento tiveram o Marechal Carlos Resin Filho, Comandante das Armas (...); o Dr. Hermínio do Espírito Santo, Chefe de Polícia; o Dr. Loureiro de Andrade e o Sr. José Ribeiro de Souza Moura, Secretário da Escola Normal; o Capitão Cipriano da Costa Ferreira, Comandante da Guarda Civil e o Coronel Antônio Soares de Barcellos, Delegado de Polícia”. MORÍTZ, 2005, pp. 81-82.

³²⁵ FRANCO, S., 1996, pp. 70-71.

³²⁶ Ibidem, p. 68.

Coroneis Zeca Tavares, Bonifácio Tavares e Facundo Tavares³²⁷. Assumiu o Estado no dia 7 de maio de 1890. O telegrama de Deodoro foi enfático para que assumisse logo o Estado como vice. Logo, depois, o chefe do Governo Provisório dizia, “Dr. Tavares, governador do Rio Grande do Sul, Cândido Costa foi nomeado governador desse Estado. Deodoro”³²⁸. Deodoro e Silva Tavares foram conservadores no tempo do Império. Ambos aderiram à causa republicana. Estas eram boas semelhanças.

Ocorre que ao assumir as rédeas do Estado, o então Governador Silva Tavares tratou de compor o Governo com homens de sua confiança. Para Secretário dos Negócios das Obras Públicas e interino dos Negócios da Fazenda, nomeou o Conservador Domingos Francisco dos Santos; para a Chefia de Polícia, nomeou o Coronel do Estado Maior do Exército Rafael Fernandes de Lima; para Diretor de Instrução Pública o Dr. Joaquim Antônio Ribeiro, o qual, mais tarde tornar-se-ia um dos grandes juristas do Rio Grande do Sul; para Diretor da Escola Naval, o culto e conhecido professor Apeles Porto Alegre; para Comandante da Guarda Civil, o Major Conservador Domingos Baptista de Carvalho; para o cargo de Delegado de Polícia, foi convidado Antero Ferreira d’Ávila, entusiasta do Partido Liberal do Império³²⁹.

Tal composição administrativa-governamental desagradava os Republicanos. A composição do governo era mais de Conservadores, do que de “Republicanos genuínos”, ou “puros”. Ficou o ilustre governador com nomes republicanos de “segunda linha”. A composição de Liberais era, também expressiva, pois havia no governo, um Chefe de Polícia de filiação gasparista. O clima político do Estado não aceitava tal composição política. Quem deveria ser aliado do poder eram os Conservadores e os Liberais, nunca os Republicanos. Na noite do dia 7 de maio, um grupo de manifestantes republicanos, em passeata deparou-se com as vidraças do Banco de Emissão. Os vidros quebrados deixaram apenas prejuízos econômicos. O clima para com a instalação do Banco Emissor não era nada bom³³⁰.

Os propagandistas republicanos fundaram agremiação política, que passou a se chamar “União Republicana”. Tempos depois, os oposicionistas fundaram outra agremiação, cognominada de “União Nacional”. A União Nacional era composta por antigos membros do Partido Liberal do Império, bem como por pequena parcela de

---

³²⁷ MORÍTZ, 2005, p. 82.

³²⁸ MORÍTZ, 2005, p. 83.

³²⁹ FRANCO, S., 1996, pp. 68 e 72.

³³⁰ FRANCO, S., p. 72. MORÍTZ, 2005, p. 84.

conservadores. Apesar da desistência à governança do Estado, os propagandistas que tudo fizeram pela queda do Império, não podiam partir para o confronto direto com os Gasparistas. Àquela época, fora do poder, os republicanos nunca triunfariam por meio do voto. Aliás, esta não era uma peculiaridade do Rio Grande do Sul, era algo sentido de Norte à Sul. Demétrio Ribeiro³³¹ confessava, em suas palestras, que o grande tribuno (Gaspar Silveira Martins), então deportado na Europa, gozava, ainda, de um prestígio incalculável em sua terra natal³³².

O dia 13 de maio foi emblemático. Foi a data comemorativa que banuiu, em 1888, a escravidão no Brasil. Tal data foi o ensejo que precisavam os republicanos para derrubar o governo. A “União Republicana” soltava foguetes e festejava, à revelia das ordens de cessar o festejo. Os manifestantes defronte ao Palácio do Governo, onde se encontrava Silva Tavares e o General Machado Bittencourt, Comandante das Armas. O sucesso da investida só foi possível em razão do apoio que recebeu Castilhos do 13º e 30º Batalhões de Infantaria³³³. Disto sobreçai algo curioso. Castilhos poderia protestar contra o Governo da União, discordar da política financeira de ministros, inclusive da de Rui Barbosa, no caso dos bancos de emissão, bastava preservar a amizade do Generalíssimo. Ao depor o Governo, Castilhos descreve no dia seguinte, em A FEDERAÇÃO, a instabilidade do Governo deposto. Ressalva os feitos heróicos do Generalíssimo da Revolução do 15 de Novembro³³⁴.

Acusavam o Comtista Júlio de Castilhos estar criando movimento separatista no Rio Grande³³⁵. Embora o líder positivista gostasse das “*pequenas pátrias*”, não se pode acusá-lo de separatista. Suas ações posteriores, nada demonstravam tal espírito. A deposição dos Silva Tavares incompatibilizava Castilhos com uma das mais poderosas famílias do Rio Grande. O governador deposto além de declarar guerra ao Castilhismo, os acusava de estarem imbuídos do espírito socialista. Castilho somava inimigos. Criava uma casta política que dificultava filiações e aumentava dissidências. Desde a proclamação da República, esta seria já a segunda incompatibilidade sua. Não bastasse ter hostilizado Visconde de Pelotas, preferia comprar briga com a família Silva Tavares.

---

³³¹ Ver RIBEIRO, Demétrio. **Ideias Políticas de Demétrio Ribeiro**. Orgs. Paulo E. F. Pinto; Plínio Etchepare Guerra, Fausto José Leitão Domingues. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, CORAG, Letra & Vida, 2011, *passim*.

³³² FRANCO, S., 1996, pp. 72-73. MORÍTZ, 2005, pp. 84-85.

³³³ MORÍTZ, 2005, pp. 86-87.

³³⁴ FRANCO, S., 1996, pp. 72-73.

³³⁵ MORÍTZ, 2005, p. 88.

Nesta família havia o velho General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), futuramente um dos mais destacados chefes da insurreição federalista³³⁶.

O incidente do dia 13, recém retratado no efêmero governo anterior (que durou apenas seis dias), operou fortes restrições jornalísticas. Vários jornalistas foram perseguidos, como Daniel Job, um dos redatores do *Mercantil*, inclusive recolhido à cadeia. O jornalista Carlos von Koseritz, redator-chefe da “*Reforma*” era preso em Pedras Brancas, atual município de Guaíba. Poucos dias depois falecia o ilustre jornalista. Todos sabiam que a verdade das ocorrências não podiam ser isentamente veiculadas. Por falta de garantias, todos os jornais, inclusive o “*Mercantil*”, restringiram suas atividades jornalísticas. No governo do General Carlos Bittencourt, que durou apenas onze dias, o referido jornal foi publicado apenas duas vezes, nos dias 16 e 17 de maio de 1890³³⁷.

O General assumiu o Estado na madrugada do dia 14 de maio 1890, em virtude da deposição do Dr. Francisco da Silva Tavares. Sua administração deveria render homenagens aos propagandistas. O Generalíssimo continuava apoiando Silva Tavares, o qual resolve recolher-se ao sul do Estado, ao invés de reassumir o Governo, o que produziria, talvez, novas revoltas intestinas. Deodoro, sabendo da recusa de Tavares, comunica ao General Carlos Machado, para que fique na presidência do Estado. Bittencourt desejava mandato curto, telegrafando à deodoro para que o mesmo abreviasse a vinda do General Cândido Costa para o sul, já que o clima não estava para animosidades, sendo que vários políticos destacados encontravam refugio em casas de amigos³³⁸.

Uma das célebres fugas foi a do Dr. Antero d’Avila, Delegado de Polícia do governo do Dr. Silva Tavares. Verdadeira perigrinação, valeu-se de disfarces para escapar das amarras dos situacionistas, durmiu no mato, remou até a ilha do Araújo, chegou enfim, à cidade do Desterro, capital de Santa Catarina. Futuramente seria nomeado Desembargador, durante o Governo do General Domingos Barreto Leite. Faleceria no Rio de Janeiro, em 1909. O período retratado e exemplificado com a figura do Dr. Antero, marca a forte repressão e o empastelamento sofrido pelos jornalistas da época. Claro que o jornal *Castilhistas*, A Federação, estava livre, enquanto os demais

---

³³⁶ FRANCO, S., 1996, pp. 73-74.

³³⁷ MORÍTZ, 2005, p. 96.

³³⁸ Ibidem, p. 97.

jornalistas da capital lutavam, não apenas pela sua subsistência, como também, pela sua liberdade. O governo foi entregue, como se previa, ao General Cândido Costa, e o Dr. Bittencourt partia para o Rio de Janeiro³³⁹.

40. O Governo do General Cândido Costa e a campanha de Castilhos à Deodoro

Cândido Costa entendera muito bem o recado: para se governar bem neste Estado, dever-se-ia beijar previamente à mão de Júlio de Castilhos. O apoio dos republicanos históricos seria necessário à paz e à harmonia. Tomado posse em 24 de maio, discursava em tom de paz e de ordem. Os jornais voltam ao seu funcionamento normal e a composição do governo volta a ser a dos “republicanos históricos”³⁴⁰. À nova composição consta, ao menos, os seguintes nomes: Castilhos, Ferando Abbott, Antão de Faria e Homero Baptista. Foi no Governo de Cândido Costa que Castilhos iniciou sua projeção nacional, chegando à Constituinte³⁴¹. Os jornais fazem questão de retomar o assunto do 13 de maio, justamente para fazer os esclarecimentos necessários, desmentir muito do que se havia dito; enfim, mostrar outra versão dos fatos, o que deve ser natural, em países que garantem à liberdade de imprensa³⁴².

Após vários dias de detenção, diversos civis foram postos em liberdade pelo novo Governador do Estado. Os jornais exigiam liberdade de imprensa e liberdade eleitoral. Todos os oficiais do Exército, que tinham sido presos, foram soltos. Parecia ter acabado a tempestade, já que em seis meses de República, havia passado pelo Estado nada menos que cinco governadores. A administração pública é a que mais sofre, o povo é o que mais desgovernado fica, pois nada de contínuo parece prosperar nesta terra. Tudo é devido aos rancores e aos ódios de nossos administradores e auxiliares, isto é o que

---

³³⁹ MORÍTZ, 2005, pp 98-99.

³⁴⁰ Ibidem, p. 99.

³⁴¹ FRANCO, S., 1996, p. 75. “Os primeiros atos do novo governo foram as nomeações do oficial de gabinete e do oficial técnico: o primeiro cargo foi ocupado, interinamente, pelo Sr. Arthur Candal. Para o segundo lugar, foi escolhido o Tenente-Coronel do Exército Dr. Francisco de Abreu Lima. Mais tarde, chegou de Pernambuco o Oficial de Gabinete efetivo, o Dr. Honório Hermeto de Britto. Para as superintendências de Estado dos Negócios do Interior, da Fazenda e da Agricultura e Obras Públicas, o General Cândido Costa nomeou, respectivamente, os Drs. Carlos Thompson Flores (foi Procurador-Geral do Estado e o primeiro Diretor da Faculdade de Direito de Porto Alegre), Fernando Abbott e Antão Gonçalves de Faria. Para Chefe de Polícia, foi escolhido o Dr. Antônio Antunes Ribas. Mais tarde, foram esses auxiliares do Governo substituídos por outros elementos do Partido Republicano”. MORÍTZ, 2005, pp. 110-111.

³⁴² MORÍTZ, 2005, p. 100.

estampava o Mercantil, jornal que alegava não ser órgão de partido político algum, mas que trabalhava pela felicidade do Estado³⁴³.

Justamente nesta época ocorrem importantes deliberações e articulações nos altos escalões da República. A luta eleitoral à Constituinte começa a ser travada, tanto que promulga-se o Regulamento Eleitoral destinado a reger a eleição à Constituinte. Chegou a hora de Deodoro cobrar o apoio que havia dado à Castilhos, já que os entraves políticos entre o Rio Grande e a União haviam se abrandado. Nomeado Júlio de Castilhos Vice-Governador do Estado voltava ele ao Rio Grande com a missão de sustentar e defender o nome Deodoro à candidatura ao Governo Federal. A oposição estadual começa suas políticas oposicionistas ao Partido Republicano revigorado³⁴⁴.

No dia 7 de julho de 1890, Júlio de Castilhos retorna à Porto Alegre. Três dias depois, sem consulta prévia à base local do Partido Republicano, escreve artigo no jornal A Federação, manifestando apoio à candidatura do Marechal Deodoro à Presidência do Brasil. Sua ascensão diante dos colegas de partido foi tão grande, sua capacidade de trabalho e de empenho nas funções públicas foi tamanha, que chegavam a afirmar que o Partido Republicano Rio-Grandense era o próprio Júlio de Castilhos. Othelo Rosa, biógrafo de Castilhos, chega a afirmar que progressivamente ele substituíra a direção coletiva do partido. O momento da República exigia uma direção partidária forte e centralizante, capaz de solucionar os problemas mais adversos, sem dismantelar a unidade do partido³⁴⁵.

A organização, em meados de julho, das chapas de candidatos acabou desgastando a imagem de Castilhos. A determinação dos possíveis candidatos à Deputado Federal e Senador, não foi, ao final, deliberação exclusiva sua. A decisão foi tomada pela Comissão Executiva do Partido, pois sabia-se da morosidade natural de uma eleição prévia. Como 53 municípios aprovaram, com ligeiras modificações, a lista proposta, esta recebeu sua versão final, sendo oficializada na reunião do dia 19 de agosto. Causava estranheza não compor tal lista, o nome do eminente político Barros Cassal. Castilhos teve que explicar que a recusa havia sido lançada pelo próprio político, e a razão era o afoito apoio lançado pelo partido (seria melhor dizer, por Castilhos) à candidatura do Marechal Deodoro da Fonseca. Momentos posteriores à oficialização da

---

³⁴³ MORÍTZ, 2005, p. 110.

³⁴⁴ FRANCO, S., 1996, p. 75.

³⁴⁵ Ibidem, p. 76.

chapa, alguns nomes da Capital passaram a propugnar pelo nome de Barros Cassal para a Câmara dos Deputados, gerando dissidências no seio do Partido Republicano³⁴⁶.

Castilhos escreve sobre a situação referindo que o próprio Cassal recusara a indicação de seu nome, não se fazendo necessária tal manifestação política, ou nota de repúdio. Os políticos que assim atuam são os verdadeiros infiéis do seu partido, os que abonarem tal prática é que serão impatrióticos e rebeldes. Ao comunicado de Castilhos responde Barros Cassal que, apesar de ter rejeitado seu nome, não levaria esta recusa às últimas consequências, sem contar que não queria desrespeitar as formais indicação do próprio eleitorado. Castilhos tenta, em vão, apaziguar a situação. A discórdia tornava-se irremediável. Barros Cassal foi apoiado por grandes líderes republicanos, dois deles candidatos oficiais à Deputado Federal: Demétrio Ribeiro e Antão de Faria. Se o motivo inicial era o afoito apoio à Candidatura de Deodoro, no final era o *modus operandi* castilhista que os desagradava. Sua forma arbitrária, excessivamente positivista, era o espinho na garganta que tanto incomodava os seus correligionários³⁴⁷.

O problema eleitoral fez-se latente. As leis eleitorais do Império não eram perfeitas. As da República não melhoraram muito à situação. De fato, o famoso Regulamento Alvim não possibilitava a representação das minorias, sendo que o processo eleitoral ficou (desde o alistamento à apuração) a cargo das juntas municipais, todas nomeadas pela administração estadual. Tudo conspirava à fraude eleitoral a ponto de a União Nacional abster-se de disputar o pleito. Cuidaram os republicanos (por meio da reforma eleitoral) garantir o resultado do pleito à Constituinte. FRANCO comenta que até presidiários foram perdoados e soltos para trabalharem pela eleição dos candidatos republicanos. A certeza do resultado era tamanha que Castilhos na antevéspera do pleito, cantava a solene vitória imprensa a fora, o que se confirmava momentos posteriores³⁴⁸.

Às eleições concorreram os candidatos oficiais do Partido Republicano, Barros Cassal, independentemente, e os candidatos do Centro Católico, na pessoa do Bispo D. Cláudio José Ponce Leon. Como os partidários da União Nacional abstiveram-se do pleito, somado à debilidade do Centro Católico, os republicanos venceram sem grandes esforços. O republicano menos votado, obteve 29.426 votos; o mais votado, obteve

---

³⁴⁶ FRANCO, S., 1996, p. 77.

³⁴⁷ Ibidem, pp. 77-78.

³⁴⁸ Ibidem, pp. 78-79.

35.741 votos. Barros Cassal obteve 7.219 votos³⁴⁹. Os jornais oposicionistas queixavam-se dos resultados fraudulentos do pleito³⁵⁰. A eleição havia sido uma farsa, apenas para utilizarmos do mesmo jargão que Joaquim Nabuco empregava às eleições imperiais. Castilhos, tal qual os velhos positivistas, desdenhava do mecanismo eleitoral, bem como considerava ultrapassado a deliberação pelo voto de maiorias. Somava-se a isto o fenômeno da grande naturalização, e o considerável aumento do eleitorado rio-grandense³⁵¹.

41. A oposição se organiza e funda a “União Nacional”

A oposição que assistia a tudo passivamente resolve se organizar. De longa data existia, como mencionamos, a “União Republicana”. Em meados de junho de 1890, diversos políticos arregimentaram-se e resolveram fundar a “União Nacional”. Esta legião de descontentes, contava com parte da nata política rio-grandense³⁵². Conglomeraram-se na formação da União Nacional membros do Partido Liberal, cuja figura de mais destaque era Gaspar Silveira Martins, que do exílio confiara a missão ao Coronel Joaquim Pedro Salgado. Membros do Partido Conservador, que em razão dos “adesistas” de última hora, perderam parte do efetivo ao Partido Republicano, ainda continuavam com certo efetivo qualificado. Estes conservadores aliaram-se à Gaspar Silveira Martins. Por fim, os “Unionistas” receberam aqueles cidadãos ilustres que estavam descrentes com os rumos que vinha tomando o Rio Grande do Sul³⁵³.

A 3 de junho reuniram-se no solar do Marechal Câmara, na Rua Duque de Caxias nº 968. Foi oficialmente a primeira reunião para a fundação do novo partido. O Conselheiro Henrique d’Avila, Ministro da Justiça no Império, que estava no Rio,

---

³⁴⁹ MORÍTZ, 1939, 1º vol, p. 157.

³⁵⁰ Para “O Mercantil”, do dia 15 de outubro: “A prova de nosso espírito calmo e ordeiro teve-a o Governo no último pleito, onde fomos testemunhas impassíveis da fraude e do escândalo eleitoral. Vimos conculcados os direitos de nossos concidadãos. Vimos a fraude espoliar do voto a milhares de eleitores. Vimos a troca escandalosa de um nome, por outro, na apuração das cédulas e rimo-nos de tanto escândalo, porque nos tínhamos abtido do pleito e pouco nos importava que os designados fossem estes ou aqueles. Era uma farsa em que não queríamos intervir, não interviemos, deixando que corresse à revelia”. O Jornal Católico “A Época”, em 10 de outubro, estampava: Está na consciência pública que o Partido Católico não foi derrotado, mas elimidado do pleito eleitoral pala mais escandalosa das fraudes. (...) Fomos vítimas da empalmação de votos feita em grande escala, mas tão desastradamente, que hoje não se contam opiniões divergentes acerca da mistificação e da fraude que usaram e abusaram ostensivamente. FRANCO, S., 1996, pp. 79-80.

³⁵¹ FRANCO, S., 1996, pp. 79-80.

³⁵² FRANCO, S., 2012, p. 14.

³⁵³ MORÍTZ, 2005, p. 131.

tomou providências de se deslocar ao Estado. Outro conselheiro de destaque, também ministro do Imperador, era o Dr. Francisco Antunes Macial, que de Pelotas rumou à Porto Alegre. A seleta nominata incluía os Senhores Francisco da Silva Tavares, o Dr. Germano Hasslocher, brilhante jornalista, Coronel do Exército Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, futuro chefe na revolução federalista de 1893, o Dr. Adriano Nunes Ribeiro, um dos redatores de A Reforma. Propuseram para diretor presidente do novo partido o anfitrião Sr. José Antonio Corrêa da Camara, o Visconde de Pelotas³⁵⁴.

A repercussão da União Nacional foi imediata. Noticiada em todos os jornais, os diretórios locais do Partido Liberal de todo o Estado manifestaram seu apoio, exigindo a volta do grande líder Gaspar Silveira Martins. No dia 10 de junho, “A Reforma” publica o manifesto dos “Unionistas”, que para a tristeza de muitos declara não ter a pretensão de constituir-se em partido político. Os representantes dos partidos, querendo o bem do Estado, aceitaram reunir esforços nesta ação comum que almeja restaurar a ordem e a liberdade. Escoimada de prevenções partidárias, os liberais, os conservadores e os dissidentes republicanos unem esforços para formar uma força dútil, movida por um único impulso: guardar a tranquilidade e a serenidade do povo gaúcho. Cada partido mantém suas tradições e seus princípios originários³⁵⁵. Diziam expressamente³⁵⁶:

Nenhum partido podia abstrair de seu passado, nem duvidar de seu futuro; nenhum podia confessar-se morto; todos, como batalhões de regiões diversas, podiam formar um exército, conservando as suas bandeiras e os seus fardamentos.

A unidade da direção e a homogeneidade do movimento constituiriam as únicas novidades para as forças alinhadas no propósito de uma defesa comum.

Não deve o governo achar na aliança pensamentos políticos comuns: não encontrará nela senão a idéia de manter a ordem, as liberdades públicas, a integridade nacional, nos termos das garantias escritas em nossos códigos, de cuja fiel observância depende principalmente a sólida organização da República Brasileira.

Assim a “União Nacional” não é um partido que absorvesse todos os outros partidos nela coligados; a “União” mantém, com plena independência perante o governo, cujos atos e propósitos fiscalizará, completa liberdade.

Com estes sentimentos e idéias, apresentasse a “União Nacional” solicitando a adesão de todos os cidadãos...

Referiam-se aos republicanos históricos como exclusivistas. Estes exclusivistas que desdenham hoje os velhos liberais e conservadores “hão de procurar-nos, quando certos de sua inexperiência, quando convencidos de que não é com discursos bonitos, nem com festas e luminárias, que se governam os povos”. Se o país é de todos, devem

³⁵⁴ MORÍTZ, 2005, pp. 131-132.

³⁵⁵ Ibidem, pp. 133-134.

³⁵⁶ Ibidem, pp. 134, 135 e 136.

os exclusivistas compreender que ao esforço pessoal e sacrifício de todos cabe à administração de nosso Estado. Firmou o manifesto o seu Presidente, o Sr. Visconde de Pelotas, bem como Francisco da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Apolinário Porto Alegre, José Bernardino da Cunha Bittencourt, Catão Augusto dos Santos Roxo, Joaquim Antonio Vasques, Joaquim Pedro Soares, Ernesto Reinhold Ludwig, Adriano Nunes Ribeiro³⁵⁷.

O Partido Republicano não silenciava a tão aclamada união. O discurso odioso e raivosos que costumavam utilizar à pessoa de Gaspar Silveira Martins mudou de tom. Temiam que o grande tribuno Rio Grandense viesse a se aliar à União Nacional. Temiam não somente o prestígio do grande político liberal do Império, como também o valor intelectual de grandes nomes que ratificavam o manifesto da “União Nacional”, “Ao Rio Grande do Sul³⁵⁸”. Em razão disso o jornal a “Federação” passou a exaltar a personalidade do eminente tribuno rio-grandense, escrevendo uma série de artigos encomiásticos à pessoa de Gaspar Silveira Martins. A Federação, em um dos trechos alusivos às grandes façanhas do orador que invejava os melhores tribunos do parlamento inglês, dizia: “(...) o Sr. Silveira Martins era realmente um homem eminente, um chefe capaz de impor pela energia, seduzir pelo talento, vencer pela habilidade”³⁵⁹.

Neste interregno, Castilhos que havia viajado ao Rio de Janeiro retornava à Capital do Estado, no dia 7 de julho de 1890. Havia ido conferenciar com Deodoro, chefe do Governo Provisório, bem como com o vice-chefe, o Sr. Rui Barbosa, sendo que recentemente estavam às boas. O “Mercantil” ironizava qual seria o novo “*mot d’ordre*”. Todos estavam apreensivos acerca dos novos rumos que pudesse tomar o Estado. O recado federal já sabemos: o total e irrestrito apoio ao nome do General à Presidência da República. Quando eleito, Deodoro retribuiria Castilhos. Ocorre que no exército gaúcho, nem todos estavam dispostos a rezar a cartilha de Deodoro. A classe militar estava fortemente dividida. As circulares corriam o Estado pedindo apoio a Deodoro. A todo transe deveria triunfar a candidatura e eleição do Generalíssimo; do contrário, a revolução³⁶⁰. Curiosa foi a resposta dada à circular pelo 29º Batalhão de Infantaria:

³⁵⁷ MORÍTZ, 2005, pp. 136-137.

³⁵⁸ O manifesto recebia o título de “Ao Rio Grande do Sul”.

³⁵⁹ MORÍTZ, 2005, pp. 137-138.

³⁶⁰ Ibidem, pp. 139; 140 e 141.

Os infrainscritos, autorizados, respondem a vossa circular datada de 2 de agosto findo, pelos seus companheiros de arma ao 29º Batalhão de Infantaria, em reunião convocada e presidida pelo seu ilustre chefe, pensam desempenhar-se dessa incumbência, apresentando-vos as seguintes linhas: Nós, antes de receber a vossa circular, já tínhamos resolvido empenhar nosso fraco concurso em prol da eleição do Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca para Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Do que, porém, jamais cogitamos foi de elegê-lo a todo transe. Pensamos que o Exército é inseparável da Nação, e, desde o momento em que ele dela se divorcia, mentirá aos seus fins, para se transformar em instrumento cego da tirania.

O Exército Brasileiro não é uma porção de homens armados, separados do resto da Nação (...). É, sim, uma corporação regular, eminentemente nacional e patriótica, que jamais abandonará o povo donde é filha, para se lançar nos braços dos que pensam vencer pelo emprego da força bruta, pela ameaça e pelo terror³⁶¹.

O nome de Deodoro não era consenso. Primeiro Barros Cassal havia abandonado compor lista à deputação, justamente por suas resistências ao Marechal Deodoro da Fonseca. O pleito à Constituinte, bem o demonstramos, foi o mais fraudulento possível. Não representava à maioria do eleitorado, sendo que seus candidatos foram investidos no poder por meios ilícitos. Depois do pleito Demétrio Ribeiro e Antônio de Faria, já eleitos deputados federais pelo Partido Republicano, acompanham à decisão de Cassal e rompem com Castilhos. A discussão veiculada na imprensa manchava, ainda mais, a imagem do partido e de Júlio de Castilhos³⁶².

42. O ultra-federalismo rio-grandense na Assembleia Constituinte

No final de outubro os parlamentares gaúchos começam a deixar o rio-grande em direção ao Rio de Janeiro para trabalhar junto ao Congresso Constituinte. A Câmara reconhece os dezesseis deputados gaúchos, quando do exame dos documentos de diplomação, na seguinte ordem: Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, Joaquim Pereira da Costa, Antônio Gonçalves de Faria, Júlio Prates de Castilhos, Ernesto Alves de Oliveira, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Alcides de Mendonça Lima, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Tenente-Coronel Thompson Flores, Vice-Almirante Joaquim Francisco de Abreu, Homero Baptista, General Manoel Luís da Rocha Osório, Alexandre Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demétrio Nunes Ribeiro e Tenente-Coronel Antônio Adolfo da Fontoure Mena Barreto³⁶³.

³⁶¹ MORÍTZ, 2005, pp. 141-142.

³⁶² Ibidem, pp. 148-149.

³⁶³ FRANCO, S., 1996, p. 81.

Como afirmamos, os velhos liberais e conservadores apeados do poder, cederam lugar aos jovens republicanos. A bancada gaúcha à Constituinte era extremamente jovem. As idades oscilavam, a média ficava entre 30 e 40 anos de idade. Castilhos, aos 30, figurava entre os mais moços, Borges de Medeiros, com apenas 27, Alcides Lima, 31, Assis Brasil, 33, Ernesto Alves, 28, Homero Baptista, 30 anos. Um dia antes de instalar-se o Congresso Constituinte, Castilhos comparece à sessão preparatória de 14 de novembro. No dia seguinte, 15 de novembro os congressistas prestam compromisso e escutam a mensagem do Generalíssimo Deodoro. Câmara e Senado reunidos, juntam-se à bancada rio-grandense os eminentes Senadores, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado e Júlio Falcão da Frota³⁶⁴.

A mocidade gaúcha seguramente sonhava com aquela data, imaginava desde a adolescência, mudar os rumos da Pátria, alterar as instituições existentes, participar em um Congresso Constituinte. De outro lado, não imaginavam que tal assembleia seria coposta, também, pelas velhas figuras políticas da Monarquia derrubada. Tais políticos, mesmo com as reformas eleitorais republicanas, alcançaram o Congresso e representavam, *ceteris paribus*, fatia expressiva da população. Comprometidos com o regime deposto, eram o espinho na garganta dos jovens e inexperientes republicanos. Contava o Congresso Constituinte com outras ilustres figuras, tais como: Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Lopes Trovão, Barbosa Lima, Aristides Lobo, Ubaldino do Amaral, Campos Sales, dentre tantos outros nomes³⁶⁵.

Os trabalhos do Congresso foram dinâmicos. Em três meses tínhamos o texto definitivo concluído. A Constituinte era republicana, federalista e presidencialista. As demais dissidências eram menores, já que as fundações do novo regime já estavam consolidadas, o resto “era perfumaria”, como no jargão popular. As contradições levantadas tratavam mais de interesses regionais e seccionais, do que anseios nacionais ou supranacionais³⁶⁶. Diante de tais peculiaridades bifurcam-se duas correntes de federalismo, conhecidas como (a) federalismo mitigado do projeto governamental e (2) o federalismo extremado das emendas apresentadas por Júlio de Castilhos. O curioso de tudo isto é que a “*revolução federalista*” rio-grandense foi um movimento de Gaspar Silveira Martins e seus líderes contra Júlio de Castilhos. Cabe indagar: Júlio de Castilhos não teria sido mais federalista que os próprios revolucionários federalistas?

---

³⁶⁴ FRANCO, S., 1996, p. 81.

³⁶⁵ Ibidem, p. 82.

³⁶⁶ Ibidem, p. 82.

A bancada gaúcha foi ativa na Constituinte. Os Anais demonstram o caráter ortodoxo das posições gaúchas, votando-se, em bloco, em praticamente todas as matérias. Integrou Castilhos no Congresso Constituinte a famosa “Comissão dos 21”. Cada Estado escolhia um parlamentar. Dentre tantos destacados gaúchos, sobressai para tal Comissão justamente o nome do célebre positivista. A Comissão trabalhou incansavelmente, celebrando doze sessões. Em todas elas o combativo Castilhos trabalhou incansavelmente para aceitação de suas emendas. Suas concepções ultrafederalistas não eram, entretanto, vistas com bom olhos³⁶⁷.

Castilhos queria transferir aos Estados os serviços que lhes são próprios, deixando ao Estado-membro tudo que fosse de seu peculiar interesse. Tal prática descentralizadora ampliaria, e muito, as tradicionais competências exercidas pelas antigas províncias do Império. Pela via tributária queria mexer na receita dos Estados para favorecer-lhes em prejuízo da União. Os Estados poderiam instituir e arrecadar os seus tributos sobre todas aquelas matérias que não fossem expressas da União. O que não fosse expressamente entregue à União fica reservados aos Estados-membros. Evitava a bitributação ou cumulação de tributos, justamente tentando evitar o regime financeiro do Império. Não pensou Castilhos, com sua fórmula mágica federativa, de que modo a União manteria seus serviços essenciais, abrindo mão de tantos recursos³⁶⁸.

Mecanismos conformadores ajustariam, segundo Castilhos, as receitas insuficientes da União. Poderia, por exemplo, em casos extraordinários ou de calamidade pública, instituir o Governo Provisório taxa aos Estados-membros, de igual porcentagem, justamente para equilibrar as contas públicas. Claro que os constituintes entenderam que a União ficaria refém dos Estados, criando-se sérios embaraços em casos excepcionais, tais como guerra, calamidade pública, estado de sítio, de emergência... Rui Barbosa responde à Castilhos:

Bem sei que o ilustre representante do Rio Grande do Sul nos alvitra, ainda, na sua emenda ao art. 12, uma idéia, que S. Excia. Presume suprir as deficiências do seu plano substitutivo. Mas, que nos oferece essa emenda? Uma taxa, facultativa ao Governo da União, para os casos extraordinários de calamidade pública, e um impôsto subsidiário sôbre a renda dos estados, na hipótese de insuficiência ao pagamento de dívida nacional. (...) Não conta, pois, com a insuficiência manifesta da renda para as despesas ordinárias da União. (...) Duvido, senhores, que, a poder de estudo sistemático, se pudesse descobrir sistema de taxaço mais inconveniente do que êsse, - duvidosíssimo nos seus resultados, perigosíssimo no regimen de relações que cria entre os estados e a União. (...) E, depois, deixai-me perguntar-vos: não

³⁶⁷ FRANCO, S., 1996, p. 83.

³⁶⁸ Ibidem, p. 83.

vêdes que êsse regimen o desempenho dos compromissos da dívida federal fica entregue à boa vontade das assembleias provinciais? Quano elas, nos seus orçamentos, negarem os meios para a satisfação das taxas impostas aos estados pelo governo central, quando elas se deliberarem a lhe cortar os víveres, onde há de ir bater o Tesouro mendicante? Que praça do mundo emprestará mais um real ao govêrno de um país confessamente destituído de fontes de renda para honrar as suas dívidas e entregue, a êsse respeito, à discrição de autoridades locais? Não vêdes que se trocam, dêsse modo, lamentavelmente, as posições entre a União e os estados? Não percebeis que dest'arte os estados seriam de ora em diante os fiadores da União, os árbitros do seu crédito, e que o capital, solicitado por ela nos mercados monetários, teria de consultar a situação financeira de dezenas de orçamentos locais, antes de entrar em qualquer transação de crédito com o Governo Federal?³⁶⁹

O ultra-federalismo de Castilhos não vingaria no seio da Constituinte. Seu projeto, “muito avançado” para a época, defendia a competência privativa dos estados para a decretação de suas leis civis, criminais e comerciais, bem como a transferência da propriedade das minas e das terras devolutas, da União para os Estados. Esta última medida foi aceita pela Comissão dos 21. Outra vitória de Castilhos na Constituinte foi a supressão de diversos dispositivos do projeto originário, que de uma forma, ou de outra, afetava à estrutura política dos Estados-membros. Esta iniciativa fomentou, inclusive, os debates em torno da possibilidade de se criar constituintes estaduais. Lutou, desta vez sem sucesso, para que se adotasse o unicameralismo, com a consequente extinção do Senado. A posição unicameralista de Castilhos era apoiada pela bancada gaúcha, e constava, inclusive do discurso do Senador Ramiro Barcellos³⁷⁰.

Dentre tantas reformas sugeridas por Castilhos, destacam-se, ainda, as seguintes: (1) Eleição do Presidente da República pela sufragio popular. A escolha cabe à Nação, e não aos Estados, na modalidade um Estado um voto. Nesta votação pode ocorrer que o supremo funcionário nacional seja eleito, pela minoria nacional; (2) defendeu o direito de voto aos analfabetos; (3) sustentou a derrogação das restrições existentes (no projeto originário), aos direitos civis dos religiosos. Propunha, por exemplo, a supressão dos dispositivo que tornava inelegível os religiosos regulares; (4) aos direitos individuais acrescentava a liberdade de profissão, direito de testar, assegurando, por óbvio, a subsistência material dos pais, da esposa, das filhas solteiras e dos filhos menores de 21 anos, e a liberdade de adoção³⁷¹.

Esta aparente unidade da bancada gaúcha, sempre mencionada na Constituinte, desmantelar-se-ia anos depois. O Partido Republicano Rio-Grandense afirmava e

³⁶⁹ BARBOSA, 1946, v. XVIII, tomo I, pp. 174-176.

³⁷⁰ FRANCO, S., 1996, p. 85.

³⁷¹ Ibidem, pp. 85-6.

reafirmava que a bancada não tinha líder. Isto fora dito, inclusive, por Assis Brasil. Todos sabiam, entanto, que a liderança era de Castilhos. Como Castilhos impunha suas convicções positivistas aos seus companheiros, logo começou a ficar sozinho. Anos depois, boa parte dos integrantes da bancada dissentiam das políticas de Castilhos. Júlio de Castilhos concluiu sua importante tarefa “ultra-federalista” no Congresso Constituinte, retornando ao seu Estado natal no dia 3 de março de 1891. Faltava-lhe, entretanto, os atributos de grande orador, que sobrava ao Sr. Gaspar Silveira Martins. Sem grande eloquência, seus discursos eram secos, precisos, sem maiores entusiasmos, sem grandes improvisos. Corriqueiramente, a velha gagueira da infância ainda o assombrava. O seu projeto naufragado no plano federal, queria impor, positivamente, no plano Estadual³⁷².

43. A Constituição estadual de 14 de julho de 1891: a extravagante mistura de positivismo e demagogia

Em nove de março, Castilhos é recebido no estado por vibrantes manifestações de apreço dos seus correligionários. Vai, em seguida, à praça da alfândega prestar contas da sua missão constituinte aos seus correligionários. A bancada republicana cogitava seu nome à Presidência do Estado. A União Nacional, de outro lado, se mostrava firme nos seus ideais, e não abriria mão da representação legítima à Assembleia Constituinte Estadual. Em janeiro de 1891 a União Nacional já queria definir a data da Convocação da Constituinte. Acusando o governo do General Cândido Costa omitir-se de emitir logo a data da referida Convocação. Apressaram os trabalhos as críticas dos Unionistas. Em janeiro, sequer a Constituição federal fora promulgada, e eles queriam a Constituição para o Estado. Em 25 de março foi publicado o ato de convocação do Congresso Constituinte. No dia 5 de maio ocorreria a eleição, e no dia 25 de junho a instalação da Assembleia. Entretanto, o regulamento eleitoral continuava sendo o do ministério Cesário Alvim³⁷³.

O texto da Constituição Política do Rio Grande do Sul, que com poucas alterações foi aprovado pela assembleia, foi concebido por Júlio de Castilhos. Embora se dissesse que o texto publicado pelo Governador Fernando Abbott, em 25 de abril, houvesse sido

---

³⁷² FRANCO, S., 1996, pp. 86-92.

³⁷³ Ibidem, p. 93.

elaborado por Castilhos, Ramiro Barcellos e Assis Brasil, foi ele de exclusiva responsabilidade, todos sabem, de Castilhos. Esta afirmação acerca da Constituinte fora repetida por Assis Brasil. Em manifesto divulgado em 19 de dezembro de 1891, momento em que rompia com Castilhos, referia que o documento foi de autoria “exclusiva do Dr. Castilhos” e arrematava: “não assineio o projeto de Constituição, nem tenho nele nem por ele responsabilidade alguma”³⁷⁴.

Assis Brasil relata ter ouvido da boca de Castilhos que a Constituição objetivava duas medidas: (1) desenvolver um aparato governamental capaz de resistir a onda opositora que se apresentava; e (2) “tapar a boca” dos dissidentes republicanos, cuja liderança era capitaneada por Demétrio Ribeiro. Alertava que a Constituição Castilhista era uma Carta concebida em tempos difíceis, o que reclamava a concentração do poder nas mãos do executivo. Esta opinião era exarada, segundo Assis Brasil, não somente por Castilhos, como também por muitos outros ilustres republicanos³⁷⁵. O texto castilhista, excessivamente autoritário, permitia a reunião da Assembleia dos Representantes, por apenas dois meses

O limitado poder da ação da Assembleia, restringia-se, essencialmente a: (1) fixar anualmente a despesa e orçar a receita do Estado, reclamando para este fim, do Presidente, todos os dados e esclarecimentos de que carecer; (2) criar, aumentar ou suprimir contribuições, taxas ou impostos; (3) autorizar o Presidente a contrair empréstimos e realizar outras operações de crédito; (4) votar todos os meios indispensáveis à manutenção dos serviços de utilidade pública, criados por lei, sem intervir, por qualquer forma, na respectiva organização e execução; (5) determinar a mudança temporária ou definitiva da Capital do Estado; (6) resolver sobre os limites territoriais do Estado, na forma do Art. 4º da Constituição Federal, não podendo dispensar a informação do Presidente; (7) processar o Presidente e concorrer para o seu julgamento, conforme dispõe o Art. 21, nos crimes de responsabilidade, e intervir no processo quanto aos crimes comuns, na forma do Art. 23; (8) fazer a apuração da eleição do Presidente e receber dela a declaração a que se refere o Art. 16; e (9) fixar o subsídio do Presidente e o dos representantes, se este for também instituído. O que leva

---

³⁷⁴ ASSIS BRASIL, 1908, p. 65.

³⁷⁵ Ibidem, pp. 31 e 66.

a crer que pouca matéria legislável restava ao Parlamento, ficando tudo a cargo do Presidente³⁷⁶.

O Presidente exercia amplos poderes legislativos. Antes de publicar a lei, deveria publicar, com a maior amplitude o respectivo projeto, com uma exposição de motivos. Tal projeto seria enviado diretamente aos intendentos municipais, que se responsabilizariam por publicizá-la no respectivo município. Após o decurso de três meses da data da publicação do projeto na sede do governo, os projetos deverão ser remetidos ao Presidente com todas as emendas sugeridas por qualquer cidadão do município. O Presidente examinará a emenda, mantendo-o ou modificando-a, de acordo com sua discricionariedade. O projeto, em seguida, será promulgado e convertido em Lei do Estado, somente sendo revogado pela maioria dos conselhos municipais, os quais devem representar contra a lei, ao Presidente. Resquícios Castilhistas da democracia direta, pois o poder de emenda pertence à qualquer um do povo. As câmaras poderiam derrogar uma lei exarada pelo Presidente³⁷⁷.

Em teoria parecia democrático, não fossem as composições dos conselhos municipais inteiramente Castilhistas. Jamais a oposição fez maioria nestes conselhos. Faz-se um sistema amplamente inclusivo; uma câmara amplamente exclusivista. Reformas altamente progressistas propugnava ao Poder Judiciário. A maioria delas não foi acatada pelo Congresso Constituinte. Conseguiu, entretanto, Castilhos, algumas conquistas importantes nesta seara. Constituiu um judiciário forte e coeso, sólido e independente, com garantias constitucionais. Modificava, em certa medida, a tradição do império, tendo rejeitado a prática dos magistrados receberem emolumentos e custas. Os magistrados passaram a prestar concurso público para o ingresso na carreira. O acesso à 2ª instância dar-se-ia por antiguidade³⁷⁸.

Existia na Constituição Castilhista um Capítulo intitulado “Garantias Gerais de Ordem e Progresso no Estado”. Garantia a constituição aquilo que propusera no âmbito federal: liberdade do exercício de todas as profissões, de ordem moral, intelectual e industrial. Nenhum trabalho, industrial ou comércio poderá ser proibido pelas autoridades públicas. O número de graduados era insignificante, tanto quanto o número de escolas superiores, que praticamente inexistiam. A liberdade profissional idealizada por Júlio de Castilhos libertou, por assim dizer, grandes vocações adormecidas. Grandes

---

³⁷⁶ FRANCO, S., 1996, p. 95.

³⁷⁷ Ibidem, p. 96.

³⁷⁸ Ibidem, p. 96.

advogados gaúchos (rábulas, na linguagem popular) jamais entraram em sala de aula nem frequentaram escolas jurídicas tradicionais³⁷⁹.

As oposições se arregimentaram para as eleições de 5 de maio. Os liberais, conservadores e republicanos desgarrados dos históricos uniram esforços, formando a legenda do efêmero “Partido Republicano Federal”, constituído praticamente uma semana antes das eleições para a composição do Congresso Constituinte. Este partido, o sucessor da “União Nacional”, arregimentou para opor-se ao Republicanos Históricos, a seguinte agremiação: Gaspar Silveira Martins, Demétrio Ribeiro, Francisco Antunes Maciel, Francisco da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Barros Cassal, Cel. José Bonifácio da Silva Tavares, Antão de Faria, e outros nomes de relevo. Aos republicanos históricos, restou aceitar na composição de sua chapa, os candidatos alistados originariamente ao Centro Católico³⁸⁰.

O Partido Republicano histórico venceu as eleições de 5 de maio. Os oposicionistas alegavam ser “uma orgia eleitoral sem precedentes”³⁸¹. Para os situacionistas, nunca no Rio Grande do Sul se votou tão abertamente, tendo o governo garantido todas as liberdades democráticas ao pleito. Ato subsequente, apazado para o dia 25, foi a instalação da Assembleia Constituinte. Designou-se comissão paracerista ao texto originário, que poucas alterações fez ao projeto de Castilhos. Sem grandes delongas, o Congresso amplamente republicano, aprovou, sem maiores dificuldades, o texto sugerido por Castilhos, sendo concluído os trabalhos no dia 14 de julho de 1891³⁸². Um dia depois tomava posse e prestava compromisso o fiel discípulo de Augusto Comte. Vejamos o pensamento do mestre de Castilhos.

44. O positivismo castilhista: o tributo a Auguste Comte

Augusto Comte (1798-1857) foi um filósofo, matemático e pensador francês³⁸³. Reformador social do século XIX, influenciou com sua teoria positivista diversas

³⁷⁹ FRANCO, S., 1996, p. 97.

³⁸⁰ Ibidem, p. 97.

³⁸¹ ESCOBAR, Wenceslau. **30 Anos de Ditadura Rio-Grandense**. Rio de Janeiro: Estabel, Gráfico Canton & Beyer, 1922, p. 23.

³⁸² FRANCO, S., 1996, pp. 98-100.

³⁸³ Ver: BURY, John. **La idea del progreso**. Madrid: Alianza Editorial, 1971, *passim*; COMTE, Augusto. **Reorganizar a sociedade**. Lisboa: Grimações, 1977, *passim*; _____. **Catecismo Positivista ou Sumária Exposição da Religião da Humanidade**. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1934; LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967, *passim*; PRIETO, Justo. **La**

culturas, mormente as nações latino-americanas. A república adotou seu lema. A bandeira mantém tanto a ordem (por base) o progresso (por fim), faltou, para completar o desejo comtiano, o amor (por princípio). Especialmente no Rio Grande do Sul as teses positivistas de Comte encontraram enorme receptividade. Se os vivos são sempre e cada vez mais governados necessariamente pelos mortos, Castilhos compreendeu a lição. Seu apostolado positivista levou às últimas consequências a tese do falecido. A herança de Comte está nas ruas de Porto Alegre, no urbanismo, na arquitetura, nas esculturas. O símbolo positivista ganhou construção própria em Porto Alegre. O Templo, localizado na Avenida João Pessoa, é um dos quatro existentes no mundo, em processo de tombamento, seguindo a arquitetura idealizado pelo patrono francês.

As raízes do positivismo de Comte estão arraigadas à teoria do empirismo do filósofo escocês David Hume (1711-1776) que abriu os olhos de Comte à necessidade de valorização da Ciência, da realidade, da comprovação. A filosofia de Hume o afastou das religiões, torando-o agnóstico e ateu. Inspirou-se, também, no filósofo e economista francês Saint-Simon (1760-1825), um dos fundadores do socialismo moderno e teórico do socialismo utópico, idealizava um regime político-econômico pautado no progresso científico e industrial, no qual todos os homens dividissem os mesmos interesses e recebessem adequadamente pelo seu trabalho. Comte trabalhou com Saint-Simon, de 1819 à 1824, enxergando a necessidade de uma *nova ordem*, de um novo mundo, que suplantaria tanto o liberalismo-democrático, quanto o reacionarismo: *a era científica ou positiva*³⁸⁴.

Seu assunto predileto era a Política Positiva e a Física Social. Entendia superada a ordem aristocrática e feudal; enxergava claramente o declínio do poder da Igreja Católica, no final da idade média e no início da idade moderna; acreditava “piamente” no avanço da indústria e da técnica; o cientificismo suplantaria a fé; o progresso como resultado de uma técnica. O liberalismo, o Absolutismo e a Revolução, seriam superados pelo estágio da segurança e da estabilidade vinda num período pós-revolucionário. Este o pano de fundo da filosofia comtista. A história passava pelos ciclos *orgânico* (junção do espiritual com o temporal) e *crítico* (questionava o orgânico). O segundo desgastava o primeiro, exigindo a substituição. Exemplificava. O

---

vida indômita de Augusto Comte. Buenos Aires: Ayacucho, 1944, *passim*. TORRES, João Camillo de Oliveira. 2. ed. **O positivismo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1957, *passim*.

³⁸⁴ SCHILLING, Voltaire. **O Pensamento de Comte.** 2. ed. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2007, Caderno de História nº 23, pp. 3-4.

período *orgânico* medieval foi destruído, *criticamente*, pelos pensadores iluministas (Voltaire, Rousseau)³⁸⁵.

Aqui a tese central do Comte. O pensamento crítico ao destruir, era incapaz de construir. O declínio de período orgânico gerava mais instabilidade e desordem. É preciso, para Comte, restaurar um novo princípio orgânico gerador de estabilidade e progresso contínuo, dando regularidade ao desenvolvimento social. Escreve, portanto, seu primeiro ensaio: *Plan des Travaux Scientifiques nécessaires pour organiser la société*, em maio de 1822³⁸⁶. Nesta obra propõe uma terceira via, entre o conservadorismo e o liberalismo-democrático. Critica, também, a democracia. A construção da ordem não passa pelo exercício do sufrágio universal, isto só vicia a razão popular. A construção do futuro precisa de pessoas qualificadas, preparadas, para instaurar um novo período orgânico. Esta a terceira via, científica e positiva³⁸⁷.

Segue suas considerações com a conhecida “lei dos três estados”. Influenciado pelo filósofo e matemático francês Condorcet (1743 - 1794), mormente pela “*obra quadro histórico do progresso humano*”, divide em dez épocas. Da primeira à nona, narra-se a trajetória da humanidade desde o “início” até a Revolução Francesa. A décima parte é que pretende demonstrar o progresso que a humanidade fará no futuro. Para Comte, a humanidade progredia na direção do aperfeiçoamento ilimitado dos homens. Dai nasce a lei dos três estágios, ou estados. O primeiro, estado *teológico*; o segundo, já na modernidade, o estado *metafísico*; o terceiro estado, superando o provisório (medieval), o transitório (metafísico), viria a ser o definitivo: *positivo ou científico*³⁸⁸. Os três estados corresponderiam, respectivamente, à antiguidade-medieval, à modernidade e à contemporaneidade.

As ciências exatas e naturais se desenvolveram mais do que as ciências sociais. Para Comte a Biologia, a Física e a Química estavam adiantadas neste processo. Os fenômenos sociais se atrasaram nesta corrida ao progresso, justamente porque ainda estavam atreladas à teologia, e influenciadas pela metafísica. A sociedade, tal qual uma planta ou um mineral, deveria ser submetida a um estudo científico. Como existiam as leis da Física, da Química, da Biologia, tínhamos que desvendar as reais leis sociais.

---

³⁸⁵ SCHILLING, 2007, pp. 4-5.

³⁸⁶ COMTE, Augusto. **Plan des Travaux Scientifiques nécessaires pour organiser la société**. Paris: Aubier-Montaigne, 1970. Disponível em: <<http://98266429.free.fr/up/1312190011.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

³⁸⁷ SCHILLING, 2007, pp. 5-6.

³⁸⁸ Ibidem, pp. 5-6.

Essa nova ciência, ainda em formação, era a *Sociologia*, daí ser considerado como um dos criadores da sociologia. Com o tempo, a sociologia se sobreporia às demais ciências, ocupando o ponto culminante da hierarquia do conhecimento, pois seu objeto de conhecimento era o próprio ser humano, o relacionamento interpessoal³⁸⁹.

A mudança social teria que seguir três estágios. Dois estáticos (a raça e o clima) e um dinâmico (a ação política consciente). Ao elemento estático associava Comte a ideia de *ordem*. Ao dinâmico, os impulsos humanos em direção ao *progresso*. Da estática e da dinâmica chegamos ao lema: *ordem e progresso*. A humanidade evoluiria, progridiria sem revoluções e rupturas, numa espécie de evolucionismo conservador, espécie de reorganização social, sem Deus e sem um Rei, pautando-se unicamente no sentimento social, na razão positiva, estritamente científica. O movimento positivista tem a tarefa fundamental de esclarecer às mentes privilegiadas a necessidade desse processo. Estas mentes, conscientes e zelosas de tal necessidade, tornar-se-iam as fiéis depositárias do apostolado positivista³⁹⁰.

O governo de todos é tão utópico quanto o governo por um só. De fato, uma minoria governa. Em cada área, em cada ciência, há sempre uma minoria preponderante. Esta polêmica está nos clássicos, desde Platão (*politeia*) até V. Pareto, G. Mosca, G. Sartori, R. Aron, Ferreira Filho... Na sociedade perfeita de Comte, o poder político não deveria ficar a cargo do filósofo-rei de Platão, mas amplamente compartilhado entre os sábios, i. é., aos cientistas. Se em matéria de Biologia, Química, Física e Tecnologia, aguardamos os pareceres dos biólogos, dos químicos, dos físicos e dos industriais, em matéria política dever-se-ia fazer o mesmo, tanto que escreve seu *Cours de Philosophie Positive*, mobilizando os sábios ao apostolado positivista³⁹¹.

Criticou os retrógrados, mas também os liberais, mormente pelo seu individualismo. Condenou a separação tripartite de poderes (legislativo, executivo e judiciário), sistema que inviabilizaria o progresso repentino necessário. A concentração de poderes no Executivo era o sistema ideal, mecanismo que aceleraria as reformas pretendidas. Advogou não pela democracia (embora quisesse integrar o proletariado na ordem social-política positiva), mas pela sociocracia, regime a ser implantado pela Ditadura Positivista, de cima para baixo, o que aceleraria o processo de desenvolvimento. Influenciou o ilustre pensador francês, a Ciência Política contemporânea. Nutriram-se

---

³⁸⁹ SCHILLING, 2007, pp. 6-7.

³⁹⁰ Ibidem, pp. 7-8.

³⁹¹ Ibidem, pp. 9-10.

de suas obras pensadores renomados, como Vilfredo Pareto³⁹² e Gaetano Mosca³⁹³. Não se esqueça que até os fascistas da Itália encontraram em Comte amparo legal para marchar sobre Roma, em 1922³⁹⁴.

Por fim, a pregação de Comte bifurcava-se. Na primeira fase, iniciada em 1822, com a publicação do “Reorganizar” encerra-se com a edição do seu *Cours de Philosophie Positive*, em 1842. Nesta fase foi o apologista da ciência, detrator da teologia e da metafísica. Na segunda fase, em razão de uma crise depressiva, atribuída ao falecimento de sua amada “Clotilde de Vaux” resolveu instituir uma religião, o *apostolado da humanidade*, cultuando e reverenciando o *Grande-Ser*, a deificação da *humanida*. Chegou a escrever um *Catecismo Positiviste*, onde idealizava o Templo Positivista. Chegou, inclusive a criar um curioso calendário, com 13 meses, em que a cada mês atribuía uma figura (Moises, Homero, Aristóteles, Arquimedes, César, S. Paulo, Carlos Magno, Dante, Gutemberg, Shakespeare, Descartes, Frederico e Bichart) correspondendo uma respectiva celebração (teocracia inicial, poesia antiga, filosofia antiga, ciência antiga, civilização militar, catolicismo, civilização feudal, moderna epopéia, indústria moderna, drama moderno, filosofia moderna, política moderna e ciência moderna)³⁹⁵. Esta, em síntese, a doutrina que inspirava Castilhos.

45. Castilhos chega ao poder: Barros Cassal retira-o

Termina a instabilidade política do Estado, que fizera em um ano e oito meses passar pelo governo do Estado, nada menos do que seis governadores (Pelotas, Júlio Frota, Francisco Silva Tavares, General Bittencourt, General Cândido Costa, Fernando Abbott). Pela primeira vez, desde a proclamação da República, assumia o poder um governo formalmente constituído. Castilhos foi o escolhido³⁹⁶. Seu discurso ressoava como se fosse o novo magistrado da nação. Com o tempo, mostra-nos exatamente o contrário. Seus discursos não amainavam o temperamento do jornalista combativo que sempre foi. Na mensagem inicial, menciona a revolta dos que foram desalojados do poder, cuja posse julgavam perpétua sob o regime monárquico. Tal dizer dirigia-se tanto

³⁹² PARETO, Vilfredo. *Traité de Sociologie Générale*. Paris: Payot, 1932-1933.

³⁹³ MOSCA, Gaetano. *Elementi di Scienza Politica*. 4. ed. Bari: G. Laterza, 1947.

³⁹⁴ SCHILLING, 2007, pp. 10-11.

³⁹⁵ Ibidem, pp. 12-15.

³⁹⁶ MORÍTZ, 2005, p. 180.

aos membros do Partido Republicano Federal (antigos unionistas), quanto aos republicanos dissidentes³⁹⁷.

Em 14 de julho de 1891 foi eleito o primeiro Presidente constitucional do Rio Grande do Sul. Recolhidas as cédulas, assinadas, a mesa efetuou a apuração dos votos, sendo Júlio de Castilhos eleito por 42 votos, ou seja, a unanimidade dos deputados presentes³⁹⁸. Jurado compromisso, tratou Castilhos da composição do governo. As Superintendências do Interior e Justiça, da Fazenda e das Obras Públicas foram entregues, respectivamente, aos Srs. Alfredo Varella, Possidônio Cunha e João José Pereira Parobé. Para Chefe de Polícia o Sr. Francisco Guillon. Júlio de Castilhos, fora do Governo, à frente do jornal *A Federação*, já encontrava fortes resistências dos oposicionistas. Ao assumir o governo seus adversários partiram para o franco ataque, mormente as folhas que confessadamente tinham lado, sendo que mesmo as imparciais o atacavam, como o vespertino “*O Mercantil*”³⁹⁹.

Mal passados dois meses de seu mandato, que Castilhos chamava de “assaz tranquilidade”, a agitação oposicionista intenta derrubá-lo. Como bem escreve o cronista Gustavo Moritz: “Em Porto Alerge, em Pelotas, no Rio Grande, em Bagé, nas pequenas e nas grandes cidades, nas vilas e nas povoações longínquas, em todos os confins da ex-Província (...) esperavam a ocasião oportuna para derrubá-lo”⁴⁰⁰. Em tal época a população acompanhava de perto o que ocorria no Rio Grande do Sul, o que ocorria nos demais Estados e principalmente o que ocorria com o Governo da República do Marechal Deodoro. Este, praticamente só escutava o Barão de Lucena. O Congresso corriqueiramente negava-lhe o apoio requerido. A situação econômica se agravava, para alegria dos agiotas e dos bolsistas. Tudo isto refletia nos Estados. Se se abalava a imagem de Deodoro, abalava-se também a de Castilhos⁴⁰¹.

O conselho de Barão de Lucena finalmente é aceito por Deodoro. Falava-se, no Rio, acerca do fechamento do Congresso, por forças do Exército. As previsões estavam certas. No dia 3 de novembro de 1891, executou o “golpe dentro do golpe”, dissolvendo o Congresso Nacional. Dizia: “A 15 de novembro de 1889, achei-me a vosso lado para a deposição da monarquia; hoje me encontréis ainda fiel à minha missão de soldado e de

³⁹⁷ FRANCO, S., 1996, pp. 98-100.

³⁹⁸ MORÍTZ, 2005, p. 182.

³⁹⁹ Ibidem, pp. 182-183.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 183.

⁴⁰¹ MORÍTZ, 2005, p. 183; FRANCO, S., 1996, p. 103.

brasileiro para depor a anarquia”⁴⁰². O Congresso responde ao golpe de Deodoro, dizendo no dia seguinte: “(...) não reconhecemos de modo algum o atentado que acaba de ser praticado contra seus direitos soberanos e que, se pudesse consumir-se à face do País e do mundo, seria o perpétuo opróbio desta Nação”⁴⁰³. Castilhos escolhera Deodoro e fora por ele escolhido. Receba os bônus, leve consigo o ônus.

Castilhos no Estado fora o grande responsável pela escolha de Deodoro. Por ele se empenhara fortemente, em aberta campanha. Os oposicionistas esperavam o momento certo para depor Castilhos. O golpe estava na rua. O Congresso fechado. E o melhor de tudo isso: seu mentor político era o cabeça da desordem. Embora Castilhos “fosse contrário ao fechamento do Congresso”, bem como não tivesse cancelado o nome do Lucena, já que este não passava de um “*adesista*” de última hora, afastado dos autênticos republicanos históricos; não conseguiu dissociar sua imagem à de Deodoro. Castilhos engendrou todos os esforços para que o furacão que abalava às estruturas do Governo Federal, não chegasse ao Sul do Estado⁴⁰⁴. Tanto que telegrafou à Deodoro em tom lacônico: “*Ordem pública será plenamente mantida aqui. Júlio de Castilhos*”⁴⁰⁵.

Os oposicionistas, aproveitando a convulsão nacional, deu conta que ela ressoasse no Estado. Promovia agitações e arruaças dos mais diversos tipos. Em viamão, as autoridades policiais não conseguiram conter as agitações, entregando o poder do Município aos agitadores. Barros Cassal, aliado aos gasparistas e a alguns militares começou a promover protestos contra o Golpe de Estado, pressionando Castilhos para que assumisse posição contrária à Deodoro. Neste momento, sublevaram-se contra Deodoro as guarnições do Exército de Rio Grande e de Bagé. A sociedade civil aderiu aos protestos, aliando-se aos militares rebeldes. Othelo Rosa, célebre biógrafo de Castilhos, menciona ter ela assistido a tudo desolado, mormente por ver figuras tradicionais da propaganda, como Luís Leseigneur, José Pedro Alves, bem como seu cunhado Joaquim Francisco de Assis Brasil, passarem para o lado de lá⁴⁰⁶.

Castilhos manifesta-se contra o golpe de Deodoro, apenas oito dias depois. Neste interregno assumia posição ambígua e evasiva acerca da situação. Precisava se posicionar. Reúne os Deputados e declara publicamente o seu pensamento sobre os

---

⁴⁰² MORÍTZ, 2005, p. 193.

⁴⁰³ Ibidem, p. 201.

⁴⁰⁴ FRANCO, S., 1996, p. 104.

⁴⁰⁵ MORÍTZ, 2005, p. 206.

⁴⁰⁶ ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos**: perfil bibliográfico e escritos políticos. Porto Alegre: Globo, 1928, *passim*.

fatos ocorridos. Rechaça veemente o fechamento do Congresso, confessa: “não sou solidário com esse ato”. Havia retardado esta manifestação, tentando mander a ordem e a paz do Estado. Refletindo achou que chegara o momento oportuno de manifestar-se. No fundo Castilhos sentia que sua manifestação não iria amainar a diátese revolucionária instaurada. Em Porto Alegre, aumentava cada vez mais o efetivo de pessoas descontentes com Castilhos. A crise econômica colaborava, mas não somente ela. Castilhos perde força, principalmente porque perdia apoio militar. Estivessem estes do seu lado, deixaria aflorar, naturalmente, sua formação positivista, reprimindo os insurretos com a mesma intensidade que reprimiu os revolucionários federalistas de 1893⁴⁰⁷.

Os oposicionistas, o Exército e a Armada, juntamente com civis, liderados por Barros Cassal, Assis Brasil e Rocha Osório chegam ao Palácio requerendo a renúncia de Castilhos. A situação anormal do Estado e do Governo Federal que o apoiava exige a renúncia de Castilhos e dos seus aliados. Teria gritado à Castilhos, o leiloeiro Ernesto Paiva, um ex-republicano, as seguintes palavras: “Doutor! Deixe esse lugar, caia no seio do povo, que amanhã todos lhe farão justiça”. Castilhos toma a palavra com tanta eloquência que impressiona até mesmo os oposicionistas. Deixa o governo do Estado, levando consigo a maioria dos representantes da Assembleia⁴⁰⁸. Mucio Teixeira relata que Castilhos fora interpelado: “Doutor, a quem entrega o governo?” – bradou Castilhos: A ninguém... A anarquia!⁴⁰⁹ Castilhos sai da situação à oposição. Cede espaço ao “*Governicho*”.

46. O famoso “governicho” dos dissidentes castilhistas

Foi aclamado Governador do Estado, em substituição à Castilhos, o General Domingos Alves Barreto Leite. Este, por sua vez, passa o governo a uma junta revolucionária, mais conhecida como *governicho*, composta pelos senhores General Manoel Luiz da Rocha Osório, Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil e Dr. João de Barros Cassal. Ovacionados pelo povo rio-grandense, em frente à praça da alfândega,

⁴⁰⁷ Contava com as forças da Guarnição de Porto Alegre, onde o General Salustiano dos Reis, Barão de Camaquã, era fiel à Castilhos. Contava, também, com o Batalhão de Infantaria, deslocado de Pelotas. FRANCO, S., 1996, p. 106.

⁴⁰⁸ FRANCO, S., 1996, p. 106-108; MORÍTZ, 2005, p. 229.

⁴⁰⁹ TEIXEIRA, Múcio. *A Revolução do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.n.], 1893, p. 164-165.

festejaram entusiasticamente o novo governo. Em seguida, foi publicada a Ata de Proclamação da Junta Governativa do Estado do Rio Grande do Sul, aos dezoito dias do mês de novembro, de mil oitocentos e noventa e um, às 10:30 da manhã⁴¹⁰.

À tarde, Assis Brasil distribuiu pela Capital, o boletim “Proclamação da Junta do Governo do Rio Grande do Sul”. No qual afirma estarem no poder, não pelo voto de toda a população, embora estivesse certo do apoio popular ao levante. Continua: “ficaremos, neste posto, apenas os momentos necessários e para cumprir nossa missão de patriotismo”. O plano era manter a ordem pública, acalmando a excitação em que se encontrava o povo. A eleição é que dirá, com a maior isenção, as forças políticas que comandarão o Estado. Nenhuma ambição nos move, é o que diz Assis Brasil⁴¹¹, tanto que à eleição que se convoca, nenhum deles seria candidato a qualquer cargo, justamente para garantir a isenção da reforma que se pretende implementar. A reação, destina-se, justamente ao ato ditatorial de Deodoro, em 3 de novembro⁴¹².

Barros Cassal que estava no interior do Estado chega a capital ovacionado pela população. Visivelmente cansado da viagem, foi discursar aos seus correligionários, alertando-os da necessidade da vitória pela causa da liberdade. O Capitão-de-Fragata Rocha agradeceu a manifestação e disse que, estava plenamente satisfeito de ver o povo de sua terra elevar-se como um só homem, para esmagar a ditadura. Neste meio tempo espalhou-se a notícia de que o Conselheiro Liberal Antunes Maciel (vindo de Pelotas) havia se dirigido para o palácio. Ele queria, em verdade, compor o governo. Dizia-se que o Conselheiro Antunes Maciel governaria individualmente o Estado, sem intromissão dos demais correligionários⁴¹³. Partidário de Gaspar, defensor liberal, tradicional político do Estado acabou não sendo aceito pela Junta Governativa, já que o governicho pretendia mais “uniformidade” na ação governamental⁴¹⁴.

Assis Brasil tentou angariar parte dos Republicanos Históricos. Estes, intransigentemente afeiçoados à Castilhos, negaram-lhe apoio, afastaram-se de seus cargos, abandonaram o governo. Sozinhos, perderam a tramontana, estavam perdidos. Viram-se obrigados a ceder posições aos liberais gasparistas. Os gasparistas, de outro lado, colaboravam também à contra-gosto com o “*governicho*”. Entre o governicho e os

---

⁴¹⁰ MORÍTZ, 2005, p. 228-230.

⁴¹¹ Ibidem, p. 233-234.

⁴¹² Ibidem, p. 235-236.

⁴¹³ FRANCO, S., 1996, p. 109; MORÍTZ, 2005, p. 252.

⁴¹⁴ ESCOBAR, 1983, p. 49.

castilhistas, o melhor era aceitar Barros Cassal, Assis Brasil e seus compadres. As juntas revolucionárias, instaladas nos Municípios, passavam a usar dos poderes concedidos, refletindo, por vezes, nas opiniões estadual; quiça, na federal. Um dos casos emblemáticos, ocorreu com o Município de Itaqui, o qual aproveitou a situação para revogar o Decreto de 4 de outubro de 1890, restabelecendo e viabilizando o contrabando⁴¹⁵.

Castilhos ao longo do mês de dezembro, pela pena de A Federação, trata de desmoralizar o “*governicho*”, numa série de brilhantes artigos, pelos quais escalpelou seus adversários. A Junta Governativa durou pouco tempo: de 12 de novembro de 1891 à 17 de junho de 1892. Neste período, que subdividiremos em cinco partes, ocuparam o governo do Estado (1) uma junta governativa (Assis Brasil, Barros Cassal, Domingos Alves Barreto Leite e General Rocha Osório – 12 à 17 de novembro); (2) Governo do General Domingos Barreto Leite, seu vice era João de Barros Cassal – 17.11.1891 à 8.3.1892; (3) de 8 de março à 19 de abril de 1892, o vice-governador Barros Cassal. (4) de 19 de abril de 1892 à 8 de junho de 1892, outra vez o governo do General Barreto Leite; e (5) de 8 à 17 de junho de 1892, o Marechal Câmara, Visconde de Pelotas, também como vice-governador provisório⁴¹⁶.

Tal sequência de “Juntas Governamentais” desgastava os republicanos dissidentes. Sem apoio dos republicanos ortodoxos, sem grande vontade política dos liberais que arregimentavam, o *governicho* ficava cada vez mais fraco. Suas debilidades aparentes ampliaram-se quando promulgaram provisoriamente um texto constitucional, que se assemelhava em quase tudo à Constituição positivista de Júlio de Castilhos⁴¹⁷. No interior do Estado, sem quadros fortes constituídos, ficaram refém dos liberais. Ouviram-se, inclusive, manifestações de saudosismo à monarquia deposta. Corria no Brasil, infelizmente, a notícia do falecimento de Pedro II, em Paris, em 2 de dezembro daquele ano⁴¹⁸. O *governicho* convocou eleições, para depois adiá-las (Barros Cassal

⁴¹⁵ FRANCO, S., 1996, pp. 109-110.

⁴¹⁶ FRANCO, S., 2012, p. 42.

⁴¹⁷ Teria dito Castilhos, em um dos mais emblemáticos artigos do jornalismo brasileiro: “Não podia a ditadura de regabofe fazer obra nova, organizar um trabalho original, por falta de capacidade, por carência completa de aptidão. Por isso mesmo, prevaleceu-se indébita e desonrosamente da Constituição de 14 de julho, adaptando-a com má fé aos seus negregados intuitos, desnaturando-a em alguns preceitos essenciais, falsificando-a com o mais revoltante descaro”. FRANCO, S., 1996, p. 118.

⁴¹⁸ FRANCO, S., 1996, p. 111.

determinou o adiamento para 13 de maio as eleições apazadas para 21 de março)⁴¹⁹. Cedo viu-se abalado, em levantes violentos, principalmente no interior do Estado⁴²⁰.

Perseguições aos opositores, desordem e violência só enfraquecia o governo, fazendo forte a oposição dos castilhistas. Desde Janeiro de 1892, há evidências que Castilhos tramava seu retorno ao Governo do Estado. O Exército, mudando de lado, passava a externar seu descontentamento à nova situação instaurada. No dia 4 e 5 de fevereiro, em Porto Alegre, partidários republicanos invadem repartição pública, buscando adonar-se do Telégrafo Nacional. Deste assalto resultou baleado e morto um tipógrafo de A Federação. O Governador Barreto Leite, temendo a rebelião, refugiou-se a bordo da canhoneira “Marajó”, da Marinha de Guerra⁴²¹. A resposta do governicho não foi nada amigável. As prisões dos castilhistas multiplicaram-se, com atos de violência⁴²². Esta repressão ao assalto do Telégrafo, em fevereiro, inaugurou uma seqüência de assassinatos políticos⁴²³.

Neste interregno um fato inusitado ocorre no Estado. O grande Gaspar Silveira Martins retorna do exílio. Chega em Porto Alegre no dia 21 de fevereiro, com sua habitual força de trabalho⁴²⁴. Ovacionado, trata de realizar um congresso federalista na cidade de Bagé, momento em que deflagra publicamente oposição ao governo do Estado. Estavam contados os dias do “*governicho*”. Desamparados pelos liberais federalistas, sofreram outro abalo, este vindo do centro. Tratava-se do discreto apoio do Marechal Floriano Peixoto aos castilhistas. Corroía, ainda, as estruturas do “Partido Republicano Federal”, fazendo-o ruir de vez, a traição da cúpula militar, que mais uma vez mudava de lado. Floriano conferenciando com Silveira Martins recém chegado da Europa⁴²⁵, ouvira dele a velha postura intransigente acerca do parlamentarismo. O Marechal teria replicado que defenderia o presidencialismo até as suas últimas consequências⁴²⁶. No governo do Estado, o presidencialista por essência era o Sr. Júlio

---

⁴¹⁹ FRANCO, S., 1996, p. 117.

⁴²⁰ FRANCO, S., 2012, pp. 41-42.

⁴²¹ FRANCO, S., 1996, p. 113.

⁴²² Escobar aponta que todo o sangue derramado no Rio Grande do Sul foi inaugurado pelo *governicho* e pelos *federalistas*. ESCOBAR, 1983, pp. 39-40.

⁴²³ FRANCO, S., 2012, pp. 42-43.

⁴²⁴ FRANCO, S., 1996, p. 116.

⁴²⁵ “No dia em que tomava posse do governo o General Barreto Leite, os jornais noticiavam que embarcara, nesse mesmo dia, no vapor “Clyde”, em Southampton, com destino ao Brasil, o ilustre rio-grandense Gaspar Silveira Martins”. MORÍTZ, 2005, p. 254.

⁴²⁶ FRANCO, S., 2012, pp. 43-44.

de Castilhos. Com o passar dos tempos, as relações de Floriano e Castilhos, só se estreitaram.

47. O retorno de Castilhos: Pródromos da Guerra Civil

O General Barreto Leite, tornou a adiar as eleições, desta vez para o dia 21 de junho. A administração sem autoridade, com fraca representação, ficava apreensiva com o que fosse ocorrer. Os republicanos conspiravam contra a Junta Governativa que havia assumido o poder político do Estado. A disputa travada entre Castilhos e Silveira Martins relevava mais do que preocupar-se com o decadente *governicho*. Promoveu-se, ao menos, duas reuniões entre Castilhos e Gaspar. O intermediador teria sido um amigo em comum, o Senhor César Ferreira, o qual almejava a pacificação do Estado, temendo a rivalidade entre os ilustres líderes políticos. Como se esperava de homens com posições fortes, e liderança política expressiva, os entendimentos malograram. Desta reunião “amistosa e apaziguadora”, no Hotel La Minuta, o velho Gaspar teria pronunciado, talvez, a sua mais emblemática sentença: “ideias não são metais que se fundem”⁴²⁷.

Ambos intransigentes, achavam que tinham nas mãos a liderança política do Estado. Era o velho contra o novo. Castilhos estava predestinado a eliminar, a liquidar a força política que ainda gozava Gaspar Silveira Martins. Nesta “convesa”, cada qual fez as suas exigências. Castilhos exigia a sua reposição no poder, como governador legitimamente eleito. Também queria o revigoramento da Constituição positivista de 14 de julho de 1891. Após isto, passaria o Estado ao vice-presidente, e convocaria novas eleições para o Executivo e para a Assembleia. Do outro lado da mesa de negociações, Gaspar Silveira Martins, velho parlamentarista, propunha que se fizesse imediatamente eleições, votando cada partido somente nos 2/3, reservando 1/3, à minoria. Tal posição não era respaldada, entretanto, pela lei eleitoral que vigia à época. O partido que obtivesse a maioria, formaria o governo. Propunha, também, nova Constituição ao Estado, em que um e outro fariam concessões razoáveis⁴²⁸.

Durante o diálogo inexitoso de Castilhos e Silveira Martins, chega ao Estado emissário do Governo Federal; tratava-se do Major Faria. Floriano Peixoto, logo que

---

⁴²⁷ FRANCO, S., 1996, p. 121.

⁴²⁸ Ibidem, pp. 121-122.

ingressa no cargo mais alto da república, mostrava-se “simpático” e solidário à causa de Barros Cassal e a sua Junta Governativa. Mas, à medida que o Marechal se conscientiza da decomposição do “Governicho” e da sua incapacidade de manter a ordem pública no agitado Estado Rio-Grandense, discretamente inicia migração político-partidária, favorecendo Júlio de Castilhos. Floriano temia a ascensão de Silveira Martins. Sabia do prestígio que o ilustre tribuno gozava no Estado. Suspeitava das suas predileções restauradoras; do amor inveterado pelo parlamentarismo; reconhecia suas habilidades políticas, somada à força carismática. Poderia ser cogitado à Presidência da República. Atributos políticos, respeitabilidade e admiração tinha de sobra. Era um nome a ser respeitado nacionalmente⁴²⁹.

Estas as razões pelas quais o Marechal Floriano Peixoto negava apoio ao *governicho*, depositando todas as suas esperanças políticas em Júlio de Castilhos. Apoiado por Floriano, Castilhos e o Partido Republicano Histórico reconquistam o poder. A proposta de Castilhos à Floriano, foi a mesma que havia feito à Silveira Martins. Reposto no poder, tão logo quanto possível renunciou ao cargo, passando a liderança do Estado ao vice-presidente, o qual, futuramente, convocaria novas eleições. Cabe lembrar que o General Barreto Leito havia entregue, em 8 de junho, o poder aos federalistas, retornando o Governo do Estado às mãos do Visconde de Pelotas, que ficaria no cargo, o curto período de nove dias. No dia 17 de junho, ocorre a insurreição dos Republicanos, que marcham até o Palácio do Governo⁴³⁰.

Retoma o poder Júlio de Castilhos. Assumiu e seu primeiro ato governamental foi entregar o mando do Estado ao vice-governador, o Deputado Federal Vitorino Monteiro. Durante sete meses foi um combativo opositor. Do jornal A Federação manchou a imagem do *governicho*, que se rachava em brigas e disputas internas. Assumiu novamente o seu posto e de peito aberto bradava seu discurso das sacadas do Palácio, onde a multidão o abraçava. Como a guarnição do Exército Nacional não se moveu contra o incidente, os federalistas, ficaram à mercê da Guarda Cívica. O general Bernardo Vasques, Comandante do Distrito Militar, com sua postura atávica ao que ocorrera (aconselhado por Floriano), tornar-se-ia alvo predileto dos revoltados gasparistas⁴³¹.

---

⁴²⁹ FRANCO, S., 1996, pp. 122-123.

⁴³⁰ Ibidem, pp. 123-124.

⁴³¹ Ibidem, pp. 124-125.

Visconde de Pelotas, sem alternativa para opor resistência à Castilhos, por telegrama, entrega o Governo do Estado, no mesmo dia 17, ao General João Nunes da Silva Tavares, em Bagé, o qual, receberia transferência apenas nominal, tendo em vista que após a investidura de Vitorino Monteiro, Floriano Peixoto, por telegrama, fazia votos de um bom governo, com glória e triunfo, preservando-se íntegro os valores republicanos e federalistas. Desejava o Marechal, tranquilidade à família rio-grandense. Em vários Municípios do Estado, os federalistas uniram esforços para reagir à retomada de poder por parte de Castilhos. A guerra civil prenunciava-se. Os ânimos exaltados. Conflitos, escaramuças e arruaças por toda a parte. A cada substituição que se fazia às autoridades locais, mais um levante levava-se a diante⁴³².

O mês de junho foi dos mais agitados. No dia 19, o município de Santana do Livramento foi retomado à força. Em 21 de junho, duas canhoneiras da Armada declararam-se revoltadas com o Governo do Estado. Os Republicanos resistiam bravamente. Cavavam trincheiras, arregimentavam civis, apareciam voluntários. O clima era de uma guerra civil. O Comandante da Armada, requeria ao General Bernardo Vasques que abandonasse seu posto, do contrário bombardearia a cidade. Pensava, no fundo, que a mocidade da Escola Militar se inclinaria a favor dos gasparistas. Na campanha, as forças republicanas se organizaram às pressas para combater o General Silva Tavares. Este general, vendo que seu efetivo era menor, bem como faltava-lhe a munição desejada, somado ao apoio de Floriano aos Republicanos, resolveu refugiar-se no Uruguai. Some-se a isto, o telegrama que Tavares recebia de Silveira Martins, o qual suplicava: “guerra civil, não”⁴³³.

A guerra civil foi abortada. As guarnições gasparistas retiraram-se do conflito. Castilhos momentaneamente vencia o confronto. Até aqui não se fala em revolução federalista. A carga de ódios, rancorres, estava entalada na garganta dos dois lados. Foram praticamente sete meses de perseguições, violência, deposições. Os acontecimentos de junho acirraram, ainda mais, a diátese revolucionária. Os federalistas, liderados por Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins refugiar-se no Uruguai e na Argentina. A situação inverteu-se: os Castilhistas que eram perseguidos, passaram à condição de perseguidores.

---

⁴³² FRANCO, S., 1996, pp. 124-125.

⁴³³ Ibidem, pp. 125-126.

48. Governos de Vitorino Monteiro e Fernando Abbott e a abertura do levante insurrecional

Vitorino Monteiro, o vice-presidente que assumiu o governo do Estado por determinação de Castilhos, a 17 de junho, exerceu a Presidência do Governo do Estado até setembro, momento em que deixou o Estado para assumir a cadeira de Deputado Federal. Em seu lugar, deixou Fernando Abbott. Suas atribuições iniciais já sabemos: substituir a máquina administrativa montada pelo *governicho*, bem como reforçar o efetivo bélico castilhista, já que o movimento de insurreição dos federalista estava cada vez mais organizado. Foi um governo de perseguições, de conspirações. Estes dois governos marcaram, os prolegômenos da grande Guerra Civil, que todos esperavam, que todos sabiam inevitável, incontornável, e futuramente, incontrollável⁴³⁴.

Júlio de Castilhos “fora do governo”, engendra seus mais sinceros esforços para conquistar o governo federal. Afeito ao gosto de Deodoro, precisava conquistar Floriano. Suas relações com Floriano eram recentes; porém havia deixado junto ao Marechal uma boa imagem. O Chefe maior da República, tendo apoiado no passado Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, resolve, por interesses próprios, mudar de lado, e aliar esforços com os Republicanos Históricos. Seguramente Floriano pensava: melhor com estes do que com Silveira Martins. Júlio de Castilhos, deixa Porto Alegre em 8 de agosto, em direção ao Rio de Janeiro, assumindo sua cadeira na Câmara. Pessoalmente cuidara de ampliar seus laços com Floriano, discretamente fazia seu trabalho, trabalhando mais nos bastidores, do que nas sessões da Câmara⁴³⁵.

Permaneceu no Rio de Janeiro pouco tempo. A situação política no Rio Grande se agravou de tal maneira, envolta em assassinatos, em brigas e perseguições, que o Deputado Castilhos retornou ao Estado, nem passado quatro meses de sua viagem ao Rio. Os federalistas conspiravam em todo o Estado. Quando encurralados, passavam a fronteira, refugiando-se no Uruguai e na Argentina, restabelecendo as forças, redimensionando suas novas investidas. O Estado assistia verdadeira carnificina. A força pública repelindo a insurreição. Os insurretos querendo derrubar o governo. Os gastos públicos aumentaram. Decretos proclamados para pagar as despesas; para aumentar o efetivo bélico, para manter a ordem pública do Estado. Criou-se,

---

⁴³⁴ FRANCO, S., 1996, p. 127.

⁴³⁵ Ibidem, pp. 127-128.

posteriormente, pelo ato nº 357, de 15.10.1892, a Brigada Militar do Estado (verdadeira soma de dois batalhões de Infantaria e um Regimento de Cavalaria), com efetivo de 1.265 homens⁴³⁶.

As rivalidades só aumentavam. Os despaupérios faziam vítimas e mais vítimas. Em Santa Maria, ao tentarem prender José Facundo da Silva Tavares, célebre insurreto federalista, o mesmo responderia à bala, refugiando-se em sua residência. A força policial, para prendê-lo matou dois de seus filhos. O Coronel Facundo ficou ferido. No dia seguinte, mataram outro líder federalista, Frederico Haensel. Sua vida foi subtraída covardemente. Morto pelas costas, tal atitude revoltou seus próprios opositores. Antes destes fatos, os federalistas haviam assassinado aos arredores de Cruz Alta, o chefe republicano Evaristo do Amaral. A morte do Coronel revoltou ainda mais as forças castilhistas. Este o clima em que iniciam as eleições e que levaria de volta Castilhos ao Governo do Estado. No pleito de 20 de setembro, a maioria do eleitorado que compareceu às urnas, era de republicanos ortodoxos. Castilhos foi eleito com 26.377 votos⁴³⁷.

Naufragaram todas as tentativas de se evitar a guerra civil. Emblemático da crise que relatamos, foi o telegrama enviado pelo general João Telles, em princípio de novembro, ao Marechal Floriano Peixoto. O general Telles, a pedido do governo federal, viajou ao Uruguai, onde reservadamente conversou com Silva Tavares. A tentativa de conciliação era a sua missão. Sem colher resultados profícuos, chega às mãos de Floriano o telegrama enviado pelo general, que se encontrava em Bagé, a 2 de novembro de 1892, eis a urgentíssima mensagem:

Ontem estive com o Gen. Tavares que não concordou na conciliação, visto estar seriamente comprometido com seus amigos. A revolução no meu entender é inevitável, desde que não se tome já as providências necessárias. Pelo modo por que chegaram as coisas aqui, acho que V. Ex.^a deve declarar já o Rio Grande em estado de sítio, nomeando imediatamente um governo militar, mas que esse seja alheio às paixões políticas do Rio Grande. V. Ex.^a não faz idéia dos horrores que se têm praticado; os assassinatos são em número muito elevado, pois, já por toda parte se degola homens, mulheres e crianças, como se fossem cordeiros; o saque está por demais desenvolvido, assim é que não há nenhuma garantia, quer individual, quer material. V. Ex.^a não conhece nem a terça parte dos horrores que se têm cometido, sendo, infelizmente, praticados por pessoas que deviam ser os mantenedores da ordem pública. Em Porto Alegre, por ocasião de efetuar-se a prisão de Facundo Tavares, foram feridos com dois balaços o meu sobrinho Major Pantaleão Telles e também o oficial que compunha a força e mortos dois filhos de Facundo, de modo que isto, na minha opinião, vem agravar mais a

---

⁴³⁶ FRANCO, S., 1996, p. 129.

⁴³⁷ Ibidem, p. 129.

situação, por demais melindrosa. Os ânimos estão exaltadíssimos e por isso suponho que a invasão se fará com brevidade. Os Céis. Pedroso e Mota, chefes republicanos de Piratini e Canguçu, e também o Tenente-Coronel Cândido Garcia, daqui de Bagé, segundo estou informado, são os maiores assassinos e ladrões no Rio Grande e é a quem mais se deve este estado de coisas. Assim me parece que V. Ex.^a deve quanto antes tomar providências enérgicas, a fim de evitar uma catástrofe, que necessariamente refletirá em todo o País. Suponho que o único meio a seguir é, como já disse a V. Ex.^a considerar já o Rio Grande em Estado de Sítio, nomeando sem perda de tempo um governador militar, mesmo por ser essa medida desejada pelo povo rio-grandense. Saúdo-vos afetosamente. Sigo amanhã Cidade do Rio Grande levar família⁴³⁸.

O General João Telles estava ciente do impasse que se lançava. A guerra fratricida estava prestes a estourar. Não houvesse forte intervenção do governo federal, não nomeado imediatamente um governo militar, o Estado estaria fadado à Guerra Civil sem precedentes na história do Brasil. A sugestão do Estado de Sítio e de intervenção federal não foi acatada pelo “Marechal de Ferro”. Floriano ficou apregoado aos conselhos de Castilhos, agora homem de sua confiança e que “entendia” melhor a situação vivida pelos seus patrícios republicanos. Ao positivismo de Castilhos, depositara Floriano, toda a sorte da República. Combatente e aguerrido, coube à ele banir do Estado, definitivamente, as forças federalistas. Não houve Estado de Sítio, nem intervenção federal. Continuou F. Abbotti no Governo. Castilhos retorna à capital do Estado, e na condição de Presidente eleito, profere seu discurso de posse. Clama pela paz, sabendo que iria enfrentar as piores tormentas da República. Começa a guerra fratricida entre Maragatos e Pica-Paus... de onde vem tal alcunha?⁴³⁹

49. Maragatos e Pica-Paus: o significado da alcunha

Júlio de Castilhos foi empossado em 25 de janeiro. Assume a legislatura do Estado para o quinquênio mais vilento da história rio-grandense. Foi, talvez, o mais penoso mandato que já se cumpriu na história política do Rio Grande do Sul. A crise econômica originária desde o encilhamento, não ajudava o governo, que com recursos limitados, ficava entre a cruz e a espada. Com poucos recursos e grandes despesas, fazer resistência ao exército federalista tornava-se cada vez mais difícil. Castilhos mal completava duas semanas de governo e o General João Nunes da Silva Tavares, mais conhecido como Joca Tavares, difundia no interior do Estado a insurreição federalista, conclamando

⁴³⁸ VILLALBA, 1897, p. 69.

⁴³⁹ FRANCO, S., 1996, pp. 130-131.

guerra aos administradores do Estado. Os federalistas passaram a receber apoio financeiro dos monarquias de todo o Estado. Seus armamentos eram comprados no Uruguai, bem como lá refugiavam-se⁴⁴⁰ toda vez que eram encurralados pelo exército governamental⁴⁴¹.

A guerra civil fratricida do governo de Júlio de Castilhos, passou para a história, como a guerra travada entre *maragatos* e *pica-paus*. Os revolucionários carregavam além da pecha de restauradores, a alcunha de *maragatos*. Resta saber: Por que *maragatos*? Seguramente tratava-se de aliciadores de mercenários castelhanos. Sabe-se que, juntamente do exercito federalista gaúcho, infiltraram-se muitos Uruguaios. Na coluna de Gumercindo Saraiva, irmão de Aparício Saraiva, constava um efetivo de *maragatos*. O número não era muito expressivo, mas o suficiente para receber o estigma. Carlos Macedo Reverbel, quem melhor perqueriu tais origens, nos conta que: “eram chamados *maragatos*, no Uruguai, os descendentes de imigrantes espanhóis, oriundo da Maragateria, área de cerca de 350 quilômetros quadrados, situada na província de León e localizada entre Astorga e El Teleno, Cambarros e Santiago Millas”⁴⁴². A origem dos *maragatos*, nos conta o mesmo Reverbel, ser remotíssima e bastante controversa. Amparado em doutrinadores convincentes continua afirmando remontarem os *maragatos* aos “berberes, povos que dominavam regiões montonhosas ao norte da Espanha, durante a multiseular ocupação da Península Ibérica”⁴⁴³.

O termo ingressa na lexicografia gaúcha somente em 1898, através da obra de Romaguera Corrêa, intitulada de *Vocabulário Sul-Riograndense*⁴⁴⁴. Deixe-se a ressalva que o verbete carrega sentido mais político do que lexicográfico. Este, talvez, o maior entrave científico ao tramento do tema. Difícil encontrar gaúchos alheios aos fatos, desapaixonados pela causa, que a tratem com isenção e imparcialidade. Nas primeiras cinco páginas, o leitor atento aponta, obra de *maragato*; foi escrita por um *chimango*. A tal precipitação, que no linguajar comum é expressa por “este tem lado”, não escapou o

⁴⁴⁰ “(...) o Governo e as autoridades da República Oriental do Uruguay, nos hostilizavam de todas as formas: dispensavam a mais desbragada protecção aos monarquistas, permitindo-lhes se reunirem armados em pé de guerra em grandes acampamentos, para quando melhor lhes convinha invadirem o nosso território e, se éram mal succididos, para la voltarem, muitas vezes conduzindo milhares de rezes bovinas e cavallares, que repartiam com os seus protectores. Não se lembravam elles do velho adagio: quem tem telhado de vidro, não atira pedras no telhado do visinho”. FRANCISCO, General João. **A Revolução de Noventa e Três**. 2ª ed. Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2011, p. 88.

⁴⁴¹ FRANCO, S., 1996, pp. 131-133.

⁴⁴² REVERBEL, C. M., 1985, pp. 5-6.

⁴⁴³ Ibidem, pp. 5-6.

⁴⁴⁴ CORRÊA, Romaguera. **Vocabulário Sul-Rio-Grandense**. Pelotas: Livraria Universal, 1898. Há uma reedição desta obra pela editora Globo, do ano de 1964. Nesta edição o verbete situa-se na página 288.

ilustre prócer republicano, que com falta de isenção, repeliu o necessário distanciamento, e nem passados três anos da Revolução, escrevia no seu vocabulário:

Na Província de León, Espanha, existe uma comarca denominada Maragateria, cujos habitantes têm o nome de maragatos, e que, segundo alguns, é um povo de costumes condenáveis; pois, vivendo a vagabundear de um ponto a outro, com cargueiros, vendendo e comprando roubos e por sua vez roubando, principalmente animais; são uma espécie de ciganos. Aos naturais da cidade de São José, no Estado Oriental do Uruguai, dão neste país o nome de maragatos, talvez porque os seus primeiros habitantes fossem descendentes de maragatos espanhóis. Pelo fato de os rebeldes em suas excursões irem levantando e conduzindo todos os animais que encontravam, tendo apenas bagagens ligeiras, cargueiros, etc. como os da Maragateria, e porque (com exceções) suspendiam com o que encontravam em suas correrias, aplicou-se-lhes aquela denominação, que aliás eles retribuíram com outras não menos delicadas aos republicanos, a despeito da correção em geral observada por estes em toda a luta⁴⁴⁵.

Carlos Macedo Reverbel, amparado em Manoelito de Ornelas⁴⁴⁶, desfaz esta ideia pejorativa que faz crer pesar sobre os maragatos. Historicamente não possuem este conceito depreciativo. Tanto Reverbel, quanto Manoelito, amparados em vasta bibliografia, demonstram estar presente na vida dos maragatos “o culto ao trabalho, à economia, o profundo respeito às crenças e um exaltado amor à família”. Dedicaram-se, historicamente, à faina de mensageiros, ligando comercialmente e socialmente, distantes cidades da Península. Levavam mercadorias, valores, correspondências. Como faziam, por exemplo, quando saíam de Castela e chegavam à Galiza, o mesmo entre Madrid e La Corunha. Iniciaram com tropas de mulas; terminaram com os chamados *carromatos*. Foram sempre honestos em suas encruzilhadas, que seu nome vinculou-se à honestidade, e jamais se viu uma queixa “contra estes arrieiros morenos e altos, de lenços e coletes bordados de vermelhos”⁴⁴⁷.

Tal qual aconteceu com os farrapos⁴⁴⁸, os federalistas deram a volta por cima, e acataram o imponente apelido. Adotaram, entretanto, com orgulho, a alcunha que se lhes impusera por desprestígio⁴⁴⁹. Chamavam-se entre eles de maragatos. Ao fim gostaram e expandiram serem maragatos. Esta palavra, com o tempo, passou a ser

⁴⁴⁵ CORRÊA, 1898. Há uma reedição desta obra pela editora Globo, do ano de 1964. Nesta edição o verbete situa-se à página 288.

⁴⁴⁶ ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e Beduínos**. 2ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

⁴⁴⁷ REVERBEL, C. M., 1985, pp. 7-8.

⁴⁴⁸ Para maiores aprofundamentos, ver a edição ilustrada da guerra dos farrapos de URBIM, Carlos. **Os Farrapos**. Porto Alegre: Zero Hora, 2003, *passim*.

⁴⁴⁹ Ver LIMA, J., 2009, p. 58. Justifica CHASTEEN que “*Os homens de San José se autodenominavam maragatos, um apodo associado aos primeiros colonos da localidade. A presença desses hispano-parlantes na montonera de Gumercindo levou o grupo inteiro a ser chamado de maragatos depois que chegaram no Brasil, de início por seus inimigos, por desdém, e mais tarde por seus próprios correligionários*”. CHASTEEN, 2003, p. 25.

sinônimo de federalista, de partido federalista. Chegou-se a fundar um jornal, de nome “O Maragato”. Funcionou por algum tempo na cidade de Santana do Livramento. Porém seus fundadores (Rafael Cabeda e Rodolfo Costa), transferiram-no para Rivera, no Uruguai, temerários que estavam sobre destinos que os republicanos dariam ao jornal. Rivera, na lúdica definição de Reverbel, um caso raro de irmandade siamesca, compunham ambas uma única cidade na moldura de duas nacionalidades. Lá reportariam livremente suas ideias parlamentaristas⁴⁵⁰.

A sociedade gaúcha ficou dividida entre duas facções rivais, os maragatos e os chimangos⁴⁵¹, mais conhecidos como pica-paus. Estes, por sua vez, contrariamente ao que fizeram os federalistas, rejeitaram fortemente a alcunha de Pica-Paus. Os republicanos, mesmo rejeitando o apelido, sabiam ser difícil atribuir uma carga pejorativa ao Pica-Pau, passaro tão belo, que com suas “*mágicas e sonoras bicadas nos velhos troncos das árvores, representa um papel considerável na imaginação dos povos*”⁴⁵². Na falta de elementos depreciativos ao belo pássaro, Manoelito de Ornellas menciona que a alcunha procede, principalmente, do fato de os republicanos de Júlio de Castilhos usarem uma listra branca nos chapéus, o que rememorava, e muito, o topede do pássaro. Os maragatos, adotavam a listra vermelha. A única exceção, estava na indumentária de Aparício Saraiva, que ao lado dos federalistas, usava lenço e pala brancos. A razão para tal “despautério”, explicava-se pelo fato de ser filiado ao Partido Blanco do Uruguai. Lutou ao lado do irmão Gumercindo, com quem aprendeu a arte das guerrilhas campeiras, tornando-se, futuramente, em seu Estado, o maior caudilho oriental. Aquele país reserva-lhe recentemente uma estátua, numa das principais avenidas de Montevidéu. Gumercindo, no Brasil, não teve a mesma sorte⁴⁵³.

50. Líderes destacados: os irmãos Saraiva

O famoso poncho branco que liderava os revolucionários foi alvejado duas vezes. A terceira bala atinge seu estômago, contrariando a frase do General repetida tantas vezes

⁴⁵⁰ REVERBEL, C. M., 1985, pp. 9-11. Ver ainda, LIMA, J., 2009, p. 14.

⁴⁵¹ O termo *Chimangos* só viria a ser usado pela Revolução Libertadora de 1923. Este termo designava os seguidores de Borges de Medeiros – nome dado a partir da sátira feita à Borges de Medeiros no livro Antônio Chimango.

⁴⁵² CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 501.

⁴⁵³ REVERBEL, C. M., 1985, pp. 11-14.

aos seus oficiais: “*Eles nunca conseguem me pegar!*” Assim morreu o General Saraiva. Quando seu filho Nepomuceno abre a camisa para estancar o sangue de seu pai, os oficiais viram a gravidade do problema, que na frase lúdica de CHASTEEN, ficou resumida assim: “*A escuridão descia sobre a fronteira do Brasil com o Uruguai, a lua surgia e a geada enregelante brilhava pálida sobre a grama pisoteada*”⁴⁵⁴.

Com a morte de *Aparício Saraiva* os oficiais rebeldes recusaram-se a obedecer qualquer outro líder. Aliás, *Aparício* era insubstituível e seus homens perderam completamente a vontade de lutar. As tropas governamentais ficaram surpresas com a debandada dos rebeldes, escapando desordenadamente pelas fronteiras. Assim terminou a Guerra Civil Uruguaia de 1904. O irmão mais velho de *Aparício*, outro líder insubstituível, liderou a Revolução Federalista entre os anos de 1893 e 1894. Quando morreu em combate seus correligionários também abandonaram o posto. O corpo de *Gumercindo Saraiva* não pode ser carregado, pois a distância o impedira. Ganhou cova própria, futuramente encontrada pelos governistas. O exército *chimango* foi convidado a marchar em torno do cadáver, para comprovar óbito, bem como para sepultar – junto da cova – qualquer lenda exagerada da imortalidade do general. Exumado o corpo, conta-se e reconta-se a história da decapitação de *Gumercindo*, cujo crânio devia ser objeto de estudo⁴⁵⁵.

No passado, eram frequentes na fronteira com o Uruguai os casos de dupla nacionalidade. Em passado mais remoto, nas campereadas, numerosos gaudérios cruzavam a linha divisória, nos dois sentidos, quase sem sentir. Viviam praticamente à margem das nacionalidades uruguaia e brasileira⁴⁵⁶, poderia-se, até falar, em uma terceira nacionalidade, que adotava a língua “*portunhol*”. As influências recíprocas, moldaram, inclusive, hábitos e tradições comuns. Integrar-se-ia o Rio Grande ao Uruguai, ou vice-versa, sem grandes traumas, sem maiores dificuldades linguísticas. *Gumercindo Saraiva*, de nacionalidade brasileira. *Aparício Saraiva*, de nacionalidade uruguaia. Ambos viveram intensamente esta “dupla-nacionalidade”. Guerreando Lá e cá, aqui e acolá. Ambos faleceram em batalha, defendendo seus ideais. Foi um caso raro encontrar-se na mesma família o maior caudilho uruguaio (*Aparício Saraiva*) e o maior caudilho brasileiro (*Gumercindo Saraiva*).

---

⁴⁵⁴ CHASTEEN, 2003, p. 13.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 13.

⁴⁵⁶ REVERBEL, C. M., 1985, pp. 23-25.

Os pais de Gumercindo e Aparício (Francisco Saraiva e Pulpícia Saraiva) eram de nacionalidade brasileira. Poucos anos após a Revolução Farroupilha, em razão da crise econômica do Estado, Francisco, partidário de Bento Gonçalves, resolve migrar para o Uruguai, em busca de melhores condições de vida. Estabeleceu-se numa estância, em Coxilha Grande, Departamento de Cerro Largo. Arrendou umas poucas quadras de campo, nas vizinhanças. Aqui o ponto de partida da grande fortuna que conseguiu acumular ao longo da vida. Don Chico, como passou a ser chamado, era um trabalhador incansável, vendia cavalos, comprava vacas, cercava seus campos. A divisão dos campos se dava ao longe. As cercas normalmente de pedra, eram erguidas para divir a propriedade com os lindeiros. Tratavam-se de grandes extensões de campo. Caminhava-se muitas e muitas léguas para sair de uma propriedade⁴⁵⁷.

Francisco Saraiva e Pulpícia da Rosa tiveram, no Brasil, dois filhos, Gumercindo, nascido em 1852, e Basilício, em 1853. Seguiram-se a estes Antônio Florício, Aparício e José. A prole dos Saraivas não parava de crescer, depois vieram, nesta ordem: Camilo, Francisco, Juana, Amélia, Mariano, Timóteo, Teresa e Sensata. Eram treze filhos, todos educados e zelosos dos bons princípios, da horna e da honestidade. Don Chico emancipava muito cedo os filhos, objetivando proporcionar-lhes os meios de se estabelecerem por conta própria. Rapidamente muitos deles tornavam-se fortes estancieiros. Foi o caso de Aparício e de Gumercindo. Com campos no Uruguai e no Brasil. Dizia-se a boca miúda, que a verdadeira vocação dos Saraivas era para ganhar dinheiro. De outro lado, não titubeavam em largar fortunas para lutar pelos seus ideais. Prevalencia, entre eles, a vocação para a liberdade e para o heroísmo. Don Chico teimava em mandar os filhos para Montevidéu. Os estudos não os agradavam muito. Gumercindo e Aparício sempre encontravam um jeito de escapar, reaparecendo dispostos ao trabalho, nas estâncias do Pai⁴⁵⁸.

Gumercindo muito cedo foi para a guerra. Ainda adolescente, fez parte da *montonera* de Timóteo Aparício, caudilhos destacado e seu primeiro professor nas guerrilhas. Em 1875 Gumercindo acompanha Angel Muniz na sua *patriada* (expressão que os uruguaios referem às cruzadas caudilhescas de pequena monta). Sendo o filho mais velho dos Saraivas, iniciara os irmãos mais novos, na arte das montoneras. Ensina o irmão Aparício e Antonio Florício, os quais futuramente seriam seus companheiros na

⁴⁵⁷ REVERBEL, C. M., 1985, pp. 23-24.

⁴⁵⁸ Ibidem, pp. 24-25.

revolução de 1893. Basílio foi o “filho desgarrado”, pois lutou em defesa dos colorados, contra os irmãos, adeptos do Partido Blanco. Com a dominação política do Uruguai pelos Colorados, Gumercindo começou a ser alvo de perseguições. Chegaram a invadir sua fazenda, de nome *La Pandorga*, nas proximidades de Santa Clara de Olimar. Em 1883, para não ser preso, Gumercindo retorna para o Brasil, sua terra natal, para a Estância Curral de Arroios, no município de Santa Vitória do Palmar. Enriqueceu logo, logo, ganhando respaldo na região. Confirmava-se a vocação dos Saraivas para ganhar dinheiro⁴⁵⁹.

Estava se aproximando a guerra civil de 1893. Gumercindo não titubeava em ser levado pela sua predestinação caudilhesca. Sem remorsos, se afastou da sua estância para desempenhar o papel de herói numa das mais sangrentas revoluções da história do Brasil e do Rio Grande. Casou-se com a distinta senhora Amélia Rodrigues Corrêa, de Jaguarão, e sua prole também foi grande, chegando a sete filhos. Todos falavam as duas línguas, e facilmente poderiam refugiar-se no país vizinho, restabelecendo a natural “dupla nacionalidade” fronteirisca. Gumercindo foi nomeado tenente-coronel da Guarda Nacional, liderando, inicialmente 400 homens, mais brasileiros do que uruguaios (porém em número suficiente para receberem o apelido pejorativo de *maragatos*). Em seguida, ao lado de Joca Tavares, o estancieiro de Curral de Arroios passou a ser chamado de coronel, com efetivo de mais de mil homens. Chegou, de fato, à condição de “generalíssimo” da Revolução, e quando foi morto em combate, pode-se dizer que a revolução morreu com ele⁴⁶⁰.

51. Cronologia dos principais eventos: as quatro fases da revolução

Narrar os fatos ocorridos na revolução federalista de 1893 demandaria outra obra, outro esforço monográfico. Outros trabalhos monográficos, melhor que o nosso, cuidaram com o maior zelo dessa missão. É o caso de *Voluntários do Martírio: factos e epizodios da Guerra Civil*⁴⁶¹, depoimento dado em 1896 sobre os fatos ocorridos, claro que colhidos sob a impressão do momento, e de quem foi coronel do Exército

⁴⁵⁹ REVERBEL, C. M., 1985, pp. 26-27.

⁴⁶⁰ Ibidem, pp. 27-28.

⁴⁶¹ Compulsamos, entretanto, a 8ª ed. de DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2011, passim. , reprodução fac-similar da edição de 1896.

Libertador. Este livro, espécie de fonte primária dos eventos, embora transpareça da narrativa a paixão e a falta da isenção necessária é fonte obrigatória ao aprofundamento do tema. O médico baiano, radicado em Bagé, nos informa com clareza e paixão a cronologia dos fatos. Do lado governista, merece destaque o trabalho de José Carvalho Lima, em suas *narrativas militares: a revolução do Rio Grande do Sul*. É um excelente trabalho desenvolvido pelo nordestino que sentou praça no 11º Batalhão de Infantaria do Exército. Impressiona as suas judiciosas observações acerca de personalidades ilustres, tais como Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Gumercindo Saraiva, Joca Tavares e tantos outros⁴⁶².

Merece destaque, ainda, sem demérito aos autores que aqui não citamos, as obras de Sérgio da Costa Franco, principalmente *A Guerra Civil de 1893*⁴⁶³ e *Júlio de Castilhos e sua época*⁴⁶⁴. A primeira, reserva a parte final, justamente a cronologia dos principais acontecimentos, praticamente mês a mês. A segunda, além de um bom guia condutor dos principais eventos, possui o capítulo 16, justamente dedicado à *insurreição federalista*. John Chasteen, historiador norte-americano, obra de incomparável isenção, inclusive pela nacionalidade do autor, publicada pela primeira vez no México, sob o título *Heroes on horseback; a life and times of the last gaucho caudillos*⁴⁶⁵, é uma obra inovadora e merece ser lida. Sua tese de doutorando abrilhanta o tema da cronologia dos fatos.

Merece guarida, neste rol, o ilustre romance de Francisco Pereira Rodrigues, *O último sangue de 93: martírio de Saldanha da Gama*⁴⁶⁶; vale destacar, ainda, recente trabalho intitulado *diários da revolução federalista*⁴⁶⁷, em dois volumes. A riqueza bibliográfica e a pluralidade de renomados autores, fazem deste livro bibliografia de consulta obrigatória. Neste rol não poderia faltar Wenceslau Escobar, em *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*⁴⁶⁸, General João Francisco, em A

---

⁴⁶² LIMA, J., 2009, *passim*.

⁴⁶³ FRANCO, S., 2012, pp. 69-114.

⁴⁶⁴ FRANCO, S., 1996, pp. 133-145.

⁴⁶⁵ Utilizamos a edição traduzida para o português por Rafael Augustus Sêga, Thelma Belmonte e Élvio Funck. CHASTEEN, 2003, *passim*.

⁴⁶⁶ RODRIGUES, F. P., 1996, *passim*.

⁴⁶⁷ TAVARES, Francisco da Silva. Diários da Revolução de 1893. In. _____, TAVARES, João Nunes da Silva; Org. CABEDA, Coralio Bragança Pardo; AXT, Gunter & SEELIG, Rivardo Vaz. **FRANCISCO TAVARES DA SILVA 1844-1901**. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004, Vols. I e II., João Nunes da Silva Tavares; Org. De Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Rivardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004, Vol. I e II.

⁴⁶⁸ ESCOBAR, 1983, *passim*.

*Revolução de Neventa e Três*⁴⁶⁹; Albino José Ferreira Coutinho, *Marcha da Divisão do Norte*⁴⁷⁰; Antônio Ferreira Presters Guimarães, em *A Revolução Federalista em cima da Serra*⁴⁷¹, o Clássico Gustavo Moritz, *Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul*, em nova edição partes I e II⁴⁷², acompanhado por outro clássico: Epaminondas Villalba, em *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*⁴⁷³; Hélio Moro Mariante, em *Chimangos e Pica-Paus no folclore político-militar gaúcho*⁴⁷⁴. Terminamos, sem demérito aos não citados, com Carlos Macedo Reverbel, *Maragatos e Pica-Paus: guerra civil e degola no Rio Grande*⁴⁷⁵.

Pela clareza, precisão e síntese retrataremos as fases da revolução federalista, amparados na obra do recém citado Carlos Macedo Reverbel. Referido autor, amparado em Afonso Guerreiro Lima⁴⁷⁶, divide a história da Revolução Federalista em quatro fases. Tal demarcação, mais didática, melhor mostra a visão do todo. *A primeira fase* inicia-se em 5 de fevereiro de 1893, momento em que o general Joca Tavares conclama seus correligionários a pegarem em armas. Junta-se aos federalistas grupos emigrados do Uruguai, invadindo o Estado pelas fronteiras. Internamente, chefes locais federalistas de diversos municípios, arregimentam efetivo de acordo com a ascendência que possui cada caudilho local. Os governistas liderados por Castilhos, haviam se preparado para o levante, pois a diátese revolucionária dava sinais de explosão. O “Batismo de Sangue” ocorre entre os 400 homens liderados por Gumercindo Saraiva e o coronel Mena Barreto, no *Salsinho*⁴⁷⁷.

Nesta primeira batalha, Gumercindo ia ao encontro do General Silva Tavares, que com efetivo de 3000 mil homens marchava em direção à Santana do Livramento (cidade estratégica para os Federalistas, no primeiro momento). Neste percurso, o General passa por Dom Pedrito (local onde futuramente assinar-se-ia a paz da revolução), ocupando a cidade em 23 de fevereiro. Marchavam, também, para Santana do Livramento, outras

---

⁴⁶⁹ FRANCISCO, 2011, *passim*.

⁴⁷⁰ COUTINHO, Albino José Coutinos. 2. ed. **Marcha da Divisão do Norte**. Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2ª ed., 2011, *passim*.

⁴⁷¹ GUIMARÃES, 1987, *passim*.

⁴⁷² MORÍTZ, 2005, p. 228-230.

⁴⁷³ VILLALBA, 1897, *passim*.

⁴⁷⁴ MARIANTE, 1987, *passim*.

⁴⁷⁵ REVERBEL, C. M., 1985, *passim*.

⁴⁷⁶ LIMA, Afonso Guerreiro. **Cronologia da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, *passim*.

⁴⁷⁷ REVERBEL, C. M., 1985, p. 75-76.

forças revolucionárias (liderados por Marcelino Pina, Juca-Tigre⁴⁷⁸ e Rafael Cabeda), com aproximadamente 2000 mil homens. Não conseguem, entretanto, tomar Santana do Livramento. Sem conflituarem com os governistas, as forças oriundas de Bagé, sob o comando do General João Teles, expulsam os revolucionários, que retrocedendo, ocupam a cidade de Alegrete, no dia 19 de março⁴⁷⁹.

Em Alegrete, o Exército Libertador reestruturado e sob a liderança do coronel Marcelino Pina, chefia a 1ª Divisão, marchando ao encontro do coronel Santos Filho, que vinha de Cacequi, para derrotá-los. O combate foi travado em *Jararaca*, com pesadas baixas dos governistas. Os republicanos passaram a contar com duas forças decisivas para a revolução de 1893, a Divisão do Norte, dirigida por Pinheiro Machado, e a Divisão do Oeste, comandada pelo general Hipólito Ribeiro⁴⁸⁰. Após a batalha travada em *Jararaca*, as forças do Prestes Guimães, outro líder federalista, desloca-se até a fronteira com o Uruguai, na cidade de Quaraí, recebendo material bélico do Uruguai, pelas mãos de Gaspar Silveira Martins, o mentor intelectual da revolução. Este material bélico foi usado na famosa batalha de Inhanduí, no município de Alegrete e foi a maior ação bélica da primeira fase revolucionária. A batalha foi travada entre as divisões do norte e do oeste contra as forças federalistas lideradas por Salgado e por Joca Tavares⁴⁸¹. O combate travou-se a 3 de maio, e durou aproximadamente seis horas, envolvendo 12 mil homens. Após encarniçada luta, os federalistas, sem mais recurso de guerra, refugiaram-se no Uruguai. As “vistas grossas” do Partido Colorado Uruguaio acerca do restabelecimento dos federalistas em seu território, Castilhos nunca esqueceu⁴⁸².

A segunda fase, é marcada pelo destaque do caudilho Gumerindo Saraiva. Promovido a general e à frente de 1.100 homens, encarregou-se da missão de manter acesa a chama revolucionária. Permanecia rodeado de homens de sua confiança, dentre eles, seu primo, Cesario Saraiva, castelhano e degolador. Castilhos ofertava liberdade

⁴⁷⁸ Apelido de José Serafim de Castilhos.

⁴⁷⁹ REVERBEL, C. M., 1985, p. 77-78.

⁴⁸⁰ Em tal momento o Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, decretou a intervenção federal no Rio Grande do Sul. Tivesse, como mencionamos acima, aceito o conselho do general João Teles, quem sabe nada disso teria ocorrido, de modo que este trabalho, talvez, não tivesse sido escrito... mas a indeterminação é a única lei da História, como bem lembrava Chesterton.

⁴⁸¹ “Participaram da luta caudilhos e guerreiros de renome em ambas as facções. Entre outros, pelos maragatos: Gumerindo Saraiva, Vasco Alves, Prestes Guimarães, Marcelino Pina, Juca Tigre, Torquato Severo, Aparício Saraiva; e, pelos pica-paus: Pinheiro Machado, Aparício Mariense, Manoel do Nascimento Vargas, Salvador Pinheiro, Fabricio Pilar, Bento Porto, Tupi Caldas e outros”. REVERBEL, C. M., 1985, p. 78.

⁴⁸² REVERBEL, C. M., 1985, pp. 77-79.

aos federalistas que entregassem as armas. O general João Teles, dizia o mesmo aos republicanos. A guerra não retrocederia. Gumerindo em impressionantes manobras, surgia e desaparecia em diferentes pontos do sul do Estado, tendo travado batalhas com a Divisão do Norte. Neste interregno, o almirante Wanderkolk, aliou-se aos federalistas e com navio de guerra, resolveu atacar o porto de Rio Grande. Plano fracassado, os governistas o repeliam, mantendo-o à distância. Gumerindo marchava em direção da tropa de Salgado, que se mantivera no Uruguai, após a derrota na batalha de *Jararaca*, mas que já refeita, adentrava novamente no Estado. Gumerindo encontrava-se com o general Salgado em Poncho Verde, na cidade de Dom Pedrito. Pouco depois, em 6 de setembro, revoltou-se a armada, sob a liderança de Custódio de Melo⁴⁸³, que aliando-se aos federalistas, bombardearam o Rio de Janeiro e Niterói⁴⁸⁴.

Unidos os federalistas de Gumerindo e Salgado, marcham pelos municípios de Lavras e Caçapava, chegando à São Sepé. Daí rumam à São Gabriel, e neste município, no local denominado Cerro do Ouro, defrontam-se com a tropa do coronel Francisco Portugal, integrada pelo ilustre ex-presidente Fernando Abbott, atual secretário do interior nomeado por Júlio de Castilhos. Este combate, em que Gumerindo peleou sozinho, resultou numa das maiores vitórias dos federalistas. Gumerindo e Salgado, marcharam para Alegrete, sendo que a Divisão do Norte, estava no seu encalço. Nesta marcha a coluna federalista toma a cidade de Itaqui. Com impressionante mobilidade, marcham os federalistas na direção de Cruz Alta e Passo Fundo, chegam em Soledade, tendo de vencer os republicanos para seguir caminho. Seguem caminho, atingindo Bom Jesus, e as barrancas do rio Pelotas, divisa com Santa Catarina, isto já em 2 de novembro. As colunas federalistas se separam. Gumerindo continuaria até Itajaí, em Santa Catarina, e Salgado, também em Santa Catarina, até Tubarão. Neste meio tempo, Joca Tavares, retorna do Uruguai, com sua tropa revigorada, vence o combate de Rio Negro, em 27 de novembro, enquanto Cabeda e outros federalistas mantinham em armas outras regiões do Estado. Com a ocupação de Itajaí e Tubarão, por Gumerindo e Saraiva, encerra-se a 2ª fase da Revolução⁴⁸⁵.

Na terceira fase, a Divisão do Norte que estava no encalço de Gumerindo, retornou ao Rio Grande, atravessando o rio Pelotas no início de fevereiro. O general Salgado, líder federalista, também retrocedeu. Gumerindo, não. Seguiu sua marcha. Antes

⁴⁸³ Ver a excelente monografia de FREIRE, 1982, *passim*.

⁴⁸⁴ REVERBEL, C. M., 1985, pp. 79-80.

⁴⁸⁵ Ibidem, 1985, pp. 81-82.

ocupou Curitiba e Blumenau. Em Itajaí, integrou sua tropa com os navios de Custódio de Melo, que haviam estabelecido na capital um governo provisório. Gumerindo chega a capital do Estado, Desterro, com homenagem de Chefe militar da Revolução⁴⁸⁶. A indecisão era, retornar ao Rio Grande, ou subir ao Paraná. Salgado queria voltar, Gumerindo subir. Queria engrossar a força do seu exército a medida que subia ao centro do país. Dizia: vou depor o Marechal Floriano Peixoto. Homem obstinado, seguia subindo. Com apoio do general Piragibe, chefe revolucionário de Santa Catarina, dominou Paranaguá e Tijucas, em confronto com os republicanos, no cerco da Lapa, transpassaram os federalistas. O caminho de Curitiba estava livre. Gumerindo estabeleceu-se em Ponta Grossa, reestruturando o exército e preparando a arrancada em direção à São Paulo⁴⁸⁷.

Gumerindo não fracassava, mas seus correligionários perdiam posto. O Almirante Custódio de Melo era repellido pelas forças governistas. A praça de Desterro, atual Florianópolis, não tardaria a cair. Em 19 de abril de 1894, o coronel Antônio Moreira César é nomeado por Floriano presidente do Estado de Santa Catarina. No dia 20 de maio, o general Quadros assumia o governo do Paraná, retomando os republicanos a liderança do Estado de Curitiba. Gumerindo fica sem saída, e inicia sua peregrinação de retorno ao Rio Grande. Gumerindo, com efetivo de 5000 mil homens dividiu-os em três colunas, para facilitar a retirada. Uma ficou a cargo de Juca Tigre e Vasco Martins, outra a Aparício Saraiva e Torquato Severo, a terceira viria com ele. Juca Tigre, chegou a invadir o território argentino. Em 31 de maio de 1894 chegam ao Rio Grande. Dos cinco mil, chegaram de volta, no máximo, dois mil homens. Chegaram a Passo Fundo, em 22 de junho, com efetivo reduzido a 1600 homens. Gumerindo, incansavelmente, novamente reúne tropas com as de Prestes Guimarães, tomando Passo Fundo⁴⁸⁸. Dali rumo para Soledade e depois para Cruz Alta, onde une esforços com Dinarte Dorneles. Com esta incorporação Gumerindo chegaria a quatro mil homens. Em 10 de agosto, termina a 3ª fase, justamente no combate de Carovi, onde Gumerindo é morto⁴⁸⁹.

---

⁴⁸⁶ Ver CALMON, 1945, p. 344.

⁴⁸⁷ REVERBEL, C. M., 1985, pp. 82-83.

⁴⁸⁸ “A batalha, que se travou a 27 de junho, a duas leguas de Passo Fundo, entre Gumerindo e Prestes Guimarães de um lado e, do outro, as forças de Pinheiro Machado, Rodrigues Lima e Arthur Oscar, foi das mais sangrentas de toda a revolução. As baixas, entre mortos e feridos, de ambos os lados, foram superiores a 500”. REVERBEL, C. M., 1985, p. 85.

⁴⁸⁹ Ibidem, pp. 84-85.

Chegamos ao fim da revolução. Morrendo o líder Gumerindo, que caminhou incansavelmente durante 14 meses e 13 dias, a revolução não demoraria a ter seu fim decretado. Aparício assume o comando. Mas as forças governamentais cresciam em armamento e em contingente. A luta dos revolucionários, agora, era para conseguir atravessar o rio Uruguai, para novamente refugiarem-se no território Uruguiaio. Os revolucionários divididos atravessaram o rio em diversos pontos, chegando, desta vez, na Argentina. Nesta altura, por delegação de Gaspar, o almirante Saldanha da Gama, assumiu o comando da revolução. Organizou ele o que seria a última invasão dos federalistas. Reuniu os combatentes federalistas exilados, dividiu-os em quatro grupos, organizou um batalhão de marinheiros, sobreviventes da revolta da armada, de Custódio de Melo e do próprio Saldanha da Gama. No dia 9 de outubro de 1894 começou a nova e última invasão⁴⁹⁰.

O Guerreiro Vitória, um dos líderes das quatro guarnições montadas pelo Almirante, foi o mais bem sucedido na luta. Tomou Arroio Grande, passou por Cacimbinhas (hoje município de Pinheiro Machado), Piratini e Camaquã. Zeca Tavares, outro líder aguerrido do almirante, empenhou-se no combate das Traíras, no município de Bagé, um dos mais violentos de toda a revolução. Aparício Saraiva e Prestes Guimarães, ainda se recompunham, sem condições de guerra. Finalmente, no final de abril de 1895 o Almirante Saldanha da Gama à frente de 700 homens, acampado num rincão entre os rios Guaraí e Quaraí-Mirim, foi surpreendido pelas forças oposicionistas, *“atacado e colhido por uma carga de lança, desfechada por um destacamento do regimento comandado pelo coronel João Francisco, pertencente à divisão do Oeste”*⁴⁹¹ decaiu o célebre almirante. Arremata Carlos Macedo Reverbel *“Moribunda desde a morte de Gumerindo Saraiva, a Revolução de 93 exalou o último suspiro com a morte do almirante Saldanha da Gama”*⁴⁹².

---

⁴⁹⁰ REVERBEL, C. M., 1985, pp. 86-87.

⁴⁹¹ Ibidem, pp. 88.

⁴⁹² Ibidem, p. 88.

CAPÍTULO II – O IDEÁRIO PARLAMENTARISTA E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Un tyran peut être élu au suffrage universel, et n'être pas moins tyran pour cela. Ce qui importe, ce n'est pas l'origine des pouvoirs, c'est le contrôle continu et efficace que les gouvernés exercent sur les gouvernants.

ALAIN

52. O Parlamentarismo monárquico: a experiência parlamentar de D. Pedro I

O sistema⁴⁹³ parlamentar surgiu na Inglaterra, no século XVIII, de modo não intencional. A prática política inglesa, sem sentir, construiu o sistema de gabinete, sem um projeto racional arquitetado por algum doutrinador. Não intencional, praticado e evoluído na prática constituticonal inglesa, é um modelo adotado, com suas peculiaridades, em diversos países do mundo. Paulino Jacques⁴⁹⁴, antes de se debruçar sobre a evolução do sistema parlamentar brasileiro, conceitua o sistema parlamentar inglês, francês, alemão, italiano, nipônico, soviético, cubano, português e espanhol. Mais recentemente, Ferreira Filho⁴⁹⁵, antevendo a proximidade do plebiscito marcado pela Constituição de 1988, entre presidencialismo e parlamentarismo, aprofundou e simplificou o tema que seria submetido ao plebiscito. Nesta obra, tratou, também do sistema parlamentar inglês, italiano, alemão, espanhol, francês, português. Veja que importantes democracias optaram por este sistema. O Brasil teve seu primeiro contato com o sistema parlamentar já no Império. Eis a sua síntese política.

O Rei, tradicionalmente, o supremo magistrado da nação, exercia uma função judicatória, arbitral e unificadora. Outro elemento importante à realeza é o seu caráter sacral, originada da teoria sobrenatural do Estado, do direito divino dos Reis⁴⁹⁶.

---

⁴⁹³ Fala-se em regime parlamentar, em governo parlamentar, preferimos, entretanto, sistema parlamentar de governo.

⁴⁹⁴ JACQUES, Paulino. **O Governo Parlamentar e a Crise Brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, pp. 9-66.

⁴⁹⁵ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **O Parlamentarismo**. São Paulo: Saraiva, 1993, pp. 23-76.

⁴⁹⁶ JELLINEK coloca cinco direções que orientam o Estado, a saber: religiosa, física, jurídica, moral e psicológica. Dentro das Teorias Particulares, desenvolve a teoria da justificação teológico-religiosa do Estado, caracterizando, em profundidade o elemento sacral. JELLINEK, Georg. **Teoria General del Estado**. Buenos Aires: Albatros, 1954, pp. 139-143. Sobre as relações entre a religião e as origens da realeza, são muito conhecidos os trabalhos de *Sir James Frazer e Marc Bloch*.

Recorde-se que a coroação dos reis, na Idade Média, era quase um sacramento. Esta ideia, no Brasil, é resgatada do *Cours de Politique Constitutionnelle*, de B. Constant, um dos inspiradores do Império e do Poder Moderador de Pedro I: “Um monarca hereditário pode e deve ser irresponsável; é um ser à parte, colocado acima do edifício. A sua atribuição, que lhe é particular e que é permanente, não somente nele, mas em toda a sua raça, de seus antepassados a seus descendentes, separa-o de todos os indivíduos de seu império”⁴⁹⁷. Convém, para Constant, que acima dos interesses particulares prevaleça o bem público. Acima de todos os poderes existe um que modere e equilibre os demais, este poder neutro, este poder supremo é o poder régio. Toda vez que o monarca defende seu povo, *ceteris paribus*, defende a herança de seu filho⁴⁹⁸.

Este caráter simbólico e místico do monarca, sua *auctoritas* político-moral, faz dele a pedra de toque, impedindo as lutas entre as classes sociais, entre setores divergentes. Sua autoridade enlaça o Estado, harmoniza as diferenças, equilibra, integra, coordena, ajusta, coopera. Esta a razão pela qual o Rei é um ser apartado, supremo magistrado da nação. Reinar é zelar pelo bem comum, manter a ordem e a lei, fazer com que a sociedade trabalhe sem rupturas, em busca da liberdade. A Constituição do Império, consciente do papel do Monarca, institui a atividade do Poder Moderador como um “incessante velar sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos”⁴⁹⁹. As funções do Rei são todas de caráter geral, de supremacia, de coroamento, de fecho ou chave da abóbada social. Os demais poderes políticos – legislativo, executivo e judiciário – são os poderes ativos da sociedade. Concretizam, por assim dizer, o bem comum que o Rei zela. O primeiro ministro, chefe do poder executivo, deve conhecer com exatidão as aspirações do povo. O *premier* é temporário, enquanto o Rei é permanente⁵⁰⁰.

⁴⁹⁷ CONSTANT, Benjamin. *Cours de Politique Constitutionnelle*. Paris: Sirey, 1861, p. 24.

⁴⁹⁸ TORRES, 1964, p. 87.

⁴⁹⁹ Ver CAMPANHOLE, A. & CAMPANHOLE, H., 1971, *passim*.

⁵⁰⁰ Recorde-se que no Brasil e em Portugal, os atos régios eram assinados não em nome do rei do momento, mas em nome da instituição monárquica, “Rey”, “Rainha”, “Imperador”. A responsabilidade não era do Chefe de Estado, mas da instituição monárquica, que compreendia os reis passados e futuros. Maiores aprofundamentos Souza, P., 1862, v. I, p. 17 e ss; bem como no Conselheiro Antônio Joaquim Ribas (RIBAS, Antônio Joaquim. *Direito Administrativo Brasileiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1866, pp. 59 e ss.). O Conselheiro Ribas diferencia, amparado na escolástica, *imperium*, ato de inteligência, de *usus*, ato de vontade. O Imperador reina, impera, pelos artigos (4º, 15 §17 e 116); governa pelos artigos (98, 122 e 127) e administra pelos artigos (15 § 6º, 37 § 1º, 102, 104 e 165). Com as devidas ressalvas, a frase de Itaboraí faz sentido: “o rei reina, governa e administra”. Ver TORRES, 1964, pp. 89-94 e _____. **A libertação do Liberalismo**. Rio de Janeiro: Livraria-Editora Casa do Estudante do Brasil, 1949, pp. 91 e 110, principalmente na distinção de *imperium* e *usus*.

O parlamentarismo monárquico, em verdade, foi uma conquista do povo. O texto constitucional em si não era parlamentarista⁵⁰¹, embora indicasse essa interpretação, já que reconhecia ao imperador o direito de nomear e demitir livremente seus ministros. Lançava, também, a distinção entre Poder Moderador e Poder Executivo, dizia como seria organizado o gabinete de ministros. Corolário indispensável do regime era interpretar que os ministros eram responsáveis perante a câmara. O curioso é que durante o reinado de Pedro I e durante a regência jamais se admitiu o princípio (o que seria natural) da responsabilidade dos ministros perante a representação nacional⁵⁰². O argumento contrário, levantado pelos liberais⁵⁰³, era que o parlamentarismo seria uma inversão de valores e a destruição do princípio da separação dos poderes. Tal tese foi objeto de discussão entre Raul Pilla e Afonso Arinos⁵⁰⁴. Foi levantada, ainda, na Constituição de 1946. Os poderes formalmente são separados, materialmente apresentam sólida conexão, tanto que na Inglaterra o poder Executivo está na Câmara dos Comuns. No primeiro reinado, entretanto, as lutas travadas entre liberais e conservadores, giraram justamente em torno do problema da responsabilidade dos ministros perante a representação nacional⁵⁰⁵.

53. O Parlamentarismo “monárquico” e a Regência: Feijó e Araújo Lima

O nono Gabinete que durou apenas 16 dias (19 de março a 4 de abril de 1831) culminou com a abdicação do Imperador. Este ministério, detinha apoio na Câmara dos Deputados, porém não detinha o apoio do Imperador. Gabinete, de fato inexpressivo, com exceção do nome do Visconde de Albuquerque (nome “imposto” ao imperador pela Câmara). Era, em verdade, insulto ao Imperador. A nomeação do ministério era liberalidade sua. Testado, Pedro respondeu organizando outro ministério, somente com notáveis: Antônio Luís Pereira da Cunha, João Carlos Augusto Oyenhausen, Manuel

⁵⁰¹ JACQUES, 1982, p. 70; FRANCO, Afonso Arinos de Melo; PILLA, Raul. **Presidencialismo ou Parlamentarismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999, p. 138; FERREIRA FILHO, 1993, p. 65.

⁵⁰² BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS como membro da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, em 1826, tentava “responsabilizar” ou mesmo vincular o governo a prestar contas à Câmara. Na sessão da Câmara dos Deputados de 25 de agosto de 1826, apresentou indicação sobre o comparecimento do Ministro da Fazenda e de outros, fiel ao seu pensamento parlamentarista, tendo dito: “o Imperador só obra por seus ministros, os quais são responsáveis à nação”. JACQUES, 1982, pp. 74-75.

⁵⁰³ Sobre a “*whig view of monarchy*”, merece destaque a obra do Sir Ivor Jennings. JENNINGS, Sir Ivor. **The Cabinet Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1951, pp. 303 e ss.

⁵⁰⁴ FRANCO, A. & PILLA, 1999. *passim*.

⁵⁰⁵ TORRES, 1964, pp. 89-96.

Jacinto Nogueira da Gama, João Vieira de Carvalho, Francisco Vilela Barbosa, eram cinco marqueses e um visconde, todos senadores. O ato imperial culminou com o 7 de abril de 1831. Instado a reintegrar o Gabinete de 19 de março, pressionado por B. P. de Vasconcelos, o Imperador abdicou do trono⁵⁰⁶. Ocuparam a Câmara, neste momento, liberais moderados e exaltados, partidários do parlamentarismo britânico e alguns federalistas republicanos⁵⁰⁷. A abdicação de Pedro I foi motivada, com as devidas ressalvas, “por razões parlamentaristas”, já que seu gabinete não possuía apoio na Câmara.

O êxito parlamentar abriu espaço à Regência Provisória. Composta pelo Senador Joaquim José Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas, pelo General do Exército Francisco de Lima e Silva, um dos responsáveis pelo 7 de abril, e pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Neste processo destacaram-se os constitucionalistas Evaristo da Veiga, e o grande político do Império, o ilustre Bernardo Pereira de Vasconcelos. A Regência não passa de “república monárquica”, ou de uma república gerida em nome do Imperador menor, Dom Pedro de Alcântara. O gabinete da regência de 7 de abril de 1831 restabeleceu, com pequena alteração, o gabinete constituído em 19 de março. A Câmara, durante a Regência Trina Permanente, eleita em 17 de junho de 1831, continuou sua atividade fiscalizadora do bom andamento das pastas ministeriais, assentando, de vez, sua missão parlamentar fiscalizadora. O mesmo trabalho ativo da Câmara foi observado durante o segundo (de 3 de agosto a 12 de setembro de 1832) e o terceiro Gabinete (de 13 de setembro de 1832 a 15 de janeiro de 1835). Sendo que no terceiro Gabinete, todos eram oriundos da Câmara Baixa, exceto Nicolau Vergueiro, do Senado e Antero de Brito, militar⁵⁰⁸.

O 3º Gabinete promulgou além do Código de Processo Criminal, a Lei de 12 de agosto de 1834, mais conhecida como Ato Adicional de 34 e uma das mais importantes leis do Império. Ela introduziu profundas mudanças na Constituição do Império, tais como: (1) a de transformar os conselhos gerais das províncias em assembleias provinciais, com algumas atribuições legislativas, assemelhando-se, como vimos, à forma federativa de Estado; (2) substituiu a Regência Trina Permanente, nomeada pela

⁵⁰⁶ JACQUES, Paulino. **O Governo Parlamentar e a Crise Brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, pp. 79-80; Ver ainda: TORRES, João Camillo de. **Cartilha do Parlamentarismo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962a, p.49.

⁵⁰⁷ Ver FLEIUSS, Max. **Apostilas de História do Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1934, pp. 303 e ss.

⁵⁰⁸ JACQUES, 1982, pp. 81-83.

Assembleia Geral, por uma Regência Una, eletiva e temporária, com mandato de quatro anos; (3) suprimiu o Conselho de Estado; (4) Consagrou, também, a possibilidade de o Ministro de Estado do Império vir a substituir o Regente, o que reforça a força e a influência política de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo da Veiga e Nicolau Vergueiro⁵⁰⁹.

Com a eleição do Regente Uno, na pessoa do Senador Diogo Antônio Feijó, para mandato de 4 anos, este, de acordo com o Ato Adicional, organizou o seu Gabinete. Foram nomeados Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté; o Deputado Manuel Alves Branco, 2º Visconde de Caravelas; o Deputado Manuel do Nascimento Castro e Silva; e o Oficial-General do Exército Manuel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí. Com apenas quatro ministros, Feijó reafirmava seu estilo autoritário e intolerante, com o firme propósito de ser Regente, governando sozinho, incompatibilizando-se, de certa maneira, com o “Governo de Gabinete”, que dependia da vontade da maioria da Câmara dos Deputados. Com o tempo, o Presidente “coroador”⁵¹⁰ constitui mais dois gabinetes (de fevereiro de 1836 a maio de 1837), usando novamente critérios pessoais para nomeação. Contra esta forma de administrar rebela-se, novamente, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. O 4º Gabinete de Feijó, instaurado em 16 de maio de 1837, mesmo que composto por figuras ilustres do Império, não resistiu as pressões da oposição. Nem a nomeação do líder da oposição, para Ministro do Império, seguiu o governo. Recorreu Feijó aos instrumentos parlamentaristas, qual seja: entregar o governo ao líder da Câmara Baixa. O momento oportuno havia passado, caía a Regência Una. O parlamentarismo de B. P. de Vasconcelos novamente vencia⁵¹¹.

Feijó vendo em vão todos seus esforços em manter seu governo. A oposição parlamentar extremamente organizada, cujos membros mais influentes do Império lhe opunham apoio. Neste momento de crise, escreve carta à Araújo Lima e abandona o cargo de Regente⁵¹². Confessa, em teor parlamentarista, ser insustentável seu governo, tendo em vista a falta de apoio parlamentar. Como regente interino, Araújo Lima ocupa o poder até 22 de abril de 1838. Meses depois é eleito, tomando posse no cargo em 9 de

⁵⁰⁹ JACQUES, 1982, pp. 83-84.

⁵¹⁰ Este período é ironizado por Otávio Tarquínio de Souza, ao afirmar, “nosso governo era monárquico, isto é, de um só...” SOUZA, Otávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. São Paulo: José Olímpio, 1942, p. 223.

⁵¹¹ JACQUES, 1982, pp. 85-86.

⁵¹² Tal Carta é transcrita em SOUZA, O., 1942, p. 257 e ss.

outubro de 1838. Em 19 de setembro de 1837 monta seu 1º Gabinete, do qual participaria Bernardo Pereira de Vasconcelos, acumulando as principais pastas do governo (do Império e da Justiça). Com Vasconcelos no Gabinete, a administração aceita a ingerência do governo representativo. O apoio dos representantes da nação é indispensável à condução do bem público; perdido este apoio, do governo exigir-se-ia moção, pois o governo de gabinete necessita maioria parlamentar⁵¹³.

No segundo Gabinete, montado por Araújo Lima, em 16 de abril de 1839, recrudesceram as crises parlamentares. O gabinete integrado por Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, nas Pastas do Império e da Justiça, Cândido Batista de Oliveira, nas pastas dos Estrangeiros e da Fazenda, o Oficial-General da Armada Jacinto Roque de Sena Pereira, nas pastas da Marinha e da Guerra, o qual, posteriormente foi substituído, em 16 de maio de 1839, pelo Senador João Vieira de Carvalho, Marquês de Lajes. O regente, com este Gabinete, perdeu apoio parlamentar. Em seguida teve que compor, para saúde do governo, outro Gabinete, integrado pelo Magistrado Manuel Antônio Galvão, na Pasta do Império, que em 2 de maio de 1840 foi substituído por Francisco Ramiro de Assis Coelho, acumulando aquela pasta com a da Justiça, o Senador Caetano Maria Lopes Gama, Visconde de Maranguape, na dos Estrangeiros, o Senador Manuel Alves Branco, 2º Visconde de Caravelas, na pasta da Fazenda, o Oficial-General da Armada Jacinto Roque de Sena Pereira, na da Marinha, e o Senador João Vieira de Carvalho, Marquês de Lajes, na da Guerra⁵¹⁴.

Em seguida, coube à Araújo Lima a ingrata função de promulgar a polêmica Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834 (Lei nº 105, de 12 de maio de 1840), que durante longo período arrastava-se no Parlamento. A interpretação era o pretexto para que se restringisse a competência das câmaras municipais em matéria de polícia, no aspecto econômico, em relação aos empregos públicos. Limitou-se também o poder das assembleias suspenderem os magistrados do exercício de suas funções. Curioso destacar que Bernardo Pereira de Vasconcelos, célebre defensor e um dos redatores do Ato Adicional de 34, defendeu ferrenhamente a Lei Interpretativa que podava os excessos descentralizadores vigentes na Lei de 34. Esta lei foi uma reação dos conservadores. Temiam o “castelo de cartas” que os liberais estavam construindo. A lei interpretativa,

---

⁵¹³ JACQUES, 1982, pp. 86-87.

⁵¹⁴ Ibidem, pp. 87-88.

conforme manifestou Visconde do Uruguai⁵¹⁵, veio coibir os abusos cometidos pelas assembleias provinciais⁵¹⁶. O 4º Gabinete (18 de maio de 1840) continuava acumulando pastas, revelando, também, a falta de apoio parlamentar. Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) e Acaiaba de Montezuma (Visconde de Jequitinhonha) foram líderes da oposição na luta parlamentar. A maioria do Imperador estava a caminho. Era o fim da Regência⁵¹⁷.

54. O Parlamentarismo e a experiência parlamentar de D. Pedro II

A Câmara passou a dominar. Somado a isto, o insucesso das tropas legais no Rio Grande do Sul agravavam, cada vez mais, o ambiente governamental. Cerceado pelos brilhantes oradores do Parlamento Feijó acabou cedendo. Ingovernável estava o país. Sem orçamentos, sem as províncias, sem as classes conservadoras, assumiu, como vimos Araújo Lima. Culto e hábil, considerado pelos conservadores, em quatro meses dominou o governo central. Mobilizou efetivo bélico e reconquistou Santa Catarina e expulsou os farrapos. Os liberais de 31 e 34, partidários de Feijó, tramaram pela precipitação da maioria do Imperador. *“Desde que não tinham podido fazer uma república temporã, restabeleceriam um trono ... extemporâneo também. Queriam que D. Pedro II, com 14 anos de idade, assumisse, já e já. O govêrno da nação”*⁵¹⁸.

Em 23 de julho de 1840 foi decretada a maioria do Príncipe Dom Pedro de Alcântara. Com 14 anos, 7 meses e 21 dias de vida assume o Trono do Brasil figurando como D. Pedro II. A Constituição fixava, entretanto, a data de 18 anos completos (art. 126). Dom Pedro II, logo após a maioria, tratou de resolver o problema ministerial. Ele próprio engendrou esforços para que seu ministério, fosse liberal, fosse conservador, estivesse responsável perante à Câmara. Jovem e inexperiente, o “menino-imperador” entregava ao Parlamento a gestão dos negócios públicos. Este fazia do ministério um governo responsável⁵¹⁹. Compunha o primeiro gabinete, do 2º Império, de 24 de Julho de 1840, o Deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Limpo de

⁵¹⁵ SOUZA, P., 1960, p. 378 e ss.

⁵¹⁶ TORRES, 1961a, pp. 152 e ss. Ver também, do mesmo autor: _____, 1968^a, , pp. 43 e ss.

⁵¹⁷ JACQUES, 1982, p. 89.

⁵¹⁸ CALMON, 1945, p. 245. Para Alfredo Valadão, quando os conservadores alteraram o Ato Adicional, com a Lei de Interpretação, os liberais apelaram para Dom Pedro II. VALADÃO, Alfredo. **Da Aclamação à Maioridade**. 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1973, p. 251.

⁵¹⁹ TORRES, 1964, pp. 89, 96 e 97.

Abreu, Aureliano de Souza e Oliverira Coutinho, o Deputado Martim Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o Senador Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, cognominado de “o Ministério das Celebridades”⁵²⁰.

Em 23 de março de 1841 organizou-se o 2º Gabinete, que a semelhança do primeiro, não houve acumulação de pastas, com maior estabilidade ministerial, oriunda, seguramente, da confiança parlamentar. Neste ministério foi instituído novamente o Conselho de Estado (Lei nº 234, de 23.11.1841) e a lei que dissolveu a Câmara dos Deputados (Lei de 1º.5.1842), pois a mesma não representava a verdadeira vontade da nação, o que só pode ser conquistado pela liberdade dos votos⁵²¹. A Câmara até então, dominada pela demagogia partidária, era um tipo *sui generis* de “Convenção Nacional”. A esta dissolução reagiram as províncias de São Paulo e Minas Gerais. Luís Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, repeliu as rebeliões. O 3º Gabinete da Maioridade foi constituído em 23 de janeiro de 1843 (tendo retrocedido no aspecto da cumulação de pastas). Neste ministério, na sessão de 23 de janeiro de 1843, o Ministro Rodrigues Torres ditou o rumo parlamentarista do Gabinete, ao afirmar a necessidade de que o Governo exponha com toda franqueza e lealdade seus princípios, para que a Câmara possa dar-lhe ou retirar-lhe o seu apoio. Consolidou, de certa maneira, a impossibilidade de um governo livre, sem o apoio da Câmara. Em seguida veio o 4º Gabinete, em 2 de fevereiro de 1844⁵²².

O 5º Gabinete da Maioridade foi constituído em 26 de maio de 1845; o 6º Gabinete da Maioridade foi constituído em 2 de maio de 1846. Neste Gabinete, na sessão de 7 de maio de 1846, Holanda Cavalcanti, célebre orador parlamentar, defende novamente o sistema parlamentarista. O 7º Gabinete da Maioridade foi constituído em 22 de maio de 1847, e levou consigo a alta missão histórica de ter instituído a Presidência do Conselho de Ministros, configurando, definitivamente, o parlamentarismo. Este ministério foi chamado, ainda, de ministério da Consolidação, harmonizando as posições políticas de liberais e conservadores, que se digladiavam a algum tempo. Aliás, a criação da Presidência do Conselho de Ministros é fruto dessa conciliação, que culminou com a edição do Decreto nº 523, de 20 de julho de 1847⁵²³. Findava, com tal ato, o projeto

---

⁵²⁰ JACQUES, 1982, p. 92.

⁵²¹ Esta ideia aparecia no preâmbulo da referida lei.

⁵²² JACQUES, 1982, pp.92-96.

⁵²³ “A conquista feita, em nome da prepotência parlamentar, contra o espírito e letra expressa da Constituição, trouxe como consequência os resultados inolvidáveis do parlamentarismo, como a solidariedade dos membros do Gabinete e a supremacia de um deles sobre os outros, a quem devia

político parlamentarista de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que deu ao Gabinete, até então, simples corpo ministerial, o que lhe faltava: a cabeça pensante do *Presidente do Conselho de Ministros*⁵²⁴. O primeiro ocupante de tão distinto cargo foi o 2º Visconde de Caravelas, Manuel Alves Branco⁵²⁵.

O Sistema Parlamentar “se profissionalizou” a partir de 1847, principalmente com a política das derrubadas. Instituiu-se a “Fala do Trono”. A “Resposta à fala do Trono”. O comparecimento à Câmara dos Deputados do novo Conselho de Ministros para explicar a sua composição e expor o programa de governo. Seguidamente ocorria o comparecimento espontâneo dos Ministros para pleitearem iniciativas ou medidas legislativas de interesse político ou administrativo. Corriqueiramente haviam interpelações de Deputados à Ministros. Da moção de confiança fez-se uso corrente no plenário parlamentar. Se a maioria parlamentar negasse medida pleiteada pelo Conselho de Ministros, ou desaprovasse ato do governo, estaríamos diante de moção de confiança. A moção poderia, entretanto, destinar-se a determinado Ministro de Estado. Havia a possibilidade de convocação extraordinária da Assembleia Geral (Câmara e Senado), para o bem do Império. Estes costumes parlamentares tornaram-se rotineiros e forjaram, por quase meio século, o nosso autêntico parlamentarismo, que não buscou, como outros fizeram, inspiração no sistema inglês e francês⁵²⁶.

O 16º Gabinete Ministerial, presidido por Luís Alves de Lima, o qual subiu ao poder em 2 de março de 1861, foi derrubado por moção de desconfiança por iniciativa do deputado opositor, Francisco Otaviano. Perdendo maioria na Câmara dos Deputados, o parlamentarismo do II reinado funcionava. O mesmo ocorreu com o 17º Gabinete Ministerial, presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos, o qual subiu ao

---

competir a direção política do Ministério – o Presidente do Conselho – cabendo ao Sr. Alves Branco, em 1847, a honra de ser o 1º a ocupar esse lugar. Daí em diante, foram inevitáveis as consequências que o sistema parlamentar criou. Os Ministros colocam-se na contingência de apresentar à Câmara os seus programas, tornarem-se objeto das moções de desconfiança, darem explicações repetidas sobre os seus atos, mesmo aqueles que não afetavam os interesses nacionais e que dependiam da confiança pessoal do Governo, cabendo a este somente o direito de dissolução, quando uma maioria parlamentar não pudesse garantir a sua estabilidade. O poder de fato que governava a Nação, até mesmo em fases adiantadas do 2º Reinado, era a maioria parlamentar”. FREIRE, 1983, v. I, p. 115.

⁵²⁴ JACQUES, 1982, p. 96-99.

⁵²⁵ Pimenta Bueno exarou em página clássica as distintas funções do Presidente do Conselho, vejamos pequeno trecho: “É ele quem dirige a ordem dos trabalhos e das discussões, quem especialmente zela da unidade de vistas e dos princípios políticos e administrativos, em todos os assuntos que são sujeitos à deliberação comum; quem deve ter não só o voto de membro do Gabinete, mas também de desempate”. BUENO, Pimenta (Marquês de São Vicente. Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império. Rio de Janeiro: M.J.N.I, 1958, p. 261).

⁵²⁶ JACQUES, 1982, pp. 100-104.

poder em 24 de maio de 1862, conhecido como Gabinete da “Concórdia e Liberdade”, durou apenas cinco dias. Os conservadores não davam trégua ao gabinete liberal, tanto que o 18º gabinete voltou às mãos dos conservadores, sob a liderança do Marquês de Olinda, o subsequente, o 19º entregava o Gabinete, em 15 de janeiro de 1864, entrega novamente o poder a Zacarias Góis e Vasconcelos. O 30º Gabinete, presidido pelo 2º Marquês de Paranaguá, o qual subiu ao poder em 3 de julho de 1882, com a singularidade de nenhum militar integrar qualquer pasta e de ter uma profícua atividade no campo do ensino⁵²⁷, contudo, em 15 de maio de 1883, foi aprovada, pela Câmara dos Deputados, moção de desconfiança o 30º Gabinete Ministerial, por iniciativa do Deputado José Mariano. O 32º Gabinete Ministerial, presidido pelo Senador Manuel Pinto de Souza Dantas, constituído em 6.6.1884, resistiu a três moções de desconfiança, caindo somente em 4 de maio de 1885⁵²⁸.

55. Os Gabinetes Ministeriais derrubados pelo Imperador

Os Gabinetes Ministeriais passaram a ser derrubados, também, pela Majestade o Imperador⁵²⁹. Não mais menino, Pedro II começa a usar o dispositivo constitucional (art. 101, item 6º) que o permitia “*nomear e demitir livremente, os Ministros de Estado*”. Esta faculdade ou prerrogativa real, dispensava, entretanto, a audiência do Conselho de Estado (art. 142). O Marquês de São Vicente acerca dessa função dizia ser ela inerente à Coroa, que seria impossível compreender o sistema monárquico sem esta prerrogativa⁵³⁰. O 19º Gabinete Ministerial, presidido pelo Deputado Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 15.1.1864, foi dispensado pelo próprio Imperador, em 30 de agosto de 1864. Este Gabinete pouco realizou, merecendo registro a expedição de regulamentos

⁵²⁷ “Assim, os Regulamentos da Escola de Minas (Decreto nº 8.727, de 4.11.1882), da Escola Prática de Artilharia (Decreto nº 8.727, de 4.11.1882), da Faculdade de Medicina do Império (Decreto nº 8.850 e Decreto nº 8.851, ambos de 13.1.1882), da Escola Politécnica (Decreto nº 8.905, de 3.3.1883), dos Laboratórios das Faculdades de Medicina do Império (Decreto nº 8.918, de 31.3.1883), e do Colégio Naval (Decreto nº 8.920, de 7.4.1883), todos da lavra do Ministro Pedro Leão Veloso, salvo este último que foi obra do Ministro Meira de Vasconcelos”. JACQUES, 1982, p. 106.

⁵²⁸ JACQUES, 1982, pp. 105-107.

⁵²⁹ “Registre-se que, das dez dissoluções ocorridas no Segundo Império, oito tiveram por objetivo a alternância, quer dizer, a passagem do poder de um para outro partido. Passagem esta que, de outra forma, não teria ocorrido. Será que essa alternância não teria sido positiva? Ela não terá impedido a formação de uma oligarquia partidária que dirigiria interminavelmente o País?” Cita a passagem que outrora citamos de J. C. de Oliveira Tôrres: “o sistema parlamentar funcionava... de cabeça para baixo: o Imperador mudava os ministérios e estes as Câmaras”. FERREIRA FILHO, M., 1993, pp. 68-69.

⁵³⁰ BUENO, 1958, p. 208, § 2º.

do Transporte de Imigração (Dec. nº 3.254, de 20.4.1864) e Repartição dos Telégrafos (Dec. nº 3.288, de 20.6.1864), bem como o da comissão que devia examinar o projeto de Código Civil de Teixeira de Freitas (Dec. nº 3.292, de 23.7.1864)⁵³¹.

O 24º Gabinete Ministerial, tendo como Presidente o Senador José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, foi constituído em 29.9.1870. O Presidente do Conselho manifestava ao Parlamento a maneira como conduziria o Governo, já que estava ciente do sistema parlamentar vigente. Este ministério foi dispensado pelo Imperador em 6 de março de 1871, com poucas reformas realizadas. O 27º Gabinete Ministerial, que foi constituído em 5 de janeiro de 1878, tendo como Presidente o Senador João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (Visconde de Sinimbu) durou até 27 de março de 1880, quando D. P. II o dispensou. Foi cognomidade de “Gabinete Terremoto” diante dos célebres desentendimentos internamente. *Deste Gabinete fez parte Gaspara Silveira Martins, assumindo a pasta da Fazenda*. Sinimbu acumulou, com o cargo de Presidente do Conselho, três pastas, interinamente (Estrangeiros, Fazenda e Guerra), o que revelava o seu autoritarismo, sem contar que governou sem Câmara dos Deputados, a qual dissolveu em 11.4.1878, sem reunir outra, até 15 de abril de 1880⁵³².

O 28º Gabinete Ministerial, chefiado pelo Senador José Antônio Saraiva, foi constituído em 28 de março de 1880, e foi dispensado por S. M. o Imperador, em 20 de janeiro de 1882. Este ministério, no momento de constituição anunciava ser medida a mais urgente a reforma eleitoral. Em 9 de janeiro de 1881, foi promulgada a Lei nº 3.029, que instituiu a “eleição direta” e passou à História com o nome de “Lei Saraiva”, justamente para homenagear o seu autor. O 31º Gabinete Ministerial, chefiado pelo Senador Lafaiete Rodrigues Pereira, passou a operar no dia 24 de maio de 1883. O discurso do Presidente do Conselho foi emblemático, mormente na parte que tratava das Províncias e dos Municípios, pois para o conselheiro, as Províncias podem exorbitar e trazer perturbações a vida do Estado, e o mesmo deve ser aplicado aos Municípios. Convém dar independência e autonomia na administração de seus interesses, subsistindo, porém, vínculos fortes que as prendam ao Estado. Compreendia, antecipando o princípio da subsidiariedade, a importância do município como *célula-*

⁵³¹ JACQUES, 1982, pp. 113-114.

⁵³² Duas questões dividiam este Ministério, uma era a eleição direta e a elegibilidade dos acatólicos. Nesta questão Gaspar Silveira Martins e Domingos de Souza Leão defendiam, com tanta veemência, que foram obrigados a largar o Gabinete, recebendo o louvor do Imperador. Ver JACQUES, 1943, p. 95.

mater da Nação. Em síntese: o todo depende das partes, e vice-versa. Em que pese a Câmara tenha rejeitado a moção de desconfiança deste Gabinete na data de 3 de junho de 1884, o destacado deputado Presidente do Conselho de Ministros insistiu junto ao Imperador, para que o mesmo depusesse o Ministério. Pedro II atendeu o pedido⁵³³.

O 33º Gabinete Ministerial, sob a Presidência do Senador José Antônio Saraiva, que assumiu o cargo em 6 de maio de 1885, foi deposto pelo imperador em 19 de agosto de 1885. Saraiva assumiu o Gabinete em tempos difíceis. Confessava isto ao apresentar o Gabinete à Câmara dos Deputados. Dizia que dois problemas estavam latentes e precisavam ser resolvidos, um era o “elemento servil”; outro era a questão financeira. Ao primeiro sugeria a libertação dos escravos, dando tempo à indústria agrícola para que esta reorganize o trabalho braçal. Quanto à segunda, falava dos enormes sacrifícios que deveriam ser cometidos. O 34º Gabinete Ministerial, sob a presidência do Senador João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), teve longa duração. Empossado em 20 de agosto de 1885, só foi deposto em 20 de março de 1888. Cotegipe discursava à Câmara ditando o rumo do seu governo: (1) o projeto de emancipação gradual dos escravos e a (2) obtenção de meios para constituir o Governo em condições reais de governar⁵³⁴.

Parlamentarista convicto, Cotegipe proclamava que ninguém mais do que ele respeitava a representação nacional. Arrematava dizendo que seus programas serão executados com o apoio da Nação e dos seus representantes. Interpelado a todo momento pela oposição, já no seu discurso de posse, sentia que perdia apoio na Câmara. Pela prática parlamentarista, poderia adotar duas medidas: ou dissolver a Câmara, ou por ela ser dissolvido. Obteve apoio do Imperador pela primeira solução. O Decreto nº 9.500, de 26.10.1885, dissolvia a Câmara dos Deputados, e convocava novas eleições, para 3 de maio de 1886. A mais importante medida de Cotegipe foi a Lei do Sexagenário (Lei nº 3.270, de 28.9.1885), regulando a gradual extinção do elemento servil. Esta lei praticamente extinguiu a escravidão no Brasil. Ela, com a lei do Ventre Livre (1871), o fim da escravidão tinha prazo definido⁵³⁵.

---

⁵³³ JACQUES, 1982, pp. 115-120.

⁵³⁴ Ibidem, pp. 120-124.

⁵³⁵ Ibidem, pp. 124-125.

56. A Dissolução da Câmara dos Deputados pelo Governo

O Sistema Parlamentar brasileiro se aperfeiçoara e se consolidara. S. M. Imperial, no exercício do Poder Moderador, escutando o Conselho de Estado, passou a dissolver a Câmara, nos casos em que o exigir a salvação do Estado, na forma do artigo 101, item 5º, combinado com o art. 142 da Constituição do Império. Esta técnica parlamentarista equilibra o Legislativo com o Executivo, tanto quanto a derrubada do Gabinete Ministerial por moção de desconfiança, aprovada pela Câmara dos Deputados. Recorde-se, que o Ato Adicional de 34 suprimiu o Conselho de Estado; o Regresso restabeleceu e tornou facultativo ao Imperador a audiência com Conselho de Estado para dissolução da Câmara. Entretanto, o Imperador, só fazia mediante indicação do Conselho de Ministros, sem prévia audiência com o Conselho de Estado, já que passou a ser uma ferramenta facultativa⁵³⁶.

O problema era definir e estabelecer os critérios acerca do que era “a salvação do Estado”. Como regra geral, pode-se afirmar que toda vez que a Câmara dificultasse a ação do Governo, impedindo-o de agir, tratava-se de um caso de dissolução da Câmara. O primeiro caso de dissolução da Câmara que o Brasil conheceu foi ainda sob a égide de Pedro I, no momento da Assembleia Constituinte de 1823. Dissolvida arbitrariamente, pelo Decreto de 23 de novembro de 1823. Somente em 1842 tivemos a dissolução da Câmara dos Deputados, nos parâmetros clássicos do Parlamentarismo, justamente no 2º Gabinete Ministerial da Maioridade, pelo Decreto Imperial de 1º de maio de 1842. Dois anos depois, no 4º Gabinete Ministerial da Maioridade, a Câmara fora dissolvida, pelo Decreto Imperial de 24 de maio de 1844. O mesmo ocorreu com o 10º Gabinete, o qual dissolveu a Câmara dos Deputados, por Decreto Imperial de 19.2.1849⁵³⁷.

O 18º Gabinete Ministerial, a cargo do Marquês de Olinda, foi constituído em 30 de maio de 1862. Um ano depois de instaurado dissolvia a Câmara dos Deputados (Decreto nº 3.092, de 12.5.1863), convocando outra para reunir-se em 1º de janeiro de 1864. O 23º Gabinete Ministerial, chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), foi integrado em 16 de julho de 1868. Neste ministério ocorreu a seguinte peculiaridade: moção de desconfiança apresentada no dia seguinte à Constituição do

---

⁵³⁶ SOUZA, P., 1960, p. 197 e ss; Ver ainda: BUENO, 1958, p. 287 e ss.

⁵³⁷ JACQUES, 1982, pp. 127-129.

Gabinete. Ao Deputado José Bonifácio⁵³⁸ coube a missão de justificar dita moção. Argumenta Bonifácio que o atual Gabinete é despropositado, tendo em vista que o Gabinete anterior fora dissolvido sem que houvesse uma questão parlamentar. A Câmara aprovou a dissolução do Gabinete, mas foi o Gabinete que, juntamente a Sua Majestade Imperial, dissolveram a Câmara, pelo Decreto nº 4.226, de 18 de julho de 1868, convocando outra a se reunir em 3 de maio de 1869. O 25º Gabinete Ministerial, chefiado por Visconde do Rio Branco, instaurado em 7 de março de 1871. Oito meses depois o Congresso aprovava moção de desconfiança contra este Gabinete. Visconde do Uruguai defendia a moção; Rio Branco venceria e seis dias depois o Decreto nº 4.965, de 22.5.1872 dissolvia a Câmara⁵³⁹.

O 27º Gabinete Ministerial, sob a presidência do Visconde de Sinimbu, dissolveu a Câmara dos Deputados, em 11 de abril de 1878, pelo Decreto nº 6.880, convocando outra para 15 de dezembro do mesmo ano, a qual foi adiada para 15 de abril de 1880. Esse Gabinete atuou sem Parlamento até 27 de março de 1880, ferindo frontalmente o sistema parlamentar. O 28º Gabinete Ministerial, sob a presidência do Senador José Antônio Saraiva dissolveu a Câmara dos Deputados, em 30 de junho de 1881, pelo Decreto nº 8.154, convocando outra para 31 de dezembro de 1881. O 32º Gabinete Ministerial, sob a presidência do Senador Souza Dantas (Marquês do Paraná) dissolveu a Câmara em 3 de setembro de 1884, pelo Decreto nº 9.270. O 34º Gabinete Ministerial, sob a presidência do Barão de Cotegipe dissolveu a Câmara dos Deputados, em 26 de setembro de 1885, pelo Decreto nº 9.500, convocando outra para 3 de maio de 1886. O 36º Gabinete Ministerial, sob a presidência do Senador Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), subiu ao poder em 7 de junho de 1889 e foi deposto pelas Forças Armadas, com a proclamação da República⁵⁴⁰.

Ouro Preto, no último Gabinete do Império, apresentava à Câmara um programa de reformas muito avançado à época. Alguns dizem tratar-se do começo da República, outros ironizando, a “inutilização da República”⁵⁴¹. Dentre as medidas engendradas pelo seu gabinete, destacavam-se as seguintes: (1) alargamento do direito de voto, mantido o alistamento; (2) ampliação dos distritos eleitorais; (3) autonomia dos Municípios e das

⁵³⁸ Ver SOUZA, Octávio Tarquínio de. **José Bonifácio: História dos Fundadores do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, *passim*.

⁵³⁹ JACQUES, 1982, pp. 129-133.

⁵⁴⁰ Ibidem, pp. 133-137.

⁵⁴¹ CASTRO, 1932, p.20.

Províncias, com a eleição dos administradores municipais e a nomeação dos presidentes e vice-presidentes de província; (4) liberdade de culto; (5) temporariedade do Senado; (6) reforma do Conselho de Estado, transformando-o em Conselho Administrativo, sem caráter político. Estas e outras medidas foram chamadas de “República Coroada”, pela extensa participação dos cidadãos nos governos municipais e provinciais. Com Senado eletivo, Conselho de Estado apolítico. Paulino Jacques acredita, tivesse vingado aquele Gabinete, tantas lutas que ensanguentaram os primeiros anos da República não teriam ocorrido⁵⁴².

Deodoro não era Republicano. Um monarquista e conservador. Amigo pessoal de Dom Pedro II. Adepto e admirador das instituições monárquicas. O bravo general, ao ingressar no Quartel-General do Exército, deparou-se com o Gabinete que deveria destituir. Depôs o Gabinete de Ouro Preto. Ato subsequente seria voltar-se ao Imperador para que este indicasse novo Gabinete. Conta-se ser esta a intenção de Deodoro. Entretanto, ao retornar à tropa, alocada em frente ao Quartel-General, foi recebido com “vivas à República”. Neste momento Deodoro recebe a notícia de que fora convidado a organizar o novo Ministério, o seu inimigo fidalgal, o conselheiro gaúcho e grande tribuno Gaspar Silveira Martins, o “Sansão do Império”, segundo Nabuco⁵⁴³. Diante disso, pressionado pelos seus correligionários, fez o que não queria fazer: proclamou a República. A velha máxima de Augusto Comte citada por P. Jacques explica: “o homem se agita e a humanidade o conduz”, sentença traduzida na perífrase de Gustavo Lebon: “os acontecimentos podem, por vezes, mais que a vontade dos homens!”⁵⁴⁴

57. Gaspar Silveira Martins: notas introdutórias do herdeiro da tradição parlamentar do Império

Gaspar Silveira Martins foi um artista da palavra. “Viera ao mundo com o dom de mando, intransigente e hierárquico”, como costumava dizer João Neves da Fontoura⁵⁴⁵. Reverenciado por todos, praticamente o patrono do Rio Grande, rendera-lhe poema

⁵⁴² JACQUES, 1982, pp. 136-137.

⁵⁴³ CALMON, 1945, p. 323.

⁵⁴⁴ JACQUES, 1982, pp. 137-138.

⁵⁴⁵ RODRIGUES, F. C., 1945, p. 13.

Zeno Brazil no momento de sua morte, em homenagem ao grande tribuno⁵⁴⁶. Sobre ele disse Contreiras Rodrigues, foi de ontem e é de hoje, porque: “os homens passam como sombras pela superfície da terra, mas suas idéias ficam...”, sendo que para ele Silveira Martins era o maior expoente do Rio Grande, e um dos maiores do Brasil. Relata C. Rodrigues, o momento da passagem do Barão Homem de Mello (Presidente da Província de São Paulo e professor de Literatura no Colégio Pedro II) pela Capital do Rio Grande, em direção ao Congresso diplomático de Montevideú. Nesta rápida passagem teria externado, em 1910, as seguintes palavras: “*O Brasil produziu três grandes celebrações: - José Bonifácio de Andrade, o patriarca da Independência, Silveira Martins e Ruy Barbosa. De Silveira Martins tenho ainda a salientar que não possuía a faculdade dos sofistas, capazes de defenderem ao mesmo tempo o pró e o contra*”⁵⁴⁷.

Sua personalidade *sui generis* fazia-o avesso a títulos e honrarias. Nunca lidou bem com isto. Certa feita, relata José Julio Silveira Martins, que o ilustre tribuno: “*Nomeado Conselheiro de Estado, em janeiro de 1889, nem mesmo se lembrou de tomar posse do cargo*”⁵⁴⁸. Apelles Porto Alegre, célebre jornalista gaúcho, teve a honra de ser o escolhido de discursar no funeral de Gaspar Silveira Martins. Em 1901, data do óbito, proferia ter morrido o maior vulto político do ultimo decênio do Imperio. Continuou: “*(...) quando raiou a primeira alvorada da Republica vencedora, o Imperador, procurando em torno de si um homem para salvar a situação, buscando uma coluna para amparar o throno que cahia, fitou no sul, e visou no genio do notavel estadista e na energia mascula do heroico gaúcho, uma esperança (...)*”⁵⁴⁹. O próprio tribuno suspeitava que lhe solicitariam apelo o mais breve possível, e a sua profecia foi cumprida: “*hão de me chamar, quando a Corôa estiver rolando pelas ruas*”⁵⁵⁰.

José do Patrocínio chamou-o “*Demóstenes dos Pampas*”. Joaquim Nabuco um dos seus maiores admiradores, replicava: “*Êle é o seu próprio auditório, sua própria “claque”; respira no espaço ilimitado da sua individualidade, de sua satisfação íntima,*

⁵⁴⁶ BRAZIL, Zeno. **Na Vida e na Morte**: Poema em Homenagem a Gaspar Silveira Martins. Porto Alegre: [s.n.], 1901.

⁵⁴⁷ RODRIGUES, F. C., 1945, p. 43.

⁵⁴⁸ Ver MARTINS, José Julio Silveira. **Silveira Martins e a Unidade da Pátria**: Palestra realizada, no Instituto de Ciência Política, em 2 de agosto de 1941. Prefacio de Nestor Massena. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & Cia, 1941, p. 24. e _____. **Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Typ São Benedicto, 1929, p. 368.

⁵⁴⁹ ALEGRE, Apelles Porto. **Discurso sobre Gaspar Silveira Martins**. Porto Alegre: [s.n.], 1901, p. 7.

⁵⁵⁰ LAFAYETTE, [1950?], p. 111.

dos seus triunfos decretados com justiça por êle mesmo e, depois, homologados pela massa obediente” e mais adiante: “*É, em uma palavra, uma figura fundida no molde em que a imaginação profética vasava as suas criações. É o Sansão do Império*”. Também lhe rendia fortes homenagens o destacado Quintino Bocaiuva, logo após a proclamação da República: “*Arrebata os amigos, comove os indiferentes, fulmina os adversários, encanta as senhoras, convence os incrédulos e vai ao fundo da questão sempre pelo caminho mais curto. De uma grande lealdade, de uma franqueza às vezes desnorteadora, de coragem extraordinária, dotado de voz sonora e retumbante, de gesticulação feliz, é capaz de arrastar as massas como um verdadeiro tribuno*”⁵⁵¹. No fim do seu discurso fúnebre, Apelles Porto Alegre elogiava o gaúcho que passara a vida enriquecendo o Rio Grande do Sul, embora no aspecto pessoal, o político honesto entrara “*rico na vida pública e nella morreu pobre*”⁵⁵², exatamente ao contrário daqueles “*governadores romanos que entravam pobres para a Sicília rica e saíam ricos da Sicília pobre...*”⁵⁵³.

Ao contrário do que muita gente pensa, Silveira Martins não era inimigo da República, nem mesmo adepto de qualquer movimento restaurador da Monarquia. Entretanto, era emblemático em afirmar que não havia condições para se retroceder à Forma de Governo Monárquica. Isto ameaçaria mais ainda a unidade do Brasil. Isto ele afirmou, inclusive, com enorme franqueza, em Paris, em reunião dos membros exilados do antigo Conselho de Estado, ao qual estavam presentes o Imperador e o Conde D’Eu⁵⁵⁴. Segundo relato de Pedro Moacyr, em palestra 24 horas antes de morrer, Gaspar Silveira Martins, teria afirmado com o brilho natural querer: “*fundir as boas tradições do regime monárquico abolido com as grandes ideias de um republicanismo tolerante e zeloso da integridade, da honra e dos créditos do país*”⁵⁵⁵. Ressalte-se que afirmava isto no período em que se falar mal da Constituição da República era praticamente um sacrilégio.

A unidade nacional, tanto quanto o sistema parlamentar, era tema de predileção de Gaspar Silveira Martins. Temia perdesse o Brasil a rica unidade nacional conquistada pelo Império. Sempre dizia: “*Não sou rio-grandense senão porque sou brasileiro; e se*

⁵⁵¹ LAFAYETTE, [1950?], p. 110-111

⁵⁵² ALEGRE, 1901, pp. 15-16.

⁵⁵³ MARTINS, J., 1929, p. 132.

⁵⁵⁴ LAFAYETTE, [1950?], p. 175.

⁵⁵⁵ MARTINS, J., 1941, pp. 17-18.

alguma provincia exceder a minha terra em civismo, em dedicação, em valor, terei pezar, mas serei o primeiro a dar-lhe palmas, sem inveja, porque sou brasileiro e não quero senão a glória da minha Pátria”⁵⁵⁶. Em outro discurso, no Congresso Político de Porto Alegre, reunido em 23 de Agosto de 1896, combateu Silveira Martins com maior veemência “as tendências bairristas” que se dissimulavam e estavam muito em voga. Fala-se na pátria mineira, na pátria pernambucana, e mais ainda na pátria paulista, respondia: “*ao passo que pouco se fala na patria brasileira, que é de todos nós. É preciso vivificar no espírito do povo o sentimento de amor pela nacionalidade comum*”⁵⁵⁷. No passado, dizia Silveira Martins, a Pátria unida e grande, foi libertar o “*Estado Oriental da tirania de Oribe; a República Argentina da tirania de Rosas; o Paraguai da tirania de Solano Lopez. Foram conquistas de todo o país, em comunhão de esforços e sacrifícios*”. É necessário mantermos esta grande Pátria, “*em vez de termos vinte pequenas nacionalidades*”⁵⁵⁸. Nestor Massena afirmava haver algo de redundante na palestra de José Julio Silveira Martins, perfeita tautologia é usar “Gaspar Silveira Martins e a Unidade Nacional”⁵⁵⁹.

Ministro da fazenda, sob o gabinete Sinimbú, abandonou a pasta porque era favorável à elegibilidade dos acatólicos, o que o desgastou com seus correligionários liberais do ministério⁵⁶⁰. De outro lado, tomou a causa do trono contra a liberdade dos Bispos na Questão religiosa⁵⁶¹. Ponto polêmico na política defendida por Gaspar Silveira Martins refere-se à questão da abolição da escravatura. Foi ele quem lançou como programa do Partido Liberal, em 1869, a campanha da abolição⁵⁶². Foi ele também o primeiro a enxergar os problemas econômicos que a abolição geraria, momento em que proferiu a célebre e tão criticada frase: “*Amo mais minha pátria do*

⁵⁵⁶ Ibidem, p. 8.

⁵⁵⁷ MARTINS, J., 1929, p. 403.

⁵⁵⁸ MARTINS, J., 1941, p. 11.

⁵⁵⁹ MASSENA, Nestor. Prefácio à Palestra de J. J. Silveira Martins. In. MARTINS, José Julio Silveira. **Silveira Martins e a Unidade da Pátria**: Palestra realizada, no Instituto de Ciência Política, em 2 de agosto de 1941. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & Cia, 1941, pp. 3-4.

⁵⁶⁰ MARTINS, J., 1941, p. 24. Ver ainda: MARTINS, Gaspar Silveira. **Silveira Martins, discursos parlamentares**. Sel. e intr. de Lafayette Rodrigues Martins. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979, pp. 49 e ss.

⁵⁶¹ RODRIGUES, F. C., 1945, p. 20. Ver ainda: LAFAYETTE, [1950?], p. 167.

⁵⁶² Teria dito Silveira Martins: “Senhores, o Brasil é o único paiz onde existe hoje o flagello da escravidão; eu não vou discutir esta questão, que não pertence ao radicalismo propriamente, porque pertence a toda sociedade e a todos os homens de bem e de coração; si formulei este principio, não foi para discutil-o, pois não vem ao caso, mas tão somente para tratar de um principio que se prende immediatamente a este: todos os brasileiros devemos ter este desideratum – substituir facilmente o trabalho escravo pelo trabalho livre”. TELLES, ALÍPIO. **Homenagem a Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p. 438.

que ao negro”⁵⁶³. Realista que era, não tinha preleções racistas, mas supunha que de uma única penada a abolição geraria graves problemas econômicos na lavoura, propondo projeto de cinco anos, progressivo. Mas esta frase foi usada, injustamente, pelos seus opositores.

58. Gaspar Silveira Martins: o primeiro parlamentarista da República

Gaspar Silveira Martins, o “Sanção do Império”, nascera em Aceguá, município de Bagé, fronteiro com o Uruguai, em 5 de agosto de 1834 e não em 1835⁵⁶⁴ como se supunha⁵⁶⁵. Estudou em Pelotas os primeiros anos, e depois foi frequentar a Faculdade de Direito de São Paulo, depois passou a estudar em Recife, onde se formou em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi advogado e Juiz no município do Rio de Janeiro. Trabalhou com Félix da Cunha e muito cedo envolveu-se na política, tendo abraçado a causa do Partido Liberal. Foi eleito Deputado pela primeira vez, em 1873, com destaque de oratória, fazendo frente aos chefes conservadores Visconde do Rio Branco e Barão de Cotegipe. Dizia-se que sua oratória rivalizava com a de Emílio Castelar e Leão Gambeta. Cruzou seu caminho o jornalista e escritor José de Alencar, com quem travou belos debates, que fez recordar as lutas travadas no parlamento inglês. Sua capacidade de orador o assemelhavam a E. Burk, Fox, Sheridan, Pitt e tantos outros parlamentares que elevavam a estima do povo inglês⁵⁶⁶.

Silveira Martins personificava o Parlamento Brasileiro na sua fase liberal. Parlamentarista obsecado, chegou ao poder no Gabinete Liberal de 5 de janeiro de 1878. Com extraordinário prestígio tão logo destava-se dos demais parlamentares, sendo sagrado o “*primus inter pares*” do Rio Grande. Defendeu o programa do Partido Liberal

⁵⁶³ LAFAYETTE, [1950?], p. 139. RODRIGUES, F. C., 1945, p. 33.

⁵⁶⁴ Um dos erros da data de nascimento é cometido por PORTO, José Mariano. **Apontamentos Biográficos de Gaspar S. Martins**. Rio de Janeiro: Jornal do Brazil de H. Vileneuve & Cia. 1891, p. 15.

⁵⁶⁵ CONTREIRA RODRIGUES esclarece este ponto, colhendo informações diretas da família. A irmã de Gaspar Silveira Martins (D. Carolina Silveira Ramos), que nascera pouco antes dele (dois anos), em 1832, menciona inclusive que o tribuno rio-grandense possuía nacionalidade uruguaia, tendo sido registrado na cidade de Melo. Filho de Carlos Silveira e de Maria das Dôres Martins, que por sua vez era filha do potentado João Antônio, português, oficial dos exércitos reais, talvez um dos fundadores de Bagé, em 1811, participando com D. Diogo de Souza, mais tarde Visconde de Cêro Azul, da batalha do Passo do Rosário, em 1827, após a batalha ter-se-ia retirado das fileiras, para fazer-se estancieiro, dono de vasta região, com a pretensão de ir um dia de Bagé a Montevideu por dentro do seu campo. E, quando morreu em 1847, já estava no fundo do Rincão do Pereira, perto já do Passo dos Touros, no Rio Negro. RODRIGUES, F. C., 1945, p. 6-7.

⁵⁶⁶ MORÍTZ, 2005, p. 27-28.

em toda a sua amplitude. Com posições fortes deixou os conselhos da coroa, quando no Ministério Sinimbu se recusavam a realizar as reformas para elegibilidade dos acatólicos e naturalizados, bem como recusavam-se reformar o arcaico sistema eleitoral. Deixava o poder consciente do funcionamento do sistema parlamentar. Tão prestigiado pelos seus pares, era o modelo de político, de probidade, de sabedoria, de oratória, sendo fortíssima a sua influência no povo rio-grandense. Encaminhada a demissão de Ouro Preto, D. Pedro II, às vésperas da Proclamação da República recorreu à autoridade de Gaspar Silveira Martins. Naquela época, nenhum político brasileiro gozava de tanto prestígio quanto o tribuno liberal do Império⁵⁶⁷. Deportado, em razão do Golpe de Deodoro, acompanha à distância, a política brasileira.

Gaspar Silveira Martins era o “primeiro e maior parlamentarista” da República. Educado no sistema imperial, estava consciênte das vantagens parlamentaristas sobre o sistema presidencialista instaurado⁵⁶⁸. O Grande Tribuno Imperial fundador e indômito animador do Partido Federalista lutava, incansavelmente, para reinstaurar no Brasil o Sistema Parlamentar de Governo⁵⁶⁹. Apregoado ao Sistema de Gabinete, às Práticas das derrubadas, às corriqueiras dissoluções da Câmara dos Deputados por ato governamental, às dispensas dos Gabinetes por iniciativa do Imperador, às derrubadas dos Gabinetes Ministeriais pela Câmara dos Deputados, compreendia a necessidade de separação do Estado do Governo, da importância de o Imperador poder contar com a liderança do Presidente do Conselho de Ministros, bem como da necessidade de um poder neutro e árbitro dos demais poderes, encarnando o monarca a função precípua de um Poder Moderador⁵⁷⁰.

Temia a técnica das “derrubadas” que passava a vigorar no sistema Republicano Presidencialista. Apear a situação do poder não se conseguia com uma simples moção de desconfiança; com uma mera alternância da maioria parlamentar, ou por iniciativa de um Rei neutro e suprapartidário. Os opositores ao Sistema Parlamentar argumentavam contra Gaspar, apontando, dentre tantos defeitos do parlamentarismo, a instabilidade dos conselhos de ministros. P. Jacques demonstra, na Consolidação do Sistema Parlamentar, diversos gabinetes ministeriais que permaneceram no poder, enquanto

---

⁵⁶⁷ MORÍTZ, 2005, pp. 28-29.

⁵⁶⁸ Emblemático, neste ponto, o célebre debate travado entre Afonso Arinos e Raul Pilla. FRANCO, A. & PILLA, 1999, *passim*.

⁵⁶⁹ CASTRO, 1932, p. 88.

⁵⁷⁰ Ver JACQUES, 1943, p. 140.

gozaram do apoio maciço da Câmara dos Deputados, e por um razoável tempo, são eles: 3º Gabinete Ministerial da 1ª Regência, o 1º Gabinete Ministerial da 2ª Regência Una, o 2º Gabinete Ministerial da Maioridade, o 12º Gabinete Ministerial, o 25º Gabinete Ministerial, o 26º Gabinete Ministerial e o 34º Gabinete Ministerial⁵⁷¹.

Estes Gabinetes Ministeriais contraditam a tese de que no Parlamentarismo os empreendimentos de longa duração são impossíveis, e que pouco durando nada realizam. Estes gabinetes engendraram profundas transformações nas mais diversas áreas, devolvendo fecundas transformações, em favor do povo. Não se pode negar, entretanto, a existência de Gabinetes de menor duração. Exitiram gabinetes que duraram dias, como o do 7 de abril, como o 17º Gabinete Ministerial do 2º Reinado, gerido por Zacarias de Góes e Vasconcelos, com apenas cinco dias de atividades. Estes gabinetes caíram, entretanto, por conjunturas graves. Também tiveram vida efêmera os 9º (durou 15 dias) e 10º Gabinetes Ministeriais, do 1º Reinado. Igualmente o 1º e 4º Gabinetes do Regente Feijó. O 2º Gabinete Ministerial, chefiado por Manoel Alves Branco (2º Visconde de Caravelas), atuou durante 4 meses e 2 dias. Na Regência de Olinda, o 4º Gabinete Ministerial, dirigido pelo Visconde de Maranguape, durou 2 meses e 5 dias. O 33º Gabinete Ministerial, presidido por José Antônio Saraiva durou 13 meses e 13 dias. O 24º e 29º Gabinetes Ministeriais também duraram pouco. Duração efêmera (6 meses e 22 dias) teve o Gabinete Ministerial de Visconde de Ouro Preto. O mais durável, dentre os menos duráveis, foi o 19º do 2º Reinado, chefiado por Zacarias Góes e Vasconcelos⁵⁷².

Gaspar Silveira Martins era consciente que a sobrevivência desses gabinetes ministeriais não resultaram de vícios do sistema parlamentar, mas sim das próprias fraquezas dos líderes que os geriam neste momento crítico. Como não souberam fazer funcionar bem e convenientemente o Gabinete, foram depostos. Vários Gabinetes Ministeriais que caíram não precisavam cair, tivessem seus operadores o equilíbrio e a prudência necessários à gestão dos interesses da Nação. Ademais, a virtude do Sistema Parlamentar é que os maus governos durem pouco, justamente para que a Nação não ature por longo tempo, governos ruins. Pior seria, se os maus governos, ficassem ancorados no poder durante longos mandatos, tal qual ocorre nos sistemas presidenciais. No presidencialismo, os mandatos são longos e tem prazo certo, e só podem ser

---

⁵⁷¹ JACQUES, 1982, pp. 139-143.

⁵⁷² JACQUES, 1982, pp. 145-146.

rechaçados do poder mediante pronúncias armados, levantes revolucionários, mecanismos mais danosos à Nação. “As revoluções no sistema parlamentar, são “brancas” (sem sangue), e no sistema presidencial, “vermelhas” (com sangue). Os parlamentaristas preferem a “pomba da paz”, ao “abutre da guerra”, à revolução com sangue, sempre funesta e antipatriótica”⁵⁷³.

Conhecedor desta tradição imperial do parlamentarismo, Gaspar foi o primeiro a falar dela na República. Ao ser entrevistado pelo Jornal Tribuna Liberal declarava: “a República ainda pode se conciliar com a felicidade do povo”⁵⁷⁴, ou seja, pode a república reestabelecer o governo parlamentar novamente⁵⁷⁵. Deodoro, após o 15 de novembro, deporta tanto Dom Pedro II quanto seu maior inimigo, o tribuno Gaspar Silveira Martins. O Imperador antes da Proclamação da República o havia escolhido para Presidente do Conselho de Ministros. Político austero e bem quisto em todo o Brasil, poderia ter segurado, como pensava Ouro Preto, a marcha revolucionária dos Republicanos que proclamaram a República. Dois meses depois de exilado em Londres, dava o tribuno rio-grandense, entrevista ao jornal *Times*, em 23 janeiro de 1890, pela qual reiterava a necessidade de se reestabelecer no Brasil o sistema parlamentar de governo, mesmo que sob a égide de um governo republicano⁵⁷⁶. Retornando ao Brasil, dois anos depois, seu primeiro ato “parlamentarista” foi organizar o 1º Congresso Federalista (em Bagé), lançando as bases de criação de um partido político que lutaria pela implantação de uma República Federal Parlamentar no Brasil. Anos depois, em 1896, Gaspar reunia em Porto Alegre, o 2º Congresso “Federalista”, também para instaurar uma República Parlamentar no Brasil⁵⁷⁷.

59. Gaspar Silveira Martins: federalismo centrípeto ou centrífugo

O primeiro parlamentarista da República precisava por em prática o parlamentarismo que aprendera em teoria e vira acontecer ao longo do Império. Retornando do exílio (tendo em vistas as condições favoráveis da revolta naval que forçara a deposição de Deodoro) chega primeiramente ao Rio de Janeiro, e

---

⁵⁷³ JACQUES, 1982, p. 147.

⁵⁷⁴ TELLES, 1902, p. 299.

⁵⁷⁵ JACQUES, 1943, p. 131;

⁵⁷⁶ Ibidem, p. 133.

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 139; 176; Ver ainda: JACQUES, 1982, p. 151.

posteriormente ao Rio Grande do Sul⁵⁷⁸. “*O seu Estado natal recebeu-o, outr’ora, Roma acolhera a Marco Túlio Cícero*”⁵⁷⁹. Recém chegado, Gaspar Silveira Martins, em 31 de Março reunia-se, na cidade de Bagé, com seus correligionários, dentre eles estava o general imperial, o Sr. João Nunes da Silva Tavares, mais conhecido como *Joca Tavares*⁵⁸⁰. Desse encontro nasce a aliança política que uniria o antigo e extinto *partido liberal* com o *partido conservador monárquico*, criando-se uma força de oposição ao governo estadual, e por decorrência, ao governo federal. Este foi o modo como se formou o Partido “Federalista”⁵⁸¹. Este nome talvez não fosse o predileto para Gaspar Silveira Martins, mas acabou aceitando-o. De um lado, porque neutralizava a crítica de serem monarquistas ferrenhos e restauradores, como constantemente eram acusados pelos republicanos, de outro reforçavam a tradição de se oporem ao centralismo de Floriano Peixoto e à política de J. de Castilhos⁵⁸².

A ideia de federação rondava o Brasil antes da proclamação da independência, mormente com a Revolução Pernambucana de 1817. Dividiu Deputados na Constituinte de 1823, retomada a tese descentralizadora com o Ato Adicional de 1834, refreada pela Lei Interpretativa conservadora de 1840 (regresso), renovou-se com o Manifesto Republicano de 1870. A federação latente e reiterada ao longo do primeiro e segundo reinado, desde os entusiasmados requerimentos de Joaquim Nabuco, que propunha monarquia com federação, até os intentos americanizantes de Rui Barbosa, que propunha federação apesar da Monarquia. Silveira Martins e Ouro Preto eram contrários à forma federativa de Estado sob a égide de um regime monárquico. Silveira Martins foi o grande defensor da descentralização das províncias. Antes da Proclamação da

---

⁵⁷⁸ “Revogado que fora o desterro de Gaspar Silveira Martins (pelo Decreto Federal nº 1037, de 19/11/1890), o líder liberal retornou ao Brasil em janeiro de 1892, chegando ao Rio de Janeiro em 5 de janeiro e a Porto Alegre em 21 de fevereiro, cercado de calorosas manifestações populares de aplauso e solidariedade. Durante sua ausência, a conturbação política fora uma constante, e o Estado tivera, sucessivamente, cerca de 10 governadores em pouco mais de dois anos” FRANCO, Sergio da Costa. **Cadernos de História**. Porto Alegre: [s.n.], [19__], Memorial do Rio Grande do Sul, nº 13, p. 7. Ver ainda: MARTINS, J., 1929, p. 368.

⁵⁷⁹ JACQUES, 1943, p. 139.

⁵⁸⁰ CHASTEEN, 2003, pp. 32; MARTINS, J., 1929, p. 373.

⁵⁸¹ “Se cotejarmos os 46 nomes do manifesto que os comandantes da rebelião assinaram em Santana do Livramento em 15 de março de 1893, vamos encontrar nada menos que 17 fundadores do Partido, signatários da ata de 31/03/92: Joca Tavares, Rafael Cabeda, Guerreiro Vitória, José Bonifácio da Silva Tavares, Laurentino Pinto Filho, Antônio Barbosa Netto, Ladislão Amaro da Silveira, Antero A. da Cunha, José Serafim de Castilhos, Antônio Prestes Guimarães, Tomaz Mércio Pereira, José Bernardino Jardim de Menezes, Gaspar Barreto, Israel Caldeira, Malaquias Pereira da Costa, João José Damasceno e Severino Coelho Brasil”. FRANCO, S., [19__], p. 10.

⁵⁸² CHASTEEN, 2003, pp. 32.

República, na sessão de 11 de julho de 1888, discursava pela descentralização das províncias, como única maneira de estabilização dos governos futuros⁵⁸³.

O ideário federalista de Gaspar Silveira Martins foi esboçado primeiramente no Programa elaborado pelo Congresso de Bagé, em 31 de março de 1892, momento da fundação do partido federalista rio-grandense, e reafirmado, com algumas adaptações, anos depois, em discurso pronunciado pelo Conselheiro Gaspara da Silveira Martins no Congresso Político de Porto Alegre, reunido em 23 de Agosto de 1896. Deste discurso e da redação dada por Gaspar ao Programa federalista se consegue, em parte, extrair o ideal federalista que estava por trás da Revolução, embora o federalismo de Gaspar seja ofuscado pelo parlamentarismo. Neste discurso criticava os proclamadores da República, que se vangloriavam da descentralização política. Tal ideia não era nova, e havia sido o partido liberal o agitador da federação nos áureos tempos da monarquia. Em seguida menciona que os Estados devem permanecer com os direitos que lhe competem, entretanto é necessário que lhe corrijam os excessos, para evitar outros males. Claro que o tribuno pensava na Unidade Nacional, já que se falava muito em pátria mineira, pátria pernambucana e principalmente em pátria paulista⁵⁸⁴.

Neste momento resume seu ideal federalista: “*O orador quer a descentralização administrativa com a centralização política*”. Seu federalismo propõe, portanto, a criação de delegados gerais, verdadeiros fiscais do Governo da União, junto aos governos dos Estados, a exemplo do que ocorria na Prússia, o país mais bem administrado do mundo. A eleição presidencial deve ser realizada pelas Assembleias Estaduais, ou pela Câmara e Senado juntos. Quanto aos municípios critica a distribuição dos poderes, que estavam concentrados nas mãos do Presidente do Estado⁵⁸⁵. Quer Silveira Martins uma só magistratura, a mesma legislação processual para todos os Estados, estabelecer uma só lei eleitoral para todo o País (União, Estados e municípios) asseguradas a representação das minorias, o sigilo e a obrigatoriedade do voto; o ensino sob a superintendência da União, sem contar que todas as Constituições Estaduais deverão obedecer o padrão da Constituição Federal. Qualquer empréstimo externo, seja dos Estados, seja dos Municípios, devem estar sujeitos à aprovação do Congresso

⁵⁸³ MARTINS, G., 1979, pp. 100-101.

⁵⁸⁴ PARTIDO REPUBLICANO FEDERALISTA. **Homenagem do Directorio Central do Partido Republicano Federalista por Occasião da Trasladação dos Despojos do Conselheiro Gaspar Silveira Martnis em 23 de agosto de 1920**. Montevideo: A. Barreiro y Ramos, 1920, p. 18.

⁵⁸⁵ Ibidem, pp. 18-20.

Nacional, eis os princípios básicos da forma federativa de Estado idealizada por Gaspar Silveira Martins⁵⁸⁶.

Tais diretrizes foram contruídas não somente por Gaspar Silveira Martins, mas também pelos seus próceres, anos depois da morte do ilustre tribuno. O programa e regimento do Partido Republicano Federalista resultou da Sala de sessões do Congresso Federalista, realizado em Porto Alegre, em 27 de Março de 1917, cujo Diretório Central era composto pelo Presidente Wenceslau Escobar, Secretário Rodolfo Costa, Tesoureiro Dr. Francisco Antunes Maciel. Como Diretores os seguintes Coroneis: Rafael Cabeda, Estacio Xavier de Azembuja, Felipe Nery Portinho, Theobaldo Fleck, Anthero Anselmo da Cunha e Vasco Alves Nunes Pereira, Innocencio Alves da Cunha, como diretores, constava ainda os ilustres Drs. Antonio de Moraes Fernandes, Raul Pilla e Alexandre da Silva Lisbôa. Havia no Partido Republicano Federalista três Diretórios Regionais. No 1º Distrito (Dr. Raul Pilla, Luiz Saraiva Gomes, Pedro Schmitt e Firmino Rodrigues Cardozo); no 2º Distrito (Dr. Alexandre da Silva Lisbôa, Dr. Francisco Carlos Reverbel, Coronel João A. P. de Oliveira, Coronel Augusto José de Sampaio); no 3º Distrito (Emilio Nunes, Dr. Favorino de Freitas Mercio, Coronel Innocencio Alves da Cunha e Flauniano Medeiros). Fechava a composição do Partido, os seguintes Deputados Estaduais: Drs. Gaspar Saldanha, Catharino Azambuja e José Alves Valença⁵⁸⁷.

O pensamento federativo de Gaspar Silveira Martins não mudou da Monarquia à República. Muito esclarecedor é a advertência escrita por Egidio Barbosa Oliveira Itaquy, em razão de sua candidatura provincial. A obra, em síntese, é uma série de cartas, em que o ilustre candidato protesta contra a política do Augusto Senador Gaspar Silveira Martins. A obra é de 1886 e bastante ilustrativa sobre a tese da “Monarquia Federal”. Nestas cartas critica as “fases” de Gaspar Silveira Martins, intitulando-as jocosamente de *zig-zag*⁵⁸⁸. A Carta mais emblemática é a de nº XIII, intitulada: *“Federação é salvação da monarchia; monarchia não é privilegio de familia, é instituição nacional, e á sua vontade deve ser reconstruida; compara-se a crise da*

⁵⁸⁶ MARTINS, J., 1941, p. 15; Ver ainda: PARTIDO REPUBLICANO FEDERALISTA, 1920, pp. 20-26; FRANCO, S., [19__], p. 8-9.

⁵⁸⁷ PARTIDO REPUBLICANO FEDERALISTA, 1920, pp. 37-38.

⁵⁸⁸ Em síntese seriam três fases: a primeira, de 1862 a 1868; a segunda, de 1868 a 1878; a terceira, de 1878 a 1885; e a de 1885 até o presente. Completa criticando que em cada fase o tribundo tinha um modo diferente de ver as coisas. ITAQUY, Egidio Barbosa Oliveira. **Monarquia Federal: Política do Augusto Senador Gaspar Silveira Martins, Candidatura Provincial.** Porto Alegre: Gundlach & Cia. 1886, p. 24.

monarchia actual com a da confederação americana”⁵⁸⁹. Critica a monarquia unitária, (...) “*impotente para promover a felicidade nacional na superfície de hum territorio de 300 mil léguas quadradas quase desertas, comunicação difficil, produção e costumes diversos*”⁵⁹⁰. A crítica ao sistema de Gaspar girava em torno da ideia Centrípeta e não Centrífuga de sua “federação monárquica”. Comparando o Brasil com os Estados Unidos dizia: “*Lá morria o Centro em favor dos Estados e aqui morrem as Provincias em favor do Centro*”⁵⁹¹.

Aliás, a tese federativa de Gaspar *propugnava pela descentralização administrativa, com a centralização política*. Temia a Unidade Nacional, temia os separatismos naturais que cindiam nossos vizinhos espanhóis, em dezenas de pequenas republiquetas⁵⁹². A unidade nacional foi o maior legado do Império, razão pela qual poder-se-ia dizer que o federalismo de Gaspar era do tipo moderado, ou como preferem alguns, centrípeto. Mas a dissidência de Gaspar e dos Federalistas com o governo federal e com Júlio de Castilhos, não era em essência uma rusga federalista, senão um problema de autoritarismo da condução da política e de adoção do sistema parlamentar de governo. Paulino Jacques, biógrafo de Gaspar, expressamente deixa escapar: “*Em 5 de Fevereiro de 1893, rebentou a revolução republicana parlamentarista, sob a chefia militar do General João Nunes da Silva Tavares e a civil de Gaspar Silveira Martins*”⁵⁹³. Este o próximo ponto a ser discorrido.

60. Gaspar Silveira Martins e o ideário parlamentarista

Silveira Martins sempre taxado de monarquista, já que ocupara papéis importantes durante o Segundo Reinado, fazia questão de atestar que pouco se importava com as formas de governo. Há monarquias com liberdade e repúblicas despóticas. Basta ver o contraste da época, entre Inglaterra e Bélgica, com Bolívia e Equador, como Gaspar mesmo gostava de contrapor. Para ele o que importava era a liberdade, seja na República ou na Monarquia. As liberdades estavam acima de qualquer forma de

---

⁵⁸⁹ ITAQUY, 1886, p. 68.

⁵⁹⁰ ITAQUY, 1886, p. 69.

⁵⁹¹ Ibidem, pp. 70-71.

⁵⁹² MARTINS, J., 1941, pp. 13-14

⁵⁹³ JACQUES, 1943, p. 143-144.

governo⁵⁹⁴. As instituições políticas para Gaspar visam o bem comum, a prosperidade do Estado. Temia, entretanto, que a mudança das instituições sacrificasse a unidade da Pátria, ainda mais pelas doutrinas que pregavam os Republicanos brasileiros. Discursava Gaspar no Senado em 24 de maio de 1889 dizendo: “*Seguem a filosofia comtista, que em política é o absolutismo mais feroz do mundo*”⁵⁹⁵. Em outro célebre discurso dizia: “*não quero atacar as instituições. Por mais livres que sejam, sempre haverá essas fraquezas... Quero que a minha influência seja para o bem, a fim de sustentar o primeiro princípio de uma sociedade – a liberdade do cidadão*”⁵⁹⁶.

Sobre o decreto do Governo Provisório que o impôs residir no exterior costumava zombar do desterro imposto. Fez amizades por toda a Europa, viajou muito, leu, visitou bibliotecas, livrarias, museus, comparecia vez e outra às sessões da Câmara e do Senado, sendo alvo das maiores distinções nos meios sociais em que circulava. Tornou-se grande amigo de Rénan, que algum tempo depois da convivência com Gaspar disse ao barão de Estrella: “*Um paiz que deporta um homem desses ou é um paiz de sabios ou de ignorantes*”⁵⁹⁷. Foi na Europa, durante este exílio, que esteve diversas vezes na Companhia de Dom Pedro II. O primeiro encontro em Lisboa, encontraram-se depois em Paris e na Alemanha. Não escondia do Imperador, nem do conde d’Eu a impossibilidade de restauração da monarquia parlamentarista, embora soubesse que a forma parlamentar, seja monárquica, seja republicana, garantiria maior liberdade ao povo brasileiro⁵⁹⁸.

Chegando ao Brasil, entrevistado em recife por um jornalista, declarou sem meias palavras: sou favorável à república parlamentar⁵⁹⁹. Veja que suas declarações não eram federalistas, descentralizadoras, municipalistas ou algo que o valha, mas sim parlamentaristas, todas estavam voltadas a este tema. Wenceslau Escobar retrata em *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893* que o tribuno aportara no Brasil sem ressentimentos, nem ódios, disposto à colaborar com o progresso do país, tanto que foi conferenciar com Floriano, que de sopetão lhe disse: “*estar tudo errado, que precisava desfazer-se o que estava feito para adoptar-se a república*

⁵⁹⁴ PADOIN, Maria Medianeira & ROSSATO, Mônica. Gaspar Silveira Martins e sua posição política em relação à forma de governo, ao parlamentarismo e a federação. In: **Portal Educativo**. Uruguay: CDHRP, Set. 2011, ano 2. Disponível em: <<http://www.peuy.org/dcmnts/p0010.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

⁵⁹⁵ RODRIGUES, F. C., 1945, pp. 36-37.

⁵⁹⁶ Ibidem, pp. 36-37.

⁵⁹⁷ MARTINS, J., 1929, p. 366.

⁵⁹⁸ Ibidem, pp. 363-368.

⁵⁹⁹ Ibidem, p. 369.

parlamentar”. Floriano também de personalidade forte, haveria lhe dito: “(...) *que se preciso fosse, até com a espada defenderia a república presidencial, dando por terminada a conferencia*”⁶⁰⁰. Floriano censura a posição política de Gaspar Silveira Martins por este não ter aceito a república presidencial, e se estivesse despreendido das veleidades mundanas e com uma compreensão mais altruísta da realidade, quem sabe não se teria evitado a guerra civil⁶⁰¹⁶⁰².

Recém chegado ao Rio Grande do Sul, em 21 de Fevereiro de 1892, dava-se conta da balburdia que havia gerado no Estado a república federalista presidencialista. Acusado o parlamentarismo da instabilidade dos Gabinetes, assistia o presidencialismo a instabilidade total dos Governos Estaduais. No Rio Grande do Sul, desde a proclamação da República até a chegada ao Estado de Silveira Martins passara pelo Governo do Estado mais de dez presidentes. Dias depois, já sabemos, em 31 de Março reunia-se, na cidade de Bagé, o Congresso Federalista⁶⁰³, que seria melhor designado se recebesse o nome de Congresso Parlamentarista. Constava como natureza e fins do Partido a missão e razão de ser, consagrados em seus “*programmas de 31 de Março de 1892, de política estadual, e 23 de Agosto de 1896, de politica nacional, a propaganda das doutrinas parlamentaristas e para o exito della*”. Em seguida, no Numero 2 “*Propugna a revisão da Constituição Federal, para modelar a Republica Federativa, de accordo com os principios do governo parlamentar, praticados na generalidade dos paizes de regimen representativo*”⁶⁰⁴.

Deste Congresso de 23 de agosto participou o Dr. J. J. Seabra, que esteve envolvido na revolta da esquadra e que durante algum tempo foi fervoroso defensor das ideias parlamentaristas. Em 1892 Silveira Martins fora procurado pelo Dr. A. G. de Miranda Azevedo para fundar em São Paulo um partido republicano parlamentarista. Aliás, quem pensasse em parlamentarismo (e não em federalismo), em movimento parlamentarista, pensava obrigatoriamente no nome de Silveira Martins. Pode-se dizer o grande nome parlamentarista do último decênio do Império e primeiro decênio da República. Seus opositores lançavam-lhe a pecha de monarquista e de restaurador. José

---

⁶⁰⁰ Ibidem, pp. 369-370.

⁶⁰¹ MARTINS, J., 1929, pp. 363-370. O autor alega, nas páginas 370 e 371 desta obra, ser falaciosa tal conversa de Silveira Martins e Floriano, que o assunto entre ambos teria ficado restrito às obras da barra do Rio Grande.

⁶⁰² ESCOBAR, 1983, *passim*.

⁶⁰³ MARTINS, J., 1929, pp. 370- 373.

⁶⁰⁴ PARTIDO REPUBLICANO FEDERALISTA, 1920, p. 24.

Julio o defende, com maestria, anos mais tarde: “*Porque accusavam Silveira Martins de monarchista? Por nao se haver lançado, como tantos outros, nos braços dos vencedores de 15 de novembro? Na monarquia, era considerado republicano. Veio a Republica, passaram a consideral-o monarchista...*”⁶⁰⁵.

Na republica parlamentar o povo intervinha mais eficazmente na vida política, pois haveria responsabilidade do governo perante o parlamento. Na República Presidencialista, ao contrário, o Executivo reduz muito a colaboração do Legislativo, afastando-se, assim, a vontade popular na vida política para o bem supremo do Estado⁶⁰⁶. O regime parlamentar foi a escola de Silveira Martins. Permitiu, entre nós, a composição magnífica dos mais belos talentos políticos que nossa história já viu. Havia, incontestavelmente (segundo Osvaldo Orico), “*mais dignidade, mais independência, mais civismo entre os homens que atravessaram o cenário político do Império*”. Essa observação aliás, “*tem ocorrido a todos ou a quasi todos os sociólogos e observadores da nossa história*”. Esta conclusão não é nostálgica nem excesso de admiração ou encantamento. Apenas uma observação real do “*ambiente e dos valores que nele se moveram e nele atuaram*”. Os homens são os mesmos, os traços de caráter e de homens públicos distanciam-se tanto. A razão “*deve ser atribuida á prática do regimen parlamentar*”⁶⁰⁷. Bateu-se Silveira Martins incansavelmente por estas ideias e contra as forças políticas de Castilhos e Floriano. Estes intrepitos defensores do presidencialismo *a la Comte*, tinham em Gaspar o seu pior rival. Temiam o poder parlamentar e o prestígio do tribundo rio-grandense. Em resumo: gasparismo e parlamentarismo eram sinônimos, um atrelava-se ao outro numa simbiose perfeita.

A bandeira de Gaspar Silveira Martins marcou tanto o pensamento político rio-grandense que inúmeros parlamentaristas gaúchos seguiram sua trajetória, sem contar que em vida, muitos solicitavam seu apoio político. Os próprios dissidentes Castilhistas, quando fundaram o Partido Republicano Liberal, fruto do “*racha republicano*” procuraram abrigo junto ao Partido Federalista, em 1897⁶⁰⁸. Em 1892, diversos republicanos dissidentes (João de Barros Cassal, J. F. de Assis Brasil, Demétrio Ribeiro e Homero Batista) queriam por todos os meios, atrair para as fileiras dissidentes,

⁶⁰⁵ MARTINS, J., 1929, pp. 380.

⁶⁰⁶ JACQUES, 1943, p. 140.

⁶⁰⁷ Os trechos citados são de ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre: do Globo, 1935, pp. 78-79.

⁶⁰⁸ FRANCO, S., [19__], p. 12-13.

Silveira Martins e seus correligionários. Não lograram êxito. A repulsão desfechada por Silveira Martins não impediu uma segunda investida em 1897, desta vez pela iniciativa de Homero Batista, que propôs a Silveira Martins a coalisão dos partidos. A esta investida teria Gaspar Silveira Martins batido em seu ombro e respondido paternalmente: “*Meu caro amigo, és muito moço para convenceres um velho!*” Completando a resposta com a célebre frase: “*Idéias não são metais que se fundem!*”⁶⁰⁹

O autoritarismo de Castilhos suscitara resistências dentro do próprio partido, gerando um racha entre os republicanos. Os antigos aliados do governo estadual – desconformes com a política aplicada por Júlio de Castilhos – fundaram o Partido Republicano Liberal. A nova ideologia partidária queria a revisão, no todo ou em parte, do texto da Constituição Estadual, pois esta devia verdadeiramente adequar-se aos ditames expressos no texto federal. Defendia-se também a defesa da autonomia municipal. O Partido Republicano Liberal tentou fundir-se com o Partido Federalista em 1897. Tal fusão partidária foi rechaçada tanto por Gaspar Silveira Martins, quanto pela reincorporação de algumas lideranças do Partido Republicano Liberal ao próprio Partido Republicano.

61. A morte de Silveira Martins e a trajetória da Revolução Republicana Federalista Parlamentar

Com a Morte de Gaspar Silveira Martins, em 23 de julho de 1901, todos questionavam qual seria o desfecho, qual seria a trajetória *pos mortem* do ideal do tribuno. Continuariam seus correligionários a Revolução Republicana Federalista Parlamentar? O Congresso de Bagé convocado para 1901 indicava que sim. O partido não havia esmorecido, com a morte do tribuno. Mantiveram a essência do pensamento de Gaspar, com pequenas modificações e atualizações do programa partidário. Os senhores Rafael Cabeda, Pedro Moacyr, Alcides Lima e Barros Cassal trabalharam neste *desideratum*, sendo que nomearam uma Comissão incumbida de representar a oposição do Rio Grande do Sul na Convenção Nacional, na Capital Federal, que organizaria a revisão da Constituição de 1891. Tal revisão não vingou. O Congresso de

---

⁶⁰⁹ JACQUES, 1943, p. 141.

1901 elegeu os membros do Diretório Federalista⁶¹⁰, num clima de tensão. Falava-se em nova revolução, tanto que dos nove integrantes do diretório federalista, seis haviam participado da “revolução federalista”⁶¹¹.

A luta eleitoral *pro forma* dava sempre vitória ao Partido Republicano Rio-Grandense. As leis eleitorais, desde o Regulamento Alvim, de 1890, bem como os decretos e regulamentos subsequentes eliminavam a concorrência ao pleito. O alistamento adstrito aos governos municipais, eram invariavelmente exercidos pelos membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Somente com a Lei Rosa e Silva, com a inclusão do Judiciários no alistamento, garantiu-se certa seriedade nas eleições. A lei nº 1.269 de 15.11.1904, ajustava a representatividade das minorias. Borges de Medeiros, sucessor de Castilhos ao Governo do Estado, negou aplicação ao dispositivo da Lei Rosa e Silva. A tese do Presidente do Estado era pela inconstitucionalidade, pois a lei ofenderia a autonomia do Estados. O judiciário respaldou a tese de B. de Medeiros, porém no tocante ao alistamento aceitou os ditames da nova lei. No ano de 1905 o judiciário acompanhou ativamente o alistamento, constando o nome do alistado e sua respectiva filiação partidária. Existe prévia eleitoral mais perfeita? Os chefes municipais (só com a inscrição) telegrafavam praticamente com o resultado final do pleito⁶¹².

No pleito de 1906, pela primeira vez o Partido Federalista disputou, de fato, as eleições parlamentares federais, com certo êxito. Conseguiu eleger um deputado, em cada um dos distritos em que se dividia o Rio Grande do Sul. No primeiro distrito foi eleito Wenceslau Escobar; no segundo distrito eleito Francisco Antunes Maciel e no 3º distrito Pedro Gonçalves Moacyr. Três figuras de grande destaque político do Estado. Wenceslau Escobar (1857-1938), antes da proclamação da república, tinha aderido ao Partido Republicano. Conflitando com Castilhos, aliou-se à Barros Cassal e participou da fundação do Partido Federalista. Só conseguiu retornar à Câmara na legislatura de 1926/1928, embora estivesse sempre na linha de frente da oposição à Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Francisco Antunes Macial (1836-1917) fora deputado provincial e Ministro do Império no gabinete do Conselheiro Lafayette. Foi também um dos fundadores do Partido Federalista. Pedro Gonçalves Moacyr (1871-1919), desde jovem

---

⁶¹⁰ Joca Tavares, como Presidente, Antônio Prestes Guimarães, Alcides Lima, Felipe Portinho, Estácio Azambuja, José Bonifácio da Silva Tavares, Saturnino Arruda, Rafael Cabeda e Fortunato Barreto.

⁶¹¹ FRANCO, S., [19__], pp. 18-19.

⁶¹² FRANCO, S., [19__], pp. 19-24.

ligado ao Partido Republicano-Federalista, também enfrentou problemas com Castilhos, integrou-se ao Partido Federalista⁶¹³.

O Partido Federalista com dissidências internas, começa a perder força. Sua capacidade operacional é comprometida em razão de problemas levantados no 3º Distrito Eleitoral, havendo Carlos Ferreira Ramos contestado perante a Câmara dos Deputados, os resultados proclamados, pois Pedro Moacyr, com 14.135 votos ficou na sua frente, com 10.430 votos. De outro lado, os dissidentes republicanos começavam a se organizar, sendo que em 1907, articulavam-se para disputar o Governo do Estado, com a candidatura de Fernando Abbot. Esperaram, em vão, o apoio dos federalistas. O episódio de 1907 – que redundou, momentos depois, na criação do Partido Republicano Democrático – comprova a desordem que imperava no seio dos partidos oposicionistas, o que contribuía à longevidade do PRR. Em 20 de setembro de 1908, em Santa Maria, Assis Brasil discursou na fundação do Partido Republicano Democrático. Afirmou, nesta data, contrapor-se ao parlamentarismo, embora aceitasse outros pontos defendidos pelos federalistas⁶¹⁴. Aceitava a revisão da Constituição Estadual, porém, rechaçava, de plano, qualquer coligação com os partidários do parlamentarismo⁶¹⁵.

Nas eleições de 1909 e 1912 os federalistas perdem cadeiras na Câmara. Rafael Cabeda não conseguiu se eleger pelo 1º Distrito. As divisões internas enfraqueciam o partido. Em 1909, o Partido Federalista, que na legislatura passada, elegera três deputados, só conseguiu reeleger Francisco Antunes Maciel pelo 2º Distrito e Pedro Moacyr pelo 3º. Em 1912, os federalistas obtiveram resultado ainda pior, apenas Pedro Moacyr se reelegeu pelo 3º Distrito. Em 1913, diante de muitas críticas que o Estado recebia pelo não reconhecimento integral da Lei Rosa e Silva, Borges de Medeiros propõe uma revisão da lei eleitoral, modificando o sistema de alistamento, assegurando um sistema proporcional, ampliando a representação das minorias, Lei nº 153, de 14.07.1913. O artigo 81 permitia à todas as opiniões políticas representação proporcional de suas forças eleitorais. Esta lei abriu caminho às futuras reformas eleitorais municipais, dando-se, também, maior representatividade às minorias nos Conselhos Municipais. A eleição de 20 de agosto de 1913 admitiu votar os eleitores

---

⁶¹³ Ibidem, pp. 24-25.

⁶¹⁴ FRANCO, S., [19__], pp. 25-27.

⁶¹⁵ A posição inicial de Assis Brasil, posteriormente é amenizada, conforme veremos no tópico subsequente. Sabe-se, também, que tal partido não ganhou o reconhecimento necessário, morrendo praticamente no nascimento. Ficou dele apenas o célebre discurso de Assis Brasil.

inscritos sob o regime das leis anteriores, o que causou enorme decepção aos maragatos federalistas que fizeram apenas uma cadeira, elegendo o alegretense Jorge Pinto⁶¹⁶.

Em Porto Alegre, a Lei Municipal nº 77, de 4 de agosto de 1916, implantou o novo sistema eleitoral, o de representação proporcional que aumentava as chances da minoria. A eleição de 1915 registrou pequena recuperação da bancada federalista, pois Francisco Antunes Maciel Júnior foi eleito pelo 2º Distrito, e Rafael Cabeda, pelo 3º. Em 1917 ocorre o já mencionado Congresso Federalista, reunindo maragatos de todo o Estado, no Clube Caixeiral de Porto Alegre. O Correio do Povo dedicou-lhe extensas notícias, de 23 a 29 de março. O jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano, publicava editoriais agressivos e debochados, tentando desmerecer a reunião dos oposicionistas. O Congresso Federalista seguiu, com pequenas alterações, o testamento político de Gaspar Silveira Martins. Suprimiu-se, entretanto, algumas regras acerca do funcionamento dos gabinetes. Propugnava-se pelo voto obrigatório, dentre outras reformas pontuais. Na essência, o ideário político de Silveira Martins permanecia vivo. O Diretório Central foi eleito, porém, constatação jocosa fazia *A FEDERAÇÃO*, em 27 de março: “*Congresso de fósseis*”. De fato, destacava-se na composição do Diretório as velhas figuras federalistas⁶¹⁷.

De fato, não se pode negar a hegemonia *castilhismo-borgismo* que imperou no Estado. O sistema eleitoral os favorecia. De outro lado, os quadros federalistas não eram renovados. As eleições de 1918, à Câmara Federal, novamente confirmavam a inexpressividade dos federalistas, já que foram derrotados nos três círculos eleitorais do Estado. O único distrito em que poderiam ganhar o pleito, lançaram dois candidatos, Rafael Cabeda e Pedro Moacyr. O resultado era óbvio: ambos perderam. Além disso, houve “*negligência*” nos trabalhos de alistamento no 3º Distrito, dificultando ainda mais a votação dos federalistas. Depois dessa derrota, ampliam-se as divergências dentro do Partido Federalista. A dissidência continuou quando Pinto da Rocha e Cabeda foram indicados ao pleito pelo 3º Distrito. Reiteravam o erro cometido em 1918. A dualidade “*Pintistas*” e “*cabedistas*” foi para os Jornais. Em Bagé, o *CORREIO DO SUL*, defendia os “*Pintistas*”. Em Santana do Livramento, o *MARAGATO*, os “*cabedistas*”. Quem perdia? O Partido Federalista⁶¹⁸.

⁶¹⁶ FRANCO, S., [19__], pp. 27-29.

⁶¹⁷ Neste momento aprovou-se um “voto de saude e gradidão a Silveira Martins, Joca Tavares, Prestes Guimarães e Gumercindo Saraiva”. FRANCO, S., [19__], pp. 29-32.

⁶¹⁸ Ibidem, pp. 29-35.

62. A ascensão de Assis Brasil e o conflito com os federalistas

O *castilhismo-borgismo* não dava trégua ao Rio Grande do Sul. Entranharam-se no comando do Estado por mais de 30 anos. A classe pecuarista Rio-Grandense, descontente com a política governista, enxerga em Assis Brasil o candidato da oposição capaz de evitar o quinto mandato. Causa estranheza, à primeira vista, que os federalistas, cujas convicções parlamentaristas eram constantemente hostilizadas por Assis Brasil⁶¹⁹, tenham acolhido e se coligado, aos *assisistas*. Mas nem todos os federalistas estavam com Assis Brasil. Dissidência sentiu-se entre os federalistas de Santana do Livramento. Entretanto, o Diretório Central do Partido, reunido em Bagé, sacramentou tal união. A candidatura, na forma como se deu, fez com que Assis Brasil se afastasse um pouco da sua tradicional intransigência para com os maragatos, dando ao programa de governo um aspecto *sui generis*, pois reunia aspectos do *parlamentarismo* originários do velho Gaspar Silveira Martins, misturado com o presidencialismo de Assis Brasil⁶²⁰.

Na Campanha eleitoral de 1922 engajaram-se federalistas e assisistas. Sem um programa claro e definitivo, acabaram derrotados nas urnas, e não conseguiram reformar a Constituição do Estado. Os maragatos de 1893, perdendo a eleição e sem um plano de governo bem definido, empenharam-se na insurreição de 1923, para evitar o 5º mandato de Borges de Medeiros. A sedição começou em janeiro de 1923, em Carazinho, e foi proclamada pelo deputado estadual Artur Caetano da Silva. Felipe Portinho, Leonel Rocha, Honório Lemes, Estácio Azambuja, Belisário Batista, eram todos veteranos da revolução federalista de 1893-95. A eles somaram-se numerosos republicanos dissidentes, e o processo de pacificação, engendrado pelo Presidente Bernardes, operacionalizou-se somente quando o ministro da Guerra, o Sr. General Setembrino de Carvalho, abre as negociações na conferência de Bagé, em 15 de novembro de 1923, dirigindo-se à oposição, com patriotismo e respeito: “*meus dignos*

---

⁶¹⁹ Fato a ser pesquisado e apurado com mais vagar é que Assis Brasil penitenciava-se, por vezes, da sua fórmula presidencialista. O esquema na cabeça do ilustre Diplomata não era tão fechado como pensamos, e foi atestado pelo próprio Raul Pilla, ao dizer no Correio do Povo, no começo de 1947: “mais de uma vez ouvi eu Assis Brasil penitenciar-se da classificação então dada à sua fórmula, pois o que importava era o sistema e não o nome, e as denominações antitéticas – parlamentarismo e presidencialismo – só serviam para complicar um problema, que se deveria resolver objetivamente”. BROSSARD, Paulo. **J. F. de Assis Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre: EST, 2004, p. 80.

⁶²⁰ FRANCO, S., [19__], pp. 37-38.

*patrícios... Quis o eminente Sr. Presidente da República, cujos atos são sempre inspirados pelo mais acendrado patriotismo...*⁶²¹

Nesta pacificação de 1923, ficou acertado que reservar-se-iam nas eleições de maio de 1924, independentemente dos resultados das urnas, cadeiras a título de representação das minorias, tanto na Câmara Federal, quanto na Assembleia Legislativa. O resultado foi positivo, tendo em vista que no pleito eleitoral de 1925-27, cinco deputados oposicionistas subiram à Assembleia dos Representantes. Deles, dois filiavam-se à Aliança Libertadora (Simões Lopes Filho e José Agostinelli), dois ao partido Federalista (Olímpio Duarte e Demétrio Xavier), o último, Bittencourt de Azambuja, a uma dissidência do Partido Republicano⁶²². Entre os próprios oposicionistas (federalistas e assisistas) o clima não era nada amistoso. Os *federalistas* opunham-se, de certa maneira, aos que se filiavam à *Aliança Libertadora*. Os *federalistas*, de um lado atacavam os seguidores de *Assis Brasil*; de outro, pela figura de *Demétrio Xavier*, exerciam oposição ao governo do Estado. No plano federal, não hostilizavam *Artur Bernardes*, muito menos se opuseram à candidatura de Washington Luís. Os *libertadores*, liderados por *Simões Lopes Filho*, opuseram-se fortemente ao governo federal, solidários que eram da postura insurrecional de *Assis Brasil*, o qual – em exílio voluntário no Uruguai – apoiava o movimento armado, lançando, em 21 de abril de 1925, como presidente da Comissão Executiva da Aliança Libertadora, manifesto incendiário pela Revolução⁶²³.

Em 1928 a liderança de *Assis Brasil* solidifica-se, e a 3 de março, na cidade de Bagé, berço esplêndido que acolhera o Partido Federalista, nasceu e se constituiu o Partido Libertador, reunindo membros ilustres, tais como *Assis Brasil* (Presidente interino), vultos destacados do Partido Federalista, como Raul Pilla, Urbano Garcia, Ernesto Médici, Felipe Portinho, Camilo Freitas Mércio e outros. Claro que novamente os federalistas de Santana do Livramento, não admitiam a dissolução do partido. Adeptos e discípulos de Rafael Cabeda, cultores fanáticos do parlamentarismo, não aderiam a qualquer movimento político que não esposasse os ideias parlamentaristas, renovando a irredutível devoção à Gaspar Silveira Martins⁶²⁴.

⁶²¹ Ver as condições da pacificação geral propostas pelo general Fernando Setembrino de Carvalho na abertura da conferência de Bagé, em 15 de novembro de 1923, respondidas pelo representante da oposição no governo do Estado, o Sr. J. F. de Assis Brasil. BROSSARD, 2004, pp. 140-166.

⁶²² FRANCO, S., [19__], pp. 37-38.

⁶²³ Ibidem, p. 38.

⁶²⁴ Ibidem, p. 39.

Foi este tribuno o criador do Partido Federalista. Entretanto, em agosto de 1920, quando o filho de Gaspar, José Júlio Silveira Martins, juntamente com a Cúpula do Partido, resolveram trazer de Montevidéu as cinzas de seu pai, notava-se o prestígio intacto de Gaspar, mesmo que já se passassem largos 19 anos de sua morte. O partido que ele fundara, distanciava-se muito de seus ideais, e estiolava-se em disputas internas, impedindo o consenso necessário para fazer frente à organizada oposição, extinguindo-se em 1828. Entretanto, a projeção de seu legado aprimorou o processo democrático brasileiro, depois de 1930, com o sigilo do sufrágio, o alistamento e o voto obrigatórios, bem como a unidade do direito processual, todas estas bandeiras foram levantadas pelo *Partido Federalista de Gaspar Silveira Martins*⁶²⁵.

63. Raul Pilla continua a tradição parlamentarista de Gaspar Silveira Martins

Raul Pilla figura, dentre todos os parlamentares da República, aquele que “*mais se destacou na pregação do evangelho parlamentarista*”⁶²⁶. Herdeiro da tradição de Gaspar Silveira Martins e um dos fundadores, juntamente com Assis Brasil, do Partido Libertador⁶²⁷, o Médico Raul Pilla dedicou-se à causa parlamentarista com um devotamento igual ou maior do que Silveira Martins⁶²⁸. Destacou-se na Câmara como o pertinaz parlamentar que debateu com Afonso Arinos de Melo Franco qual o melhor Sistema de Governo para o Brasil, o Parlamentarismo ou o Presidencialismo? Na Câmara proferiu Raul Pilla voto em separado à emenda parlamentarista nº 4, de 29 de março de 1949, respondendo ao parecer do relator. Abre o parecer, à semelhança de

⁶²⁵ FRANCO, S., [19__], p. 39.

⁶²⁶ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Prefácio à obra *Presidencialismo ou Parlamentarismo*. In: FRANCO, A., & PILLA, 1999, p. 1.

⁶²⁷ PILLA, Raul. **Em memória de Assis Brasil: Parlamentarismo e Presidencialismo**. Discurso Pronunciado na Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946a, p. 3, tópico: *in memoriam*.

⁶²⁸ Paulino Jacques lhe dava o crédito: “O deputado Raul Pila, que, atualmente, chefia o movimento parlamentarista no país, seguindo a esteira de Gaspar Silveira Martins e Pedro Moacir, apresentou em 1948, emenda constitucional instituindo o regime parlamentar ortodoxo no país, a qual foi assinada por mais de 100 deputados... Em 1951, o deputado Castilhos Cabral ofereceu subemenda ao projeto Raul Pila, procurando conciliar as teses opostas com a instituição de um parlamentarismo heterodoxo, em que os ministros de Estado seriam nomeados livremente pelo presidente da República... Em 1954, o deputado Raul Pila apresentou, novamene, emenda parlamentarista à Constituição, desta vez, com 179 assinaturas. JACQUES, Paulino. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987, pp. 553-555.

Gaspar Silveira Martins, tratando da Ascensão à Liberdade. A liberdade, para ele, “*é o principal problema de governo*”⁶²⁹.

Exemplifica que a Inglaterra conseguiu passar pacificamente, naturalmente, de um governo conservador à um governo socialista, sem rupturas. Passou pelas mais profundas reformas graças aos seu sistema político parlamentarista⁶³⁰. Critica Raul Pilla o Parecer exarado pelo Dr. Afonso Arinos, o qual sobreleva os fatores econômicos e sociais, relegando o sistema político ao segundo plano⁶³¹. Se a questão do sistema político estava superada, perguntava Raul: “por que despende [Afonso Arinos] cerca de setenta páginas para defender o presidencialismo?”⁶³². O regime democrático foi um progresso na marcha da história. A instituição parlamentar é o progresso da democracia representativa. Contra o parlamento que os inimigos da democracia desferem suas críticas. Esmorecendo as prerrogativas do parlamento, esmorece com ela a representatividade e a soberania popular. O inverso é o sistema ideal, se o parlamento desenvolve-se, a influência do povo no governo é aumentado. Se o povo manifesta a vontade política nos seus representantes, é a eles que os governantes devem prestar suas contas⁶³³.

Este o mecanismo de funcionamento do sistema parlamentar, da democracia representativa perfeita. O povo não é o soberano de um dia, o soberano da urna, mas o senhor dos seus destinos, o que deve estar diuturnamente influenciando no governo⁶³⁴. O sistema parlamentar é a obra perfeita da arte da política. Alega-se que o povo não está preparado para praticar este sistema, ou seja, ele é melhor, reconhecemos isto, mas não o praticamos por agora. É um sistema tão perfeito, que se opõe a ele a sua própria perfeição: isto vale para os povos desenvolvidos, para os civilizados. Não seria sua

---

⁶²⁹ FRANCO, A. & PILLA, 1999, p. 114.

⁶³⁰ Ibidem, p. 115.

⁶³¹ PILLA, 1946a, p. 5.

⁶³² FRANCO, A. & PILLA, 1999, pp. 113-117.

⁶³³ Ibidem, p. 115. Aqui reside um dos pontos essenciais do parlamentarismo, qual seja: “Executivo e Legislativo não são independentes entre si... Há interdependência entre Executivo e Legislativo, por um lado, na medida em que o Gabinete (que exerce de fato as funções do Executivo) depende, na sua constituição e na sua permanência no poder, do apoio do Legislativo, isto é, do apoio da maioria parlamentar”. FERREIRA FILHO, M., 1993, p. 9.

⁶³⁴ “Graças a este engenhoso sistema de correlações, característico do regime, responde o Governo perante o Parlamento e responde o Parlamento perante a Nação na qual reside a soberania. O árbitro é sempre o povo, como deve ser nas democracias verdadeiras”. Citando mais a diante Rui Barbosa, que corrobora a tese de ser o sistema parlamentarista melhor que o presidencialista, cita-o expressamente: “Neste confronto as formas parlamentares levariam a melhor; porque mais vale, no Governo, a instabilidade, que a irresponsabilidade”. Em seguida: “Entre um governo instável e um governo irresponsável, não há hesitação possível”. PILLA, 1946a, p. 10.

perfeição e civilização, justamente, um reflexo desse sistema? Não bastasse isto, fácil ver que a nossa experiência presidencialista carrega precedentes deletérios, ditaduras, motins e revoluções⁶³⁵. A revolução federalista aparece na república, muito em razão da inexistência de mecanismos de contenção das crises, de derrubadas de gabinetes, de destituição de ministérios, de responsabilidade ou de moção por desconfiança.

Na Constituinte de 1946 discursava Raul Pilla, em memória de Assis Brasil, de forma lapidar, reafirmando suas concepções parlamentaristas. Para ele declarar-se democrata é muito simples; difícil é dizer que forma de democracia queremos, desejamos, propugnamos. A prática da democracia, para o bom funcionamento do bem público, depende de mecanismos, de boas instituições que a instrumentalize, a operacionalize. “*São as instituições políticas que condicionam a solução dos demais problemas da nacionalidade*”⁶³⁶. Foi o presidencialismo, com hipertrofia do Poder Executivo⁶³⁷ que nos levou a tantas revoluções, ditaduras, rebeliões e revoltas. As lutas no sistema parlamentarista são resolvidas com a maior naturalidade, no sistema presidencial os choques são insolúveis. Esta hipertrofia corroe a democracia, pois o Presidente recebe um mandato popular, mas, depois de investido no poder, escapa à intervenção da opinião pública⁶³⁸.

O Presidente é, no fundo, um monarca eletivo, embora com mandato limitado; caso não use do aparato governamental para reeleger-se sucessivamente. Do presidencialismo à hipertrofia do poder. Da hipertrofia do poder às ditaduras. Das ditaduras às revoluções. Menciona Raul que alguns clarividentes políticos e publicistas dos primeiros anos da República deduziam que este sistema constitucional adotado geraria rupturas e revoluções, como de fato ocorreu e vem ocorrendo. O próprio Raul Pilla em 1909, foi secretário do Diretório Central do Partido Federalista de Rio Grande do Sul. Em 1922 compôs a Aliança Libertadora, levando o nome de Assis Brasil à campanha ao Governo do Estado, tentando evitar o quinto mandato de Borges de

⁶³⁵ FRANCO, A. & PILLA, 1999, p. 117-118; Ver ainda: PILLA, 1946a, p. 6.

⁶³⁶ PILLA, 1946a, p. 5.

⁶³⁷ “De fato, no presidencialismo, o Executivo é o Presidente da República. A ele cabem todas as decisões, pois os ministros são seus meros auxiliares. Ora, no Estado contemporâneo, Estado de bem-estar, as tarefas de cuidar da economia (controle da moeda, promoção do desenvolvimento, comando das empresas estatais etc), de zelar pelo social (saúde, educação, previdência etc.), somadas às tradicionais, ligadas à Administração em geral, à segurança interna e externa, às relações estrangeiras, constituem um fardo acima das forças de um homem, mesmo excepcional”. FERREIRA FILHO, M., 1993, p. 15.

⁶³⁸ PILLA, 1946, pp. 4-7. Ver ainda: _____. **Presidencialismo, Parlamentarismo e Democracia**: a duração do mandato presidencial. Discurso Pronunciado na Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946b, p. 3.

Medeiros. Perdendo as eleições, Pilla foi um dos líderes da Revolução de 1923, que de certa maneira, continuou o conflito entre *chimangos* (partidários de Borges de Medeiros) e *maragatos* (partidários de Assis Brasil). Em 1928 é um dos fundadores do Partido Libertador. Em 1929 um dos criadores da Frente Única Gaúcha, em campanha para eleição de Getúlio Vargas à Presidência. Derrotado nas urnas, eclodiu a Revolução de 1930, do qual Raul Pilla participou ativamente. O sistema de governo propiciara, para Raul Pilla, estas rupturas e crises revolucionárias, perfeitamente sanáveis no sistema parlamentar de governo.

Esgotar o pensamento parlamentarista de Raul Pilla nos levaria à outros rumos que não queremos tomar de momento. O ilustre publicista, mesmo médico, dá interessantes contribuições à tese parlamentarista, combinando-a com a forma federativa de Estado. Repondia com brilho as interpelações que citavam Campos Sales, para afirmar a incompatibilidade do parlamentarismo com a república federativa. A dimensão de seu pensamento o fez conhecido como “*O Papa do Parlamentarismo no Brasil*”. Seus discursos, com diferentes argumentos⁶³⁹, retornavam sempre ao ponto convergente: a superioridade do sistema parlamentar sobre o sistema presidencial. Herdeiro da Gaspar Silveir Martins, aliou-se à Assis Brasil, embora o ilustro político não fosse um parlamentarista convicto. Foi o nobre continuador das ideias parlamentaristas ao longo da República, culminando com a adoção relâmpago do parlamentarismo, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963.

64. O Parlamentarismo de 1961: a tentativa frustrada

Defendido por um número cada vez maior de políticos e estudiosos dos sistemas de governo, o parlamentarismo afigurava-se a solução às constantes crises republicanas. Afinal, eram 40 anos de estabilidade, de paz social na Monarquia Constitucional, contra setenta anos de revoluções, guerra civil, revoltas, rupturas dos mais diversos tipos na República Presidencial. De uma forma ou de outra, os parlamentares questionavam as vantagens dos dois sistemas. Um Presidente suicidava-se, outro renunciava subitamente,

---

⁶³⁹ Ver PILLA, Raul. **Pretensos Defeitos do Sistema Parlamentar de Governo**. Discurso Pronunciado na Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946c, *passim*. Ampara muito seu pensamento parlamentar no pensamento de FERRAZ DE CARVALHO, outro ilustre parlamentarista, com notável obra acerca do sistema parlamentar. CARVALHO, Olimpio Ferraz de. **Sistema Parlamentar: Historia Constitucional e Política**. São Paulo: Piratininga, 1933, especialmente no tópico “No Segundo Império”, pp. 209 e ss.

deixando o Estado descoberto, no ar⁶⁴⁰. Jânio Quadros iniciou seu mandato em 31 de Janeiro de 1961. Sua campanha emblemática (da vassoura) verberava contra o populismo varguista e o desenvolvimentismo de Jucelino, bem como contra a subversão comunista. Jânio Quadros mostrou-se, destarte, simpático desde os primeiros dias às teses comunistas, flertando com Cuba, admirando o Leste Europeu, em total revelia aos compromissos firmados com a base do partido. De outro lado, caçava os corruptos (do governo anterior, é claro), fiscalizava às lideranças sindicais, indispunha-se com o Congresso Nacional⁶⁴¹.

A renúncia do Presidente além de deixar o país descoberto, gerava outro problema, qual seja: a sucessão do Vice-Presidente João Goulart. De um lado, atrelado ao populismo varguista; de outro às reiteradas corrupções de Juscelino Kubitschek. Taxado também de esquerdista. As forças armadas achavam inaceitável este nome, estando divididas as lideranças políticas, entre os partidários e os opositores à posse do Vice-Presidente. A guerra civil prenunciava-se, tanto que se costurou acordo político, para preveni-la. Assim nasceu no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961. O parlamentarismo aplicado, deve-se, em grande parte, à insistência de Raul Pilla, que desde 46 defendia, juntamente com outros parlamentares, a substituição do sistema presidencial pelo parlamentar. Assim esforçou-se em 1948, quando obteve a assinatura de mais de 100 deputados; em 1951, quando o Deputado Castilhos Cabral ofereceu subemenda ao projeto Raul Pilla, numa espécie de parlamentarismo heterodoxo; em 1954, apresentava novamente Raul outra emenda parlamentarista, desta vez com 179 assinaturas⁶⁴². Pode-se afirmar que a semente parlamentarista estava plantada. A Emenda nº 4 sabia onde buscar seus princípios, para implementar o parlamentarismo nos moldes que instaurou.

O texto de Ato Adicional de 1961 estabeleceu um parlamentarismo mais rígido (para não dizer *sui generis*) que o clássico aplicado nas monarquias. Eis o seu funcionamento: Haverá um Presidente da República, eleito por cinco anos, pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. O Poder Executivo é dual, representado pelo Presidente da República (Chefe de Estado), enquanto o presidente do Conselho de Ministros (Chefe de Governo). O Presidente da República possui quatro espécies de atribuições (*legislativas, administrativas, políticas e judiciárias*). Ao presidente do

⁶⁴⁰ TORRES, 1962a, prefácio.

⁶⁴¹ FERREIRA FILHO, M., 1993, p. 70.

⁶⁴² JACQUES, 1987, pp. 553-555.

Conselho de Ministros, de acordo com a vontade da maioria do Conselho, exerce, ainda, três espécies de funções (*legislativas, administrativas, políticas*)⁶⁴³.

Vejamos, primeiramente, as atribuições do Presidente da República. Exerce atribuições *legislativas*, na seguinte ordem: (1) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis; (2) vetar, nos termos da Constituição, os projetos de lei, considerando-se aprovados os que obtiverem o voto de três quintos dos deputados e senadores presentes, em sessão conjunta das duas câmaras (EC nº 4, art. 3º, incisos III e IV); atribuições *administrativas* na seguinte ordem: (1) nomear o presidente do Conselho de Ministros, depois que a Câmara dos Deputados aprovar o nome por voto da maioria absoluta dos seus membros (metade mais um); (2) nomear os membros do Conselho de Ministros, por indicação do presidente do Conselho e com aprovação da Câmara dos Deputados; (3) exonerar o presidente do Conselho de Ministros e seus membros, quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança; (4) presidir as reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente; e (5) prover os cargos públicos federais, civis e militares, com a referenda do presidente do Conselho e do ministro interessado, como condição de validade (EC nº 4, art. 3º, incisos I, II e XIV; e artigo 7º)⁶⁴⁴.

As atribuições *políticas*, na seguinte ordem: (1) representar a Nação perante os Estados estrangeiros; (2) celebrar tratados e convenções internacionais, “*ad referendum*” do Congresso Nacional; (3) declarar a guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas; (4) fazer a paz, com autorização e “*ad referendum*” do Congresso Nacional; (5) permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país, ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente; (6) exercer, através do Presidente do Conselho de Ministros o comando das Forças Armadas; (7) autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprego ou comissão de governo estrangeiro; (8) apresentar mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do país (EC nº 4, art. 3º, incisos V *usque* XII). Restam ao Presidente da República, ainda, atribuições *judiciárias*, na seguinte ordem: (1) conceder indultos e comutar penas, com a audiência dos órgãos instituídos em lei; e, em quatro hipóteses, o Presidente da República pratica

⁶⁴³ Ibidem, pp. 75-76; FERREIRA FILHO, M., 1993, pp. 69-71. TORRES, 1962a, pp. 55-57.

⁶⁴⁴ JACQUES, 1987, pp. 75-77; FERREIRA FILHO, M., 1993, pp. 71-72. TORRES, 1962a, pp. 55-56.

atos sem precisar do referendun ministerial, são eles: (a) nomeação do presidente do Conselho de Ministros; (b) dissolução da Câmara dos Deputados; (c) convocação de novas eleições para a Câmara; (d) nomeação dos membros do Conselho de Ministros provisório (EC nº 4, art. 3º, incisos I; art. 14, § 1º)⁶⁴⁵.

O Conselho de Ministros, composto por titulares de treze pastas ministeriais, sob a presidência do Primeiro-Ministro, é um ente colegiado, com vontade própria, representado pelo seu Presidente, o qual é nomeado pelo Presidente da República, com aprovação pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados (EC nº 4, art. 3º e 8º). As demais pastas ministeriais são nomeadas pelo Presidente da República, por indicação do Primeiro-Ministro, sempre com aprovação *a posteriori* da Câmara, por maioria relativa de votos, i. é., metade dos presentes com força deliberante (EC nº 4, art. 9º, § 1º). O Conselho de Ministros delibera por maioria de votos, ou seja, sete votos contra seis, obrigam o Primeiro-Ministro a tomar a medida aprovada, sendo que o presidente do Conselho só vota em caso de desempate. (EC nº 4, art. 15). A direção e responsabilidade da política de governo cabe ao Conselho de Ministros, cabendo ao Chefe de Estado a suprema inspeção sobre os atos do Poder Executivo⁶⁴⁶. Ao Presidente dos Conselho de Ministros cabia três espécies de funções: (1) Legislativa (iniciativa dos projetos de lei do Governo e o poder regulamentar); (2) Administrativas (remessa à Câmara dos Deputados da proposta de orçamento; prestação de contas anual ao Congresso Nacional); e (3) políticas (manter relações com os Estados estrangeiros, orientar a política externa, decretar o estado de sítios, decretar e executar a intervenção federal), todas atividades reguladas pela EC nº 4, art. 18, I – VII)⁶⁴⁷.

Postos de lado outras peculiaridades exaradas pela EC nº 4, havia previsão nos artigos 22 e 25, para complementação da organização do sistema parlamentar de governo ora instituído, mediante leis votadas, nas duas casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos seus membros, sendo que a lei votada poderia dispor sobre a realização de plebiscito que decidiria sobre a manutenção do sistema parlamentar ou a volta do sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do término do atual período presidencial (ou seja, em abril de 1965), entretanto, foi antecipado para janeiro de 1963 e teve resultado favorável à volta do presidencialismo. Esta foi a experiência frustrada do parlamentarismo da República, que

⁶⁴⁵ JACQUES, 1987, pp. 76.

⁶⁴⁶ JACQUES, 1987, pp. 76-77; TORRES, 1962a, p. 61.

⁶⁴⁷ JACQUES, 1987, pp. 76-77.

em pouco tempo de exercício não pode, sequer, mostrar suas vantagens e desvantagens, sendo que o próprio Presidente João Goulart contra ele manobrava, “fazendo ponto de honra a recuperação dos poderes que lhe tinham sido retirados. Considerava-se ele “emasculado” pela Emenda, o que atentava contra os seus bríos de gaúcho”⁶⁴⁸.

Este sistema de Parlamentarismo idealizado em 1961 funcionaria bem com partidos verdadeiramente nacionais e em pequeno número (dois ou três)⁶⁴⁹, e não com os doze partidos vigêntes no tempo da Emenda Constitucional número dois⁶⁵⁰. Esta rigorosa disciplina partidária, ocorreu entre nós, ao tempo do Império e é o que ocorre, ainda hoje, na Inglaterra, a qual permanece a grande pátria modelo do sistema parlamentar. De modo que o parlamentarismo, para funcionar bem, exigiria reformas na lei eleitoral, ajustando-se a ideologia dos partidos com programas precisos, claros, com ideologia bem definida, evitando-se, portanto, a proliferação partidária que temos hoje, ultrapassando-se o número de trinta partidos, com suas naturais coalizões espúrias. Como nada disso ocorreu, a experiência parlamentarista da república frustrou-se já no nascimento, visto o péssimo funcionamento do sistema. A Emenda Constitucional nº 6, de 23 de janeiro de 1963, revogou a Emenda nº 4, restabelecendo-se o sistema presidencial vigente na Constituição Federal de 1946, finalizando a efêmera e mal fadada experiência parlamentarista da República.

65. O Parlamentarismo na Constituinte de 1988: o plebiscito antecipado

O Sistema Parlamentar não operante e tão mal estruturado ficou adormecido durante o Regime de Exceção, de 1964 à 1985. A abertura política colocou o sistema parlamentar novamente em destaque, de modo que o Projeto de Constituição, formulado pela Comissão de Sistematização, que serviu de base à elaboração da Constituição de 1988, previa o sistema parlamentar de governo. O sistema de governo que vigoraria no País foi objeto de profícuo debate durante os trabalhos constituinte⁶⁵¹. Sabe-se que por conjunturas alheias à vontade de todos, o Presidente eleito Tancreto Neves veio a

⁶⁴⁸ FERREIRA FILHO, M., 1993, p. 73.

⁶⁴⁹ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 181.

⁶⁵⁰ Isto é observado não somente por JACQUES, 1987, pp. 79-80; como também por FERREIRA FILHO, M., 1993, pp. 16-17.

⁶⁵¹ Ver SOARES, Orlando. **Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996-1997, pp. 776.

falecer antes de assumir à Presidência da República. Este não escondia suas predileções parlamentaristas, e engendraria todos os esforços em tal projeto parlamentar, nos trabalhos Constituintes que redundaram no texto de 5 de outubro de 1988. Seu vice, José Sarney, não querendo ser uma “Rainha da Inglaterra” trabalhou abertamente contra o sistema parlamentar, cumulando no Executivo Presidencial a Chefia do Estado e a Chefia de Governo.

O Projeto de Constituição, formulado pela Comissão de Sistematização e que previa o sistema parlamentar de governo, foi arquitetado, segundo Ferreira Filho, da seguinte maneira: (1) eleição direta do Presidente da República, pelo sistema majoritário, o que aparece, inclusive, na Constituição em vigor; (2) o projeto previa um governo composto de um Primeiro-Ministro, com o seu Conselho de Ministros; (3) o Presidente da República nomearia, ouvindo à Câmara dos Deputados, o Primeiro Ministro e, por indicação deste, os demais componentes do Conselho de Ministros; (4) da nomeação, contar-se-ia dez dias, para que o Primeiro-Ministro e os integrantes do Conselho de Ministros comparecessem perante à Câmara dos Deputados, para submeter o programa de governo à apreciação. (5) este programa seria rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros dessa Câmara; (6) neste caso o Presidente da República nomearia um novo Primeiro-Ministro, reiniciando-se o processo; (7) caso este segundo Primeiro-Ministro tivesse seu programa rejeitado pela Câmara dos Deputados, caberia, então, à própria Câmara dos Deputados a eleição do Primeiro Ministro, no último semestre da legislatura; (8) caso não ocorresse a eleição do Primeiro-Ministro, nesse prazo estipulado, o Presidente da República poderia dissolver a Câmara dos Deputados, caso esta não estivesse no 1º ano ou no último semestre da legislatura; (9) não querendo, ou impossibilitado de dissolver a Câmara, o Presidente da República nomearia outro Primeiro-Ministro, o qual indicaria os membros do Conselho de Ministros, que novamente deveria comparecer à Câmara; (10) o Primeiro Ministro e seus Conselheiros ficariam responsáveis perante a Câmara dos Deputados, abandonando a pasta pela recusa de confiança ou desconfiança; (11) a primeira, com o voto da maioria dos membros da Câmara; (12) a segunda, com o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara⁶⁵².

Tal projeto parlamentarista (tão bem detalhado na obra *O Parlamentarismo* de Ferreira Filho) não vingou no seio da Constituinte, seja por leniência, ou insistência de

---

⁶⁵² FERREIRA FILHO, M., 1993, p. 74-75.

José Sarney, que interessadamente propugnava pela ampliação de poderes do Executivo, pretendendo cumular em suas mãos, tanto a Chefia de Estado, quanto a Chefia de Governo. Derrotado o projeto parlamentarista, conseguiu-se, entretanto, arrancar da Constituinte dois artigos, que integram o Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (artigo 2º e 3º). O artigo 3º determinava que a revisão constitucional seria “realizada após cinco, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão bicameral”. A norma citada deveria ser conjugada, com o artigo 2º, do mesmo ADCT, que dispôs sobre a realização do plebiscito, para a definição da forma de governo (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que vigorariam no País⁶⁵³.

O plebiscito em causa, sabemos todos, foi antecipado (aliás à semelhança do que ocorrera com o parlamentarismo de 61) para o dia 21 de abril de 1993, em razão da Emenda Constitucional nº 2, de 25 de agosto de 1992. Caso este plebiscito mudasse nossa forma de governo, ou o nosso sistema de governo, profundas mudanças acarretaria no corpo da Constituição de 1988⁶⁵⁴. Da completude do ordenamento jurídico sabemos que a alteração de um dispositivo, por mais singular que seja (e no caso em exame, não o era), implica, por vezes, a alteração de diversos outros que lhes são conexos. Assim, se a decisão do povo brasileiro fosse pelo parlamentarismo ou pela monarquia, seria o caso de revisarmos, amplamente o texto constitucional, para adequarmos, ditas alterações, aos demais artigos da Constituição. Como o plebiscito concordou com o sistema presidencial de governo e com a forma republicana de governo, não necessitou-se processar todas estas revisões reflexas.

Imperioso assentarmos a oportunidade perdida de termos restabelecido o sistema parlamentar de governo. Na campanha ao plebiscito associou-se, entretanto, a forma de governo com o sistema de governo. A monarquia associava-se ao parlamentarismo e a república ao presidencialismo, o que desviava, de certa maneira, outra possibilidade de combinação. De fato, os monarquistas associaram-se aos parlamentaristas, e os republicanos aos presidencialistas. Não se imaginou uma república parlamentarista. A consulta popular não instauraria a monarquia, talvez aceitasse o parlamentarismo; como ambas foram atreladas, naufragaram juntas. O ideal parlamentarista de Gaspar Silveira

---

⁶⁵³ SOARES, 1996-1997, p. 785.

⁶⁵⁴ Ibidem, pp. 786.

Martins e Raul Pilla ficara com o saudosismo do II reinado, com a duração efêmara de 1961, abortada repentinamente.

CONCLUSÃO

66. A Revolução Federalista consolida a República

Um dos pontos altos da revolução, ainda inexplorado, refere-se à consolidação da república. Proclamá-la foi fácil, mantê-la, nada fácil. Todos estavam surpresos com a facilidade com que se destruiu, na manhã do 15 de novembro de 1889, a Monarquia brasileira. Durante muito tempo foi motivo de controvérsia entre os historiadores, entre os cronistas, o ocaso do Império. O regime monárquico foi consumido pela sua diátese originária. Esgotara a própria seiva. Não interessava às novas gerações; tampouco agradava os velhos políticos do Império. Não era possível, entretanto, que um país dirigido por quase um século, pelo regime monárquico, passasse incólume de perturbações internas, diante da transformação radical que oporeu. Muitos políticos maduros do Império anteviam essa fase de dissolução, de guerras, de conflitos armados. O 15 de novembro refletia, de um lado, o temor em face do inesperado, de outro, a ambição de uma política mais progressista, mais respeitadora das liberdades individuais, a qual abriria novos horizontes, novos rumos.

Prometia-se muito, idealizava-se uma nova era, aspirava-se uma evolução sem precedentes. De fato, a esperança frustrava-se. Os hábitos administrativos dos republicanos primavam pelo favoritismo, pela corrupção, pelo positivismo, pelo corporativismo, pelo autoritarismo, pela fraude às eleições. A mocidade republicana, que assumiu o poder, afastou aquilo que de melhor havia do Império. Aqueles grandes homens, instruídos e afeitos aos problemas públicos, alijados do poder, passaram a opor-se aos republicanos históricos. O império havia caído; o prestígio daqueles líderes, não. O fato de terem excluído do poder o *escol* jurídico-político imperial, complicou, e muito, a consolidação da República. Os problemas não solucionados, ou mal solucionados pelo Império ficaram a cargo da juventude inexperiente republicana. Os problemas econômicos, sociais, financeiros, comerciais, militares, educacionais, de higiene pública... sem contar que a abolição da escravidão gerava o problema da remuneração desta mão de obra livre...

Estes problemas culminariam nas revoltas intestinas, rebeliões e guerras civis. O clima de sedição dominava, portanto, nos primeiros anos da República, em todo o Brasil, embora a maior desordem fosse na Bahia e no Rio Grande do Sul. A oposição e

os velhos chefes liberais e conservadores do Império lançaram-se na campanha de difamação da República, no exterior, principalmente. Panfletos circulavam acusando o movimento revolucionário republicano, bem como a péssima administração dos jovens republicanos. A instabilidade e o desprestígio das forças republicanas fez com que se acentuassem os atos arbitrários. Se, inicialmente, o governo aquiesceu à exigência exclusivista dos Republicanos, a realidade mostrou a necessidade de apoio dos partidos imperiais. Conseguiram, entretanto, sequestrar ao partido Republicano somente o segundo escalão dos políticos imperiais, os quais não conseguiram segurar a marcha revolucionária, que saía dos discursos e ia para as ruas. Em 5 de fevereiro de 1893 a revolução federalista tem seu batismo de sangue, e por longos dois anos testa, verdadeiramente, a permanência da República.

Registre-se, entretanto, que o temperamento de Floriano era muito diferente do de Deodoro. Enquanto Deodoro renunciava às investidas que sofria, e abandonava o posto com a primeira bala de canhão, Floriano, pelo contrário, o *Marechal de Ferro*, mostrava-se aguerrido e valente. Assume o poder em 23 de novembro de 1891, reabre o Congresso fechado por Deodoro 20 dias antes, nomeia para compor o governo ilustres figuras de prestígio nacional, projeta e resgata a imagem internacional do Brasil. Pouco antes da Revolução Federalista, em 19 de janeiro de 1892 subleva-se a fortaleza de Santa Cruz, e em seguida a de Laje. Floriano rapidamente reprime o levante, deixando bem claro que – ao contrário de Deodoro – não se assustaria com os opositores. O teste final foi a revolução federalista, a mais sangrenta delas. Degoladores, de ambos os lados, mostravam a virulência dos combates. As vidas, sem maiores pudores, eram catadas à ponta de lança. O conflito estendeu-se por três estados da federação. Pensou-se, por momentos, que a república cairia, para glória dos restauradores. O triunfo do Marechal consolida, de uma vez por todas, a república. Curiosamente foi a república que se beneficiou da popularidade de Floriano; e não Floriano que se beneficiou da popularidade da República⁶⁵⁵.

67. Gaspar Silveira Martins: paladino da unidade republicana da pátria

Ao contrário de outras revoluções, a revolução federalista, nunca teve um caráter separatista. Gaspar Silveira Martins foi o paladino da unidade republicana da Pátria.

---

⁶⁵⁵ TORRES, 1962b, p. 179.

Admirava o Império por amor à unidade da pátria que ele propiciara. No fundo, Silveira Martins não se importava muito com a monarquia (da qual não idolatrava, nem guardava enorme fetichismo), nem muito com a república. Importava-se era com a liberdade. Com as instituições que propugnassem maior liberdade ao povo, maior unidade nacional, maior participação popular nas deliberações pública. Via, portanto, no sistema parlamentar de governo, o mais condizente com esta ideia de liberdade e de progresso⁶⁵⁶.

Ao retornar do exílio, Gaspar Silveira Martins, demonstra mais uma vez que não fazia questão de regimes. Ao ser entrevistado pelo jornalista Mario de Artagão, declarava-se favorável à reública parlamentar, o regime capaz de manter o imenso Brasil unido e forte. Durante a revolução federalista, repelia veemente, qualquer levante separatista. Certa feira, o Capitão de Fragata Alexandrino de Alencar, lhe propunha a separação provisória da província de São Pedro, remetendo-lhe carta datada de 7 de abril de 1894. Os opositores de Gaspar, maliciosamente, informavam que a carta “*separatista*” havia sido remetida por Gaspar Silveira Martins⁶⁵⁷. Chegaram a forjar uma carta, redigida em espanhol, falsificando a assinatura de Gaspar Silveira Martins. Abalar a autoridade do tribuno, manchar a imagem do líder federalista era o intento. Não fosse seu digno e honrado filho, grande biógrafo do tribuno rio-grandense, talvez se pensasse hoje, ter sido Gaspar um separatista. A leitura dos seus discursos, por si só desmentem o seu “*pretenso intento separatista*”. Repita-se: o que ele mais admirava no Império, é que a forma monárquica conseguiu manter nossa unidade nacional.

Já pacificada a revolução federalista, Gaspar Silveira Martins, novamente entrevistado, agora pelo “Jornal do Commercio”, em data de 14 de Fevereiro de 1896, teve a oportunidade de reiterar seu pensamento acerca da república parlamentar, como garantidora de uma pátria unida e forte. O então jornalista Tobias Monteiro, teve a oportunidade de questioná-lo, dentre outras coisas, se, no caso de explodir nova guerra civil no Rio Grande, o tribuno seria pela separação do Estado, como conclamavam à epoca alguns federalistas? A resposta de Silveira Martins merece reprodução: “*Fóra de toda duvida, e, por isso, acabo de dizer-lhe que a revolução só por patriotismo depoz as armas, para não levantar o estandarte separatista*”. Nesta entrevista (“Jornal do Commercio”, Rio, 14.2.1896”), afirmava que o exército

⁶⁵⁶ JACQUES, 1943, pp. 159-166.

⁶⁵⁷ Tal carta consta no arquivo particular de José Julio Silveira Martins, e chegou às mãos de Paulino Jacques, o qual citamos: JACQUES, 1943, pp. 166-168.

revolucionário, unanimemente, encaminhava-lhe o estandarte da independência. Gaspar escutava, na época, o Contra-Almirante Saldanha da Gama, que sugeria ou o *separatismo*, ou a *restauração*, mas que deixava a deliberação ao eminente Silveira Martins⁶⁵⁸.

Silveira Martins não quis nem um (separatismo), nem outro (restauração). Dizia que o Rio Grande do Sul é um Estado, entre vinte que tem a federação. Que direito teria o Rio Grande a impor aos demais a forma de governo? Arrematava dizendo que a federação já estava esmorecida, quase quebrada. Aí, talvez, resida a necessidade de ter defendido um federalismo centrípeto e não centrífugo. Sentia a total desagregação do país. Retrocedia na marcha da revolução, pois sentia que o primeiro Estado a desprender-se do Brasil, daria sinal verde à dispersão geral. Teria dito: “Se nossa pobre Pátria está destinada, como parece que está, a pulverizar-se em republiquetas, não tenha o Rio Grande a triste gloria de começar a destruição”. Aqui uma das grandes virtudes do tribuno parlamentarista. O sabido apanágio, reiterado no jargão comum, costumava dizer: “*guerra é guerra... sabe-se como começa, não se sabe como termina*”. Aqui, talvez, a maior virtude do tribuno: evitou ao máximo deflagrar a guerra civil, sabendo como terminaria (separatismo), abortou, honrosamente o intento, o que lhe vale a alcunha de paladino da unidade republicana da pátria⁶⁵⁹.

68. A bandeira parlamentarista de Gaspar Silveira Martins

A Unidade Nacional, seja na república ou na monarquia, necessitava do sistema parlamentar de governo. Gaspar Silveira Martins personificava o parlamentarismo brasileiro. Obsecado pelo sistema de governo, era considerado o *primus inter pares*, do Rio Grande, na defesa deste sistema parlamentar. Retornando do exílio, chega a Porto Alegre em 21 de Fevereiro de 1892. Recém chegado se dá conta da balburdia que havia gerado no Estado a república federalista presidencialista. De 15.11.1889 até sua chegada no Rio Grande do Sul, em 21.02.1892, passaram pelo Governo do Estado, mais de dez presidentes. Aqui um importante argumento dos parlamentaristas contra os presidencialistas. Não seria o regime parlamentar, um regime instável, com empreendimentos de curta duração, que nada realiza? Gaspar Silveira Martins era

---

⁶⁵⁸ JACQUES, 1943, pp. 168-170.

⁶⁵⁹ Ibidem, pp. 170-171.

consciente que os gabinetes de curta duração caíram não por vícios do sistema parlamentar, mas sim pelas próprias fraquezas dos líderes que os geriam naquele momento. Acusado o parlamentarismo da instabilidade dos Gabinetes, assistia o presidencialismo a instabilidade total dos governos estaduais, quando não o caudilhismo local. Líderes políticos que se perpetuavam no poder por décadas. Não esqueçamos que o *castilhismo-borgismo* feudalizou o governo do Estado por longos 30 anos.

Silveira Martins, homem culto e letrado, sabia bem os vícios do presidencialismo. A inviabilidade e o mal funcionamento do presidencialismo, que pelo *Impeachment* nada conseguia de efetivo à alternância do poder. Governo irresponsável, em que o povo dificilmente controlava o executivo, já que o parlamento não controla, nem fiscaliza o governo, e *vice-versa*. Este *modus operandi* presidencialista afasta-se do melhor sistema de governo, pois repele a participação do povo na fiscalização do executivo, deixando-o menos livre. Este sistema não prevê um poder árbitro entre os demais poderes, um poder neutro e suprapartidário que controle e efetive políticas nacionais. Pelo contrário, é o sistema da concentração de poderes nas mãos do Presidente. Responde ele pela Chefia do Estado e pela Chefia do Governo (atualmente chefia também a Administração). Partidariza os valores da Nação, desgasta a figura do presidente, com problemas políticos diários, que caberia ao Primeiro Ministro, o qual deveria ser indicado pela Câmara, formando maioria, e sendo responsável enquanto tiver apoio político partidário.

Consciente de tal realidade, dias depois de chegar à Capital do Estado, em 31 de março de 1892 reunia-se Silveira Martins, com seus correligionários, na Cidade de Bagé. Nesta data organiza o Congresso Federalista, que resulta na criação do Partido Federalista Rio-Grandense, que seria melhor designado se recebesse o nome de Partido Parlamentarista. Em que pese recebesse o nome *federalista*, a missão do partido claramente “*propagandeava as doutrinas parlamentaristas e para o êxito dela*”. A orientação parlamentarista de Gaspar constava tanto dos programas de 31 de Março de 1892, de política estadual, quanto do de 23 de Agosto de 1896, de política nacional. Nos dois programas “federalistas”, a missão do partido é a operacionalização do sistema parlamentar de governo⁶⁶⁰. Criticava Gaspar Silveira Martins o processo pelo qual elege-se o Presidente da República, remanescendo, à época, “*o único país em que essa eleição é feita pela massa popular*” arrematava criticamente: “*um milhão de ignorantes*

---

⁶⁶⁰ PARTIDO REPUBLICANO FEDERALISTA, 1920, *passim*.

não faz um sábio”⁶⁶¹. O Presidente deve ser eleito pela Assembleias estaduais, ou então pela Câmara e Senado reunidos. Suscita a necessidade de responsabilidade dos ministros, saindo das Câmaras e sujeitos à reeleição, buscando o regime da liberdade, promovendo os mais capazes. Criticavam Silveira Martins, ponderando que os ministros serão reeleitos sempre. O tribuno rechaçava: “*nos tempos do Império muitos não conseguiram ser, como Pedro Luiz, Paula e Souza, Portela e o proprio visconde do Rio Branco, além de outros*”⁶⁶².

Em que pese não pormenorizadamente detalhado, o parlamentarismo de Gaspar Silveira Martins, seguia as linhas gerais dos parlamentarismos europeus. Governos responsáveis, moção de desconfiança, chefia de Estado separada da Chefia de Governo, Ministério chancelado pela Câmara, com apoio e maioria desta. Este regime propiciava maior liberdade ao cidadão. Era o regime onde os homens sabiam esperar, conformavam-se com o ostracismo, já que firmavam-se nos partidos políticos (os quais possuíam ideologia definida, e apresentavam-se em número reduzido), tinham ideias políticas e não mudavam de opinião ao sabor dos ventos. O. Orico lembra o caso do deputado que trocou de partido, ao discutir a abolição (mesmo sendo uma questão nacional), recorda o escândalo que se fez⁶⁶³, fato que os políticos imperiais nunca esqueceram... na República incontável seria o número destas “*conversões*”. Não eram, portanto, contaminados aforisticamente pelo epitáfio do regime presidencialista: “*fora do poder, não há salvação*”. Medeiros e Albuquerque relembra as famílias tradicionais ligadas a um partido, com o qual subiam, com ao qual passavam ao ostracismo, por longos períodos⁶⁶⁴. Estes bons hábitos políticos que Silveira Martins queria preservar com o sistema parlamentarista.

69. O parlamentarismo de Raul Pilla: a herança parlamentarista de Silveira Martins

Estes bons hábitos, queria preservar também Raul Pilla. Intrépido defensor do parlamentarismo, mereceria, talvez, os mesmos louros que recebeu seu mestre Gaspar

---

⁶⁶¹ ORICO, 1935, p. 394.

⁶⁶² Ibidem, p. 394.

⁶⁶³ Ibidem, p. 80.

⁶⁶⁴ ALBURQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e. **Parlamentarismo e Presidencialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1932, pp. 128-129.

Silveira Martins. Ambos “discípulos” do velho Fausto – de Goethe – alimentaram uma enorme devoção à causa parlamentarista. Um sonho, sonho de transformar o Brasil, de transformar a América, no continente da fraternidade. O próprio R. Pilla reconhece que o belo e antigo sonho está se dissipando, e “*Mefistófeles parece dominar a cena*”⁶⁶⁵. Todo seu esforço para a constituição do parlamentarismo da Emenda Constitucional nº 4, que redundou no Ato Adicional de 2 de setembro de 1961, caía em 1963.

Do discurso que proferiu na Sessão da Câmara em 21 de agosto de 1963, até a deflagração do regime militar de 1964, sete meses se passaram. Antevia a tempestade no céu do território brasileiro. Neste interregno, cuidou ativamente de alertar a Câmara do que estava ocorrendo, cobrando a necessidade e a consciência do dever de cuidar dos destinos da Nação. Parte importante deste esforço foi preparar a nova Reforma Parlamentarista, que, caso tivesse vingado, talvez o regime de 64 não tivesse ocorrido. Neste trabalho, colaborou com Raul, o dileto amigo Aliomar Baleeiro. A emenda parlamentarista foi subscrita por mais de dois terços da Câmara dos Deputados, a iniciadora, porém seu andamento foi obstaculizado pelos mesquinhos interesses partidários. Aproximava-se as eleições estaduais, e a vanguarda política brasileira preferiu aguardar, primeiramente, qual o desfecho das eleições locais, o que resfriou os trabalhos, e a Comissão Especial sequer se reuniu para emitir parecer a Emenda da Constituição. Neste período, organizou-se também a Ação Democrática Parlamentar, por iniciativa do Deputado João Mendes da Costa Filho. Finaliza o próprio R. Pilla: “*neste sombrio período, foi ele o único sinal de vitalidade democrática, antes que os desmandos presidenciais tornassem inevitável a revolução*”⁶⁶⁶.

Em 4 de julho de 1964, continua Raul Pilla sua pregação pela reforma parlamentarista. Neste discurso proferido na Câmara, critica a democracia latino-americana, em geral, que só tem uma existência efêmera, “*a do dia da eleição*”. Democracia não é só eleição. Muitos países despóticos originam-se de eleições e plebiscitos. Democracia é, segundo R. Pilla, governo segundo a opinião pública. O influxo popular sobre o governo deve ser contínuo, constante, regular. O sistema presidencialista, portanto, corresponde à uma forma rudimentar de democracia. Somente o sistema parlamentar realiza plenamente tal influxo fiscalizatório. Sem contar a

⁶⁶⁵ Ver as palavras iniciais do discurso de Raul Pilla, proferido na sessão de 21 de agosto de 1963, o qual integra sua obra: PILLA, Raul. **A Revolução Julgada**: a crise institucional. Porto Alegre: Lima, 1969, p. 11.

⁶⁶⁶ PILLA, 1969, p. 15.

experiência parlamentarista universal, existe a experiência de quarenta anos do Segundo Reinado. Experiência, por sinal, bem sucedida, se comparada com os setenta anos catastróficos do presidencialismo, hoje mais de setenta...⁶⁶⁷.

Noutro discurso da Câmara, proferido em 11 de junho de 1964, reitera a tese de Gaspar, embora não tão enfaticamente, acerca da eleição direta da Presidência da República. Melhor seria, embora não resolvesse o problema, a eleição do Presidente pela Congresso Nacional. Evitar-se-ia muito mais as obras revolucionárias do Brasil e da América Latina com o sistema parlamentar, visto que a Presidência da República, reduzida a suprema magistratura da nação, perderia todos atrativos para os homens sedentos de mando, de poder. Nenhum homem amante do poder pelo poder, candidatar-se-ia a um cargo que, segundo o senso comum, não passaria de uma peça decorativa. Neste sistema o centro de interesse passará a ser o cargo de Presidente do Conselho, o qual poderia, igualmente, ser sequestrado por homens sedentos de poder. Em favor desse sistema parlamentar argumenta R. Pilla, no presidencialismo o cargo de Chefe de Governo é irremovível na vigência do seu longo mandato. No parlamentarismo, fica dependente da confiança parlamentar, podendo a qualquer momento, ser destituído, mediante uma moção de desconfiança⁶⁶⁸.

Quanto à derrota do plebiscito, Raul Pilla teceu importantes considerações. Primeiramente pondera que historicamente os plebiscito serviu para estabelecer, ou consolidar o despotismo. O plebiscito antecipado para 6 de janeiro de 1963 não fugiu a regra. João Goulart, insatisfeito com as restrições que lhe impôs o Ato Adicional, arrancou do Congresso a antecipação da manifestação popular. Este o primeiro vício, antecipá-lo, de modo que tal ato é nulo e írrito, formalidade constitucional desrespeitada, nos moldes do artigo 25 cc 22 do Ato Adicional de 2 de setembro de 1961. Além do vício formal, há outro a relevar. O resultado, não completamente apurado, resultou da mais despudorada propaganda oficial. Se não usou o Presidente dos cofres públicos, de maneira direta, para a campanha; utilizou-se de maneira indireta, arrecadando das classes produtoras, *“cuja lamentável dependência em face dos governos, principalmente se arbitrários e desonestos, é notória”*. A nulidade é atacada por Raul Pilla, tanto no âmbito formal, quanto no âmbito moral, fruto da habilidade e

---

⁶⁶⁷ PILLA, 1969, p. 19-23.

⁶⁶⁸ Ibidem, pp. 23-28.

solécia do Sr. João Goulart⁶⁶⁹. Os princípios fundamentais (do parlamentarismo) são imutáveis, cabe-nos a preservação e o desenvolvimento. Porém, mesmo fundamentais e imutáveis, estão sujeitos a eclipses⁶⁷⁰.

70. A doutrina positivista de Augusto Comte: a era científica ou positiva

Antes da proclamação da República, Gaspar Silveira Martins discursava no Senado, em 24 de maio de 1889, contrariando as teses positivistas dos republicanos: “*Seguem a filosofia comtista, que em política é o absolutismo mais feroz do mundo*”⁶⁷¹. O positivismo, entretanto, era realidade e vinha se propagando de uma tal forma, que seria difícil refreá-lo. Representava Augusto Comte a expressão ideológica da época, da classe média. Os jovens matemáticos da escola militar o vangloriavam. Quase todos de cultura mediana, carentes de boa formação, já que nossas universidades rareavam àquela época. Nossa elite, salvo a que estudava na europa, seria prêsa fácil de Comte, mormente nos estudos da matemática. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um dos proclamadores da república, foi, talvez, o primeiro a “rezar” a cartilha do francês. Dele a doutrina se dissipava a toda a escola militar, que aprendia no Curso de Filosofia Positiva, as teses de que a monarquia era a expressão do “*estado teológico*”, “*a democracia liberal, do “estado metafísico” e a república ditatorial do “estado positivo*”⁶⁷².

Benjamin Constant diplomou-se em Ciências Físicas e Matemáticas em dezembro de 1860. Foi um caso raro na história, “*o de uma revolução política dirigida por um professor de matemática*”⁶⁷³. Em 1862, começou a lecionar matemática no Instituto dos Meninos Cegos, depois na Esconal Normal, na Escola Central, na Politécnica e na Escola Militar, permanecendo na docência, até a proclamação da República. Durante este tempo propagandeou a filosofia do Positivismo, principalmente no meio militar. Felisbelo Freire, pondera que a aceitação dos princípios positivistas não era absoluta e incondicional. Mesmo por que o sistema de Comte não operaria perfeitamente no

⁶⁶⁹ PILLA, 1969, pp. 28-30.

⁶⁷⁰ Esta frase acerca dos princípios, Raul Pilla credita a autoria ao grande tribuno Rio-Grandense. Ver, PILLA, 1969, p. 48.

⁶⁷¹ RODRIGUES, F. C., 1945, pp. 36-37.

⁶⁷² TORRES, 1962b, p. 146.

⁶⁷³ CARDOSO, Vicente Licínio. Benjamin Constant, o Fundador da República. In: _____. **À margem da história da república**. Brasília: UnB, 1981b, p. 81.

espírito popular, em razão das exigências teóricas, da intolerância, da necessária disciplina, da ordem...⁶⁷⁴ Esta tese “pegava” melhor entre os militares, do que entre os civis, tanto que Constant escolheu a Escola Militar seu dileto palco de docência.

Em 1868 Benjamin Constant funda um centro de estudos do positivismo. A tentativa é, entretanto, frustrada, reaparecendo o intento, em 1876, o qual obteve êxito, pois teve a colaboração de Miguel Lemos, Teixeira Mendes e outros. Mais tarde, esta associação fundada em 76 tornar-se-ia o *Apostolado Positivista do Brasil*, do qual B. Constant desligar-se-ia em 1882. Constant, ao contrário do que muitos pensam, não era um positivista ortodoxo, havia confessado isto até para o Imperador. Divulgava as ideias de Comte, muito no sentido filosófico e sociológico. Teixeira Mendes, em obra biográfica de Constant refere, inclusive, o papel secundário que o positivismo-religião teve no advento da República. Constant, em realidade, estava afastado do *Apostolado* no momento da proclamação. Por si, o *Apostolado Positivista* nada teria feito em detrimento da república. O que queriam era a *ditadura republicana*⁶⁷⁵.

Talvez o intento de Augusto Comte se faça sentir melhor na República do que na Proclamação da República. Mais no Rio Grande do Sul, do que nos demais Estados da Federação. De fato, no Rio Grande, a classe militar era abundante e as teses positivistas de Comte seduziam a mocidade militar. Dentre seus propagadores gaúchos de maior relevo aparecia a figura aguerrida de Júlio de Castilhos (o “*Constant dos Pampas*”), positivista convicto, levou às últimas consequências o apostolado positivista. Acreditava “*piamente*” no progresso como resultado da técnica, da ciência, da positividade. A segurança e a estabilidade social (como apregoava Comte) alcançar-se-ia somente num período pós-revolucionário, através da *ditadura republicana*. E para tal ditadura, o melhor conselho do mestre francês, era concentrar poderes no executivo, o que aceleraria as reformas pretendidas. O regime democrático, portanto, não era o melhor. Falava em sociocracia, o regime a ser implantado pela Ditadura Positivista, de cima para baixo.

Castilhos talvez tenha sido o grande discípulo de Comte. Mais comtista que o próprio Comte, pois colocava em prática, o que ele desenvolvia em teoria. Aplicou Castilhos as teses positivistas na contenção da revolução federalista de 1893. Venceu a guerra, conquistou o Governo do Estado, manteve a herança de Comte nas ruas e praças

⁶⁷⁴ FREIRE, 1983, vol. I, pp. 173-174.

⁶⁷⁵ CARDOSO, 1981b, pp. 83-86.

de nosso Estado. Construiu o templo positivista, um dos raros ainda preservados no mundo. Esta guerra fratricida ceifou, entretanto, a vida de mais de dez mil homens. Ficará para a histórica político-constitucional como guerra que consolidou a república, que propagou o positivismo, que levantou ardorosamente a bandeira parlamentarista, que manteve a unidade nacional da República. A história, todos sabemos, sempre é contada pelos vencedores. O nosso singelo trabalho pretende resgatar, um pouco, o papel dos perdedores, enaltecendo a figura do grande tribuno Gaspar Silveira Martins.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Dunshee de. **A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense**: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1955.

AJA, Eliseo. **El Estado Autonómico**: Federalismo y hechos diferenciales. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

ALBURQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e. **Parlamentarismo e Presidencialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1932.

ALEGRE, Apelles Porto. **Discurso sobre Gaspar Silveira Martins**. Porto Alegre: [s.n.], 1901.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Vultos da pátria. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 set. 1960.

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. **Competências na Constituição de 1988**. São Paulo: Atlas, 2000.

ALTHUSIUS, Johannes. **Política**. Trad. de Joubert de O. Brízida. RJ: Topbooks, 2003.

AMBROSIO DE MILÃO, Santo. **Do Símbolo**. 1ª ed. São Paulo: Paulus, [19__].

AQUINAS, Thomas. **Selected Political Writings**. ed. e intr. de Alexandre Passarin d'Entrèves. Oxford: Basil Blackwell, 1959.

_____. **La monarquía**. Madrid: Editorial Tecnos, 2002.

_____. **Suma Teológica**. Madrid: Moya y Plaza, 1880, Tomo III.

ARAÚJO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de. **Discursos parlamentares: 1879-1889**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975, volume único.

_____. **Um Estadista do Império**. São Paulo: [s.n.], 1936, Vol. II.

ARENDT, Hannah. **Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. **On Revolution**. London: Penguin Books, 1965.

ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega, 1998.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Democracia Representativa: do Voto e do Modo de Votar**. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1893.

_____. **História da República Rio-Grandense**. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1882.

_____. **Ditadura, Parlamentarismo e Democracia**. Porto Alegre: Editora, 1908.

AULARD, Alphonse. Révolution française, et révolution américaine. In: **Études et leçons sur la Révolution française**. [s.l.]: [s.n.], 1921, vol. VIII.

BALEEIRO, Aliomar. **Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

BARBOSA, Rui. **A Constituição de 1891**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, Obras Completas de Rui Barbosa, Vol. XVIII, tomo I.

_____. **A Ditadura de 1893**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949, Obras Completas de Rui Barbosa, Vol. XX, tomo III.

BASTOS, Tavares. **A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

BELLO, José Maria. **História da República 1889-1854: Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BERLIN, Isaiah. **Isaiah Berlin: Com Toda a Liberdade**: Entrevista realizada por Ramin Jahanbegloo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

_____. **Russian Thinkers**. New York: Penguin Books, 1978.

BEZERRA, Marco Antonio Alves. **O Estado Federal e o Federalismo no Império**. Porto Alegre: Biblioteca da Faculdade de Direito, UFRGS, 2007.

BONAVIDES, Paulo. A evolução constitucional do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 14 n. 40, p. 155-176, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a16.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

_____. & AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002, v. III.

BRASIL. DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1823. Brasília: Senado Federal, 2003, Tomo III, Volume 6.

_____. Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889. Brasília: Planalto, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 set. 2013.

BRAZIL, Zeno. **Na Vida e na Morte**: Poema em Homenagem a Gaspar Silveira Martins. Porto Alegre: [s.n.], 1901.

BRITON, Crane. **Anatomia das Revoluções**. 1. ed. Tradução de José Veiga. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

BROSSARD, Paulo. **J. F. de Assis Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre: EST, 2004.

BUENO, Pimenta (Marquês de São Vicente). **Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: M.J.N.I, 1958.

BURY, John. **La idea del progreso**. Madrid: Alianza Editorial, 1971.

CAETANO, Marcello. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, vol. 2.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CALVERT, Peter. **Revolution**. London: Macmillan, 1970.

CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Todas as Constituições do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1971.

CARDOSO, Vicente Licínio. **A Margem da História da República**. 2. ed. Brasília: UnB, 1981, Tomo II.

_____. Benjamin Constant, o Fundador da República. In: _____. **À margem da história da república**. Brasília: UnB, 1981b.

CARNEY, F. S. **Política de Johannes Althusius**. Rio de Janeiro: Topbook, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Construção da Ordem**. Brasília: UnB, 1981.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Olimpio Ferraz de. **Sistema Parlamentar**: Historia Constitucional e Política. São Paulo: Piratininga, 1933.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

CASTILHOS, Julio de. **O Pensamento Político de Julio de Castilhos**. Org. por Liana Bach Martins, Luís Antônio Costa da Silva e Gervásio Rodrigo Neves. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

CASTRO, Sertório de. **A República que a Revolução Destruiu**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. **Constituição Federal Brasileira, 1891**:comentada. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CHASTEEN, John Charles. **Fronteira Rebelde**: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **Les grandes œuvre politiques**: de Maquiavel à nos jours. Paris: Armand Colin, 1970.

COMTE, Augusto. **Plan des Travaux Scientifiques nécessaires pour organiser la société**. Paris: Aubier-Montaigne, 1970. Disponível em: <<http://98266429.free.fr/up/1312190011.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2013.

_____. **O Catecismo Positivista**. Tempo da Humanidade. Rio de Janeiro, 1934.

_____. **Reorganizar a sociedade**. Lisboa: Grimarães, 1977.

CONDORCET. **Sur le sens du mot révolutionnaire**: Euvres 1847-9. [s.l.]: [s.n.], [19__], vol. XII.

CONSTANT, Benjamin. **Cours de Politique Constitutionnelle**. Paris: Sirey, 1861.

CORRÊA, Romaguera. **Vocabulário Sul-Rio-Grandense**. Pelotas: Livraria Universal, 1898.

COUTINHO, Albino José Ferreira. **Marcha da Divisão do Norte**. 2. ed. Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2011.

COUTY, Louis. **L'Esclavage au Brésil**. Paris: Guillaumin, 1881.

DANTAS, Ivo. **Poder Constituinte e Revolução**: breve introdução à teoria sociológica do direito constitucional. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1978. (Dissertação defendida junto ao Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES – da Universidade Federal de Pernambuco – área de concentração em Sociologia Jurídica – 1976).

DANTAS, San Tiago. **Dois momentos de Rui Barbosa**. Conferências. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

DEBES, Célio. **Campos Salles**: perfil de um estadista. Rio de Janeiro: Francisco Alves – MEC, 1978.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio**: narrativa da Revolução de 1893, reprodução fac-similar da edição de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2011.

DURAND, Charles. **Confédération D'États et États Fédéral**. Paris: Marcel Rivière, 1955.

DUVERNOY, J. F. **Para conhecer o pensamento de Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 1984.

ELAZAR, D. J. **Política de Johannes Althusius**. Rio de Janeiro: Topbook, 2003.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893**. Brasília: UnB, 1983.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA. WASHINGTON: U.S. CONGRESS, 1776**. Disponível em: <<http://www.ushistory.org/declaration/document/>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. **Processos informais de mudança da Constituição**: mutações constitucionais e mutações inconstitucionais. São Paulo: Max Limonad, 1986.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação do Tribunal Superior Eleitoral, 2005, e-Book. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eleitoral.html>> Acesso em: 06 out. 2013.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Revoluções e Caudilhos**. 2. ed. Porto Alegre: do autor, [19__].

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 39. ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **A democracia possível**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1976.

_____. **O Parlamentarismo**. São Paulo: Saraiva, 1993.

_____. **O Poder Constituinte**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FLEIUSS, Max. **Apostilas de História do Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1934.

FLORES, Moacyr & FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Rio Grande do Sul**: aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FORTES, Luis Roberto Salinas. **Apresentação e nota preliminar às Considerações sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRANCISCO, General João. **A Revolução de Noventa e Três**. 2. ed. Porto Alegre: Renascença Edigal, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um Estadista da República**. Rio de Janeiro, 1955, vol. I.

_____. *et alii*. **Modelos Alternativos de representação política no Brasil e regime eleitoral (1821-1921)**. Brasília, Cadernos da UnB, 1981.

_____. Prefácio à obra *Presidencialismo ou Parlamentarismo*. In: _____, & PILLA, Raul. **Presidencialismo ou Parlamentarismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

_____ & PILLA, Raul. **Presidencialismo ou Parlamentarismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

FRANCO, Sergio da Costa. **A Guerra Civil de 1893**. 2. ed. Porto Alegre: Renascença Edigal, 2012.

_____. **Cadernos de História**. Porto Alegre: [s.n.], [19__], Memorial do Rio Grande do Sul, nº 13.

_____. **Júlio de Castilhos e sua época**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FREIRE, Felisbello. **História Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Moreira Maximino, Chagas & C., 1894a, Vol. II.

_____. **História Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia Moreira Maximino, Chagas & C., 1894b, Vol. III.

_____. **História da Revolta de 6 de Setembro de 1893**. Brasília: UnB, 1982.

_____. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, vol. I.

FREUND, Julien. **L'essence du politique**. Paris: Sirey, 1965.

FRIEDRICH, Carl J. **Man and His Government: An Empirical Theory of Politics**. New York: McGraw-Hill, 1963.

_____. Representation. In: **Enciclopedia Britannica**. London: William Benton, 1972, v. 19.

GAUTIER-VIGNAL, Louis. **Maquiavelo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

GONELLA, Guido. **Bases de Uma Ordem Social**. Petrópolis: Vozes, 1947.

GOYARD-FABRE, Simone. **Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno**. Tradução Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Presters. In. **A Revolução Federalista em cima da Serra**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

HAMILTON, A; MADISON, J; JAY, J. **The Federalist Papers**. New York: Signet Classic, 2003.

HAURIOU, Maurice. **Principes de Droit Public**. Paris: Sirey, 1910.

HEARNshaw, Fossey John Cobb. **Democracy at the crossways**: a study in politics and history with special reference to Great Britain. London: MacMillan, 1918.

HELLER, Hermann. **Teoria do Estado**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

HOGAN, James. **Elections and Representation**. Cork: Cork University Press, 1945.

HORTA, Raul Machado. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Malheiros, 2003.

ITAQUY, Edydio Barbosa Oliveira. **Monarquia Federal**: Política do Augusto Senador Gaspar Silveira Martins, Candidatura Provincial. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1886.

JACQUES, Paulino. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. **Gaspar Silveira Martins**: o condestável da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.

_____. **O Governo Parlamentar e a Crise Brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

JELLINEK, Georg. **Teoria General del Estado**. Buenos Aires: Albatros, 1954.

JENNINGS, Sir Ivor. **The Cabinet Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1951.

JOUVENEL, Bertrand de. **De la Souveraineté**: a la recherche du bien Politique. Paris: M. Th. Génin, 1955.

_____. **Du Pouvoir**: Histoire naturelle de sa croissance. Paris: Hachette, 1972.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KIERK, Russel. **The Conservative Mind**. Chicago, 1953.

LAFAYETTE, Pedro. **Três Perfis**: Saldanha da Gama, Barão de Penedo e Silveira Martins. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [1950?].

LAKEMAN, Enid & LAMBERT, James D. **Voting in Democracies**: A Study of Majority and Proportional Electoral Systems. London: Faber and Faber, 1955.

LEAL, Aurelino de Araújo. **História constitucional do Brasil**. Coleção História Constitucional Brasileira. Brasília: Senado Federal, 2002.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LIMA, Afonso Guerreiro. **Cronologia da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

LIMA, José Carvalho. **Narrativas Militares: a Revolução do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edigal, 2009.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

LIPSET, Seymour M. Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 6, n.13, p. 7-68, jan. 1962.

LIRA, Heitor. **História de D. Pedro II**. São Paulo: [s.n.], 1928,1940, v. II.

LIJPHART, Arend. **Degrees of Proportionality of Proportional Representation Formulas**. In: B. Grofman and A. Lijphart (eds.). **Electoral Laws and Their Political Consequences**. New York: Agathon, 1986.

LOEWENSTEIN, Karl. **Teoría de la Constitución**. Barcelona: Ariel, 1976.

MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e Unidade Nacional**. Brasília: Brasiliense, [1980?].

MAISSIAT, Georges Ignácio. **Pequeno Dicionário de Latim**. Porto Alegre: Edigal, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007a.

_____. **Discurso sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

MARIANTE, Hélio Moro. **Chimangos e Pica-Paus no Folclore Político-Militar Gaúcho**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1987.

MARTINS, Gaspar Silveira. **Silveira Martins, discursos parlamentares**. Sel. e intr. de Lafayette Rodrigues Martins. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.

MARTINS, José Julio Silveira. **Silveira Martins e a Unidade da Pátria**: Palestra realizada, no Instituto de Ciência Política, em 2 de agosto de 1941. Prefácio de Nestor Massena. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & Cia, 1941.

_____. **Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Typ São Benedicto, 1929.

MARTINS, Wilson. **Introdução à Democracia Brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1951.

MASSENA, Nestor. Prefácio à Palestra de J. J. Silveira Martins. In. MARTINS, José Julio Silveira. **Silveira Martins e a Unidade da Pátria**: Palestra realizada, no Instituto de Ciência Política, em 2 de agosto de 1941. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & Cia, 1941.

MAUROIS, André. **História da Inglaterra**. Tradução de Carlos Domingues. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, [1970?].

_____. *Historia de los Estados Unidos*. Barcelona: Lara, 1945.

MCCULLOUGH, David. **1776**. New York: Simon & Schuster, 2006.

MCLEOD, Aaron. **Great Conservative Minds**: A Condensation of Russell Kirk's "The Conservative Mind". Alabama: Alabama Policy Institute, 2005.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo império**. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos. Rio de Janeiro: Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

MELLO, José Correa de. **A federação e o Império**: uma análise da forma de Estado no Brasil-Império. Porto Alegre: Biblioteca da Faculdade de Direito, UFRGS, 2013.

MENEZES, Aderson de. **Teoria Geral do Estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MONCADA, L. Cabral de. **Problemas de Filosofia Política**. Coimbra: Armenio Amado, 1963.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. 3. ed. Apresentação Renato Janine Ribeiro; tradução Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MORÍTZ, Gustavo. **Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul**: 89, 90, 91. Porto Alegre: Thurmman, 1939, v. I.

_____. **Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul**: partes I e II. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2005.

MOSCA, Gaetano. *Elementi di Scienza Politica*. 4. ed. Bari: G. Laterza, 1947.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817**: estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre: do Globo, 1935.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e Beduínos**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ORTON, William Aylott. **The Liberal Tradition**. New Haven: Yale University Press, 1945.

PADOIN, Maria Medianeira & ROSSATO, Mônica. Gaspar Silveira Martins e sua posição política em relação à forma de governo, ao parlamentarismo e a federação. In: **Portal Educativo**. Uruguay: CDHRP, Set. 2011, ano 2. Disponível em: <<http://www.peuy.org/dcmnts/p0010.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

PARETO, Vilfredo. **Traité de Sociologie Générale**. Paris: Payot, 1932-1933.

PARTIDO REPUBLICANO FEDERALISTA. **Homenagem do Directorio Central do Partido Republicano Federalista por Ocasião da Trasladação dos Despojos do Conselheiro Gaspar Silveira Martnis em 23 de agosto de 1920**. Montevideo: A. Barreiro y Ramos, 1920.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Introdução à República de Platão**. 13. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

PILLA, Raul. **Em memória de Assis Brasil: Parlamentarismo e Presidencialismo**. Discurso Pronunciado na Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946a.

_____. **Presidencialismo, Parlamentarismo e Democracia: a duração do mandato presidencial**. Discurso Pronunciado na Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946b.

_____. **Pretensos Defeitos do Sistema Parlamentar de Governo**. Discurso Pronunciado na Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946c.

PILLA, Raul. **A Revolução Julgada: a crise institucional**. Porto Alegre: Lima, 1969.

PLATÃO. **A República**. 13. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2012.

POLÍBIO. **História**. 2. ed. Brasília: UnB, 1996.

PORTO, José Mariano. **Apontamentos Biográficos de Gaspar S. Martins**. Rio de Janeiro: Jornal do Brazil de H. Vileneuve & Cia., 1891.

PRIETO, Justo. **La vida indómita de Augusto Comte**. Buenos Aires: Ayacuho, 1944.

REALE, Miguel. O sistema de representação proporcional e o regime presidencial brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, vº 7, p. 9-44, 1959.

REVERBEL, C. E. Dieder. **Federalismo numa visão tridimensional do Direito**. Porto Alegre: do Advogado, 2012.

REVERBEL, Carlos Macedo. 2. ed. **Maragatos e Pica-Paus: guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

RIBAS, Antônio Joaquim. **Direito Administrativo Brasileiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1866.

RIBEIRO, Demétrio. **Ideias Políticas de Demétrio Ribeiro**. Orgs. Paulo E. F. Pinto; Plínio Etchepare Guerra, Fausto José Leitão Domingues. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, CORAG, Letra & Vida, 2011.

ROBESPIERRE, Maximilien. **Euvres Complètes**. ed. Laponneraye, 1840, vol III.

ROBLES, Laureano; CHUECA, Ángel. **Estudio Preliminar: El tratado De regno de Santo Tomás**. Madrid: 2002.

RODRIGUES, Felix Contreiras. **Esboço da Filosofia Política de Silveira Martins**. Conferência. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

RODRIGUES, Francisco Pereira. **O último sangue de 93: martírio de Saldanha da Gama**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

ROMERO, Silvio. **Ensaio de Filosofia do Direito**. São Paulo: Landy, 2001.

ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos: perfil bibliográfico e escritos políticos**. Porto Alegre: Globo, 1928.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994, v. I.

SCELLE, Georges. **Droit International Public**. Paris: Domat-Montchrestien, 1944.

SCHILLING, Voltaire. **O Pensamento de Comte**. 2. ed. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2007, Caderno de História n. 23.

SCHWARTZ, Bernard. **O Federalismo Norte-Americano Atual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1984.

SILVA, André Carlos. **Do Federalismo à Federação: uma abordagem histórico-constitucional do ideário federalista republicano de 1817 à implantação da república federativa em 1889**. Brasília: Biblioteca do Centro Universitário de Brasília, 2009, sob orientação do Prof. Dr. Roger Stiefelmann Leal.

SOARES, Orlando. **Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996-1997.

SOARES JÚNIOR, Rodrigo. **Jorge Tibiriça e sua época**. São Paulo: Nacional, 1958.

SOUZA, Octavio Tarquínio de. **Bernardo Pereira da Vasconcellos e seu tempo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. **José Bonifácio**: História dos Fundadores do Império do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

_____. **Diogo Antônio Feijó**. São Paulo: José Olímpio, 1942.

SOUZA, Paulino José Soares de (Visconde do Uruguai). **Ensaio sobre o Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

_____. **Ensaio sobre o Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1862, Vol. I.

_____. **Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865, Tomo I.

SOUZA JUNIOR, Cezar Saldanha. **A Supremacia do Direito no Estado Democrático e seus Modelos Básicos**. Porto Alegre: [s.n.], 2002a.

_____. **Consenso e Constitucionalismo no Brasil**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002b.

_____. **O Tribunal Constitucional como Poder**: uma nova teoria da divisão dos poderes. São Paulo: Memória Jurídica Editora, 2002c.

_____. Estudo Introdutório: Em Torno do Sentido do Federalismo. In: _____ & ÁVILA, Marta (Coords.). **Direito do Estado**: estudos sobre federalismo. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2007.

TAVARES, Francisco da Silva. Diários da Revolução de 1893. In: _____, TAVARES, João Nunes da Silva; Org. CABEDA, Coralio Bragança Pardo; AXT, Gunter & SEELIG, Rivardo Vaz. **FRANCISCO TAVARES DA SILVA 1844-1901**. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004, Vols. I e II.

TAVARES, Francisco Muniz. **História de Pernambuco em 1817**. 3ª ed. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

TAVARES, José Antônio Giusti. **Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas**: teoria, instituições, estratégia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TEIXEIRA, Múcio. **A Revolução do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1893.

TELLES, Alípio. **Homenagem a Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **O Antigo Regime e a Revolução.** 2. ed. Trad. de Yvonne Jean. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

_____. **L'Ancien Régime.** Paris: [s.n.], 1953, Vol. II.

TORRES, João Camillo de Oliveira. **A libertação do Liberalismo.** Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1949.

_____. **O positivismo no Brasil.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1957.

_____. **A Formação do Federalismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1961a.

_____. **História de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1961b.

_____. **Cartilha do Parlamentarismo.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1962a.

_____. **O Presidencialismo no Brasil.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1962b.

_____. **A Democracia Coroada.** Rio de Janeiro: Vozes, 1964.

_____. **Os Construtores do Império.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968a.

_____. **Natureza e Fins da Sociedade Política:** visão cristã do Estado. Petrópolis: Vozes, 1968b.

URBIM, Carlos. **Os Farrapos.** Porto Alegre: Zero Hora, 2003.

VALADÃO, Alfredo. **Da Aclamação à Maioridade.** 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1973.

VECCHIO, Giorgio del. **Teoria do Estado.** São Paulo: Saraiva, 1957.

VEDEL, Georges. **Le Federalisme:** les grands courants de la pensée politique et le fédéralisme. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Pequenos Estudos de Psicologia Social.** São Paulo: [s.n.], 1942.

_____. **Populações Meridionais do Brasil:** O Campeador Rio-Grandense. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, v. II.

_____. **O Ocaso do Império.** 4. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Massangana, 1990, Série República, v. 13.

VIANNA, Helio. **História da República. História Diplomática do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, [1960?].

_____. **História do Brasil: Monarquia e República.** São Paulo: Melhoramentos, 1962, tomo II.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1897.

WILSON, Woodrow. **Govêrno Constitucional nos Estados Unidos.** São Paulo: Ibrasa, 1963.